

ANA CLÁUDIA FERNANDES FERREIRA

**A LINGÜÍSTICA ENTRE OS NOMES DA LINGUAGEM
UMA REFLEXÃO NA HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS NO BRASIL**

Tese apresentada para a obtenção do título de Doutora em Lingüística junto ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.

Orientadora:

Prof^ª. Dr^ª. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

CAMPINAS, 2009

Ficha Catalográfica Elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

F413L Ferreira, Ana Cláudia Fernandes.
A Linguística entre os nomes da linguagem – uma reflexão na
História das Idéias Linguísticas no Brasil / Ana Cláudia Fernandes
Ferreira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador : Claudia Regina Castellanos Pfeiffer.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto
de Estudos da Linguagem.

1. Linguística - História. 2. Ciência - História. 3. Instituições e
sociedades científicas. 4. Significação. 5. Nomes. I. Pfeiffer,
Claudia Regina Castellanos. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: The Linguistics Between the names of the Language – A Reflexion
on the History of Linguistics Ideas in Brazil.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Linguistics – History; Science – History;
Institutions and scientific society; Meaning; Names.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutor em Linguística.

Banca examinadora: Profa. Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (orientadora),
Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, Prof. Dr. Luiz Francisco Dias, Prof.
Dr. José Horta Nunes, Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi.

Data da defesa: 27/02/2009.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer

Claudia R.C. Pfeiffer

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Eduardo R. Junqueira Guimarães

Suzy Maria Lagazzi Rodrigues

Suzy Maria Lagazzi Rodrigues

José Horta Nunes

José Horta Nunes

Luiz Francisco Dias

Luiz Francisco Dias

Mônica Graciela Zoppi Fontana

Mariza Vieira da Silva

Sheila Elias de Oliveira

**IEL/UNICAMP
2009**

*Ao Rui e à Isabel,
saudades (e)ternas.*

AGRADECIMENTOS

Não quero fazer um agradecimento curto. Essa tese é o resultado de dez anos de uma formação inestimável que não será sem conseqüências para os passos que darei daqui por diante. Mesmo com tanto por fazer ainda, com tanto que gostaria de ter feito.

Durante este período de formação, uma das coisas mais belas que aprendi sobre a língua é que ela é falha. E por isso é tão bela. E ela é bela assim porque é humana e porque o humano é sujeito à falha. Essa é a história do humano, sujeito à falha, na língua, na história.

Vou falhar muito aqui. Mesmo sabendo que não há palavras que possam exprimir o quanto eu tenho a agradecer, arrisco dizer algumas, aquelas que a memória me trouxe à mente no momento da escrita.

Ao Rui e à Isabel. Vocês cometeram essa vida lindamente. Mesmo efêmeros, criaram eternidades. Não dá pra esquecer da linda existência de vocês em dias especiais da minha vida: a calorosa acolhida em Lisboa, os passeios alegres em tantas cidadezinhas, os dias agradáveis em Campinas e em São Paulo, quando vocês foram o meu presente de aniversário. Guardo comigo tantas risadas, tanto carinho, saudades ternas e eternas.

À Bé. Minha mãe. Eu sempre ficava atrás de você pra lá e pra cá. Queria seguir todos os seus passos e inúmeras vezes você tinha que desviar para não tropeçar em mim. Pretensiosa, eu queria ser como você. Você administra tudo ao mesmo tempo, com tanto carinho e dedicação. Você sempre me apoiou em todas as lutas e sonhos. Hoje eu estou aqui. Eu consegui, Bé! Hoje, muitos dos passos que ando são meus porque você me apoiou. Mas não consigo deixar de seguir você e de querer que você siga os meus novos passos, que veja o que eu vi. Ainda vamos pra Paris. E vamos sonhar muitas outras coisas juntas.

Ao Fernando. Meu pai. Pescador, churrasqueiro oficial da família, construtor, artista. Você nunca se preocupou com essa história de diploma de seja lá o que for. Vi você pintar quadros, fazer desenhos de plantas de casas, construir alicerces e lajes. E tudo o que construía, enfeitava com flores. E você sempre questionou tantas coisas, com muito trabalho e teimosia. Consegui,

teimosamente, ser um pouco de você nas coisas que faço, sem nunca esquecer das flores.

Ao Júlio e ao Marcos. Meus irmãos, tão maravilhosamente diferentes um do outro. De perto ou de longe, somos cúmplices de pequenas e grandes aventuras, de uma rica convivência, de muitas histórias e de risadas sem fim.

Aos meus familiares queridos: minhas avós desajuizadas, Adelaide e Fernanda; meus tios e incontáveis primos. Vocês sempre me incentivaram. E compreenderam inclusive as minhas ausências em tantos almoços de domingo.

À tia Sônia. Lembro daquele dia em que estávamos assistindo à correção das provas de Física do vestibular pela TV. Quando eu já não tinha mais expectativa de passar, saiu o resultado da última questão: a minha resposta do item 'b' estava correta. Você me ouviu repetir aliviada: "Não zerei! Não zerei. Se eu não passar desta vez, não vai ser por ter zerado!". Eu passei e a gente se emocionou juntas muitas vezes depois, em vários momentos marcantes desta minha longa (ou curta?) jornada.

A todos os professores que tive no IEL. Vocês são apaixonados pelo que fazem. Vocês me contagiaram com os estudos da linguagem: quantas vezes eu me peguei atordoada, sem conseguir prestar a atenção à aula, pela simples razão de estar ali, diante de vocês.

À Claudia. Minha orientadora. Eu não consigo me agüentar de orgulho por ser a sua primeira orientanda. De mestrado e de doutorado! Você me deu vários chacoalhões, eu mereci todos. Você teve tanta paciência comigo em momentos em que eu não tinha mais... Encorajadora, companheira, sempre presente e pronta para ouvir, sempre atenta e sensível aos meus períodos de silêncio. Transbordante de confiança, leveza e companheirismo tanto nos momentos alegres quanto nos momentos mais críticos. Você ri sempre de tudo e me faz rir também. E num desses momentos críticos rimos juntas, às três horas da manhã. Como você pode ser tão maravilhosa?

Ao Eduardo. Desde os meus primeiros passos de cientista, como sua orientanda na graduação, você sempre acreditou e investiu muito em mim, mais do que eu mesma poderia acreditar. Você é o paraninfo da minha turma de Lingüística. Naquele discurso, lembrando Guimarães Rosa, desejou que fôssemos felizes e infelizes, misturadamente. Posso dizer que seu apoio em

tantas coisas contribuiu para que eu tivesse muito mais felicidade nesta mistura.

À Suzy. No meu primeiro dia de aula de graduação em História das Idéias Lingüísticas, você veio me dar os parabéns por eu ter passado no vestibular. Em 2008, tive a felicidade de ser sua bolsista PED, na mesma disciplina. Nossas reuniões foram mais do que reuniões de trabalho: a gente se divertiu muito. Não faz muito tempo você me fez prometer algo. Antes, durante e depois de cumprir o prometido, não tenho como expressar o sentimento de alegria por receber tanto apoio e carinho.

À Eni. Um dia você me enviou um e-mail dizendo que gostou do meu trabalho de final de curso e que queria conversar comigo. E em outras ocasiões você disse que admirava o meu trabalho. No final do último encontro do Labeurb, meio que ressabiadamente, você deixou que eu falasse algumas palavras loucas. Antes do encerramento do encontro, você dirigiu a palavra a mim e disse que eu tinha que falar mesmo. Ouvi quietinha na cadeira, sem me mover, até conseguir conter algumas lágrimas rebeldes, até poder respirar tranqüilamente.

À Mônica. Você me orientou em meus estudos monográficos na graduação. Quando eu me deparava com alguma análise que me deixava sem saber aonde ir, ia até você. Às vezes era difícil saber onde você estava, mas eu acabava descobrindo. Um dia esperei o intervalo de um evento para tirar uma dúvida e então você me chamou de carrapatinha. É certo que já descarrapatei, mas confesso que não queria, só pra não perder o título.

Post scriptum – ah, mas depois você me disse: “uma vez carrapatinha, carrapatinha sempre!”. Então me recarrapatei, aliviada e contente: sou carrapatinha *forever*!

À Mariza. Lembro que ainda como aspirante a mestre participei de uma Jornada HIL em que você apresentou um trabalho sobre o Colégio Caraça. Fiquei maravilhada. Depois, você fez reflexões muito bonitas sobre meu trabalho de mestrado. No ano passado, quando estive na França, discutimos sobre a minha pesquisa de doutorado, e essa discussão rendeu novos avanços e novas possibilidades de reflexão. Isso tudo, ao lado de muitas conversas animadas, delicadas e inestimáveis.

Ao José Horta. Conheci o seu trabalho já no início da minha graduação e lembro quando, convidado pela Suzy, você deu uma aula na disciplina História das Idéias Lingüísticas. Tive também a oportunidade de acompanhar suas reflexões em vários congressos. Agora, ao final desta minha formação no IEL, você aceitou o convite para fazer parte da minha banca de doutorado. Foi uma honra enorme ter você como membro da minha banca e poder ouvir o que você tinha a dizer sobre o meu trabalho.

Ao Luiz Francisco. No dia da minha defesa, você contribuiu com diversas questões importantes. Ao mesmo tempo, você notou, muito rapidamente, que eu intentava dar conta delas de uma maneira não muito prática. Então você comentou, com uma perspicácia que só pode ser mineira: "Mas não é pra fazer outra tese. É só essa mesmo". Muitas das suas contribuições não couberam aqui, mas elas serão tema para diversos trabalhos posteriores, sem dúvida nenhuma.

Ao Lauro. Conheci você, autor, logo ao entrar na graduação em lingüística; mas já conhecia você antes, como freguês da cantina da minha mãe. Lembro que comentei com você, com um humor meio preocupado, que não tinha entendido muito bem essa história de NGB. Você respondeu despreocupadamente que também não. Há pouco tempo, com o mesmo humor, interesse e prontidão, você dividiu comigo algumas inquietações sobre a história da disciplinarização da lingüística no Brasil. Há algumas "lacunas" que não entendemos muito bem, mas quem sabe um dia "solucionamos" o caso!

À Sheila. Por mais de uma vez, você leu diversos textos meus, sempre com grande acuidade e interesse. Uma dessas vezes foi durante a minha qualificação de doutorado. Em todos os momentos, você contribuiu com comentários muito produtivos, sempre com belas palavras, enriquecedoras e encorajadoras.

À Soila. Nas diversas ocasiões em que pudemos conversar você sempre mostrou interesse pelo meu trabalho. Isso é motivo de grande felicidade para mim.

Ao Carlos Vogt. Por meros desencontros não realizamos a entrevista. Mas foi quase possível realizá-la. O valor deste *quase*, definitivamente, não é *pouco*.

A tantos outros professores de outros institutos e universidades, do Brasil e de fora do Brasil, que me deslumbraram com seus trabalhos sobre a linguagem e com outros trabalhos que, para mim, de alguma maneira, sempre estavam a ela relacionados.

Ao professor Fausto Castilho. Também não foi possível realizarmos a entrevista, mas me sinto feliz, de qualquer modo, pelas tentativas.

Também agradeço aos professores Sylvie Archaimbault, Sylvain Auroux, Jean-Claude Zancarini, Christian Puech, Oswald Ducrot, Sophie Fisher, que se dispuseram a discutir comigo questões de linguagem e de história dos estudos da linguagem em diferentes e ricas ocasiões.

Aos meus amigos de tantos cantos do mundo, que entraram na minha vida de diversas maneiras e de quem eu me lembro sempre. Obrigada pelas traduções, pela amizade e pela convivência. Pelos momentos e sentimentos, iguais e diferentes, não importa o tamanho do tempo: grandes ou pequenos, foram tempos significativos. Recebi de vocês gestos de apoio, amizade, amor, compreensão. Com vocês vivi alegrias, compartilhei tristezas, realizei algumas loucuras, e sonhei muitos sonhos. Vocês fazem parte da minha história:

Adilson, Alberto, Anamaria, Anne-Laure, Camila, Carina, Catherine, Claire, Dias, Dilamar, Diogo, Fátima, Fernandas (Galli, Miranda), Giovana, Giovanna, Hana, Isabelle, Íris, Izolina, Jaçanã, Jaqueson, Jorge, Julie, Laurent, Luciana, Lucie, Mara, Mari, Marcelo, Marcos, Maíra, Mariana, Mélanie, Philippe, Richard, Rita, Shumei, Silmara, Simão, Simone, Sofia, Vivian, Will. São muitas as pessoas queridas, não seria possível colocar o nome de todas.

Especialmente:

À Gabi. Você é uma das poucas pessoas que conhecem o meu lado ranzinza e ri muito com ele. Como você tem um humor meio seletivo, para mim sempre foi a glória fazer você dar risada. Lembro das nossas aventuras em Lyon. Quando passamos por situações difíceis, uma sempre ajudou a outra. Vivíamos dizendo e cantando “je ne regrette rien”. Você vai ver, nós vamos dizer e cantar essas palavras muitas e muitas outras vezes mais.

À Carol. Estamos sempre conectadas. Quantas vezes eu pensei em você e logo em seguida recebo uma mensagem sua. E justamente agora, no

instante em que começo a escrever umas míseras palavras sobre a nossa amizade, recebo seu e-mail. Se estamos em continentes diferentes, isso é apenas um detalhe. Há alguns meses atrás estive aí na França com você e foi inesquecível. E você queria estar aqui na minha defesa. Você está, Carol!

À Carol (Fedatto). Somos grandes interlocutoras. Duas deslumbradas pela linguagem. Agora você vai para a França também e fico imaginado como vai ser com as possibilidades de pensar a linguagem e a cidade estando na cidade-luz. Com certeza continuaremos com muito assunto, em escala *ad infinitum*.

Ao Paulo. Você foi o vizinho mais solidário e amigo que tive. Pronto pra ajudar no que precisasse e sempre com uma dose de humor invejável. Lembro que no período da minha viagem à França, foi lançado o livro *O Mandarim* e comentei com você que não teria tempo para comprá-lo. O livro foi a primeira correspondência que recebi do Brasil, apenas vinte dias após a minha chegada em terras francesas. Deve ter sido o primeiro exemplar da obra a fazer uma viagem intercontinental.

Gostaria de agradecer às várias instâncias do IEL que, em 2006, juntamente com o Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, tiveram um papel fundamental nos trâmites para a digitalização de um volume significativo de materiais históricos sobre a constituição da Lingüística na Unicamp. Do lado do IEL, agradeço à professora Charlotte Galves, que ocupava o cargo de Diretora do instituto e ao professor Paulo Sérgio de Vasconcellos, que ocupava o cargo de coordenador da Subcomissão de Pós-Graduação em Lingüística. E reitero aqui meus agradecimentos ao professor Eduardo Guimarães, na condição de coordenador do projeto HIL (Capes/Cofecub) naquele momento, e à professora Claudia Pfeiffer, como minha orientadora. Do lado do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, agradeço à Sra. Neire do Rossio Martins. E agradeço, especialmente, aos funcionários do Arquivo Central, que me acompanharam desde o meu mestrado e atenderam com prontidão a todas as minhas solicitações, buscando por materiais espalhados num mar de caixas de arquivo: à Marcia, à Telma, ao Fabio e ao Paulo. Sem este empenho conjunto, seria impossível a realização desta tese.

Aos funcionários da Secretaria Geral da Unicamp e da Diretoria Acadêmica, que permitiram que eu consultasse vários catálogos antigos. Em especial à Patrícia, à Bete, à Regina, ao Rinaldo e ao Luiz, da Secretaria Geral; e à Sara, à Denise e ao Renato, da Diretoria Acadêmica.

Aos funcionários da Biblioteca do IEL, em especial à Bel, à Cidinha, à Loide, ao Haroldo e à Teresinha.

Aos funcionários do Cedae, em especial à Flávia e à Silvia.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação, em especial ao Cláudio, à Rose e ao Miguel.

Ao João, do Setor de Publicações.

Aos funcionários da École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines – ENS-LSH (Lyon, França), onde realizei meu estágio de doutorado. Em especial ao M. Allais, do Laboratoire Triangle, à Mme Casoli, do Service des Relations Internationales, e ao M. Blondot, do Service de Résidence.

Quanto às Instituições, o que faço é mais do que um agradecimento formal. É uma honra muito grande, para mim, ter tido a oportunidade de realizar meus estudos superiores e um estágio no exterior em instituições em nível de excelência, e por ter tido toda a assistência material e financeira necessária para a minha formação e para a realização de minhas pesquisas.

Agradeço, portanto:

À Unicamp e, especialmente, ao Instituto de Estudos da Linguagem;

Ao CNPq, pela bolsa concedida no início do doutorado, de março a maio de 2005;

À Fapesp, pela bolsa concedida nos períodos de junho de 2005 a setembro de 2006 e de agosto de 2007 a fevereiro de 2009;

À Capes, pela bolsa de doutorado sanduíche do acordo Capes/Cofecub de outubro de 2006 a julho de 2007;

À ENS-LSH, ao Laboratoire Histoire des Théories Linguistiques e, especialmente, ao Laboratoire Triangle, pelo apoio financeiro para a participação de eventos em Paris.

Batidas na porta da frente
É o tempo
Eu bebo um pouquinho pra ter
argumento
Mas fico sem jeito
Calado, ele ri
Ele zomba do quanto eu chorei
Porque sabe passar e eu não sei

Num dia azul de verão
sinto o vento
Há folhas no meu coração
É o tempo
Recordo um amor que perdi
Ele ri
Diz que somos iguais
se eu notei
Pois não sabe ficar
E eu também não sei

E gira em volta de mim
Sussurra que apaga os caminhos
Que amores terminam no escuro
Sozinhos

Respondo que ele aprisiona
Eu liberto
Que ele adormece as paixões
Eu desperto

E o tempo se rói com inveja de mim
Me vigia querendo aprender
Como eu morro de amor pra tentar reviver

No fundo é uma eterna criança
Que não soube amadurecer
Eu posso, ele não vai poder
me esquecer

Resposta ao Tempo
Nana Caymmi

RESUMO

Esta tese, inscrita na área da História das Idéias Lingüísticas no Brasil - HIL, elabora um estudo sobre os percursos de sentido do nome *lingüística*, ao lado de outros nomes da linguagem, no processo de constituição da Lingüística na Unicamp. Este estudo se faz através de uma reflexão sobre as condições históricas gerais e específicas do processo de institucionalização/significação destes nomes de saber nesse espaço universitário. No *batimento* entre teoria e análise, esta reflexão se faz pela construção de um *arquivo de leitura* (PÊCHEUX) de obras a que me filio na área HIL, através da mobilização de conceitos e dispositivos teóricos e analíticos da análise de discurso e de dispositivos analíticos da semântica da enunciação. Ao lado disso, a construção deste arquivo de leitura inclui, como material de análise, projetos e programas de curso, catálogos, ofícios sobre a constituição da lingüística na Unicamp, além de publicações diversificadas e materiais disponíveis na internet sobre a história da lingüística no Brasil e no exterior. Deste modo, no interior deste lugar de reflexão e análise, este trabalho objetiva apresentar algumas *compreensões* (ORLANDI) sobre as divisões, tensões e contradições produzidas em torno da palavra *lingüística*, nas condições de produção de sua institucionalização no Brasil, como nome de curso de graduação e de pós-graduação na Unicamp, já na década de 1970. Mais especificamente, este estudo busca mostrar como a palavra *lingüística* vai sendo significada enquanto um nome que se (re)divide, (re)designa e (re)significa em relação a outros nomes, tais como: ciência da linguagem, ciências da linguagem e estudos da linguagem. Nome de curso, que se institucionalizou na Unicamp sob uma forte demanda pela cientificidade, conjugada indissociavelmente ao argumento da pluri/interdisciplinaridade, o nome *lingüística*, em conexão com outros nomes de linguagem (fonética, fonologia, gramática, semântica, pragmática, análise do discurso, sociolingüística, psicolingüística, neurolingüística, teoria literária, etc.), os (re)divide, os (re)designa e os (re)significa, numa relação tensa, contraditória e constitutiva, enquanto disciplinas da lingüística, disciplinas relacionadas à lingüística e disciplinas em oposição à lingüística. Estas reflexões sobre as relações entre o nome *lingüística* e outros nomes de linguagem, inclui, também, nomes de autores e de Instituições, sem deixar de considerar as relações constitutivas entre as políticas do Estado, das Instituições e dos saberes. Desta maneira, focalizando o processo de constituição da lingüística num espaço institucional específico, o da Unicamp, este trabalho pretende contribuir para os estudos de História das Idéias Lingüísticas no Brasil e do Brasil.

Palavras-chave: Lingüística – História; Ciência – História; Instituições e sociedades científicas; Significação; Nomes.

RÉSUMÉ

Cette thèse, inscrite dans le domaine de l'Histoire des Idées Linguistiques au Brésil – HIL, réalise une étude sur les parcours de sens du nom *linguistique*, à côté d'autres noms du langage, dans le processus de constitution de la Linguistique à l'Unicamp. Cette étude se déploie à travers une réflexion sur les conditions historiques générales et spécifiques du processus d'institutionnalisation/signification de ces noms de savoir dans cet espace universitaire. Dans le va-et-vient entre théorie et analyse, cette réflexion se constitue par la construction d'une archive de lecture (PÊCHEUX) d'oeuvres auxquelles je me rattache dans le domaine HIL, à travers la mobilisation de concepts et de dispositifs théoriques et analytiques de l'analyse de discours et de dispositifs analytiques de la sémantique de l'énonciation. Parallèlement, la construction de cette archive de lecture inclut, comme matériel d'analyse, des projets et des programmes de cours, des catalogues, des lettres sur la constitution de la linguistique à l'Unicamp, outre des publications diverses et des matériaux disponibles sur internet sur l'histoire de la linguistique au Brésil et à l'étranger. De cette façon, au sein de ce lieu de réflexion et d'analyse, ce travail a pour objectif de présenter certaines *compréhensions* (ORLANDI) sur les divisions, les tensions et les contradictions produites autour du mot *linguistique*, dans les conditions de production de son institutionnalisation au Brésil, comme nom de cours à l'Unicamp, dès la décennie de 1970. Plus spécifiquement, cette étude cherche à montrer comment le mot *linguistique* est au fur et à mesure signifié comme un nom qui se (re)divise, (re)désigne et (re)signifie en relation à d'autres noms, tels que : science du langage, sciences du langage, et études du langage. Nom de cours, qui s'institutionnalisa à l'Unicamp à la suite d'une forte demande de scientificité, conjuguée indissociablement à l'argument de la pluri/interdisciplinarité, le nom *linguistique*, par rapport à d'autres noms de langage (phonétique, phonologie, grammaire, sémantique, pragmatique, analyse du discours, sociolinguistique, psycholinguistique, neurolinguistique, théorie littéraire, etc.), les (re)divise, les (re)désigne et les (re)signifie, dans une relation tendue, contradictoire et constitutive, en tant que disciplines de la linguistique, disciplines relationnées à la linguistique et disciplines en opposition à la linguistique. Ces réflexions sur les relations entre le nom *linguistique* et d'autres noms de langage, comprend, également, des noms d'auteurs et d'Institutions, tout en considérant les relations constitutives entre les politiques de l'État, des Institutions et des savoirs. De cette manière, en focalisant le processus de constitution de la linguistique dans un espace institutionnel spécifique, celui de l'Unicamp, ce travail a l'intention de contribuer aux études de l'Histoire des Idées Linguistiques au Brésil et du Brésil.

Mots-clés: Linguistique – Histoire; Science – Histoire; Institutions et sociétés scientifiques; Signification; Noms.

ABSTRACT

This thesis, belonging to the area of History of Linguistic Ideas in Brazil (*HIL*), is a study of the historical path of the meaning of the term *linguistics*, as it relates to other terms connected with the *studies of language*, in the process of the institutionalization of linguistics at Unicamp (State University of Campinas. São Paulo State, Brazil). This study is a reflection on the general and specific historical conditions of the process of institutionalization/signification of these terms of knowledge in a particular university space. At the intersection of theory and analysis, this reflection has been done through the construction of a *reading archive* (PÊCHEUX) of works associated with the area of *HIL*, and by means of the use of both the theoretical and analytical tools and concepts of *discourse analysis*, as well as of the use of analytical tools of the *semantics of enunciation*. In addition, the construction of this *reading archive* involves, as material for analysis, course programs, catalogs, and official documents related to the institutionalization of linguistics at Unicamp, as well as diverse publications and material available on the internet regarding the history of linguistics in Brazil and abroad. Within the limits of this area of reflection and analysis, this work aims to present certain *understandings* (ORLANDI) of the divisions, tensions, and contradictions surrounding the word *linguistics*, in the conditions of the production of its institutionalization in Brazil as the name of an undergraduate and graduate course at Unicamp since the 1970s. More specifically, this study seeks to show how the word *linguistics* came to be signified as a term which (re)divides, (re)designates, and (re)signifies in relation to other terms such as *science of language*, *sciences of language*, and *studies of language*. *Linguistics* is the name of a course of study which was institutionalized at Unicamp in the context of a strong demand for scientificity, and connected indissolubly with the notion of pluri/interdisciplinarity. As such, in its relation to other terms related to the studies of language (phonetics, phonology, grammar, semantics, pragmatics, discourse analysis, sociolinguistics, psycholinguistics, neurolinguistics, literary theory, etc.), it (re)divides, (re)designs, and (re)signifies them, in a tense, contradictory, and constitutive relationship, as *disciplines of linguistics*, *disciplines related to linguistics*, and *disciplines in opposition to linguistics*. These reflections on the relation of the term *linguistics* to other terms related to language include as well the names of authors and institutions, without leaving aside considerations of the constitutive relations between state policies, institutions, and knowledge. In this way, focusing on the process of the institutionalization of linguistics in a specific institutional space (Unicamp), this work seeks to contribute to the study of the History of Linguistic Ideas in Brazil.

Key words: Linguistics - History; Science - History; Institutions and scientific societies; Signification; Names.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	27
INTRODUÇÃO	29
CAPÍTULO I	
História das Idéias Lingüísticas	37
Introdução	37
1. Algumas Ancoragens Teórico-Analíticas em HIL	39
1.1 Ler o Arquivo Hoje	47
1.2 Dispositivos Analíticos da Semântica da Enunciação.....	50
1.3 O Saber, suas Divisões e “a Ciência” Tomados a Partir da HIL.....	54
1.3.1 Ciência é Disciplina, Disciplina é Ciência.....	56
1.3.2 A Linguagem e suas Disciplinas	59
1.4 Cientificidade e Interdisciplinaridade Tomadas na História dos Sentidos de Lingüística.....	63
CAPÍTULO II	
A Lingüística nas Instituições: Cientificidade e Interdisciplinaridade	69
Introdução	69
1. A Lingüística nas Instituições: a Ciência da Linguagem	69
1.1 A Lingüística nas Faculdades e Universidades Brasileiras	72
2. Primeiro Simpósio de Filologia Românica.....	82
3. Um Currículo Mínimo para o Curso de Letras	84
4. Algumas Reflexões Inconclusas.....	87
5. Estado e Universidade: Políticas Científicas	88
5.1 Cientificidade e Interdisciplinaridade: A Lingüística na Unicamp.....	101
5.2 Cientificidade, Pluridisciplinaridade e Interdisciplinaridade: Projeções na Institucionalização da Unicamp e da Lingüística na Unicamp	113
CAPÍTULO III	
Lingüística: Divisões, Tensões e Contradições.....	117
Introdução	117
1. A Lingüística no Plano Preliminar do IFCH	117
2. A Lingüística no Programa de Lingüística de 1971 e no Catálogo dos Cursos de Graduação de 1971-72.....	124
3. A Lingüística nos Catálogos de Pós-Graduação	133
4. A Lingüística nos Textos do Processo de Reconhecimento de Cursos do IFCH	136
5. A Lingüística em Programas de Curso de 1974 a 1975	142
6. Novos Contornos e Desdobramentos	150

CAPÍTULO IV

Lingüística e Teoria Literária: Constituição de um Instituto de Estudos da Linguagem.....

Introdução	155
1. Projeção de um Instituto de Letras na Unicamp	158
2. Lingüística e Teoria Literária na Proposta de Criação do Grupo de Lingüística, no Instituto de Ciências Humanas	159
3. Lingüística e Teoria Literária em um Ofício do Conselho Diretor da Unicamp.....	169
4. Lingüística e Teoria Literária no Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras.....	171
5. Lingüística e Teoria Literária em Jornais Campineiros.....	175
6. Lingüística e Teoria Literária na Proposta do Instituto de Estudos da Linguagem – IEL	176
À Guisa de Conclusão.....	182

CAPÍTULO V

Lingüística, Ciência(s) da Linguagem, Estudos da Linguagem... ..

Introdução	187
1. A Institucionalização da Lingüística no Espaço Universitário Brasileiro: a Ciência da Linguagem.....	192
2. <i>Lingüística, Ciência da Língua, Ciência(s) da Linguagem, Estudos da Linguagem...</i>	194
À Guisa de Conclusão?	202

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA.....

APRESENTAÇÃO

O ponto de partida de minha pesquisa, inscrita na perspectiva da História das Idéias Lingüísticas, foi estudar os sentidos de *lingüística* no processo de institucionalização da Lingüística na Unicamp.

Para mim, já estava posta nesta formulação inicial a questão do *nome* lingüística. Já estava posta a questão dos sentidos deste *nome* em sua história específica – mas não solitária – neste espaço institucional.

Nesta formulação, também já estava colocada a questão da *palavra*. Émile Benveniste (1966) encontrou uma maneira bastante elegante de contornar o efeito de evidência desta unidade *nomeada* de palavra: "Permitam-nos, sempre para a comodidade, conservar este termo desacreditado – e insubstituível" (p.131).

Deselegantemente, roubo estas palavras para mim. Já o fiz em minha Dissertação de Mestrado numa tímida nota de rodapé. Tive que fazer aqui novamente, mas agora de maneira mais corajosa, no corpo do texto. Permita-me, leitor, para uma apresentação menos previsível e repetitiva¹, conservar este termo insubstituível.

Partindo daquela formulação inicial, no decorrer do trabalho, a questão dos sentidos do nome Lingüística ao lado de outros nomes da linguagem sempre me foi muito cara. O foco esteve na palavra que é nome e nas palavras que caracterizam nomes. Mas me detive também em palavras que eram ora palavras, ora nomes. E me detive ainda em alguns conjuntos de palavras, as expressões, uma vez que algumas delas viraram nomes.

Ao lado destes nomes estavam os nomes de autores.

E palavras/nomes de saber: ciência e disciplina.

Uma palavra derivada analiticamente: cientificidade.

Outra palavra encontrada recorrentemente: interdisciplinaridade.

Ainda, desde o início, palavras, expressões e nomes na Instituição:

¹ A apresentação costuma ser o começo para o leitor, e bastante freqüentemente, o final para quem escreve, como é o caso desse meu trabalho.

universidade, instituto, faculdade, departamento, setor; curso, disciplina, matéria, tópico; áreas disciplinares, áreas interdisciplinares, etc.

Ao lado de algumas incontornáveis palavras do Estado: integração, centralização, administração, etc.

Nesta história de palavras e nomes, produzida em diferentes espaços de significação, pude elaborar algumas reflexões sobre o lugar privilegiado da Lingüística, tanto enquanto ciência, como enquanto disciplina. Foi possível produzir uma compreensão a respeito das divisões móveis (mas não tanto) entre as disciplinas *da* Lingüística, as disciplinas *relacionadas à* Lingüística e as disciplinas *em concorrência com a* Lingüística, no processo de institucionalização dos estudos da linguagem na Unicamp, tendo em conta as tensões e contradições aí concernidas.

Procurei, deste modo, fazer uma história das idéias lingüísticas sobre estas divisões, tensões e contradições no domínio da Lingüística, como uma história de políticas do Estado, das instituições e dos saberes.

INTRODUÇÃO

As reflexões que aqui apresento se fizeram em função de leituras de trabalhos sobre a história dos estudos da linguagem produzidos no Brasil e em outros países, notadamente os estudos vinculados ao Programa Internacional História das Idéias Lingüísticas – HIL, incluindo os trabalhos que eu mesma venho produzindo sobre as relações entre os nomes de disciplinas, os cientistas e as instituições. Nesse percurso de reflexões, um aspecto que sempre me chamou a atenção foi a tensão de sentidos entre as diversas designações que recortam o domínio dos estudos da linguagem.

A realização destas reflexões envolveu a construção de um *arquivo de leitura* (PÊCHEUX 1982a) compreendendo materiais diversos: obras que configuram o aporte teórico-analítico de meu trabalho; obras de linhas teóricas diversas sobre a história da lingüística; e materiais de arquivo institucional relacionados à história da lingüística na Unicamp: projetos e programas de curso, catálogos, ofícios sobre a constituição da lingüística nesta universidade, além de publicações diversificadas e de materiais disponíveis em outros acervos e na internet sobre a história da lingüística no Brasil e no exterior.

O aporte teórico-analítico de meu trabalho se constitui no âmbito de uma perspectiva materialista da HIL, a partir da mobilização de conceitos e dispositivos teóricos e analíticos da análise de discurso, na linha das produções de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, e de dispositivos analíticos da semântica da enunciação, na linha dos trabalhos produzidos por Eduardo Guimarães.

Dentre as diversas pesquisas sobre a história da lingüística no Brasil, produzidas sob essa perspectiva materialista da história das idéias lingüísticas, cabe destacar aqui as análises de E. Guimarães a respeito da história da lingüística em instituições universitárias no Brasil (GUIMARÃES, 2004a). Em suas análises, o autor mostra como diferentes percursos históricos e institucionais levaram a lingüística a se desenhar diferentemente em universidades brasileiras. Assim, os estudos da linguagem nos anos 1970 e 1980 na UFRJ, USP e Unicamp apresentavam certas características marcantes:

a UFRJ com a gramática gerativa e a sociolingüística quantitativa; a USP com a semiótica; e a Unicamp com a introdução dos estudos enunciativos e discursivos.

Em meu próprio percurso de formação enquanto pesquisadora, desenvolvi um trabalho de iniciação científica sobre a história dos estudos da significação na USP e na Unicamp na década de 1980. Com este trabalho, pude compreender aspectos particulares da configuração dos estudos da significação nestas duas instituições, bem como em outras instituições do estado de São Paulo, como a PUC de São Paulo e o Centro de Estudos Semióticos “A. J. Greimas” - CESAJG (este último, sediado inicialmente em Ribeirão Preto, transfere-se para Araraquara com a estruturação da UNESP em 1978)².

A partir da leitura de trabalhos sobre a história da lingüística no espaço universitário brasileiro e de minhas próprias análises, pude observar que os cursos de lingüística na Unicamp (de graduação e de pós-graduação), desde os primeiros anos de sua institucionalização, abrigavam um amplo leque de disciplinas de áreas diversas, enquanto que em outros espaços universitários (em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras regiões do Brasil) esse leque não era tão diversificado.

Um dos momentos decisivos de meu trabalho de leitura de arquivo ocorreu durante a minha pesquisa de mestrado sobre a história da semântica argumentativa na Unicamp nas produções de Carlos Vogt e Eduardo Guimarães³. Naquele momento, fez-se importante compreender um pouco das condições histórico-institucionais da constituição desta semântica nesse espaço científico, a partir de uma pesquisa em materiais de arquivo institucional sobre a constituição da lingüística, conservados no Arquivo Central do Sistema de Arquivos da universidade.

No decorrer dessa pesquisa pude observar que a lingüística, mesmo

² Esta pesquisa de iniciação científica, intitulada *História dos Estudos sobre a Enunciação no Brasil* (FERREIRA, 2002) foi desenvolvida sob orientação do professor E. Guimarães e contou com o apoio da Fapesp (Fapesp, 01/02641-6).

³ Essa pesquisa resultou em minha dissertação, *Um Nome de Teoria Estabilizado, Sentidos em Movimento: a Semântica Argumentativa na História* (FERREIRA, 2005) e foi realizada sob orientação da professora Claudia Pfeiffer.

sendo significada de maneiras diferentes em momentos distintos de sua constituição na Unicamp, era sempre designada como *ciência* e, bastante freqüentemente, significada em relação à *interdisciplinaridade* (ao lado de uma presença não recorrente, mas pontual da palavra *pluridisciplinaridade*).

Tendo isso em conta, pude elaborar meu projeto de doutorado tomando como objeto de análise estes materiais conservados no Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Tomei como objetivo de trabalho compreender com maior profundidade como a *lingüística* é neles significada, já que minhas leituras iniciais sobre estes materiais me levaram à formulação de uma hipótese que me pareceu bastante interessante. A hipótese formulada foi a de que este modo de designação da palavra *lingüística*, sempre significada enquanto ciência, e muito freqüentemente enquanto lugar privilegiado do trabalho interdisciplinar (geralmente funcionando por uma demanda de completude) teria um papel primordial:

- na incorporação de um grande número de disciplinas bastante diversificadas ao curso de *lingüística*;
- na legitimação institucional de seu próprio nome na universidade num espaço outro, fora de uma Faculdade de Letras (inicialmente, a *lingüística* se estabeleceu no interior do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH e, posteriormente, no Instituto de Estudos da Linguagem – IEL);
- na própria constituição do IEL.

Diante desta hipótese, elaborei as seguintes questões para a minha pesquisa: Como compreender o movimento dos sentidos de *lingüística* na história da institucionalização da *lingüística* na Unicamp, notadamente em sua relação com a cientificidade e a pluri/interdisciplinaridade, dentro das condições materiais específicas sob as quais estes sentidos se constituíram? Que condições materiais (histórico-institucional-discursivas) possibilitaram a constituição da *lingüística* nesses novos espaços institucionais de significação?

Que efeitos esse modo de significar da lingüística produziu nessa universidade relativamente às ciências humanas e aos estudos da linguagem? Como compreender essa história de sentidos do nome *lingüística* a partir de sua relação com outros nomes, notadamente, com outros nomes de linguagem?

Ao elaborar estas questões, tomei como fundamental a relação entre a lingüística e 'seu domínio próprio' – a língua – proposto por Ferdinand de Saussure, considerando que tal relação é contraditória e constitutiva no sentido de que a constituição deste 'domínio próprio' não apaga os domínios exteriores.

Ao levar isso em conta, busquei, ao longo das análises, dar visibilidade a outras tensões e contradições, concernentes à relação entre lingüística e interdisciplinaridade na Unicamp, em que entram em jogo:

- o efeito de unidade, produzido e mantido institucionalmente, para o sentido de lingüística (*há um campo uno, a lingüística*) ao lado do efeito de cientificidade (*a lingüística é a ciência da linguagem*);
- o efeito de pertencimento à lingüística, também produzido e mantido institucionalmente, sobre o conjunto de disciplinas do curso de lingüística (a pluri/interdisciplinaridade);
- o movimento de construção e des-construção do escopo da lingüística;
- os limites que, nesse movimento, se mantêm.

Ao mesmo tempo, busquei refletir de que maneira estas tensões e contradições se constituem no interior de condições históricas e institucionais gerais e específicas da institucionalização da lingüística na Unicamp, nas quais estão em jogo, constitutivamente, as relações tensas e contraditórias, entre o Estado, as Instituições e os saberes.

Essas questões, formuladas a partir de uma perspectiva teórica materialista da HIL, possibilitaram que eu realizasse meu trabalho de arquivo de leitura de uma maneira específica, ao mesmo tempo em que levaram à

formulação de outras questões e compreensões analíticas ao longo da pesquisa empreendida.

Nesse percurso, algumas reflexões em torno do conceito de *discurso fundador* (ORLANDI 1993a, 1993b) levaram a um retorno à minha hipótese inicial sobre a história da lingüística na Unicamp relativamente à demanda pela cientificidade e ao argumento da interdisciplinaridade, permitindo formulá-la de maneira mais elaborada.

Em minhas análises, pude vislumbrar os efeitos de duas formulações que fazem parte das condições históricas da constituição da lingüística na Unicamp:

A lingüística é a ciência da linguagem

A lingüística é a ciência-piloto das ciências humanas.

Estas formulações são tomadas como discursos fundadores que permitem a instauração de novos sentidos para a palavra *lingüística* na Unicamp, no jogo tenso entre os sentidos já estabelecidos e outros sentidos que vão surgindo:

- Primeiramente, a demanda pela cientificidade presente nesses discursos fundadores funciona como um preconstruído que configura determinados sentidos para a palavra *lingüística* – não sem contradições – legitimando o seu nome no espaço institucional brasileiro em meio aos outros nomes de linguagem.
- Em segundo lugar, o argumento da interdisciplinaridade da lingüística legitima institucionalmente, ao lado da cientificidade, o nome *lingüística* no espaço institucional da Unicamp em meio a outros nomes de saber, inicialmente entre as ciências humanas, no IFCH, e posteriormente entre os estudos da linguagem, no IEL.

Esta tese está dividida em cinco capítulos, além das considerações finais.

No Capítulo I, inicio refletindo sobre a constituição das pesquisas em HIL e em seguida apresento os principais conceitos teóricos e metodológicos com os quais trabalho, buscando focalizar o modo pelo qual a história é considerada. A partir disso, discuto o trabalho de leitura de arquivo e, também, a constituição dos saberes e suas divisões. Ao final, busco refletir sobre o funcionamento da cientificidade e da interdisciplinaridade na história dos sentidos de *lingüística* em relação ao *Cours* de F. de Saussure.

No Capítulo II, reflito sobre o processo de institucionalização da lingüística enquanto *a ciência da linguagem*, no espaço científico brasileiro, tendo como foco principal faculdades e universidades. Ao lado disso, apresento uma análise sobre os sentidos de *lingüística* no Currículo Mínimo para os Cursos de Letras (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO 1962), buscando compreendê-lo em suas condições históricas e como parte das condições da institucionalização da lingüística no Brasil. Focalizando estas condições, analiso, em seguida, alguns aspectos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB⁴ de 1961 e do texto de um Acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional⁵ – MEC-USAID (ALVES 1968) em relação aos primeiros projetos de criação da Unicamp. Nessa análise, busco observar as políticas científicas envolvidas em torno das demandas pela 'integração'. Em seguida, analiso as demandas pela cientificidade e pela interdisciplinaridade nos primeiros documentos relativos à criação da lingüística na Unicamp e suas projeções para a universidade, buscando observar que relações se estabelecem entre as demandas próprias do Estado, da universidade e dos saberes.

No Capítulo III, minhas análises se fazem sobre os sentidos de *lingüística* em relação a outros nomes de linguagem que vão sendo incluídos

⁴ Cf. BRASIL (1961) Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346> Acesso: 8 jan 2009.

⁵ Em inglês: United States Agency for International Development.

como disciplinas dos cursos de graduação e de pós-graduação em *lingüística* no IFCH da Unicamp. Estas análises buscam mostrar como as disciplinas são divididas enquanto disciplinas *da* *lingüística* e disciplinas *relacionadas à* *lingüística*, a partir da cientificidade e da pluri/interdisciplinaridade. Procuro observar como essa divisão não é estanque e, ao lado disso, procuro analisar as tensões e contradições aí presentes, que fazem com que, no interior mesmo das disciplinas significadas como disciplinas *da* *lingüística*, algumas signifiquem como *menos científicas do que outras*. No decorrer dessas análises, traço algumas reflexões sobre as condições históricas da constituição dessas disciplinas objetivando compreender o funcionamento dessa 'hierarquia' relativa à cientificidade no interior da *lingüística*.

No Capítulo IV, minhas análises sobre os sentidos de *lingüística* na relação com outros nomes de linguagem se detêm sobre a relação com a teoria literária que, desde o início de sua constituição, ainda como disciplina do curso de *lingüística*, é situada fora do espaço da *lingüística*, em oposição à *lingüística*. No interior desse percurso analítico, busco compreender como se deu a criação de um Instituto de Estudos da Linguagem e que efeitos a constituição desse novo instituto produziu sobre os sentidos de *lingüística*.

No Capítulo V, procuro analisar alguns aspectos das relações de concorrência estabelecidas entre o nome *lingüística* e outros nomes de linguagem, como *ciências da linguagem* e *estudos da linguagem*, *linguagens*, dentre outros, no espaço científico brasileiro de modo geral, deixando o tema em aberto e sinalizando algumas indicações de análise para trabalhos posteriores.

Ao final, retomo e relaciono algumas reflexões e análises realizadas em cada capítulo, buscando elaborar algumas compreensões gerais sobre o processo de institucionalização da *lingüística* na Unicamp enquanto um nome que se (re)divide, (re)designa e (re)significa em relação a outros nomes nesse espaço universitário.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS

Introdução

O processo de constituição da área de história das idéias lingüísticas – HIL – remonta à década de 1980, a partir de pesquisas empreendidas por grupos de trabalho de análise de discurso e projetos coletivos com pesquisadores de áreas diversas, coordenados pela professora Eni Orlandi. Vale lembrar aqui o projeto “Discurso, Significação, Brasilidade”, que buscou, entre outras coisas, elaborar reflexões sobre as línguas do/no Brasil, tendo em conta as relações de colonização. As pesquisas desse projeto resultaram em diversos trabalhos, como os livros *Política Lingüística na América Latina* (ORLANDI (org.), 1988a), *Terra à Vista* (ORLANDI, 1990) e *Discurso Fundador* (ORLANDI (org.), 1993a), por exemplo.

Esses trabalhos levaram à constituição do projeto História das Idéias Lingüísticas, fortalecendo as relações de colaboração com outras universidades e instituições de pesquisa do Brasil e também do exterior, como com o Laboratoire d’Histoire des Théories Linguistiques – HTL. Isso levou à oficialização de novos projetos e à criação de acordos interinstitucionais entre o Brasil e a França, através do apoio do acordo Capes/Cofecub. Os projetos HIL tiveram como coordenadores na Unicamp os professores Eni Orlandi e Eduardo Guimarães. Em instituições do Brasil e do exterior, participaram como coordenadores os professores Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Sylvain Auroux (ENS) e Jean-Claude Zancarini (ENS-LSH). Ao lado disso, no Brasil foram oficializados convênios de colaboração entre a UFSM (Procad/CAPES) e a UNEMAT (PQI/CAPES).

O início das pesquisas em HIL está marcado por uma grande produção de trabalhos relativos à construção de um saber metalingüístico e à constituição da língua nacional. Estas pesquisas se estenderam com questões sobre a ética e a política das línguas, englobando estudos sobre a constituição da lingüística ao lado da filologia e da gramática, além de estudos sobre as

políticas de ensino e as normatividades. Outro tema de trabalho é a questão do controle político da representação, que aborda a história das teorias e métodos lingüísticos, ao lado da história das instituições, das disciplinas lingüísticas, da filosofia e das ciências humanas e sociais. Ao lado disso, também se tornaram objeto de estudo dos projetos HIL questões sobre conhecimento e política de línguas relativamente a teorias, instituições, políticas do Estado, discursos sobre ciência e militância, e ciência e mídia⁶.

Estes temas não foram elaborados todos de uma só vez; eles foram se constituindo no batimento entre teoria e análise e, a partir daí, produzindo outras demandas de questões e novos temas de investigação.

Essas pesquisas têm resultado em uma produção bastante expressiva, com reflexões teóricas importantes realizadas por pesquisadores de diversas universidades brasileiras. Lembro aqui a obra *Língua e Cidadania. O Português no Brasil* (GUIMARÃES & ORLANDI (orgs.), 1996), o número 130 da Revista *Langages* (GUIMARÃES & ORLANDI (orgs.), 1998) e os livros *História das Idéias Lingüísticas* (ORLANDI (org.), 2001a), *História do Saber Lexical e Constituição de um Léxico Brasileiro* (NUNES & PETTER (orgs.), 2002) e *Política Lingüística no Brasil* (ORLANDI (org.), 2007).

No conjunto das produções em HIL, há várias pesquisas que tematizam a história da lingüística em instituições universitárias brasileiras. Em meu próprio trajeto de pesquisa, um dos aspectos que sempre me chamou a atenção foi o papel das instituições na constituição dos saberes sobre a linguagem. A esse respeito, não poderia deixar de mencionar aqui o livro *Institucionalização dos Estudos da Linguagem. A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas* (GUIMARÃES & ORLANDI (orgs.), 2002). Esta obra reúne produções sobre os estudos de Mattoso Câmara e o seu lugar na institucionalização da lingüística no Brasil, bem como produções sobre a constituição das instituições escolares, os Colégios, ao lado da disciplinarização dos estudos lingüísticos e da questão do ensino.

⁶ Cf. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Programa História das Idéias Lingüísticas. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/> Acesso: 10 out. 2008.

As pesquisas dos projetos HIL acabaram por contribuir para a institucionalização do nome História das Idéias Lingüísticas enquanto disciplina no IEL/Unicamp (na graduação na década de 1990 e na pós-graduação em 2004) e enquanto Programa de pesquisa. Esta área, constituída no interior dos estudos da linguagem, se configura a partir de uma perspectiva materialista da história, tal como ela é formulada pela análise de discurso. Isso não impede que se estabeleçam diálogos teóricos com outras perspectivas, incluindo aquelas que se situam institucionalmente como exteriores aos estudos da linguagem, como a filosofia e a as ciências sociais, por exemplo. O programa HIL se caracteriza por reunir trabalhos de outras áreas afins, buscando estabelecer um diálogo teórico produtivo.

O processo de constituição de reflexões sobre a história das idéias lingüísticas, elaboradas a partir dos estudos da linguagem, constitui um modo específico de produzir conhecimento no espaço científico brasileiro. Há uma determinada maneira de se fazer história das idéias lingüísticas *no* Brasil que constrói o lugar da história das idéias lingüísticas *do* Brasil. Há uma especificidade no fazer científico brasileiro, que se constrói no próprio processo de reflexão sobre as idéias lingüísticas *no* Brasil, permitindo criar uma disciplina com o nome de história das idéias lingüísticas e inaugurar, deste modo, o domínio da história das idéias lingüísticas *do* Brasil.

1. Algumas ancoragens teórico-analíticas em HIL

Minha tese se filia a este domínio da história das idéias lingüísticas, sob uma perspectiva materialista, configurada a partir dos dispositivos teórico-analíticos da análise de discurso na linha dos estudos de M. Pêcheux e E. Orlandi, e dos dispositivos analíticos da semântica da enunciação, na linha dos estudos de E. Guimarães. Desta perspectiva, busco dialogar com outras áreas afins, como a história e epistemologia das ciências da linguagem segundo a abordagem de S. Auroux e a abordagem de J-L. Chiss e C. Puech.

Fazer história da constituição de saberes sobre a linguagem, dentro dessa perspectiva, implica considerar que a produção de conhecimento está

determinada historicamente por condições materiais específicas que envolvem o político, o institucional, o ideológico e o simbólico.

Dentro destas condições, os saberes podem traçar diferentes caminhos num mesmo espaço-tempo, e tais caminhos, por vezes, se cruzam, se aproximam, se desdobram, ou se opõem e se distanciam.

Aqui vale lembrar as palavras de Sylvain Auroux em *A Revolução Tecnológica da Gramatização* (1992):

“Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospecção (Auroux, 1987b), assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina, o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro, sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber” (p. 11, 12).

A história vista dessa maneira não é unívoca. Não é uma evolução cronológica de fatos e descobertas. Considerá-la desse modo seria supor, como notou Georges Canguilhem (1965, *apud* LECOURT, 1972), que a anterioridade cronológica seria uma inferioridade lógica. Ou ainda, como comentou Paul Henry em “A História não Existe?” (1984), seria supor que um dia o conhecimento seria desvendado e a verdade seria descoberta e que, então, a história conheceria o seu fim.

Ao contar uma história, ela não é simplesmente contada, mas é, antes, interpretada. Segundo Paul Henry:

“É ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências” (HENRY 1984, p. 51, 52).

Ao trabalhar com a história (no caso, com a história da constituição de uma teoria lingüística), este trabalho se faz sobre interpretações, sobre sentidos que são historicizados e significam como “fatos”. Ao mesmo tempo, tal trabalho é ele mesmo uma interpretação sobre tais fatos. Aqui vale lembrar da conhecida frase de Nietzsche, “todo fato já é uma interpretação”, citada por M. Pêcheux em *O Discurso. Estrutura ou Acontecimento* (1983a). A própria consideração do que seja um “fato” ou “evento” já é uma interpretação, já é fazer sentido sobre o que existe como história.

O analista que não vivenciou a história a ser contada, ao contá-la, o fará do interior de uma história e não fora dela. O analista que vivencia a história a ser contada também não a contará fora dela. Ou seja, o analista não conta, simplesmente, a história; ele faz uma história. Disso não decorre que não haja rigor teórico e metodológico para se fazer história. A teoria e a metodologia precisam produzir instrumentações para que se faça história, não saindo dela, o que não é possível, mas saindo de algumas evidências por ela produzidas. Não é possível sair de todas as evidências, mas é preciso poder desestabilizar as evidências históricas daquilo que se vai tomar como objeto de estudo.

Segundo Eduardo Guimarães (2004a), a prática científica

“é determinada pelas condições históricas gerais e pelas condições históricas do domínio do saber e é particularizada pelas instituições (pelo Estado) em que se desenvolve. Isso tem a ver com o fato de que, de um lado, o sujeito da ciência não está fora da história. Poderia parafrasear em certa medida aqui P. Henry (1975) e dizer que o sujeito do conhecimento não está separado do sujeito político (historicamente determinado). E mais que isso: o sujeito do conhecimento se subordina ao sujeito político. Nos termos do que acabo de dizer: o sujeito do conhecimento é determinado pelas condições históricas. Por outro lado, o sujeito da ciência também não está fora das relações institucionais de individuação” (p. 16).

Desse modo, recusar a ilusão de que se estaria fora da história ao contar uma história é reconhecer que a história deve ser considerada em relação ao sujeito, aos sentidos, à ideologia e à língua.

A partir de uma relação estabelecida entre lingüística, materialismo histórico (marxismo) e psicanálise, a análise de discurso constituiu para si seu espaço de trabalho no entremeio, colocando-se numa posição crítica relativamente a estes campos. Desta posição teórica e crítica, a análise de discurso toma como objeto o discurso e mobiliza sujeito, sentido, língua, história e ideologia de um modo específico.

O discurso pode ser compreendido como a língua na história, como “o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 1999a, p. 17).

Os sujeitos e sentidos são sempre determinados historicamente e, ao mesmo tempo, essa determinação não é estanque; há sempre a possibilidade da falha, do equívoco, da instauração de outro lugar de significação para o sujeito e para a língua. O sentido é “relação a” (CANGUILHEM 1965, *apud* LECOURT, 1980), sendo que esta relação não é uma qualquer, mas uma possível. Dizer algo sobre essas relações é poder dizer algo sobre o sentido. Desse modo, os sujeitos e os sentidos não são “nem fixados *ad aeternum*, nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns” (ORLANDI 1999b, p. 22).

A subjetividade e a significação são definidas em relação à história, à ideologia e ao simbólico: “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este se submete à língua significando e significando-se pelo simbólico na história” (ORLANDI 1999b, p. 17).

No processo de reflexão teórica sobre esses conceitos, E. Orlandi formulou o conceito de forma material. Segundo a autora:

“pela forma material, podemos trabalhar a inscrição do histórico na língua, o investimento do sentido na sintaxe, de modo a seguir o princípio segundo o qual a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. Estabelecemos assim a relação entre forma-sujeito e a forma do sentido pela noção de materialidade discursiva, lingüístico-histórica” (ORLANDI 2002a, p. 23).

Desse modo, o discurso só pode ser analisado em seu funcionamento, na língua, em sua materialidade histórico-lingüística. Dentro deste espaço de reflexões, o objeto da análise de discurso é o discurso e a unidade de análise é o texto.

O texto, segundo E. Orlandi (2001b), "é a unidade fundamental da linguagem, quando pensamos seu funcionamento, o fato de que ela faz sentido" (p. 16). O texto é uma unidade imaginária, através da qual é possível vislumbrar o funcionamento do discurso.

O discurso é textualizado de diversas maneiras. Uma frase pode ser tomada como um texto, assim como uma palavra, uma imagem, uma música. O texto, enquanto unidade fundamental da linguagem, não se reduz ao que se define comumente como "verbal".

Em minha pesquisa, enquanto o texto é a unidade de análise, a palavra é a unidade de trabalho. A palavra é aqui tomada como uma unidade significativa, enquanto algo próprio de uma língua. Minha unidade de trabalho é, então, a palavra – ou um conjunto de palavras, as expressões – que pode vir a ser nome, ou que se confunde com o nome. A palavra, as expressões e os nomes são analisados enquanto textos.

Da mesma forma, em minhas pesquisas, deparei-me com alguns discursos que se materializam em formulações cristalizadas, significando, como nos mostra Orlandi (1993a), imaginariamente, como referência e como o lugar de origem do dizer, isto é, como discursos fundadores. Esse conceito foi fundamental em meu trabalho.

O conceito de discurso fundador, elaborado por E. Orlandi, é trabalhado na obra conjunta *Discurso Fundador* (ORLANDI org., 1993a). No prefácio de E. Orlandi para esta obra, a autora observa que o discurso fundador, na reflexão conjunta de diversos pesquisadores, não é um conceito definido; sua delimitação se dá "pelo próprio exercício da análise dos fatos que o constituem, observada a relevância teórica" (*ibidem*, p. 7).

Neste prefácio, ao se referir aos textos que discutem a história de um país, E. Orlandi salienta que:

“os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país. E a nossa tarefa é então mostrar como é que eles se estabilizam como referência na construção da memória nacional” (*ibidem*, p. 7).

Segundo a autora, os discursos fundadores não coincidem, necessariamente, com as formulações “empíricas” que os originaram. O processo de constituição dos sentidos pode se dar através de outros mecanismos, na história, que desorganizam sentidos e os reorganizam em outros lugares. Escreve a autora:

“Assim, refletir sobre as forças também desorganizadoras que são parte do processo de instituição dos sentidos é um modo de tornar visível a relatividade dos seus “lugares”. Desmontar sua certeza e sua territorialização, que são sempre função de uma relação de forças, no entanto silenciadas, é esse o trabalho que procuramos trazer para a reflexão sobre o discurso fundador. Sem defini-lo categoricamente, procuramos pensá-lo como a fala que transfigura o sem-sentido em sentido (E. Orlandi, 1990)” (*ibidem*, p.8).

A transfiguração do sem-sentido em sentido é analisada mais de perto no interior do mesmo livro, no artigo de E. Orlandi, “Vão Surgindo Sentidos” (1993b). Este artigo discute, entre outras coisas, como a formulação do enunciado “querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”, da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, possibilita a instauração de um discurso fundador que passou a circular através do enunciado “em se plantando tudo dá”. Este enunciado e diversos outros que contribuem para produzir determinados sentidos sobre o Brasil, como “diga ao povo que fico”, “independência ou morte”, são discursos fundadores. Eles são enunciados que

“vão inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido” (ORLANDI, 1993b, p. 12).

Há sentidos que se fundam a partir do sem-sentido, daquilo que é o novo – no caso, o novo para o colonizador. E há, também, acrescenta E. Orlandi, sentidos que se fundam “onde outros sentidos já se instalaram”. A esse respeito, escreve a autora:

“Não há ritual sem falhas, segundo Pêcheux (1991), por isso é possível a ruptura. Instauração de uma nova ordem de sentidos. O que se caracteriza como fundador – em qualquer caso mas precipuamente neste – é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. É um momento de significação importante, diferenciado.

O sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra “tradição” de sentidos que produz outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova “filiação”. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua “memória”.

Esse processo de instalação do discurso fundador, como dissemos, irrompe pelo fato de que não há ritual sem falha, e ele aproveita fragmentos do ritual já instalado – o da ideologia já significativa – apoiando-se em “retalhos” dele para instalar o novo” (*ibidem*, p. 13).

Dessa maneira, as diversas reflexões teóricas sobre estes conceitos fundamentais da análise de discurso incluem necessariamente a história e, ao mesmo tempo, vão construindo um modo específico de considerar a história. A história é constitutiva da linguagem, do simbólico, do significante; não é algo exterior. Os sentidos se constroem na língua historicamente.

Em relação a isso, dois conceitos primordiais da análise de discurso são os conceitos de preconstituído e de interdiscurso.

O conceito de preconstituído, proposto por P. Henry (1977) e M. Pêcheux (1975), é concebido como um efeito que “remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é “constituído” pelo enunciado” (PÊCHEUX 1975, p. 99).

O conceito de interdiscurso é definido por M. Pêcheux, em *Semântica e Discurso* (1975), em relação às formações discursivas e às formações ideológicas. Uma formação discursiva determina o que pode e deve ser dito a partir de uma formação ideológica dada. Os limites entre as formações discursivas não são estanques e aquilo que é excluído de uma formação discursiva não deixa de significá-la. O interdiscurso é recortado pelas diferentes formações discursivas, que têm seus limites em constante movimento.

Uma das primeiras definições de interdiscurso do autor o toma como

“todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que (...) caracteriza o complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1975, p. 162).

Nas palavras de E. Orlandi, o interdiscurso é definido como “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 1999a: p. 33). Este esquecimento é estruturante. Não se tem acesso ao interdiscurso, ele é irrepresentável. O interdiscurso é definido também como memória discursiva:

“como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do preconstruído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI 1999a, p. 31).

O interdiscurso, ou memória discursiva, é também nomeado como memória de sentidos e memória histórica. Conforme M. Pêcheux em “Papel da Memória” (1984b), a memória discursiva

“é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas polêmicas e contra-discursos” (p. 56).

O interdiscurso, compreendido como memória histórica, se distingue da memória de arquivo, que é memória construída, institucionalizada (ORLANDI 2003). Ou, em outras palavras, aquela que as instituições não deixam esquecer.

A questão do arquivo teve um espaço de reflexão bastante significativo no decorrer de minhas pesquisas. Uma obra que tomei como fundamental para refletir sobre essa questão foi “Ler o Arquivo Hoje”, de Michel Pêcheux (1982a). Tratarei dela um pouco mais demoradamente no item a seguir.

1.1. Ler o Arquivo Hoje⁷

No artigo “Ler o Arquivo Hoje” de M. Pêcheux (1982a), o autor discute a construção do arquivo e sua leitura, tendo em vista a materialidade da língua e a divisão dos saberes na história, dentre tantas outras questões.

M. Pêcheux começa por analisar a questão da leitura de arquivo através de uma história das idéias de duas culturas, designadas como “literária” e “científica”. O autor busca observar, nessas culturas, como a língua é concebida, as maneiras distintas de ler o arquivo e o abismo que foi se ampliando entre elas. Ele observa que em ambas as culturas o *fato da língua* é contornado. A materialidade da língua é concebida, na maioria das vezes, apenas como um meio transparente, ou então como uma vidraça empoeirada através da qual se incita a espreitar “as próprias coisas” (PÊCHEUX 1982a, p. 63). Dessa maneira, para estas duas culturas, a leitura não é tomada como uma questão e a construção do arquivo não é tomada como uma leitura.

O autor define *arquivo* no sentido amplo de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (*ibidem*, p. 57). Assim, o arquivo pode ser, por exemplo, um banco de dados, uma biblioteca, um conjunto de documentos levantados por um pesquisador para seu trabalho particular ou um conjunto de textos que constroem sua filiação teórico-analítica.

A partir desta definição de *arquivo*, quanto à questão dos documentos, cabe perguntar: Que documentos seriam pertinentes? E também: Para quem são pertinentes? Sobre este ponto, é interessante destacar algumas relações estabelecidas no texto de Pêcheux entre as instituições, o arquivo e a memória histórica. A pertinência de determinados documentos é relativa ao papel das instituições nos diferentes modos de se ler o arquivo e o papel do arquivo na gestão da memória histórica.

A *leitura de arquivo*, para o autor, envolve desde uma leitura “individual” feita pelos “literatos” de seus arquivos, passando pela própria construção desses arquivos por eles, bem como por outros tipos de construção

⁷ Este subtítulo reproduz o título da obra do autor por ser o tema de reflexão do presente item.

de arquivo, como aqueles realizados por escrivães, copistas e técnicos especializados, por exemplo. Estas diversas maneiras de se ler o arquivo são sempre reguladas por uma divisão social do trabalho de leitura: "a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo "interpretações", constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento "literal" dos documentos, as ditas "interpretações"..." (*ibidem*, p. 58).

Pêcheux observa que atualmente a divisão social do trabalho de leitura entre "literatos" e "cientistas" está se reorganizando. As demandas de "objetividade" para o tratamento de "dados" textuais, vindas de diversos setores da sociedade (Igreja, Estado, empresas) encontram legitimidade através de uma referência à "ciência" e têm, na informática, suas condições materiais de realização.

Para o autor, a difusão maciça da informática para estes fins abre a possibilidade de *expansão* dos privilégios "literários" da leitura para outros setores como os discursos políticos e publicitários, lugares em que a prática da "leitura literal" se mostraria insuficiente. Ao mesmo tempo, há a possibilidade de uma *restrição* dos privilégios da leitura interpretativa, como resultado "de uma expansão da influência das *línguas lógicas de referentes unívocos*, inscritos em novas práticas intelectuais de massa" (*ibidem*, p. 60).

Nesta re-divisão social do trabalho de leitura, ao considerar "a *existência da lingüística*, como disciplina "de entremeio", incapaz de se dispor incondicionalmente, nem do lado dos "literatos" nem do lado dos "cientistas"" (*ibidem*, p.62), Pêcheux produz um deslocamento sobre a questão da leitura do arquivo, que deve ser analisada, considerando-se a materialidade da língua. E a materialidade da língua, da perspectiva da *análise de discurso*, comporta em seu interior o deslize, a falha e a ambigüidade, a partir dos quais há possibilidade de jogo para o sujeito.

Para Pêcheux, a realização do trabalho de leitura de arquivo implica também lançar mão das tecnologias da informática, não como uma simples

aplicação dessas tecnologias e sim como uma apropriação delas, no confronto com a “*materialidade da língua na discursividade do arquivo*” (*ibidem*, p. 63).

As questões trazidas neste texto pelo autor tiveram conseqüências teórico-analíticas bastante produtivas para minha pesquisa, tanto do ponto de vista do próprio trabalho de leitura de arquivo que desenvolvi, quanto para as compreensões analíticas sobre as divisões entre os saberes científicos e não-científicos.

Meu trabalho de leitura de arquivo envolve textos de diversos tipos conservados no Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp – Siarq: Projetos, programas de curso, ofícios, dentre outros. Minhas leituras também incluem catálogos de graduação e de pós-graduação, além de publicações e materiais disponíveis na internet relacionados à história da lingüística no Brasil, de modo geral, e na Unicamp, em particular.

As análises realizadas sobre estes materiais foram se produzindo em um batimento entre leitura de arquivo e prática teórico-analítica: a partir da perspectiva HIL, foi possível construir meu arquivo de uma determinada maneira e produzir determinadas leituras e análises, as quais retornavam para o próprio arquivo em forma de questões teóricas, demandando novas práticas de leitura.

Como parte constitutiva deste trabalho de leitura de arquivo, está o aporte teórico-analítico a partir do qual realizo minhas reflexões e análises. Ao mesmo tempo, o conceito de arquivo de leitura é parte constitutiva do aporte teórico-analítico de minha pesquisa.

Essa abordagem materialista da história, elaborada pela análise de discurso de diversas maneiras, tem um papel fundamental na semântica da enunciação, na linha dos estudos de Eduardo Guimarães. No item a seguir, tratarei dos dispositivos analíticos desta semântica, que mobilizo em minhas análises.

1.2 dispositivos analíticos da semântica da enunciação

Em meu trabalho “O Conceito de Interdiscurso na Semântica da Enunciação” (FERREIRA, 2006), busco mostrar como o modo de apropriação do conceito de interdiscurso na produção de E. Guimarães permitiu ao autor construir um outro lugar para a sua semântica, considerando a história.

O diálogo teórico estabelecido entre esta semântica e a análise de discurso possibilita tomar o sentido como discursivo. O sentido é definido na semântica da enunciação em relação ao acontecimento enunciativo, sendo que a enunciação é considerada historicamente, a partir do conceito de interdiscurso.

Para construir sua definição de enunciação, E. Guimarães, em *Os limites do Sentido* (1995), mobiliza os conceitos de intertextualidade e interdiscursividade. Aqui vale lembrar que a intertextualidade é concebida como relação de um texto com outros, sendo que na relação intertextual o esquecimento não é estruturante (ORLANDI, 2001b).

Segundo E. Guimarães:

“a relação de interdiscursividade mobiliza, inescapavelmente, a relação entre textos diferentes, ou seja, mobiliza a intertextualidade. Esta relação é aquela que nos dá o lugar da historicidade específica da enunciação. Ou seja, a enunciação em um texto se relaciona com a enunciação de outros textos efetivamente realizados, alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os. Assim, pela interdiscursividade e sua necessária intertextualidade, o sentido não é formal, mas tem uma materialidade, tem uma historicidade” (GUIMARÃES 1995, p. 68).

A partir destas considerações, a enunciação é definida pelo autor como “um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso” (*ibidem*, p. 70), e o *sentido de um enunciado* como “os efeitos de sua enunciação” (*ibidem*, p. 70), ou seja, como efeitos de um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso.

Neste livro, E. Guimarães considera o sentido como efeitos do cruzamento de discursos (do interdiscurso) no acontecimento enunciativo. O sentido está, desse modo, relacionado à enunciação. Para mim, a concepção

de sentido proposta por G. Canguilhem com a qual a análise de discurso trabalha pode ser compreendida na concepção de sentido de E. Guimarães através do conceito de interdiscurso, que possibilita o cruzamento de discursos, ou seja, que possibilita a relação entre discursos. Esta concepção de que o sentido é “relação a” tem relevância na definição de outros conceitos da análise de discurso e da semântica da enunciação.

Tendo em conta que a unidade de trabalho de minhas análises é a palavra, sendo muitas delas nomes, é de fundamental importância refletir sobre seu funcionamento. Na semântica da enunciação de E. Guimarães, o nome é compreendido como uma palavra cujo funcionamento nomeia, designa e refere, a partir da seguinte distinção:

“A *nomeação* é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome (não vou aqui discutir este processo). A *designação* é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. É neste sentido que não vou tomar o nome como uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos. Vou considerar, tal como considera Rancière (1992), que os nomes identificam objetos. Hipótese que me interessa fortemente tanto para os nomes comuns, como para os nomes próprios (...). A *referência* será vista como a particularização de algo na e pela enunciação” (GUIMARÃES 2002, p. 9).

Em meu percurso analítico sobre o funcionamento de palavras e nomes em diversos textos relativos à história da lingüística, trabalho produtivamente com os procedimentos de *articulação* e *reescrituração* propostos por E. Guimarães. Estes procedimentos são definidos pelo autor em relação à textualidade como dois procedimentos fundamentais através dos quais se constitui a enunciação.

Conforme escreve E. Guimarães, os procedimentos de articulação

“dizem respeito às relações próprias das contigüidades locais. De como o funcionamento de certas formas afeta outras que elas não redizem” (GUIMARÃES, 2004a: p. 18).

Estes procedimentos articulam, por exemplo, palavras, palavras compostas e expressões no interior de um mesmo enunciado e/ou entre outros enunciados, num texto.

Dois exemplos interessantes deste tipo de procedimento são as *operações narrativas* e as *operações argumentativas*. As primeiras mobilizam marcas de temporalidade (*desde, até, já, etc.*) que constroem uma história no texto, relativamente a outros textos, estabelecendo relações de diálogo, debate, confronto, etc.⁸. As segundas se articulam através de marcas lingüísticas diversas (operadores argumentativos como: *mas, embora, contudo, pois, já que*, a comparação, etc.) que confrontam argumentos e conclusões dos enunciados de um texto e lhes dão uma determinada orientação argumentativa⁹.

A reescrituração, segundo E. Guimarães (2004a), "é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito, fazendo interpretar uma forma como diferente de si" (p. 17). E ao redizer o que já foi dito, produz-se uma deriva do sentido (GUIMARÃES, 2002). Em outras palavras, segundo o autor, os procedimentos de reescrituração são procedimentos de deriva do sentido próprios da textualidade. Os procedimentos de reescrituração podem se configurar de diversas maneiras num texto: por anáfora, catáfora, repetição, substituição, enumeração, elipse.

As considerações de M. Pêcheux (1983a) de que na própria estrutura da língua há pontos de deriva e de que todo enunciado ou seqüência de enunciados é intrinsecamente suscetível de deriva de sentidos são a base para a compreensão da deriva a partir do lugar de análise elaborado por E. Guimarães, no interior da semântica da enunciação.

Sob esta posição semântica, o procedimento de reescrituração se configura como um lugar de análise que permite observar, na relação entre

⁸ O termo 'operações narrativas' é de E. Guimarães (2001), "O Sujeito e os Estudos da Significação na Década de 70 no Brasil". Proponho esta definição de *operações narrativas* a partir da leitura que faço do referido artigo.

⁹ Proponho esta definição de *operações argumentativas* seguindo a abordagem dada por Guimarães (1995) para a análise dos operadores argumentativos, em que o autor mobiliza o conceito de interdiscurso.

enunciados de um texto, alguns lugares de funcionamento da deriva. A deriva do sentido é observada no processo de reescrituração em relação àquilo que é re-dito nos enunciados, no interior de um texto.

Ao propor o conceito de reescrituração em seu “Textualidade e Enunciação” (GUIMARÃES 1999), o autor traz para a reflexão a divisão entre paráfrase e polissemia, proposta por E. Orlandi. Esta divisão foi proposta pela autora no artigo “Os Protagonistas do/no Discurso” (ORLANDI 1978) e retomada em diversos estudos posteriores.

Segundo a autora, “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (Orlandi, 1999a, p. 36). A polissemia é o lugar do “deslocamento, da ruptura de processos de significação” (op. cit., *idem*). A cada nova formulação parafrástica, apagam-se uns sentidos e surgem outros. Há, assim, uma relação de tensão entre a paráfrase (o mesmo) e a polissemia (o diferente): a paráfrase, ao funcionar no mesmo, está sempre abrindo espaço para o diferente, para a polissemia.

Tendo isto em conta, E. Guimarães propõe suas reflexões sobre a reescrituração:

“Voltar ao dito para continuar dizendo, ou apontar um futuro do dizer, sem ainda ter dito, dá ao sujeito, pela própria injunção à reescrituração, o lugar de seu trabalho sobre o mesmo que o apreende e que ele refaz ao parafrasear, já que a paráfrase é tensionada pelo polissêmico” (GUIMARÃES 1999, p. 4 e 5).

E ainda:

“O processo de reescritura pode parafrasear ou escandir uma seqüência para estabelecer um ponto de identificação/correspondência” (*ibidem*, p. 5).

Na análise de discurso, a paráfrase é definida teoricamente nesta relação com os processos polissêmicos¹⁰. Em alguns momentos de minhas análises, trabalho com o conceito de reescrituração e, em outros, com os conceitos de paráfrase e de polissemia. O conceito de reescrituração é mobilizado nas análises de um mesmo texto. O conceito de paráfrase é mobilizado nas análises que relacionam textos diferentes.

O jogo entre a reescrituração e a articulação a partir dos quais funcionam relações parafrásticas e polissêmicas, produz, sobre as palavras e nomes, efeitos de sentido diversos: de sinonímia, hiperonímia, hiponímia, antonímia, sobreposição, pertencimento, unidade, etc. Efeitos de sentido possibilitados por uma materialidade histórica.

Estes efeitos de sentido são observados em minha tese através destes e de outros procedimentos analíticos. No decorrer de minhas análises, pude observar alguns desses efeitos funcionando sobre as relações entre os nomes *ciência* e *disciplina* e isso levou à elaboração de algumas reflexões, que apresento a seguir.

1.3 O Saber, suas Divisões e “a Ciência” tomados a partir da HIL

Da perspectiva da HIL, minha pesquisa sobre os nomes dos estudos da linguagem entre outros nomes se faz considerando a relação indissociável, tensa e contraditória, entre o Estado, as instituições e os saberes, tendo em conta as divisões que o Estado e as instituições produzem sobre os saberes no processo de designação de nomes de disciplinas: os saberes são sempre recortados, são sempre divididos. Mais do que isso, dizer que algo é *saber* já é produzir uma divisão. Dizer que *algo é saber* é, antes de mais nada, dizer que *algo não é*. As instituições universitárias são lugares privilegiados desta divisão política e normativa que institui algo como *um saber* e que produz aí uma

¹⁰ Além disso, a paráfrase também é mobilizada enquanto um procedimento metodológico. Do lugar do analista, propõem-se paráfrases para compreender os funcionamentos de produção dos sentidos.

divisão. Elas são os espaços onde os saberes são legitimados, ao mesmo tempo em que eles as legitimam.

Os saberes sustentam o lugar da instituição universitária em nossa sociedade e são sempre divididos, re-divididos e hierarquizados em diversos tipos e de diversas maneiras, na história. Na história da constituição destes saberes, a *ciência* – a palavra ciência – teve, no positivismo do século XIX, uma posição de destaque. A ciência significa como o saber mais legítimo entre os demais saberes.

É neste espaço da demanda pela cientificidade que a Lingüística vai se constituir como *a ciência* da linguagem. De fato, em textos de lingüistas de filiações teóricas distintas e vinculados a espaços científicos diversos, dentro e fora do Brasil, podemos vislumbrar uma definição bastante freqüente sobre a lingüística, que se apresenta, ao menos à primeira vista, como inquestionável: *A Lingüística é a ciência da linguagem*.

Nesta formulação, a enunciação de *a ciência* funciona como uma categoria pré-estabelecida, sob a evidência de unidade e de homogeneidade, como uma etiqueta a-histórica que, no entanto, legitima e divide os saberes na história. Podemos dizer que tal definição se sustenta sob este efeito de evidência da unidade de uma ciência, reafirmada fortemente com a demanda pela cientificidade produzida no século XIX. Este efeito de evidência de unidade de uma ciência, nos termos de Dominique Lecourt (1972, p. 13): “a noção ideológica unitária de “a ciência”” legitima o próprio nome da ciência em questão. O nome *Lingüística*, desde o século XIX, esteve sempre sustentado por este efeito de cientificidade: um preconstruído bastante produtivo até os dias de hoje.

Nesta história da relação entre o Estado, as instituições e os saberes, associado ao nome *ciência* está o nome *disciplina*. A demanda pela cientificidade passa a significar como um espaço privilegiado de funcionamento da *vontade de verdade* (FOUCAULT, 1971) nos espaços universitários, através do nome *ciência*. Nestes espaços de produção de saber, a ciência é a disciplina mais legitimada dentre as outras disciplinas.

Minhas reflexões sobre a expressão *a ciência* foram elaboradas após vários momentos de análise em materiais relativos à história da lingüística na Unicamp. Pude notar, na leitura destes materiais, uma forte demanda pela cientificidade e pela interdisciplinaridade. A observação da demanda pela cientificidade nestes textos me levou a elaborar diversas análises, que se distribuem agora entre os capítulos da tese. Apesar disto, a reflexão sobre o efeito de unidade da expressão *a ciência* veio mais tarde. O que mais chamou a atenção logo no início de meus investimentos analíticos sobre estes materiais foi a demanda pela interdisciplinaridade. A partir disto, pude refletir sobre o nome *disciplina* e, ao mesmo tempo, sobre as relações entre este nome e o nome *ciência*.

1.3.1 Ciência é Disciplina, Disciplina é Ciência

A questão das demandas pela cientificidade e das relações disciplinares estabelecidas entre a lingüística e outros nomes dos estudos da linguagem me levaram a uma incursão sobre o próprio modo como os nomes da linguagem são divididos por dois nomes de saber: *ciência* e *disciplina*. Em minhas pesquisas, em diversos momentos de análise, me deparei com a questão da sobreposição ciência/disciplina, que, ao que me parece, é bastante corrente na designação de domínios de saber legitimados como científicos.

Se tomamos uma formulação do tipo *As disciplinas nem sempre podem significar enquanto ciências, ao passo que as ciências "sempre" podem significar enquanto disciplinas*, tal formulação pode parecer se sustentar sob um plano "puramente epistemológico".

Mas as aspas que incidem sobre o 'puramente' procuram indicar que a questão é mais complexa. E as aspas no 'sempre' também são, de algum modo, indicação de questionamento sobre este 'sempre', sobre este efeito de sentido a-histórico de ciência, historicizado em torno do positivismo. O que há, sempre, são efeitos de sentidos possibilitados por uma materialidade histórica.

Penso que nesta relação desigual de *poderes* está em jogo a relação histórica e constitutiva estabelecida entre as ciências e as instituições em que

elas são praticadas, ou seja, a disciplinarização das ciências pela institucionalização dos saberes – a ciência se produz no interior de instituições. Isso constrói uma *indissociabilidade* na relação entre ciência e disciplina, um efeito de sobreposição, no qual *disciplina* significa como um hiperônimo de *ciência*.

Também está em jogo a demanda da cientificidade surtindo efeito sobre disciplinas institucionalizadas – a cientificidade é um objeto de desejo das instituições – produzindo, assim, a *possibilidade* da relação entre disciplina e ciência a partir do efeito de sobreposição em que *ciência* é hiperônimo de *disciplina*.

Ou seja: disciplina é hiperônimo e ciência é hipônimo em relação à disciplinarização das ciências; e ciência pode ser hiperônimo e disciplina pode ser hipônimo em razão da demanda pela cientificidade sobre as disciplinas institucionalizadas. Quando estes efeitos de sobreposição *se sobrepõem*, produz-se um efeito de sinonímia.

A partir da observação destes efeitos de sobreposição ciência/disciplina, diria que *disciplina* significa numa tensão de sentidos: como um *domínio de saber especializado*, como *domínio de saber não-científico* e como um *domínio de saber científico*.

Uma *disciplina* enquanto *domínio de saber especializado* é compreendida através de seu modo de circulação e legitimação no âmbito das instituições universitárias, mesmo que não seja, efetivamente, uma disciplina específica de um curso específico. O domínio de saber especializado legitimado no espaço institucional universitário se distingue politicamente e historicamente de outros saberes não significados como saberes especializados¹¹.

Um exemplo de *disciplina* enquanto *domínio de saber especializado* é a Semiologia no *Cours* de Saussure que, conforme Chiss e Puech (1999), já existia antes mesmo de se disciplinarizar em alguma Instituição universitária.

¹¹ A título de exemplo, lembro a divisão produzida historicamente entre Arte e Artesanato.

O modo de existência inicial da Semiologia foi projetado no *Cours* de Saussure para situar a Lingüística¹².

Já a *disciplina* enquanto *domínio de saber não científico* pode ser ou não uma disciplina de curso de alguma instituição universitária, mas não é necessariamente significada como científica. Um nome bastante ilustrativo deste tipo de disciplina é *Literatura*.

E uma *disciplina* enquanto *domínio de saber científico* também pode ou não ser uma disciplina de curso de alguma instituição universitária, mas é significada sempre ou quase sempre como científica. No domínio dos estudos da linguagem, o nome que ilustra de maneira exemplar este tipo de disciplina é *Lingüística*.

Aqui vale notar que seja qual for o modo pelo qual *disciplina* signifique, ela é sempre o lugar da administração, da regulação, da divisão e da disciplinarização dos saberes, como nos mostra M. Foucault (1971). Lugar a partir do qual o Estado e as instituições têm um papel decisivo.

Aqui é interessante lembrar das reflexões de S. Lagazzi (2007) sobre a circulação de nomes de autores, de disciplinas e áreas de pesquisa. A autora busca “enfocar a relação entre representação, legitimação e institucionalização no percurso delineado pela Lingüística no Brasil, discutindo a importância da autoria nesse percurso político de conhecimento” (p. 11). Seu trabalho permite compreender como a relação entre a autoria e a Instituição no próprio processo de legitimação dos nomes de autores e de domínios de saber é posta em jogo de maneira indissociável.

Minhas investigações sobre as demandas pela cientificidade e pela interdisciplinaridade me levaram a estas reflexões sobre os sentidos da expressão *a ciência* e sobre a noção de disciplina, bem como sobre os efeitos de sobreposição produzidos entre *ciência* e *disciplina*. Neste percurso, a relação entre disciplina e interdisciplinaridade também chamou minha atenção. Esta

¹² Segundo a terminologia dos autores, a semiologia está presente na obra de Saussure enquanto um *porvir projetado* (*avenir projeté*) e depois passa a existir como um *passado memorizado* (*passé mémorisé*) em outras obras de outros autores.

questão é discutida no item a seguir, mais especificamente, a partir de uma reflexão sobre a linguagem e suas disciplinas (CHISS & PUECH 1999).

1.3.2 A Linguagem e suas Disciplinas¹³

A obra *Le langage et ses disciplines*, de J-L. Chiss e C. Puech (1999), traz reflexões teóricas valiosas que problematizam a questão da disciplina e das partilhas disciplinares que, no movimento da história, dividem e re-dividem os estudos da linguagem.

O trabalho dos autores é organizado em torno da noção de disciplina, que é compreendida como funcionando tanto no 'mundo savant'¹⁴, da invenção dos saberes, como no 'mundo da transmissão'. Associada a esta relação entre a invenção e a transmissão, segundo escrevem, está, em particular, a Escola, a qual não exclui a universidade moderna. A noção de disciplina, conforme J-L. Chiss e C. Puech, é compreendida como a interface problemática entre a constituição dos conhecimentos sobre a linguagem e as línguas, e sobre as modalidades de sua circulação e apropriação.

Como forma de contribuir para uma história intelectual da disciplina *lingüística* a partir do século XIX, a pesquisa dos autores explora as metamorfoses dos discursos de fundação e a dialética de rupturas/continuidades sem a qual, conforme consideram, nenhuma consistência disciplinar seria concebível. Dessa maneira, para compreender as metamorfoses dos estudos da linguagem, a pesquisa passa necessariamente pelas metamorfoses dos discursos de fundação¹⁵.

¹³ Este subtítulo também reproduz o título da obra dos autores por ser o tema de reflexão do presente item.

¹⁴ Na falta de uma palavra que abrangesse a polissemia de sentidos presente em 'savant' (relativa aos sábios, aos cientistas, à sabedoria, ao saber, à ciência), preferi mantê-la sem traduzir aqui e em outras partes desse texto.

¹⁵ É importante notar que a análise dos autores não considera o discurso no sentido em que a análise do discurso considera. A noção de discurso não é tomada no sentido que a análise do discurso define. No entanto, o trabalho dos autores produz uma compreensão analítica muito próxima daquela de uma compreensão discursiva. Isto tem a ver, sem dúvida, com o próprio percurso da prática teórica dos autores, que passou por um produtivo diálogo teórico com a teoria de M. Pêcheux, embora, hoje, os autores tenham procurado se distanciar do lugar construído pela análise de discurso. Os autores situam suas pesquisas

A análise dos discursos de fundação se dá sobre um determinado conjunto de *representações* presentes nos textos analisados. O ponto de vista disciplinar, dentro do qual a análise dos discursos de fundação se faz, é caracterizado:

- em relação a um antes: a um *horizonte de retrospecção*;
- em relação a um porvir: a um *horizonte de projeção*;
- em relação a um momento atual: a uma *sincronia* "onde se joga a relação com outros discursos de conhecimento e com os contextos em geral da atividade teórica, a disciplinaridade supondo a *interdisciplinaridade*, ou seja, as disposições, diferenças e relações no jogo das disciplinas" (CHISS & PUECH, 1999, p. 10)¹⁶;
- em relação à *didatização* que, segundo os autores, é implicada no interior mesmo da constituição disciplinar, através das exigências da transmissibilidade presentes nas dimensões da retrospecção, da projeção e da sincronia.

A hipótese da pesquisa de J-C. Chiss e C. Puech é a de que as representações disciplinares presentes nos textos, objetos de análise, não são um momento segundo no processo de constituição dos conhecimentos, mas são sempre associadas a esse processo. Segundo essa perspectiva, não há uma divisão estanque entre o mundo da invenção dos saberes e o de sua transmissão. E ainda: "a disciplina é menos um estado de fato que um processo sempre já começado e recomeçado" (*ibidem*, p. 19).

Isso leva a pensar que, no processo de produção de conhecimento, não há um momento em que um cientista constrói suas idéias para, em

no domínio da história e da epistemologia das ciências da linguagem, de um ponto de vista disciplinar.

¹⁶ Esta versão e todas as demais versões de obras citadas em francês são minhas. No original em francês: « où se joue la relation aux autres discours de connaissance et aux contextes en général de l'activité théorique, la disciplinarité supposant l'*interdisciplinarité*, c'est-à-dire les dispositions, différences et accointances dans le jeu des disciplines ».

seguida, designá-las como uma disciplina. O próprio processo de construção das idéias é um processo de disciplinarização.

O ponto de vista disciplinar toma o domínio da linguagem como o objeto de análise, domínio que é recortado em diversas disciplinas: lingüística, semiologia, semântica, psicologia, sociologia, fonética, fisiologia, glossolalia, estilística, etc.

Uma contribuição fundamental dos estudos de J-C. Chiss e C. Puech para a minha pesquisa é, sem dúvida, a conceitualização da noção de disciplina, tomada como um processo e na relação entre invenção e transmissão. O ponto de vista disciplinar dos autores permite compreender como as necessidades de transmissão impedem que haja um espaço institucional “puro”, livre de exigências didáticas, pondo em causa, conseqüentemente, a idéia de “pesquisa pura”. Pois, através das exigências de transmissibilidade, é sempre preciso explicar um conceito através de exemplos, metáforas etc. A didatização, nesse sentido, é tomada como um processo fundamental, presente nos modos de transmissão dos saberes. Mais do que isso, é uma questão de política do Estado.

Nesse sentido, vale abrir um parêntese e lembrar que, no espaço universitário brasileiro, *disciplina* é também uma palavra que funciona na tensão entre *ensino* e *pesquisa*. Numa instituição universitária como a Unicamp – definida como instituição de ensino e pesquisa, em conformidade com a Lei nº. 5.540, de novembro de 1968 – a palavra *disciplina* não designa apenas as matérias a serem ensinadas. Seus sentidos recobrem domínios de saber divididos entre *ciência*, *tecnologia* e *humanidades*. Recobrem saberes que são legitimados como *científicos*, *não-científicos*, *mais ou menos científicos*, e *tecnológicos*, apagando, de certo modo, as divisões entre eles. Neste espaço institucional, ligada à palavra *disciplina*, está *interdisciplinaridade*, numa relação que se constitui de sentidos contraditórios que se entrecruzam.

A questão da interdisciplinaridade é tocada por J-L. Chiss e C. Puech. Escrevem os autores:

“Sintomaticamente, parece que não se pode encontrar tematização específica da disciplinaridade dos conhecimentos senão sob a forma de uma reflexão sobre a *interdisciplinaridade*. Como se não pudéssemos aprender qualquer coisa de interessante da disciplina enquanto tal, ao passo que apenas a *pluralidade* das disciplinas se encarregaria sozinha da parte problemática” (*ibidem*, p. 15)¹⁷.

No trabalho de J-C. Chiss e C. Puech, a interdisciplinaridade não é tomada como ideal de pesquisa – afinal, a pesquisa se produz do ponto de vista *disciplinar*, e não do *interdisciplinar*. O ponto de vista disciplinar é “o produto derivado de uma renúncia fundamental aos saberes totalizantes” (*ibidem*, p. 15)¹⁸. Deste ponto de vista, como já foi mencionado anteriormente, a disciplinaridade supõe a interdisciplinaridade no sentido em que há disposições, diferenças e relações no jogo das disciplinas. Eu acrescentaria que a relação constitutiva de suposição entre disciplinaridade e interdisciplinaridade é recíproca, no sentido de que há divisões disciplinares. Podemos depreender daí que os saberes sobre a linguagem, por exemplo, são estudados em suas constantes divisões e re-divisões disciplinares na história, no interior das quais o processo de nomeação e re-nomeação desses saberes funciona de maneira eficaz.

Enquanto *disciplina* funciona a partir da necessidade de determinação de um domínio de saber, *interdisciplinaridade* funciona pela necessidade de relacioná-lo a outros. Geralmente, os sentidos de interdisciplinaridade se identificam com uma demanda de completude – de um lugar onde *nada falta* ou onde *nada pode faltar*. Mas, contrariamente, as demandas para delimitar/disciplinar um campo, transformando-o, por exemplo, em ciência, também tornam necessário que se relacione este campo a outros. Neste caso, não é a demanda de completude que faz funcionar a interdisciplinaridade, mas a própria necessidade de dividir os saberes.

¹⁷ Em francês : « Symptomatiquement, il semble qu'on ne peut trouver de thématisation spécifique de la disciplinarité des connaissances que sous la forme d'une réflexion sur l'*interdisciplinarité*. Comme si nous ne pouvions apprendre quelque chose d'intéressant de la discipline en tant que telle, tandis que la *pluralité* des disciplines porterait seule la charge problématique ».

¹⁸ Em francês : « le produit dérivé d'un renoncement fondamental aux savoirs totalisants ».

1.4 Cientificidade e interdisciplinaridade tomadas na história dos sentidos de *lingüística*

Como já foi dito, em meu trabalho, foi importante explorar o funcionamento do discurso fundador em relação ao processo de constituição dos saberes.

O discurso fundador, aqui, é pensado tendo em vista os sentidos de *lingüística* produzidos na história das idéias lingüísticas de modo geral, e os modos através dos quais eles se constituem no espaço universitário da Unicamp, em relação à cientificidade e à interdisciplinaridade.

É nesse sentido que, conforme já indiquei na introdução, tomo as formulações *a lingüística é a ciência da linguagem* e *a lingüística é a ciência-piloto das ciências humanas* como discursos fundadores.

Em relação a isso, é importante salientar que, embora eu considere a questão da interdisciplinaridade fundamental para meu estudo, ela não é o objeto desta pesquisa. Com isso quero dizer que meu trabalho não se coloca na posição de discutir o termo *interdisciplinaridade*, sua história, nem sua adequação como definidor dos sentidos de *lingüística*. O interesse sobre a interdisciplinaridade se dá em razão de ela se apresentar como definidora dos sentidos de *lingüística* nos materiais que analiso. Dessa forma, a interdisciplinaridade é considerada na relação que foi sendo estabelecida com os sentidos de *lingüística* na Unicamp.

Por outro lado, embora a lingüística não seja necessariamente definida através da interdisciplinaridade em outras universidades, isso não significa que a relação lingüística-interdisciplinaridade tenha surgido ao acaso na Unicamp. Esta relação não é imediata, mas está inscrita dentro de condições históricas que a tornam possível.

Na própria obra *Cours de Linguistique Générale*, de Ferdinand de Saussure, é possível observar lugares em que se mobilizam questões concernentes à relação entre as disciplinas. Evidentemente, isso não é privilégio de uma obra específica, o *Cours*. No entanto, é essa a obra específica que é tomada como fundadora da lingüística, o que a torna incontornável.

Ou seja, a eficácia histórica dos discursos fundadores *a lingüística é a ciência da linguagem* e *a lingüística é a ciência-piloto das ciências humanas* passa, necessariamente, pelos sentidos de *lingüística* no *Cours*.

Aqui é interessante notar que, embora a definição de lingüística como *a ciência da linguagem* seja muito freqüente em textos de diversos lingüistas de filiação saussuriana, em nenhuma parte do *Cours* (exceto quando a referência é a obra de outro autor) a lingüística é definida dessa maneira pela *linguagem*. Ela é repetidamente reescrita ao longo da obra pela expressão *a ciência da língua*.

No entanto, sabemos que a questão da linguagem comparece em diversas partes da obra de Saussure. É necessário falar de linguagem para poder definir o que é língua.

No Capítulo II da primeira parte do *Cours*, há uma reflexão interessante sobre a relação entre língua e linguagem. Ela se inicia do seguinte modo:

“A matéria da Lingüística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana” (SAUSSURE, 1916, p. 13).

Como veremos nos capítulos seguintes desta tese, essa formulação sobre a linguagem em ‘todas as manifestações’ repercutiu produtivamente em textos concernentes à história da lingüística e do IEL na Unicamp, ainda que ela seja significada para Saussure como algo com que a Lingüística se constitui ‘inicialmente’.

Ao lado disso, é importante notar o papel da demanda pela cientificidade na necessidade de definir a língua como o objeto da lingüística no *Cours*. O corte saussuriano, como se sabe, produziu as conhecidas oposições (freqüentemente nomeadas de dicotomias) entre língua e fala, entre sincronia e diacronia, entre relações sintagmáticas e relações associativas, dentre outras. Ao mesmo tempo, isso levou à formulação de diversas divisões no domínio da Lingüística: lingüística indo-européia, lingüística da língua, lingüística da fala, lingüística interna, lingüística externa, lingüística estática,

lingüística evolutiva, lingüística sincrônica, lingüística diacrônica, etc.

No capítulo IV da primeira parte do *Cours*, intitulado Lingüística da Língua e Lingüística da Fala, por exemplo, podemos observar mais de perto essas divisões em funcionamento:

“Com outorgar à ciência da língua seu verdadeiro lugar **no conjunto do estudo da linguagem**, situamos ao mesmo tempo toda a Lingüística” (*ibidem*, p. 26)

“**O estudo da linguagem** comporta, portanto, **duas partes**: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independe do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física. Sem dúvida, esses dois **objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente**; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça” (*ibidem*, p. 27).

Nesta divisão, o estudo da linguagem não é necessariamente uma *disciplina* e nem uma *ciência*, mas um *estudo* ou um *conjunto do estudo*. Ou ainda, para dar outro exemplo, como *conjunto de fatos*: “A língua assim delimitada no conjunto dos fatos de linguagem, é classificável entre os fatos humanos, enquanto que a linguagem não o é” (*ibidem*, p. 23).

A esse respeito, vale retomar as análises sobre a fundação da Semiologia, realizadas por J-C. Chiss e C. Puech (1999). Segundo os autores, a Lingüística se constitui no *Cours* no espaço da Semiologia, uma disciplina até então inexistente. Ela está presente na obra enquanto um *porvir projetado* (*avenir projeté*) e depois passa a existir como um *passado memorizado* (*passé mémorisé*) em outras obras de outros autores.

Nesse sentido, poderia dizer que o estatuto de ciência no *Cours* é projetado para a Semiologia, que estuda “a vida dos signos no seio da vida social” (*ibidem*, p. 24) e daí para a Lingüística, que é “uma parte dessa ciência geral” (*ibidem*, p. 24).

Resumidamente, o estudo da linguagem comporta duas partes, a Lingüística da Língua e a Lingüística da Fala, e seus objetos estão estreitamente ligados, implicando-se mutuamente. Desse modo, apesar da

divisão estabelecida entre estas partes da Lingüística, há, também, uma *ligação* e uma *implicação*.

Se tomamos outros capítulos do *Cours*, procedimentos semelhantes de divisão da Lingüística podem ser observados. Quanto à Lingüística Estática e à Lingüística Evolutiva, por exemplo, que são em seguida re-designadas como Lingüística Sincrônica e Lingüística Diacrônica, a demanda pela cientificidade torna necessário “**dividir** a Lingüística em duas partes, cada qual com seu princípio próprio” (*ibidem*, p. 95). Essa *divisão* configura-se como uma ‘*oposição*’, mas não deixa de haver uma *relação* entre as duas Lingüísticas na qual “o aspecto sincrônico prevalece sobre o outro” (*ibidem*, p. 106).

Também é interessante lembrar o capítulo II da primeira parte, intitulado “Matéria e Tarefa da Lingüística: Suas **Relações** com as Ciências Conexas”. Esse capítulo não trabalha sobre as relações entre diferentes tipos de lingüística. As ciências conexas citadas são ciências “externas”: Etnografia, Pré-história, Antropologia, Sociologia, Psicologia Social, Filologia. A esse respeito, lemos:

“A Lingüística tem **relações** bastante estreitas com outras ciências, que tanto lhe **tomam emprestados** como lhe **fornece**m dados. Os limites que a separam das outras ciências não aparecem sempre nitidamente” (SAUSSURE, 1916, p. 13).

Se, de um lado, a cientificidade comparece como o lugar de legitimação e sustentação da Lingüística, a interdisciplinaridade não é uma questão discutida, muito embora seja possível realizar uma leitura do *Cours* em que ela faça sentido. Palavras como *ligação*, *implicação* e *relação*, bem como o par *tomar emprestado* e *fornecer*, por exemplo, parecem ser lugares possíveis de interpretação a respeito da interdisciplinaridade.

Se considerarmos que a interdisciplinaridade funciona no jogo entre a necessidade de divisão dos saberes e a necessidade de estabelecimento de relações entre os saberes divididos, podemos dizer que isso diz respeito ao próprio processo de disciplinarização dos saberes e não a uma disciplina específica. Não se trata aqui de uma questão puramente epistemológica que

encontraria sua essência em máximas como: *a divisão dos saberes é uma característica constitutiva da disciplinarização; para definir uma disciplina, é preciso relacioná-la com outras; e, em decorrência, é a qualidade de uma disciplina relacionar-se com outra*. Trata-se, antes, de um processo pelo qual o espaço epistemológico se conforma. Espaço intrinsecamente regulado por condições históricas específicas a partir das quais funcionam relações de poder, que são relações políticas.

A reflexão do problema da cientificidade e da interdisciplinaridade para o estudo da história das idéias lingüísticas permite observar que, apesar de todas as divisões efetuadas por Saussure e em razão delas, é que emergem as contradições. Pois o corte saussuriano implicou a necessidade de nomear o que deveria ficar fora do domínio da lingüística científica. Ao mesmo tempo, a Lingüística não pode contornar a história que ela construiu em torno do nome de Saussure e em torno do corte (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX 1971).

A ruptura que o *Cours de Linguistique Générale* de Saussure promoveu é evidentemente significativa na história da Lingüística. No entanto, não o é enquanto uma realidade objetiva que efetivamente dividiu a Lingüística em um antes e um depois, a partir da qual as Lingüísticas já existentes antes da Lingüística saussuriana deixaram de funcionar, ou a partir da qual se tornou impossível a constituição de outras Lingüísticas.

Entretanto, a ruptura promovida pelo *Cours* é significativa enquanto um efeito ideológico que toma o nome de Saussure e elege o *Cours* como o ponto inaugural da ciência Lingüística. A partir da concepção deste ponto inaugural, tomado como fato histórico, estas e outras Lingüísticas que continuam se realizando passam a significar, inevitavelmente, numa relação contraditória com a Lingüística da língua. A lingüística saussuriana é incontornável na medida em que ela provoca continuamente, através mesmo do corte que produziu, as discussões sobre aquilo que está fora e aquilo que está dentro da lingüística. Nesse sentido, a lingüística do século XIX é significada como um antes e o gerativismo como um depois em relação à lingüística saussuriana (retomada enquanto estruturalismo). Não se trata,

portanto, de uma história cronológica da lingüística - a cronologia é construída historicamente – mas de uma história de sentidos.

CAPÍTULO II

A LINGÜÍSTICA NAS INSTITUIÇÕES: CIENTIFICIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE

Introdução

Neste capítulo apresento uma reflexão sobre o processo de institucionalização da lingüística no Brasil, com ênfase para as instituições universitárias e as divisões que elas produzem sobre os saberes na própria constituição de *faculdades, institutos, departamentos, cursos, disciplinas*, etc. Meu objetivo, nesta reflexão, é compreender um pouco das condições de produção da institucionalização da lingüística na Unicamp, que se configurou inicialmente no interior das Ciências Humanas. Para isto, busco primeiramente mostrar que a lingüística sempre esteve significada e legitimada pelo argumento da cientificidade nas diversas instituições universitárias onde ela se constituiu. Em seguida, busco refletir sobre as políticas do Estado e as políticas universitárias que, nas condições específicas dos sentidos da lingüística na década de 1960, abriram espaço para que a interdisciplinaridade também significasse, ao lado da cientificidade, como lugar de legitimação da lingüística no Instituto de Ciências Humanas da Unicamp.

1. A Lingüística nas Instituições: a ciência da linguagem

O processo de institucionalização da Lingüística no Brasil teve início no século XIX, quando começaram a ser produzidas gramáticas da língua portuguesa por autores brasileiros. A esse respeito é interessante notar que nos dias de hoje a Gramática, a Filologia e a Lingüística são tomadas, geralmente, como domínios de saber distintos, e isso comparece como uma evidência. Nas discussões atuais sobre as relações entre estes domínios de saber sobre a linguagem, é grande o número de trabalhos dedicados a definir ou a questionar suas especificidades. Apesar disso, não há, necessariamente,

questionamentos sobre a evidência, construída historicamente, dessas especificidades¹⁹.

No século XIX e meados do século XX, a Gramática, como a Filologia e a Lingüística significavam como domínios de saber científicos que podiam, de certo modo, se recobrir. A esse respeito, cabe lembrar que tanto Filologia quanto Lingüística ou Gramática podiam designar os estudos histórico-comparativos, como por exemplo: Filologia Comparativa, Lingüística Comparada, Gramática Comparada, Lingüística Histórica, Gramática Histórica, Lingüística Histórico-Comparativa, Gramática Histórico-Comparativa, entre outros nomes.

Também é interessante destacar que diversas obras nomeadas de Gramática, produzidas no Brasil naquele momento, eram definidas como obras científicas, com base na Filologia e/ou na Lingüística. Lembro aqui a *Grammatica Descriptiva* de Maximino Maciel (em sua sétima edição, de 1918)²⁰, que se apresenta, no Prólogo da segunda edição, a partir do domínio da Filologia e, nos comentários sobre a edição de 1910, a partir do domínio da Lingüística:

Prólogo da segunda edição:

“as questões mais importantes da língua se acham expostas, de modo por assim dizer, novo, de acordo com o que mais recentemente se tem publicado sobre **philologia**” (MACIEL, 1918, p. V)²¹

Sobre a edição de 1910:

“tivemos de aclarar muitos factos, dando-lhes nova interpretação mais consoante com o progresso da **lingüística**” (*ibidem*, p. VIII).

¹⁹ A respeito da relação contraditória entre estes domínios do saber, lembro a análise de Eni Orlandi em “Gramática, Filologia e Lingüística”, da obra *Língua e Conhecimento Lingüístico* (ORLANDI, 2002b). A respeito das evidências que vão se constituindo sobre a Gramática, lembro a análise de Luiz Francisco Dias (2007) em “Gramática e Política de Língua: Institucionalização do Lingüístico e Constituição de Evidências Lingüísticas”.

²⁰ A primeira edição desta obra é de 1887 e teve o nome de *Grammatica Analytica*.

²¹ Os grifos deste recorte e de todos os demais são meus. Se houver grifos de outros autores, eles serão indicados.

Durante o século XIX, era perfeitamente possível dizer *a gramática é a ciência da linguagem*, como nos mostra o exemplo a seguir:

"A gramática é portanto a ciência da linguagem, ou seja, a ciência dos signos do pensamento considerados em seus elementos, suas modificações e suas combinações" *Grammaire nationale* (BESCHERELLE et al. 1854, p. 21)²²

Cabe aqui retomar a observação do capítulo anterior sobre este efeito de evidência da unidade de uma ciência sobre esta definição, lembrando que no século XX no Brasil ela ficou restrita à designação da Lingüística: *a Lingüística é a ciência da Linguagem*.

Com o estabelecimento da Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB, publicada em 1958, a Gramática começou a perder seu estatuto de *ciência* (que se mantém para Lingüística) e passa a significar mais fortemente como *norma*²³.

As relações entre Lingüística e Filologia no Brasil também tomam caminhos diferentes com o estabelecimento das primeiras universidades e faculdades brasileiras.

Se, a partir do século XIX, a palavra *lingüística* começa a ser introduzida em gramáticas e em outras produções no Brasil, com a criação das faculdades de letras no início da década de 1930, *lingüística* começa a aparecer enquanto *matéria* da *disciplina* Filologia, por exemplo. Aos poucos, *lingüística* começa a comparecer como nome de *disciplina* e nome de *curso*. A partir de 1950, *lingüística* tornou-se nome de *setor*, *cadeira*, *departamento* e *programa de pós-graduação*. Vejamos isto mais de perto no item a seguir, dedicado ao percurso de institucionalização da Lingüística em algumas faculdades e universidades brasileiras.

²² A versão para o português é minha. Em francês : « La grammaire est donc la science du langage, c'est-à-dire la science des signes de la pensée considérés dans leurs éléments, leurs modifications et leurs combinaisons ».

²³ Esse processo é analisado na Dissertação de Mestrado de Lauro Baldini (1999) *A NGB: Explicada, Comentada, Exemplificada*.

1.1 A Lingüística nas faculdades e universidades brasileiras

Em São Paulo, no ano de 1934, é criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL, com a criação da Universidade de São Paulo – USP.

A revista *Guia Letras* (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1966), publicada pela FFCL, traz informações importantes sobre o processo de institucionalização das Letras até 1966²⁴. Apresento a seguir alguns aspectos desse processo, enfocando os domínios da Filologia, Teoria Literária e Lingüística.

A organização inicial da Seção de Letras continha duas subseções: a de Letras Clássicas e Português e a de Letras Estrangeiras. Dentre as cadeiras da subseção de Letras Clássicas, duas delas eram de Filologia: a Cadeira de Filologia Grega e Latina e a Cadeira de Filologia Portuguesa.

Em 1942, a Cadeira de Filologia Grega e Latina dá lugar à Cadeira de Língua e Literatura Grega e à Cadeira de Língua e Literatura Latina. A Cadeira de Filologia Portuguesa foi renomeada como Cadeira de Filologia e Língua Portuguesa, e foi criada a Cadeira de Filologia Românica.

Em 1953, todas as cadeiras da Seção de Letras se reuniram num Departamento de Letras.

Em 1959, foi criado, junto às Letras, um Curso de Teoria Geral da Literatura, tendo Antonio Candido de Mello e Souza como professor responsável. Este curso foi instalado no ano seguinte e passou, posteriormente, à categoria de disciplina autônoma, denominada Teoria Literária e Literatura Comparada. A fundação do Departamento de Teoria Literária deu-se posteriormente, em 1990²⁵.

²⁴ Cf. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Guia Letras*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1966.

²⁵ Cf. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dtlc/departamento.htm>. Acesso: 8 jan 2009.

Cf. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. Histórico. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dtlc/historico.htm>. Acesso: 8 jan 2009.

Em 1962, foi criada a Cadeira de Línguas Indígenas do Brasil, em substituição à Cadeira de Etnografia de Língua Tupi-Guarani.

As Letras continuaram a ser reorganizadas em sua estrutura nos anos posteriores e, em 1966, já havia outra estrutura proposta. Segundo o regulamento aprovado pela congregação da Faculdade, a estrutura prevista seria a seguinte:

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Camara de Letras
Divisão de Letras Clássicas e Vernáculas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Departamento de Letras Orientais
Divisão de Letras Modernas
Departamento de Letras Germânicas
Departamento de Letras Românicas
Departamento de Teoria da Literatura e das Artes

Naquele momento, o nome Filologia estava presente no interior da *Câmara de Letras*, da *Divisão de Letras* e do *Departamento de Letras* como *cadeira* e *programa de disciplina*: E o nome Lingüística comparecia como *tópico* e *disciplina* da *cadeira* e do *programa* de Filologia.

O nome Filologia estava presente no *Departamento* de Letras Clássicas e Vernáculas na *Cadeira* de Língua e Filologia Portuguesa e na *Cadeira* de Filologia Românica. O nome Lingüística era um *tópico* no resumo do *Programa* da *Cadeira* de Filologia e Língua Portuguesa: 'Filologia e Lingüística'; e uma *disciplina* no resumo do *Programa* da *Cadeira* de Línguas Indígenas do Brasil: 'Introdução à Lingüística descritiva', 'especialmente para alunos de Letras e de Ciências Sociais com especialização antropológica'.

No resumo do Programa da Cadeira de Filologia Românica apresentado na revista *Guia Letras*, também está presente a *disciplina* "Introdução à Lingüística", além da *disciplina* "Lingüística Indo-Européia". Um aspecto interessante que merece ser apontado é que o resumo deste Programa dedica um espaço maior para os *tópicos* das *disciplinas* da Lingüística do que para a Filologia.

A partir da década de 1960, a Lingüística passa a nome de *curso de especialização, curso de mestrado, curso/programa de pós-graduação*.

Em 1965, teve início a Pós-Graduação em Lingüística, como um Curso de especialização em Lingüística Geral, criado pelo professor Theodoro Henrique Mauer Jr., a pedido de três alunos seus: Emílio Giusti, Lelia Erbolato e Eni Orlandi²⁶. No ano seguinte, a especialização passou a ser reconhecida como Curso de Mestrado em Lingüística Geral. A regulamentação da Pós-Graduação, na USP, ocorreu em 1970²⁷.

Na USP, atualmente, o nome Filologia designa uma *área de conhecimento* e o nome Lingüística designa um *departamento*. Filologia se manteve como *área de conhecimento* do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas²⁸ e Lingüística passou a designar o nome de um dos *Departamentos* da Faculdade²⁹.

²⁶ Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi graduou-se em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (1961-1964). Em 1967, iniciou seu mestrado em Lingüística na USP, orientada por Theodor Henrique Maurer e depois por Cidmar Teodoro Pais. Defendeu, em 1970, a dissertação *Notas a uma Análise Estrutural do Verbo*. Iniciou seu doutoramento no ano seguinte pela USP e pela Universidade de Paris/Vincennes, tendo como orientador, em Paris, L. J. Pietro. Em 1976, na USP, defendeu a tese *Contribuição ao Estudo do Verbo em Português: Um Estudo Morfo-Funcional*, sob orientação de Cidmar Teodoro Pais. Lecionou na PUC-Campinas de 1971 a 1979, na USP de 1967 a 1979 e na Unicamp de 1979 a 2002. Atualmente é coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos – Labeurb da Unicamp, professora do mestrado em Linguagem e Sociedade da Universidade do Vale do Sapucaí e professora colaboradora do IEL da Unicamp.

²⁷ Cf. ORLANDI, Eni (2002a) "A Análise de Discurso e seus Entremeios: Notas a sua História no Brasil". *Cadernos de Estudos Lingüísticos. História das Idéias Lingüísticas*, n. 42. Campinas: IEL/Unicamp.

²⁸ No site do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, encontra-se a seguinte descrição: "O DLCV, de constituição heterogênea, tem promovido ações que colocam suas áreas de conhecimentos como pontos de referência na comunidade científica nacional. As Áreas de atuação são: Filologia e Língua Portuguesa, Filologia Românica, Línguas Indígenas do Brasil, Literatura Brasileira, Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa, Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Literatura Infantil e Juvenil, Língua e Literatura Grega, Língua e Literatura Latina, Língua e Literatura Sânscrita".

Cf. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcw/Index.html> . Acesso: 5 jan 2009.

²⁹ A atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH da USP é dividida em onze Departamentos: Departamento de Filosofia, Departamento de Lingüística, Departamento de Teoria Literária, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Departamento de Letras Modernas, Departamento de Letras Orientais, Departamento de

Um ano após a criação da FFCL na USP é criada, no Rio de Janeiro, em 1935, a Universidade do Distrito Federal – UDF, que começou com diversas Escolas, dentre elas, a Escola de Filosofia e Letras. Os primeiros estudos sobre a linguagem previstos por esta Escola eram os ‘cursos de filologia, literatura e sua história’. Esta Escola compreendia as seções de Filosofia, Filologia, Grego e Latim, Filologia e Literatura Luso-Brasileira e Línguas Estrangeiras. Dentre os primeiros professores da Escola, José Leite e Oiticica era responsável pela Lingüística e Álvaro F. Souza Silveira pela Filologia Portuguesa³⁰.

Mattoso Câmara, que estudou Filologia na Escola de Filosofia e Letras da UDF, passou a lecionar um Curso de Lingüística no período de 1938 a 1939³¹. Segundo relato de Mattoso Câmara, sobre a UDF, “a Lingüística era considerada como conhecimento básico para os professores de Língua e para os estudantes interessados em crítica literária”³². Depois, a UDF foi fechada para funcionar a Universidade do Brasil, criada em papel em 1937, e o curso de Lingüística não teve continuidade após 1939. Em 1950, Mattoso é convidado a lecionar Lingüística na então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

No espaço científico do Rio de Janeiro, ainda nessa década, em 1958, o nome Lingüística passa a designar *setor*. Mattoso ajudou a fundar o Setor de Lingüística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, com a participação dos professores Luís de Castro Farias e Darcy Ribeiro.

É justamente Darcy Ribeiro o idealizador e primeiro reitor da

Antropologia, Departamento de Ciência Política, Departamento de Sociologia, Departamento de História e Departamento de Geografia.

Cf. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamentos. Disponível em:

<http://www.fflch.usp.br/estrutura/departamentos/index.html> . Acesso: 5 jan 2009.

³⁰ Cf. VICENZI (1986) “A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil”. *Fórum Educacional*. Rio de Janeiro, v.10, n.3, jul./set. 1986. Disponível em: <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/fran/artigos/federal.html> . Acesso: 10 out. 2008.

³¹ Não foi possível saber mais sobre a natureza do referido curso. Este curso é mencionado por Souza da Silveira (1941) em seu “Prefácio do Dr. Souza da Silveira à Primeira Edição”, publicado para o livro *Princípios de Lingüística Geral* de Mattoso Câmara.

³² Cf. CAMARA JR. (1976) “A Lingüística Brasileira”. In: NARO, Anthony Julius (org.) *Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., p. 49.

Universidade de Brasília, inaugurada em 1962. A UnB era estruturada em Institutos Centrais e Faculdades. A esse respeito, é interessante trazer aqui alguns detalhes sobre a história da UnB, disponíveis no site da universidade:

“O antropólogo Darcy Ribeiro, idealizador, fundador e primeiro reitor da UnB, sonhava com uma instituição voltada para as transformações – diferente do modelo tradicional criado na década de 1930. No Brasil, foi a primeira a ser dividida em institutos centrais e faculdades. E, nessa perspectiva, foram criados os cursos-tronco, nos quais os alunos tinham a formação básica e, depois de dois anos, seguiam para os institutos e faculdades. Os três primeiros cursos-tronco eram: Direito, Administração e Economia, Letras Brasileiras, e Arquitetura e Urbanismo”³³

Já nessa década, na UnB, a Lingüística era nome de *disciplina, departamento, curso de mestrado e programa de pós-graduação*.

No Instituto Central de Letras da universidade havia aulas introdutórias de Lingüística ministradas por professores da Antropologia, no âmbito de um acordo firmado entre a UnB e o Summer Institute of Linguistics – SIL. O SIL já atuava no Brasil, em convênio com a Divisão de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

No ano de 1962, é criado um Departamento de Lingüística no Instituto Central de Letras da UnB, o qual passou a ser chefiado pelo professor Aryon Dall’igna Rodrigues em 1963. Neste ano, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Lingüística – PPGL, com o primeiro curso de Mestrado em Lingüística do Brasil.

Em 1964, houve a intervenção na UnB e o professor Zeferino Vaz³⁴

³³ Cf. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. História da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://www.unb.br/unb/historia/resumo.php>. Acesso: 5 jan 2009.

³⁴ Zeferino Vaz tornou-se o primeiro reitor da Unicamp dois anos depois. Médico formado pela USP em 1931, tornou-se Doutor no ano seguinte. Em 1934, ocupou o cargo de professor catedrático da Faculdade de Medicina Veterinária dessa Universidade e dirigiu a Faculdade de Medicina no período de 1936 a 1947. Em 1951 fundou e foi diretor da Faculdade de Medicina da USP no *campus* de Ribeirão Preto, onde permaneceu até 1964. Um ano antes, foi nomeado Secretário da Saúde Pública e Assistência Social de São Paulo. Foi o primeiro presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, no período de 1964 a 1965. Em 1964 foi nomeado reitor *pro-tempore* da UnB e renunciou em 1965, devido aos acontecimentos do golpe militar. Nesse ano, foi nomeado presidente da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas, tornando-se o primeiro reitor dessa

foi nomeado Reitor *pro-tempore* da universidade. Isso é comentado num texto do site do Centro de Documentação – CEDOC da UnB, intitulado *1964: O Sonho Interrompido*:

“Dividido entre o papel de interventor e a empolgação com idéias de Darcy Ribeiro, Zeferino Vaz assume a defesa do projeto da UnB como um modelo para as demais Universidades brasileiras. Pressionado por todos os lados, anuncia sua renúncia ao cargo no dia 25 de agosto de 1965”³⁵.

No lugar de Zeferino, assumiu o professor Laerte Ramos de Carvalho e logo depois o *campus* da Universidade foi ocupado pela polícia. A Universidade parou de funcionar e o Curso de Mestrado em Lingüística foi interrompido. Foi retomado em 1966, novamente suspenso em 1969 e retomado oito anos depois, em 1977³⁶.

Ainda no final da década de 1950, em 1957, é criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL de Araraquara, que é autorizada a funcionar em 1959. Os primeiros cursos dessa Faculdade foram os de Letras e de Pedagogia. Em 1963, teve início o curso de Ciências Sociais, que tinha como chefe de Departamento o filósofo Fausto Castilho³⁷, também professor de filosofia dessa faculdade.

Como veremos com mais detalhe no capítulo seguinte, em 1967, o

Universidade. Ficou no cargo até 1978, quando passou a presidir a Fundação para o Desenvolvimento da Unicamp – Funcamp. Faleceu em 1981.

³⁵ Cf. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de documentação. 1964: O Sonho Interrompido. Disponível em: http://www.unb.br/cedoc/pq_sonho.htm. Acesso: 5 jan 2009.

³⁶ Cf. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Laboratório de Línguas Indígenas. Disponível em: <http://www.unb.br/il/labind/historico.htm>. Acesso: 5 jan 2009;

Cf. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Instituto de Letras. Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas. Programa de Pós-Graduação em Lingüística. Histórico. Disponível em: http://www.unb.br/il/liv/pos/pos_historico.htm. Acesso: 5 jan 2009;

Cf. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de documentação. 1964: O Sonho Interrompido. Disponível em: http://www.unb.br/cedoc/pq_sonho.htm. Acesso: 5 jan 2009.

³⁷ Fausto Castilho licenciou-se em filosofia na Sorbonne em 1953, na Faculdade de Letras e Filosofia. Doutorou-se em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná em 1974. Foi professor de filosofia e chefe do Departamento de Ciências Sociais na FFCL de Araraquara até 1964, quando foi exonerado. Passou a coordenador e professor do IFCH da Unicamp em 1967 e foi afastado do cargo em 1972. Passou a lecionar na ILCSE-Unesp em 1983 e voltou para o IFCH da Unicamp em 1984. Em 2000 recebeu o título de Professor Emérito do IFCH/Unicamp.

professor Fausto Castilho foi chamado pelo então reitor da Unicamp, Zeferino Vaz, para ajudar a criar um Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH. Foi no espaço institucional das Ciências Humanas que a Lingüística se constituiu inicialmente na Unicamp³⁸.

Em relação à FFCL de Araraquara, vale lembrar que Fausto Castilho, enquanto chefe de Departamento, pôde trazer para a Instituição intelectuais de renome do Brasil e do exterior, dentre eles Jean-Paul Sartre, Michel Lebrun, Michel Debrun, Oswaldo Porchat e outros.

Os Cursos de Letras, Pedagogia e Ciências Sociais da FFCL, em seus primeiros anos, tinham um currículo amplo, que abrangia diversos domínios das Ciências Humanas e da Filosofia. Dessa maneira, o Curso de Letras, nessa Faculdade, não ficava limitado apenas a estudos vinculados ao domínio dos estudos da linguagem, como as línguas, as Literaturas, a Filologia e a Lingüística. As Ciências Humanas também faziam parte do currículo das Letras.

Este ambiente institucional propiciou a introdução da lingüística no curso de letras, inicialmente, a partir da disciplina Filologia da Língua Portuguesa, ministrada pelo professor Clemente II Pinho. Entre os alunos do curso, estava a professora Eni Orlandi, que se interessou pela lingüística e teve incentivo tanto do professor Clemente II Pinho, quanto do professor Fausto Castilho, na leitura de obras de diversos autores da área. No interior do curso de Filologia, ela pôde apresentar seminários de lingüística. Posteriormente, por reivindicação conjunta de alunos e professores, foi contratado um professor de lingüística na Faculdade, o professor Francisco da Silva Borba³⁹.

³⁸ É importante salientar que, no ano de 2009, o professor Fausto Castilho lançou seu livro sobre o conceito de Universidade no projeto da Unicamp, com reflexões riquíssimas sobre o tema a partir de sua trajetória como membro coordenador da área de humanidades da universidade (CASTILHO, 2008). Um exemplo de fundamental importância é a explanação sobre a proposta de um “campus radial” para a universidade, tendo como centro o “Estudo Geral” e os “Institutos Centrais”. Ao redor, estaria situada a “Área 1 Faculdades”, e ao redor destas, a “Área 2. Órgãos Complementares”. As reflexões apresentadas na obra do autor não puderam ser discutidas nesta tese, mas certamente farão parte de minhas pesquisas futuras.

³⁹ Entrevista com a autora.

Em 1976, a FFCL foi incorporada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp. Em 1977, a FFCL mudou de nome para Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação – ILCSE e, em 1989, para Faculdade de Ciências e Letras – FCL⁴⁰.

No processo de constituição das Universidades e Faculdades no Brasil, a propagação das FFCL, seguindo o modelo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL da USP é um acontecimento bastante significativo. Após a FFCL da USP, em 1934, um grande número de FFCLs foi criado, sendo a estrutura predominante das Faculdades no Brasil, de modo geral.

Na estrutura institucional FFCL, ‘Ciências’ pode recobrir várias ciências, como ocorria nas subseções da Faculdade de Ciências nos primeiros anos da USP, por exemplo, que eram as seguintes: Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências Naturais, Geografia e História, Ciências Sociais e Políticas⁴¹. ‘Ciências’ podia também recobrir outros domínios que não necessariamente estes.

A divisão entre os saberes Filosofia/Ciências/Letras, que funciona pela nomeação FFCL, produziu e continua produzindo efeitos nas práticas de ensino e pesquisa. Um deles é o *efeito de pertencimento* das disciplinas vinculadas a cada domínio, como sendo pertencentes ao domínio.

Na verdade, esse efeito tem uma abrangência mais ampla, que está relacionada ao modo como os saberes são divididos e organizados na Instituição. No caso da FFCL da USP, a abrangência desse efeito de pertencimento vai de disciplina de um Curso à Universidade: *disciplina* € *curso* € *departamento* € *setor* € *Faculdade* € *Universidade*. Evidentemente que o símbolo € tem um sentido específico aqui, que remete às discursividades, diferente do utilizado na Matemática. Ele representa os efeitos de sentido de relações entre os saberes que se historicizaram de determinadas maneiras em

⁴⁰ Cf. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Faculdade de Ciências e Letras. Apresentação. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/instituicao/index.php> . Acesso: 5 jan 2009.

⁴¹ Cf. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Biociências. Criação da Universidade de São Paulo (1934). Disponível em: <http://www.ib.usp.br/ibhistoria/50anos/1934.htm> . Acesso: 5 jan 2009.

nossa sociedade. É interessante notar que o efeito de pertencimento não é construído apenas num texto escrito, através do procedimento de reescrituração, por exemplo, mas é textualizado em outras dimensões simbólicas. Há, aí, efeitos de pertencimento que funcionam em diferentes dimensões do simbólico e que se entrecruzam no espaço da administração institucional: há *disciplina* e *curso* que são nomes de saber; e há nomes de unidades administrativas, *departamento*, *setor*, *faculdade*, *universidade*, que são nomes da instituição.

Em relação a isso, diria que a organização político-administrativa de uma universidade produz efeitos sobre o modo como os domínios de saber que ela reúne são significados. Olhando mais de perto para as relações de pertencimento desse tipo, é possível vislumbrar um efeito produzido pela divisão que a nomeação FFCL estabelece, qual seja: o efeito de que *Letras não é ciência*. Desse modo, as disciplinas ministradas como disciplinas *das* Letras não significam enquanto ciência e, portanto, não significam enquanto disciplinas científicas.

No entanto, é importante destacar que qualquer divisão nos domínios do conhecimento se produz pelo esquecimento, pela falha e pela contradição, pois sempre há algo que *fica fora* e há algo que *está a mais*. A presença de disciplinas como Filologia e Linguística, enquanto domínios de saber que geralmente se colocam no espaço científico, é um exemplo interessante dessa contradição.

E é nesse espaço contraditório, constitutivo da própria divisão, que se abre a possibilidade de deslocamentos. Isso pode ser observado na FFCL de Araraquara, em que disciplinas como Filosofia e Ciências Sociais foram levadas para os Cursos de Letras e de Pedagogia. Havia, então, uma relação de diálogo bastante produtiva com as Ciências Humanas no interior de uma Faculdade de Letras.

A partir do breve histórico apresentado, foi possível observar o processo de alguns dos deslocamentos de sentido nos domínios da Filologia e

da Lingüística pela introdução gradativa da Lingüística nas Faculdades e Universidades brasileiras.

A Lingüística entra como *disciplina* da Filologia na USP e na UDF; como *disciplina* das Línguas Indígenas e como *Curso de Pós-Graduação* e *Departamento* na Faculdade de Letras na USP; como *Setor* do Departamento de Antropologia no Museu Nacional; como *Curso de Pós-Graduação* no Instituto Central de Letras da UnB, ministrado inicialmente por professores de Antropologia.

Nesses diversos espaços ocupados pela Lingüística, não se pode deixar de observar como ela significa enquanto domínio de saber ao qual é dada a tarefa de *descrever as línguas*, seja a língua portuguesa, sejam as línguas românicas, sejam as línguas indígenas.

Um outro lugar de análise em que se pode observar o processo de deslocamentos de sentido nos domínios da Filologia e da Lingüística, além desse mostrado aqui brevemente, são os textos produzidos por estudiosos que se relacionavam com esses domínios de saber⁴².

No item a seguir, apresento uma análise de alguns textos desses pesquisadores, produzidos para um evento ocorrido em 1958, com o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura – MEC. Trata-se do Primeiro Simpósio de Filologia Românica, promovido pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

⁴² A esse respeito, lembro do trabalho de Suzy Lagazzi (2002) em seu artigo “A Língua Portuguesa no Processo de Institucionalização da Lingüística”. Neste texto, há uma análise da nomeação ‘língua portuguesa’ centrada, principalmente, nos livros de Mattoso Câmara Jr., *Princípios de Lingüística Geral* e *História da Língua Portuguesa*. A autora observa que, nas duas obras, a língua portuguesa ocupa o lugar de sistema, seguindo os preceitos estruturalistas. Uma diferença que se destaca, entretanto, é que, no primeiro livro, a língua portuguesa aparece funcionando como demonstração, exemplificação, ao lado de outras línguas (outros sistemas) e, na segunda obra, ela já não se apresenta mais ao lado de outros sistemas, mas como um sistema em si mesmo. Deste modo, a língua portuguesa se estabelece como espaço de descrição lingüística, produzindo, assim, o lugar do analista. A autora ressalta como isso é importante para o surgimento de um espaço de legitimação científica e institucionalização da Lingüística. Sobre este ponto, a autora diz ainda que “a língua portuguesa fica significada como a própria instituição científica que possibilita a Lingüística e os estudos lingüísticos no Brasil. Uma legitimação no campo da ciência que se faz necessariamente pela institucionalização da língua portuguesa nesse mesmo campo” (p. 21).

2. Primeiro Simpósio de Filologia Românica

O Primeiro Simpósio de Filologia Românica contou com participantes do Brasil e do exterior; dentre eles, Luis F. Cintra, Antenor Nascentes, Antônio Houaiss, Cândido Jucá Filho, Celso Cunha, Ismael de Lima Coutinho, Nelson Rossi, Serafim da Silva Neto, Silvio Edmundo Elia, Theodoro Henrique Mauer⁴³.

Nos trabalhos produzidos para esse Simpósio, é possível notar como a Lingüística vai sendo demandada, de modos diferentes, por estudiosos da linguagem que não eram Lingüistas, mas Filólogos e Gramáticos. Uma questão que se colocava naquele evento era a diferença entre Lingüística e Filologia (Cf. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1976).

Silvio Elia, em sua apresentação, "Lingüística ou Filologia Românica?" (ELIA, 1976), elabora algumas considerações a respeito:

"A relação entre a Filologia e a Lingüística é a da parte para o todo. A Lingüística – *Sprachwissenschaft* dos alemães – é o estudo das línguas em todos os seus aspectos, inclusive o filológico. Històricamente, a Filologia precedeu a Lingüística, mas hoje deve

⁴³ A seguir, apresento a relação dos participantes e das Instituições a que estavam vinculados:

De outros países: Diego Catalán Menéndez Pidal, da Universidade de La Laguna; Eugenio Asensio, do Instituto Espanhol de Portugal, Francisco Heron de Alencar, Leitor da Universidade de Paris; I. S. Révah, da École des Hautes Études da Universidade de Paris; José Gonçalo Herculano, da Universidade de Coimbra; Joseph M. Piel, da Universidade de Colônia; Luis Felipe Lindley Cintra, da Universidade de Lisboa; Manuel Alvar, da Universidade de Granada; Manuel Rodrigues Lapa, professor visitante da Universidade do Brasil; Maria Adelaide do Vale Cintra, do Centro de Estudos Filológicos, de Lisboa; e Urbano Tavares Rodrigues, da Universidade de Lisboa.

Do Brasil: Ainda Bianchini, da Universidade do Brasil; Aires da Mata Machado Filho, da Universidade de Minas Gerais; Albino de Bem Veiga, da Universidade do Rio Grande do Sul; Antenor Nascentes, da Universidade do Distrito Federal; Antônio Joaquim de Figueiredo, coronel-professor representante do Exército (Colégio Militar); Antônio Houaiss, do Ministério das Relações Exteriores; Antônio José Chediak, da Prefeitura do Distrito Federal; Armando Tonioli, da Universidade de São Paulo; Augusto Magne, da Universidade do Brasil; Cândido Jucá Filho, presidente da Academia Brasileira de Filologia; Astério de Campos, do Instituto de Educação; Celso Ferreira da Cunha, da Universidade do Brasil; Ernesto Faria Júnior, da Universidade do Brasil; Ismael de Lima Coutinho, da Universidade do Estado do Rio; José Carlos Lisboa, da Universidade do Brasil e da Universidade de Minas Gerais; José Lourenço de Oliveira, da Universidade de Minas Gerais; Mauro Gomes Ferreira, major-professor representante do Exército (Colégio Militar); Nelson Rossi, da Universidade da Bahia; Serafim Pereira da Silva Neto, da Universidade do Brasil; Sílvio Edmundo Elia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Silvio Júlio de Albuquerque Lima, da Universidade do Brasil; e Teodoro Henrique Mauer, da Universidade de São Paulo.

situar-se modestamente no quadro geral dos estudos lingüísticos” (ELIA 1976, p. 94).

Assim, para o autor, o domínio da Lingüística contém, em seu interior, o domínio da Filologia. Tal relação entre esses domínios de saber não corresponde àquela presente na FFCL da USP, por exemplo, em que a Lingüística comparecia como tópico no Programa da Cadeira de Filologia e Língua Portuguesa e como disciplina no Programa da Cadeira de Filologia Românica.

Aires da Mata Machado, apresentando o texto “Como se Reflectem na Universidade Brasileira as Atuais Tendências da Filologia Românica” (MACHADO 1976), nota um grande crescimento dos estudos no domínio da Filologia, que levam a uma precariedade no cumprimento da tarefa de ministrá-la. A partir disso, o autor observa:

“Daí da conveniência de preconizar boa divisão do trabalho, para os meios não primarem sôbre o fim, e a urgência de munir o aluno das noções gerais e da visão especulativa que só a cadeira de Lingüística pode preparar” (MACHADO, 1976, p. 42).

Nesse texto, a Lingüística é considerada como uma parte da Filologia que poderia ser estudada *à parte*. Essa divisão possibilitaria que uma outra parte da Filologia pudesse ser mais bem ministrada pelo professor nas Faculdades de Letras.

Ao final do texto, o autor propõe a criação de uma cadeira de ‘Lingüística Geral’, ‘em caráter básico e introdutório’, e o estabelecimento de ‘um estudo autônomo de Dialetoлогия’.

Nas Atas do debate que se realizou sobre esse trabalho, constam comentários de alguns dos participantes. Dentre eles, os de Theodoro H. Mauer, Nelson Rossi e Luis Felipe Cintra. A proposta do estabelecimento da Dialetoлогия não foi muito discutida. Já a proposta da criação da Cadeira de Lingüística gerou um maior debate e acabou por ser aceita.

Ao final da Ata é apresentada a conclusão do debate:

“essencialmente há a recomendação da criação de uma cátedra de lingüística geral nas faculdades de letras, como verdadeira aspiração geral”(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1976, p. 45).

É interessante notar que tais questões foram discutidas num evento nomeado de Simpósio de Filologia Românica, não era um Simpósio de Lingüística. Mas os lugares dados à interpretação sobre o domínio da Lingüística nesse Simpósio foram bastante significativos. E é interessante também que não são os mesmos lugares de interpretação. Isso mostra como, para além dos possíveis modos de interpretar, havia uma necessidade de dizer sobre a Lingüística. Uma necessidade construída historicamente, de dizer sobre a Lingüística como *a ciência da linguagem*.

Também cabe destacar que esse evento ocorreu poucos anos antes da criação do Currículo Mínimo para o Curso de Licenciatura Plena em Letras, em que a Lingüística foi incluída como disciplina obrigatória. O Currículo Mínimo de Letras foi estabelecido em 1962, por resolução do Conselho Federal de Educação – CFE.

No item a seguir, analiso esta resolução e o parecer que a justifica.

3. Um Currículo Mínimo para o Curso de Letras

No texto da resolução, de 1962, *Letras* designa um *Curso*, que comparece organizado pela relação *língua X e Literatura de língua X* (a letra 'X' representa o nome de uma língua determinada). Nessa relação, tanto a língua como a Literatura significam enquanto objetos a serem conhecidos, sendo que a Literatura faz parte da língua.

O artigo nº. 1 desta resolução expõe as disciplinas obrigatórias e eletivas do Curso. Vejamos:

“Art. 1º. – O currículo mínimo dos cursos que habilitam à licenciatura em Letras compreende 8 (oito) matérias escolhidas na forma abaixo indicada, além das matérias pedagógicas fixadas em Resolução especial:

1. Língua Portuguesa
2. Literatura Portuguesa
3. Literatura Brasileira
4. Língua Latina

5. Lingüística

6.8. Três matérias escolhidas dentre as seguintes:

- a) Cultura brasileira
- b) Teoria da Literatura
- c) Uma língua estrangeira moderna
- d) Literatura correspondente à língua escolhida na forma da letra anterior
- e) Literatura Latina
- f) Filologia Românica
- g) Língua Grega
- h) Literatura Grega” (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1962, p. 417)

No âmbito do *Curso* de Letras, há *matérias*; algumas delas obrigatórias e outras não. No parecer sobre essa resolução do relator Valnir Chagas, há algumas justificativas a respeito da proposta de um currículo dividido em uma parte comum e outra diversificada. Embora não haja uma justificativa sobre a introdução de algumas matérias como obrigatórias e outras como optativas, pode-se observar um breve comentário sobre as matérias que cada parte contém. Nesse comentário, algo se diz sobre a Lingüística:

“Estas considerações nos levam a propor um currículo mínimo de Letras formado por uma parte comum e outra diversificada. A parte *comum* compreende Português com a respectiva literatura, Latim e os conhecimentos básicos de Lingüística necessários às línguas vernáculos e estrangeiras. Esse “básico” é o que nos parece exequível em âmbito nacional, nada impedindo que a escola dê maior amplitude aos estudos lingüísticos. Exatamente por isso, aliás, foi que substituímos por “Lingüística”, sem restrições ou ampliações, o título de “Introdução aos Estudos Lingüísticos” que inicialmente havíamos apresentado” (*ibidem*, p. 415).

Nesse comentário, podem-se observar dois caminhos possíveis para a Lingüística. Ela pode ser uma *matéria* básica e introdutória ou um *estudo* de ‘maior amplitude’. Nos dois casos, está mais fortemente determinada pelo

estudo das línguas vernáculas e estrangeiras enquanto *línguas a saber* e não enquanto *línguas a saber sobre* ⁴⁴.

Cabe notar que o parecer não apresenta uma justificativa para a escolha da Lingüística como matéria obrigatória, mas há, em outra parte dele, justificativas para a introdução da Cultura Brasileira, da Teoria da Literatura e da Filologia como matérias optativas da parte diversificada.

Segundo o relator, seria 'impraticável e desaconselhável' incluí-las como obrigatórias. Sobre isso, escreve:

"impraticável, por significar uma quebra de critério de flexibilidade que se adotou, visando o currículo verdadeiramente mínimo de oito matérias; e desaconselhável, porque duas dentre elas – Cultura Brasileira e Teoria da Literatura – constam pela primeira vez do currículo oficial, de sorte que lançá-las desde logo como obrigatórias implicaria admitir improvisações que da autenticidade levariam fatalmente ao descrédito" (*ibidem*, p. 415).

O adjetivo 'impraticável' remete às três matérias, mas 'desaconselhável' remete apenas à Cultura Brasileira e à Teoria da Literatura. A Filologia seria 'impraticável', mas não 'desaconselhável', enquanto a Lingüística acaba por significar como praticável em oposição à Filologia. A praticabilidade da Lingüística, em oposição à impraticabilidade da Filologia, ao lado da falta de necessidade de justificar o estabelecimento da Lingüística como matéria obrigatória são pistas interessantes que mostram como a Lingüística já se sustenta, no interior das Letras, no plano de evidências historicamente construídas. São pistas interessantes através das quais vemos a legitimidade da lingüística com seu estatuto de disciplina científica funcionando eficazmente, ao passo que a Filologia vai perdendo seu campo de atuação no domínio científico da linguagem a cargo da *ciência da linguagem*.

Dessa maneira, no texto da resolução, a Lingüística, enquanto *matéria obrigatória* significa como disciplina que *descreve* a língua. A Teoria da Literatura pode ou não ser escolhida e significa enquanto disciplina que

⁴⁴ Mesmo que possa significar como *língua a saber sobre* no caso de um estudo mais amplo.

interpreta textos literários. E a Filologia tende a significar também nesse espaço da interpretação. Na divisão entre disciplinas obrigatórias e eletivas está, em primeiro plano, conhecer uma língua determinada, descrevê-la e conhecer sua Literatura. Em segundo plano, está interpretar textos literários desta língua.

4. Algumas Reflexões Inconclusas

No processo de institucionalização da Lingüística nas Universidades e Faculdades brasileiras, ela significa sempre como *ciência*: enquanto Lingüística histórico-comparativa, ou enquanto Lingüística saussuriana. De diversas maneiras, o nome Lingüística se sustentou no espaço da ciência e por ele.

O interessante é que, do ponto de vista da FFCL, a Lingüística não é situada no espaço da ciência. Vinculada à Faculdade de Letras, a Lingüística fica fortemente significada pelos currículos das Letras que, geralmente, enfocam o ensino.

A esse respeito, é importante observar que, no processo de constituição de Faculdades e Universidades no Brasil, o nome *Letras* tem um papel fundamental. Porque ele significa enquanto predicado determinante do nome da Instituição onde os estudos de linguagem se constituíram nas Faculdades e Universidades, como em *Faculdade de Letras*. E, sobretudo, porque significa, ele mesmo, enquanto Instituição.

Lugares institucionais na história dos estudos da linguagem como Letras e lugares institucionais no espaço das políticas administrativas como Universidade, Instituto, Faculdade e suas diversas divisões: Setor, Departamento, Divisão, etc. Divisões que abrigam subdivisões: *curso, área, disciplina, ciência, matéria*, etc. Subdivisões que transitam pelos limites simbolicamente imaginários e materialmente tensos entre as políticas do Estado, das Instituições e dos saberes, entre ensino e pesquisa, ou, nos termos de Chiss e Puech (1999), entre invenção e transmissão. Lugares institucionais em que os sentidos tendem a se mostrar e a se conformar como

unívocos, mas onde também podem tomar outros caminhos, abertos pelas próprias contradições que suas estruturas administrativas produzem.

5. Estado e Universidade: Políticas Científicas

Do ponto de vista da HIL, as condições de produção da Lingüística, significada enquanto *a ciência da linguagem* (nas definições de diversos autores de filiação saussuriana) em sua relação contraditória e constitutiva com a *ciência da língua* (na definição de Saussure), se conjugam de modo indissociável com o papel do Estado e de outras instituições universitárias.

Na história dos estudos sobre a linguagem no Brasil, há diferentes configurações para a Lingüística, sempre legitimadas pela cientificidade, embora nem sempre pela interdisciplinaridade. No caso da institucionalização da Lingüística como Curso de Graduação e de Pós-Graduação na Unicamp, veremos que a interdisciplinaridade comparece de modo expressivo.

Para compreender o jogo dessas configurações de sentidos da Lingüística na Unicamp, trago para a reflexão textos relativos à sua institucionalização nesse espaço institucional, tais como leis, materiais de arquivo e textos sobre a constituição desta universidade e de outras universidades envolvidas.

No período de criação da Unicamp, para que uma instituição de ensino superior tivesse o estatuto de Universidade, ela deveria se constituir segundo a Lei de Diretrizes de Bases nº. 4024, de 20 de dezembro de 1961:

“As universidades constituem-se pela reunião, sob **administração comum**, de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior”⁴⁵.

Vemos aqui que a necessidade de reunião destes estabelecimentos, presente na expressão ‘administração comum’, se configura tão-somente no

⁴⁵ A referida lei também instituiu o Conselho Federal de Educação – CFE. Cf. BRASIL (1961) Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>. Acesso: 8 jan 2009.

espaço das políticas do Estado que regem o modo pelo qual a universidade deve administrá-los.

Seguindo a LDB, em sua abrangência em nível federal, a Lei Estadual nº. 7.655, de 28 de dezembro de 1962⁴⁶, criou a então chamada Universidade de Campinas – UC⁴⁷. Nesta lei eram previstos para a universidade os seguintes órgãos: Faculdade de Ciências, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Química Industrial, Instituto de Biologia, Instituto de Morfologia, Instituto de Química, Instituto de Física e Instituto de Matemática. Naquele momento, as chamadas Humanidades ainda não faziam parte do conjunto de órgãos previsto pela universidade.

Um funcionamento semelhante ao da LDB de 1961 pode ser observado no conhecido Acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e a Assessoria para a Modernização da Administração Universitária – MEC-USAID, realizado em 30 de junho de 1966, referente à reforma universitária. No texto do Acordo, 'reforma universitária' é reescrita por diversas vezes como 'reforma administrativa'. No item nomeado de Relação Ilustrativa das Atividades do Projeto, há uma demanda pela *centralização* em expressões como 'administração centralizada', 'contabilidade centralizada', bem como pela 'integração' e 'simplificação' da 'legislação educacional vigente'. E há, também, a proposta de 'ensino comum das disciplinas básicas', na qual 'comum' determina 'ensino', marcando um deslocamento significativo em relação à LDB de 1961 em que o 'comum' determinava 'administração'.

Quanto a esse último aspecto, é importante lembrar que naquele momento estava sendo criada a UnB, que apresentava um projeto diferente do modelo da década de 30 com as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras – FFCLs. No plano da UnB, como foi mencionado anteriormente, a universidade dividia-se em Institutos Centrais e Faculdades e continha 'cursos-tronco' nos

⁴⁶ Cf. SÃO PAULO (Estado) Lei nº. 7.655, de 28 de dezembro de 1962. Dispõe sobre a criação da Universidade de Campinas como entidade autárquica e dá outras providências. Disponível em: <http://perfil.sp.gov.br/site/legislacaoi.asp?atoid=20707>

⁴⁷ Nestes primeiros anos, a Unicamp teve vários nomes: UC (Universidade de Campinas), UEC (Universidade Estadual de Campinas), Unecamp e Unicamp. Nos primeiros documentos oficiais, um ou mais nomes diferentes compareciam.

Institutos Centrais. A Expressão 'ensino comum das disciplinas básicas' no texto do Acordo MEC-USAID parece ser um vestígio de significação da proposta de Darcy Ribeiro para a UnB.

Naquele momento, durante os acontecimentos do golpe militar, Zeferino Vaz tornou-se o primeiro presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, cumprindo um mandato de dois anos, entre 1964 e 1965, sem conseguir se reeleger novamente. Durante o mesmo período, foi também convocado como interventor da UnB no lugar de Anísio Teixeira e acabou renunciando ao cargo em agosto de 1965.

Em setembro deste mesmo ano, o Conselho Estadual de Educação criou, via decreto, uma Comissão Organizadora da Universidade de Campinas, incumbida de estudar e planejar a formação e instalação de suas unidades. A comissão foi composta por Paulo Gomes Romeo, Antonio Augusto Almeida e por Zeferino Vaz na função de presidente da comissão. A pedra fundamental do *campus* da Unicamp foi lançada oficialmente em 5 de outubro de 1966, que acabou por se tornar a data comemorativa do aniversário da universidade. O evento teve uma ampla divulgação na mídia e contou com a presença do então presidente do Brasil, o Marechal Castello Branco e do governador de São Paulo, Laudo Natel. Em 22 de dezembro, Zeferino Vaz foi nomeado, por Decreto Estadual, reitor da Unicamp.

Algumas das propostas da UnB repercutiram nos trabalhos da Comissão Organizadora da Unicamp, como a criação de cursos-tronco e o estabelecimento de Institutos Centrais e Faculdades, por exemplo.

No texto intitulado Relatório da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas, de dezembro de 1966, vemos funcionar uma demanda pela integração entre os Institutos sobre as necessidades de 'administração comum' da LDB de 1961. Podemos observar, ainda, a presença de palavras e expressões como 'integração', 'centralização', 'ensino comum', 'disciplinas básicas', 'administração integrada', que já compareciam em outros textos, como na LDB de 1961 e no Acordo MEC-USAID. No Relatório da Comissão, estabelecem-se outras articulações entre estas palavras e

expressões, que passam a transitar mais fortemente do espaço das políticas administrativas para o espaço dos saberes, abrindo a possibilidade para a significação da interdisciplinaridade, como veremos mais adiante.

Vejamos agora como esses sentidos possíveis para a interdisciplinaridade podem ser compreendidos no Relatório da comissão⁴⁸:

[1] "Além das Faculdades já mencionadas acredita a Comissão Organizadora ser perfeitamente viável, como foi relatado em estudo à parte, **a integração** na Universidade de Campinas de uma Faculdade de Engenharia Mecânica em Limeira, ministrando-se nos Institutos da Universidade os **cursos básicos de dois anos** (...). O mesmo aliás pode dizer em relação às Faculdades de Odontologia de Piracicaba e de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro" (p. 14).

[2] "Já escrevemos de outra feita que se impõe **a centralização** através de **ensino comum das disciplinas básicas** e de **administração integrada**, não só porque redonda substancial **economia para os cofres públicos**, como, sobretudo, porque a experiência universal demonstrou que os objetivos mais altos da Educação Superior só podem ser alcançados no ambiente de uma Universidade, **de uma instituição que promova e desenvolva os ideais universitários e que complemente a cultura humanista dos futuros profissionais, cientistas, tecnólogos, letrados, filósofos e artistas**.

Os ideais universitários, que constituem assim o chamado **espírito universitário**, do qual tanto se fala e poucos entendem, **são os ideais da ciência, de arte, de ética, de pátria e de humanidade**" (p. 15)⁴⁹.

[3] "Os Institutos de Matemática, física, química, Biologia, Geo-Ciências, Letras, Artes e Ciências Humanas responsáveis pela **formação básica** de todos os estudantes, quaisquer que sejam suas futuras destinações profissionais não podem ser mais concebidos **como unidades independentes** desde que o progresso de conhecimento demonstrou **a completa interdependência e subordinação recíproca de todas as ciências**" (p. 17).

[4] "Aceitos esses princípios básicos ocorreu a indagação de como **traduzir** no Projeto **arquiteticamente** a idéia de **unidade de pensamento e de ação da cultura humana**, a ser incutida e

⁴⁸ Cf. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Relatório da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas. Disponível em: www.unicamp.br/siarg/pesquisa/comissao_organizadora.pdf. Acesso: 14 jan 2009.

⁴⁹ Neste recorte, os itálicos foram colocados para marcar os grifos que estavam no texto (em negrito), distinguindo-os dos meus negritos. Os sublinhados da terceira e quarta linhas, que preferi destacar dos negritos, também são meus.

desenvolvida pelos Institutos Centrais e constituindo o “cuore” do sistema (p. 18)”⁵⁰.

[5] “O processamento das matérias-primas básicas como: leite, frutas, verduras, legumes, grãos, pescados e carnes, em produtos de consumo enlatados, embutidos, defumados, refrigerantes, congelados, desidratados, destilados, fermentados, etc; é feito com base em um complexo de conhecimentos científicos, sobretudo químicos, físicos, matemáticos e biológicos, associados aos de engenharia tecnológica e completados com conhecimento de Ciências Sociais e Humanas” (p.12).

No recorte⁵¹ [1], *integração* está articulada a *universidade, faculdades e institutos*. A integração das faculdades e institutos na universidade é resultante do fato de se ministrarem cursos básicos de dois anos nos institutos⁵².

Já no recorte [2], *integração* funciona de outro modo. Em ‘administração integrada’, o que se tem é a palavra ‘integrada’ determinando ‘administração’. A integração significa aí no espaço das demandas do Estado, conforme a LDB de 1961 e o Acordo MEC-USAID. O argumento da integração é a ‘substancial economia para os cofres públicos’.

Esse sentido de *integração* em [2] não é, como vimos, o mesmo do recorte [1]. No recorte [2], a palavra que funciona no mesmo espaço de

⁵⁰ Aqui gostaria apenas de mencionar algo que exige um estudo mais apurado. É interessante notar que o texto apresenta uma divisão dos saberes (nestes recortes e em outras partes do Relatório) que guarda uma memória de sentidos sobre a relação de palavras como *progresso, ciência e cultura*. Isto faz, certamente, parte das condições de produção do saber do momento histórico e da história da cidade de Campinas no interior destas condições de produção. Aqui mencionaria dois fatos importantes: a criação de um colégio nomeado de Culto à Ciência e a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em 1948, que criou, no ano seguinte, uma revista nomeada de *Ciência e Cultura*.

⁵¹ O conceito de recorte é compreendido por E. Orlandi (1984) como uma unidade discursiva que o analista produz sobre os seus materiais. Segundo a autora, “não há uma passagem automática entre as unidades (os recortes) e o todo que elas constituem” (p. 14). Os recortes são sempre efetuados a partir de uma determinada posição teórica e das questões que a análise coloca.

⁵² Um aspecto interessante a mencionar aqui é a diferenciação produzida entre o fato de se nomear algumas unidades universitárias como Faculdade e outras como Instituto. Talvez, num estudo posterior, seja possível refletir sobre os modos como as relações interdisciplinares podem trabalhar/ser trabalhadas (n)estas diferentes nomeações e, também, (n)as divisões entre ciências exatas, ciências biológicas, humanidades e tecnológicas, estabelecidas na Unicamp entre o fim da década de 1960 e início da década de 1970.

sentidos de 'integração' de [1] é 'centralização'. Diria que 'integração' em [1] se reescreve em [2], por substituição, como 'centralização', produzindo um efeito de sinonímia. O meio através do qual se dá a integração em [1] e a centralização em [2] é o mesmo: em [1], é 'ministrando-se nos Institutos da Universidade os cursos básicos'; em [2], é 'através de ensino comum das disciplinas básicas'.

Em [2], 'administração integrada' é um outro meio através do qual se dá a centralização. Aqui é interessante destacar que no Acordo MEC-USAID, 'centralização' era determinada por 'administração' e 'contabilidade', sustentando-se pelo argumento da economia.

Dessa maneira, há dois tipos de integração: um deles é a 'administração integrada', que funciona apenas em função das políticas administrativas do Estado e da universidade; outro é a 'centralização', que funciona tanto no domínio das políticas administrativas do Estado e da universidade – ao englobar a 'administração integrada' – quanto no domínio dos 'ideais universitários', onde os saberes estão situados.

No texto da comissão, o argumento do 'ensino comum das disciplinas básicas' funciona em torno dos 'ideais universitários' e da 'cultura humanística'. O argumento da 'administração integrada' é 'a economia para os cofres públicos'. No jogo desses dois argumentos para a integração/centralização, a economia é o '*não só*' e os 'ideais universitários' e a 'cultura humanística' são o '*como, sobretudo*'. Ou seja, são o argumento mais forte para a integração/centralização dos Institutos e Faculdades na Unicamp.

Em [3], a integração/centralização transita entre o espaço dos institutos e o espaço das ciências, sendo que 'as ciências', ao incluírem 'letras e artes', significam num sentido mais amplo, de 'conhecimento'.

O 'progresso do conhecimento' que 'demonstrou a completa interdependência e subordinação recíproca de todas as ciências' faz com que os institutos não possam 'ser mais concebidos como unidades independentes'.

A integração/centralização significa em [3], como 'completa interdependência e subordinação recíproca', que é argumento para a

interdependência entre as unidades, os institutos da universidade. O domínio de saber, configurado de um modo específico, deve refletir sua configuração sobre os institutos que o abrigam.

Desse modo, do ponto de vista do texto do Relatório, é a partir da 'unidade de pensamento e de ação da cultura humana' que o projeto arquitetônico da universidade deve se 'traduzir'.

A expressão 'completa interdependência e subordinação recíproca de todas as ciências' é um dos lugares de onde se pode facilmente fazer emergir os sentidos de *interdisciplinaridade*. É interessante que essa expressão se configura sob um efeito de igualdade e completude entre as ciências. No entanto, *ciência* tem um significado mais amplo nessa expressão como observei há pouco. Já em outras partes do texto, podemos notar que algumas ciências são menos iguais do que outras, justamente porque há também um sentido mais estrito de *ciência* em jogo.

Essa hierarquia 'entre as ciências' pode ser observada, por exemplo, em [5], dividida em uma *base*, uma *associação* e um *complemento*: a 'base' é o 'complexo de conhecimentos científicos', a 'associação' é com a 'engenharia tecnológica' e o 'complemento' é com o 'conhecimento de ciências sociais e humanas'.

O Relatório produz deslizamentos de sentidos em relação à LDB e ao Acordo MEC-USAID que percorrem o administrativo (as políticas do Estado e das Instituições) e o científico/disciplinar (as políticas dos saberes) através de palavras e expressões que são as mesmas, mas que são articuladas diferentemente. Vê-se, então, como algumas palavras e expressões presentes nos textos do Estado vão sendo incorporadas no texto da universidade e re-significadas de outro modo.

Nesses deslizamentos de sentido, o argumento do Relatório é a integração sustentada pelas 'ciências'. O jogo argumentativo aí instaurado produz uma relação de causa e efeito, sendo o *espaço dos saberes* a causa que produz seus efeitos sobre (se traduz em) a *administração dos Institutos* e o *espaço físico*.

Ao mesmo tempo, a demanda da integração vem pelo Estado, apresentada/representada por razões de ordem econômica. Como já foi dito anteriormente, do ponto de vista da HIL, os saberes são produzidos sempre a partir de condições histórico-políticas específicas. As 'ciências' não são produzidas fora das relações institucionais entre as políticas da universidade e as do Estado.

Os textos do MEC-USAID e os textos da Comissão Organizadora da Unicamp são produzidos a partir de filiações de sentidos bastante diferentes, mas a demanda pela integração funciona nos dois textos. A relação da universidade com o Estado é incontornável; a palavra do Estado não se apaga, embora possa deslizar para outras regiões significantes. Isso faz com que a legitimidade dos textos do MEC-USAID e a legitimidade do texto da Comissão Organizadora da Unicamp não seja a mesma, por exemplo, do ponto de vista dos intelectuais de esquerda.

Vemos então como o argumento da integração se sustenta a partir de argumentos diferentes produzidos por filiações de sentido distintas, que são caracterizadas pelos espaços onde se inscrevem. O que não implica, evidentemente, que esse trajeto de deslizamento de sentidos seja uma via única, já que os sentidos não são unívocos e os espaços onde se inscrevem significam sempre em relação a outros espaços, nunca apenas neles mesmos e nem de modo empírico. Embora a palavra *integração*, justamente por funcionar como lei, seja o argumento através do qual os sentidos dos textos se movimentam, esse ponto de origem na lei é apenas um efeito de sentidos. Não há jamais um ponto de origem para a palavra. *Integração* pode ter sido demandada por questões de ordens políticas diversas, incluindo aí a economia, mas também nada impede que não tenha vindo de reflexões teóricas sobre a organização política dos saberes. No entanto, quando a palavra é apreendida pelas leis do Estado, ela se transforma no argumento principal, significando como a causa e o efeito, as origens e os fins.

Levar em conta estas condições histórico-políticas não significa considerar o político enquanto estratégia. O que me interessa na análise do argumento da economia, presente no texto do MEC-USAID e no texto do Relatório, não é concluir, a partir do contexto histórico de sua produção, que ele “encobre” outras políticas do Estado. Não importa qual seja o argumento de um texto (a ciência, a economia, a segurança nacional), ele é sempre um argumento político. E o é no sentido de que o político é constitutivo das relações argumentativas produzidas a partir de determinadas filiações de sentido na história. A legislação é a política do Estado. Sob o argumento da economia ou sob qualquer outro argumento, a demanda para a integração e, sobretudo, para a centralização (‘administração centralizada’ no Acordo MEC-USAID) é uma política de centralização do poder.

A história da constituição da Unicamp se faz nesse jogo contraditório entre as políticas do Estado, das Instituições e dos saberes, no qual uma mesma palavra comparece enquanto mesma e enquanto diferente, na relação entre paráfrase e polissemia. A palavra *integração* é incontornável, mas seus sentidos deslizam do espaço das leis do Estado para o espaço dos saberes. Diria que esse deslizamento de sentidos é um índice da legitimidade das políticas dos saberes sobre as políticas da universidade e do Estado. Sem esquecer que os saberes são uma demanda da universidade e uma demanda do Estado.

A possibilidade dessa legitimidade dos saberes sobre o Estado – justamente quando, em razão do golpe militar, tal legitimidade se encontrava enfraquecida em outras universidades – está ligada à legitimidade do nome do reitor Zeferino Vaz. São vários os sentidos que foram sendo incorporados em torno deste nome, a partir do lugar do Estado: primeiro presidente do Conselho Estadual da Educação, reitor *pro-tempore*/interventor da UnB, reitor *pro-tempore* da Unicamp, “um dos baluartes da Revolução”⁵³, etc. Ao lado

⁵³ Atribuição dada ao reitor pelo Coronel Cerqueira Lima, segundo E. Gomes, em *O Mandarin* (2006).

disso, outros sentidos também funcionavam, não *deste* lugar propriamente, mas também *neste* lugar: “um pacífico homem de ciências”⁵⁴.

Essa legitimidade dos saberes sobre o Estado pode ser observada em duas narrativas de *O Mandarim* (GOMES, 2006), no interior das quais encontra-mos duas frases célebres, atribuídas ao reitor Zeferino Vaz. A primeira narrativa, que remonta ao período de construção do *campus* da Unicamp, tem como protagonistas o reitor e Nelson de Jesus Parada, assistente do físico Sérgio Porto:

“Parada, que veio para ajudar a implantar a área de física do estado sólido, teve antes a idéia de vir conhecer o campus em construção. Não encontrou mais que trilhas abertas entre espessas moitas de canavial, grandes poças d’água e lodaçais intransponíveis, onde se perdeu e terminou por atolar seu fusquinha. Zeferino não o deixou desanimar:

--- Filho, **uma universidade não se faz com prédios, mas com cérebros. Primeiro cérebros, segundo cérebros e terceiro cérebros. Depois é que vêm os edifícios, laboratórios, bibliotecas.** Traga quem quiser, desde que seja gente boa” (p. 58).

A segunda narrativa tem como protagonistas o reitor e o general Moraes Rego:

“Em 1975, durante a comemoração de mais um aniversário da quartelada de 31 de março celebrada no Batalhão de Infantaria Blindada de Campinas, Zeferino teve de ouvir, a certa altura do discurso do general Moraes Rego, uma frase destinada a fazê-lo baixar a crista:

--- Sabemos que a universidade hoje em dia é uma esculhambação: só tem comunista!

Zeferino ouviu calado, mas no fim da cerimônia, diante do general e de dois pupilos que levava a tiracolo, os jovens economistas João Manoel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo, deu o troco:

--- **Comandante, o senhor entende de caserna. De universidade entendo eu.**

Moraes Rego sorriu e abraçou-o” (*ibidem*, p. 92-93).

Podemos observar uma sobredeterminação de ‘homem de ciências’ funcionando na constituição da legitimidade, ao mesmo tempo de Zeferino Vaz

⁵⁴ Atribuição que Zeferino Vaz deu a si mesmo num artigo que escreveu em 1969: “A revolução de Março de 1964: imperativo de sobrevivência”. *Apud* Gomes (2006).

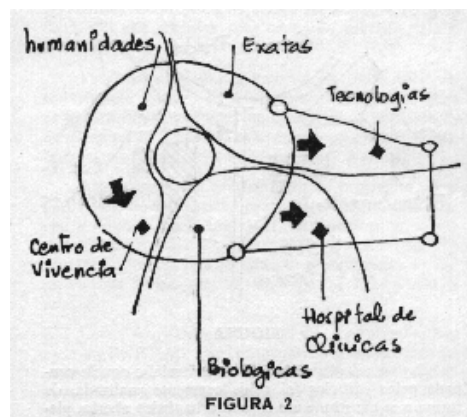
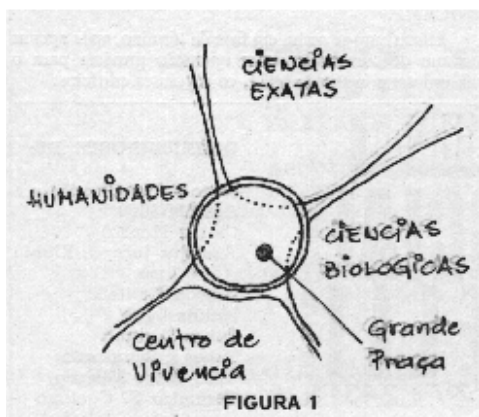
e da universidade. Nessa sobreposição, 'cérebros' não está significando a partir da divisão comunistas/"revolucionários", apesar de afetada por esta divisão política. O predicado 'gente boa', que se articula e se significa em relação à 'cérebros', funciona no espaço da ciência e do saber. Esse funcionamento sustenta o lugar da ciência como ancoragem, no Relatório da Comissão Organizadora, para o sentido de *integração*.

Um ano após a apresentação do Relatório, em fevereiro de 1967, foi instalado o Conselho Diretor da Unicamp, em sessão presidida pelo reitor Zeferino Vaz⁵⁵. A partir daí, tiveram início os trabalhos de elaboração dos Estatutos e do Plano Diretor da Unicamp.

O referido Plano Diretor já havia sido esboçado no Relatório da Comissão Organizadora da Unicamp no ano anterior. Elaborado nesse final da década de 1960, o Plano Diretor da universidade dividiu urbanisticamente as áreas de conhecimento em três grandes setores, Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Humanidades, sendo que as Humanidades se dividiram em Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Letras e Instituto de Artes (que significa a partir da divisão já consagrada de Ciências, Letras e Artes).

Na constituição da Unicamp, esta divisão das áreas de conhecimento, ao lado da implantação do ciclo básico, não se fizeram apenas no papel, mas em seu próprio projeto arquitetônico. Estes três grandes setores se instalaram no interior de uma estrutura circular, ao redor de uma grande praça central, onde foi construído o conjunto de edifícios do Ciclo Básico. O desenho desta estrutura foi projetado pelo Arquiteto João Carlos Bross (1970, p. 85):

⁵⁵ O Conselho Diretor foi previsto no Artigo 26 da Lei nº. 9.715, de 30 de janeiro de 1967, que alterou a Lei nº. 7.655 de criação da universidade, de 28 de dezembro de 1962. Cf. SÃO PAULO (Estado) Lei nº. 9.715, de 30 de janeiro de 1967. *Altera a redação da Lei n. 7.655, de 28 de dezembro de 1962, e dá outras providências*. Disponível em: <http://perfil.sp.gov.br/site/legislacaoi.asp?atoid=20708> Acesso: 9 jan 2009.



Ao lado disso, vale lembrar que esta estrutura arquitetônica, este desenho que projeta e instala uma re-significação na relação entre ciências, significa também no logotipo da universidade. Vemos, então, neste processo de institucionalização da Unicamp, como o *espaço de saber* se define/significa para além dos limites da materialidade lingüística de um texto escrito, sendo representado tanto no espaço simbólico da estrutura arquitetônica da universidade, como no espaço simbólico do logotipo. Configuram-se aí outras materialidades de sentido que se sobrepõem e se reforçam, re-produzindo um efeito de unidade, de coesão e de legitimidade sobre os campos de saber instituídos e sobre a própria Instituição que os abriga⁵⁶. No interior de cada um dos 'grandes setores', ciências exatas, ciências biológicas e humanidades, há saberes específicos – aí também funciona o efeito de pertencimento.

Ainda em 1967, em 21 de agosto, o recém-criado Conselho Diretor da universidade projetou, como unidade inicial do que seria o futuro Instituto de Ciências Humanas, um departamento nomeado de Departamento de Planejamento Econômico e Social – DEPES. Naquele momento, este instituto era também designado como Instituto Central de Ciências Humanas e, em 1969, passou a Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH. Como já

⁵⁶ Embora não seja possível, para este trabalho, uma análise mais aprofundada a respeito destas diferentes materialidades de sentido, penso que é importante ao menos mencioná-la, assinalando que ainda há muito a se investir nesta reflexão. Não poderia deixar de lembrar aqui as pesquisas produzidas no Laboratório de Estudos Urbanos – Labeurb, que vêm realizando produtivas reflexões sobre a espacialização do simbólico e a simbolização do espaço.

mentionei anteriormente, este foi o primeiro espaço institucional da Lingüística na Unicamp, antes que ela passasse a integrar o Instituto de Estudos da Linguagem – IEL, na segunda metade da década de 1970.

A organização do Instituto de Ciências Humanas ficou sob a coordenação do filósofo Fausto Castilho, que apresentou sua Proposta Preliminar para a Organização do DEPES ao Conselho Diretor, em 25 de agosto de 1967, com cursos de Pós-Graduação voltados para o setor das Indústrias de Campinas.

A demanda para o planejamento econômico e social, que comparece nos acordos MEC-USAID, comparece também na proposta do DEPES, mas as filiações de sentidos são diferentes. O MEC-USAID tinha relações com a Aliança para o Progresso, que era um programa dos EUA em resposta à Revolução Cubana. O DEPES foi constituído em convênio com a Comissão Econômica para a América Latina – Cepal, que tinha escritório no Rio de Janeiro, prestes a fechar, e o Instituto de Planificação Econômica e Social – ILPES, com sede no Chile; ambas as entidades eram filiadas às Nações Unidas. Eustáquio Gomes, em *O Mandarin* (2006), comenta que a Cepal, cujos membros vieram para trabalhar na Unicamp, “era tida como “um ninho de esquerdistas” e estava há muito na mira dos militares brasileiros” (*Op. cit.*, p. 61).

No projeto do DEPES, elaborado um ano antes da proposta que incluiria a Lingüística no Instituto de Ciências Humanas, a palavra *interdisciplinaridade* também não comparece. Também é quase inexistente a incorporação de palavras dos textos do Estado (LDB e Acordo MEC-USAID) e da Comissão Organizadora da Universidade relacionadas às que foram aqui trazidas para a análise. A palavra ‘colaboração’, no projeto do DEPES, talvez seja a mais próxima de ‘integração’ dos outros textos. Na proposta do DEPES, é preciso “contar com a **colaboração** de todos os integrantes do Instituto de Ciências Humanas, ou melhor, de elementos pertencentes a toda a comunidade acadêmica”⁵⁷. Como veremos a seguir, a palavra *colaboração*

⁵⁷ Cf. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). “Proposta Preliminar do DEPES”, de 25 de agosto de 1967. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da

comparecerá no projeto que inclui a Lingüística, mas significada de outro modo.

Dos textos do Estado para os textos da universidade, há movimentos de sentido bastante significativos. Destes textos para os textos dos Institutos da universidade, outros movimentos de sentido serão produzidos, a partir dos quais, numa conjuntura específica, a de uma proposta de constituição da Lingüística junto às Ciências Humanas, é que a palavra *interdisciplinaridade* vai comparecer.

5.1 Cientificidade e Interdisciplinaridade: a Lingüística na Unicamp

O primeiro documento relativo à constituição da Lingüística na Unicamp que se encontra conservado entre os materiais de arquivo da universidade é um ofício, dirigido ao Conselho Diretor, com o título de Proposta de Criação do Grupo de Lingüística, no Instituto de Ciências Humanas⁵⁸. Este ofício é assinado pelo filósofo Fausto Castilho e também por um matemático, o professor Rubens Murillo Marques, coordenador do Instituto de Matemática. A Proposta foi aprovada pelo Conselho Diretor da Unicamp em 1º. de outubro de 1968, por unanimidade.

O texto da Proposta é dividido em seis partes principais: uma introdução sem título; os itens 'A linguística', 'Linguística e colaboração interdisciplinar', 'Campos-de-estudo da linguística', 'Providências para a formação do grupo de linguística'; e uma parte final, dirigida ao reitor Zeferino Vaz.

A elaboração desta Proposta recobre o período entre 1967 e 1968, quando Fausto Castilho esteve na Europa com a incumbência de estabelecer contatos com docentes que tivessem interesse em vir para a Unicamp. Foram estabelecidos contatos com o lingüista Yves Gentilhomme da Universidade de

Unicamp. REI/APP/0562/67.

⁵⁸ Cf. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). *Organização*. "Proposta de Criação do Grupo de Lingüística, no Instituto de Ciências Humanas". Outubro de 1968. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. 1967-1969-71; 1975, s.d. SG/AH-III cx 5 mc 01.

Besançon, que ficou responsável pela organização inicial da área de Lingüística.

Vemos, no texto da Proposta, uma Lingüística configurada a partir de estreitas relações com métodos matemáticos, que era uma das linhas de pesquisa na Universidade de Besançon naquele momento. Outro aspecto interessante dessa Instituição francesa foi assinalado por François Dosse (1993). Segundo o autor, em meados da década de 1960, a orientação em Besançon era “deliberadamente interdisciplinar”. Nessa Universidade, escreve F. Dosse,

“são construídas pontes entre os professores das Faculdades de Letras e de Ciências a fim de se iniciar a aplicação de métodos de laboratório nas ciências humanas” (p. 228).

A este respeito, é interessante já observar que, no item da Proposta nomeado de ‘Providências para a formação do grupo de linguística’, o grupo seria composto por um universitário de formação em Matemática e outros quatro de formação em diferentes áreas das Ciências Humanas, incluindo aí a Lingüística. Estava previsto o envio de um grupo de universitários – um grupo interdisciplinar – à Faculdade de Letras e Ciências Humanas⁵⁹ daquela universidade francesa para realizar um estágio em Lingüística e obter um Certificado de Lingüística Geral.

Voltando à parte introdutória do texto da Proposta, vemos, já neste início do texto, que é definido um lugar determinante a partir do qual os sentidos de Lingüística vão se construir nas partes subseqüentes: a ‘integração interdisciplinar’, entre os Institutos e Faculdades da universidade em constituição. Vejamos:

“Estando em andamento as obras do “campus” da Unicamp em Barão Geraldo, - onde os Institutos Centrais poderão se instalar provavelmente em 1970, criando-se, em consequência, as condições preliminares para a **integração interdisciplinar** dessas

⁵⁹ É interessante destacar o nome da faculdade: Faculté des Lettres et Sciences Humaines. A Lingüística estava incluída nas Letras e, no interior desse espaço institucional, seus métodos eram aplicáveis às Ciências Humanas.

unidades, – julgam os signatários indispensável que a universidade preveja com antecedência a abertura do primeiro ano do Studium Generale, ciclo bienal de cursos comuns para todos os candidatos aos Instituto Central de Ciências Humanas” (INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp) *Organização*. “Proposta de Criação do Grupo de Lingüística, no Instituto de Ciências Humanas” 1968, folha 1).

Nesse recorte da Proposta, a ‘integração interdisciplinar’ comparece como uma consequência da instalação dos Institutos Centrais. A integração continua significando como o argumento no espaço das leis e da administração, tanto do Estado, quanto da Universidade. A palavra ‘interdisciplinar’ comparece qualificando ‘integração’ de modo geral, abrangendo todas as unidades da universidade.

Ao mesmo tempo, ‘interdisciplinar’ caracteriza e re-significa ‘integração’ de outro lugar: o do *saber interdisciplinar*. Neste procedimento de articulação entre *integração* e *interdisciplinar*, a interdisciplinaridade significa como um “tipo” de integração.

Se compararmos esta formulação da Proposta com as formulações ‘administração centralizada’, ‘integração e simplificação da legislação educacional vigente’ do Acordo MEC-USAID, e com as formulações ‘Integração dos Institutos’, ‘centralização dos institutos através das disciplinas básicas e de administração integrada’ do Relatório da Comissão Organizadora da Unicamp, por exemplo, vemos que estão em jogo diferentes tipos de integração.

No Acordo MEC-USAID, trata-se de uma *centralização administrativa* junto a uma *integração legislativa*. No Relatório da comissão, trata-se de uma *centralização e integração administrativa e disciplinar* dos institutos. Na Proposta, trata-se de uma *integração interdisciplinar* dos Institutos.

No entanto, embora tenhamos observado que a palavra *interdisciplinaridade* não esteja presente no Relatório da comissão, a centralização, através da integração disciplinar dos institutos, significa a interdisciplinaridade. Isto se dá através da própria introdução da palavra *disciplina*, que se articula à centralização e à integração, bem como através

das outras formulações a respeito da 'completa interdependência e subordinação recíproca de todas as ciências'.

Ao lado disso, o fato de a palavra *interdisciplinaridade* não ter sido formulada no texto do Relatório é bastante significativo. E, talvez, tão mais significativo seja ela não ter sido formulada na Proposta Preliminar do DEPES no Instituto de Ciências Humanas, que teve o mesmo autor da Proposta do Grupo de Lingüística. Isto mostra que a introdução da Lingüística no Instituto de Ciências Humanas introduz a palavra *interdisciplinaridade* nos textos da Unicamp.

Aqui, a análise da palavra 'colaboração' parece ser bastante interessante. Na Proposta Preliminar do DEPES, a demanda pela 'colaboração' significa o departamento num lugar onde *falta algo*, pois, para a sua implantação era preciso "contar com a colaboração de todos os integrantes do Instituto de Ciências Humanas, ou melhor, de elementos pertencentes a toda a comunidade acadêmica"⁶⁰. Na Proposta do Grupo de Lingüística há, como foi mencionado acima, um item chamado "Lingüística e Colaboração Interdisciplinar", que já nos dá um forte indício de que a Lingüística é significada como um lugar onde *nada falta*.

A Lingüística significa no lugar da colaboração interdisciplinar, como podemos observar, por exemplo, no recorte a seguir, referente a este item:

"Não sendo uma disciplina isolada, ela [a lingüística] tornou-se um dos lugares de eleição para o trabalho pluridisciplinar (...) Sua introdução no esquema integrado da Unicamp facilitará o trabalho interdisciplinar numa série de pontos-de-intersecção" (*ibidem*, folha. 3).

É importante chamar a atenção para o entrecruzamento dos sentidos de *pluri* e de *inter* sobre o *disciplinar*. Enquanto no trabalho *interdisciplinar* o que está em jogo é a possibilidade de colocar disciplinas em relação, no trabalho *pluridisciplinar* o que está em jogo é a possibilidade de trabalho com

⁶⁰ Cf. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). "Proposta Preliminar do DEPES", de 25 de agosto de 1967. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, REI/APP/0562/67, folha 3.

pluralidade delas. No texto da proposta, o pluridisciplinar é uma reescritura de interdisciplinar por substituição. Essa reescritura faz com que o escopo do conjunto de disciplinas que são significadas pelo interdisciplinar e pelo pluridisciplinar seja o mesmo. Ou seja, é como se *pluri* e *inter* significassem *a mesma coisa* e não necessariamente como *coisas indissociáveis*. Neste texto, o trabalho pluridisciplinar é necessariamente um trabalho interdisciplinar, porque o que está em jogo é a necessidade de relacionar uma disciplina (a Lingüística) a outras (as Ciências Humanas e outras disciplinas de outros Institutos). O interessante é que a enunciação do 'pluridisciplinar' no texto da Proposta (ao lado da enunciação do 'interdisciplinar') terá efeitos bastante produtivos no processo de constituição dos estudos da linguagem na Unicamp, como veremos no capítulo seguinte.

Outro aspecto interessante a observar é que a formulação do primeiro enunciado deste recorte parece funcionar a partir de uma construção que significa quase uma tautologia. Há aí, uma divisão que se apresenta como se fosse própria da esfera epistemológica: as disciplinas isoladas e as não isoladas, sendo que, entre as disciplinas não isoladas é possível a realização do trabalho pluridisciplinar. E a Lingüística seria uma disciplina não isolada, uma disciplina pluridisciplinar.

Mas é interessante pensar que a enunciação dessa "tautologia" mostra que a relação apresentada entre *disciplina isolada*, *disciplina não isolada* e *disciplina pluridisciplinar* não se apresentava, no entanto, nem como imediata, nem como evidente. Era necessário, naquele momento, lembrar da existência de disciplinas isoladas e, ao mesmo tempo, destacar a existência de uma que não era isolada: a Lingüística.

A esse respeito é interessante observar que a expressão 'disciplina isolada' parece guardar uma memória de sentidos com a expressão 'Institutos Isolados'. Esta última designava as diversas Faculdades e Institutos existentes

no Brasil no período anterior ao da Lei nº. 5.540⁶¹, referente à Reforma Universitária, decretada em 28 de novembro de 1968, ou seja, pouco tempo após a aprovação da Proposta. Na lei nº. 5.540 há uma forte demanda para a integração dos Institutos Isolados.

Há, aí, a meu ver, todo um percurso de sentidos intrincados que envolve as discursividades das leis do Estado, das instituições universitárias e dos saberes. Nesse percurso, o discurso fundador *A lingüística é a ciência-piloto das ciências humanas* é o lugar contraditório do encontro da demanda do Estado pela integração com a demanda dos saberes pela pluri/interdisciplinaridade. É a partir deste lugar, que há a possibilidade de deslize: a des-significação de 'Institutos isolados' pelo argumento legislativo da integração desliza seus sentidos para a negação da designação de lingüística como 'disciplina isolada' pelo argumento da pluri/interdisciplinaridade. A partir deste lugar, o preconstruído da *cientificidade* funciona ligado indissociavelmente à *interdisciplinaridade*, como lugar determinante na definição dos sentidos de *lingüística* na Proposta.

Compreender esse processo de constituição da Lingüística na Unicamp exige levar em conta que a concepção da Lingüística como *ciência-piloto das ciências humanas*, naquele momento, também colocava em jogo a questão da *interdisciplinaridade*. E, ao mesmo tempo, que o processo de legitimação dos saberes não é independente das condições institucionais em que ele é produzido. Ou seja, não é possível compreender o papel da demanda pela interdisciplinaridade na história da Lingüística na Unicamp sem considerar as políticas administrativas do Estado e as políticas administrativas e disciplinares das instituições universitárias.

No processo de construção da legitimidade da Lingüística na Unicamp, a interdisciplinaridade foi um argumento fundante. Porque incorporou

⁶¹ Cf. BRASIL (1968) Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=102363>. Acesso: 5 jan 2009.

as necessidades de integração demandadas pelo Estado e as re-significou no espaço dos saberes próprio da universidade. Embora a relação entre lingüística e interdisciplinaridade não significasse como necessária na história da lingüística no Brasil até aquele momento, na proposta da Unicamp ela significou como constitutiva. Vale acrescentar que essa demanda do Estado pela integração possibilita que a pluridisciplinaridade funcione de modo bastante eficaz, misturada à interdisciplinaridade.

A demanda pela interdisciplinaridade num projeto que propõe a criação de um grupo de Lingüística no então chamado Instituto de Ciências Humanas é bastante significativa na história da Unicamp de modo geral. E, mais especificamente, como será mostrado ao longo dos capítulos seguintes, tal demanda teve um papel determinante na história de sentidos sobre a Lingüística no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, bem como no futuro Instituto de Estudos da Linguagem – IEL.

Na relação estabelecida entre cientificidade e interdisciplinaridade na Proposta, a cientificidade é sustentada pela matematização, como podemos observar mais de perto no item nomeado de A Linguística:

“A linguística

Entrando pelo caminho da matematização, há uns poucos decênios, esta disciplina desenvolveu-se rapidamente, passando a irradiar sua influência sobre as disciplinas afins. Para estas, sua metodologia constitui, hoje, padrão de referência obrigatório, fenômeno de resto freqüente na história das ciências, sempre que uma delas toma a dianteira de suas congêneres, em determinada região do saber. Em regra, opera-se então um reajuste dos objetivos e métodos habituais em relação aos propósitos pela ciência pioneira. É o que ocorre hoje, no exterior, entre as disciplinas humanas e a linguística. Boa parte da melhor produção intelectual do último decênio nessas matérias traz o selo da linguística. No Brasil, este fenômeno de inesperada mutação intelectual encontra especialistas desarmados, pois do mesmo modo como sucede no caso do planejamento, a inexistência da linguística no currículo universitário frustra-lhes toda possibilidade de atualização” (*ibidem*, folha 2).

Nesse recorte, podemos observar o desenho de uma relação entre ‘Lingüística’ e ‘disciplinas humanas’ na qual a primeira comparece num lugar de destaque:

Lingüística	disciplinas humanas
desenvolveu-se rapidamente	
irradia sua influência sobre	as disciplinas afins
sua metodologia é padrão de referência obrigatório	para estas
Sela	boa parte da melhor produção intelectual do último decênio nessas matérias

Nesse recorte, os sentidos de 'Lingüística' são definidos tanto na articulação com 'disciplinas humanas', significando a Lingüística enquanto uma disciplina humana quanto na articulação com as expressões 'entrando pelo caminho da matematização' e 'sua metodologia'.

A Lingüística se situa entre as disciplinas humanas, como uma delas, mas, ao mesmo tempo, se destaca e se distingue delas. Esse lugar de destaque é legitimado, no texto, pela metodologia, que distingue Lingüística de disciplinas humanas. A distinção estabelecida entre Lingüística e disciplinas humanas não se apresenta pela definição dos objetos próprios de cada disciplina, mas através da metodologia da Lingüística. Nesse modo de definição, a Lingüística não apenas se distingue das disciplinas humanas, mas se significa como uma disciplina exata, já que o que define sua metodologia é a entrada 'pelo caminho da matematização'. E nesse duplo espaço em que a Lingüística significa, as disciplinas humanas também passam a significar como potenciais disciplinas exatas. A cientificidade dessas disciplinas se legitima pela relação estabelecida com as disciplinas exatas.

Nesse sentido, produziu-se um apagamento do caráter de Ciência Humana. No texto da Proposta, para um domínio de saber ser ciência, ele precisa ser Ciência Exata. E o que caracteriza uma Ciência Humana enquanto Ciência Exata nesse texto é o método da matematização.

A dimensão da importância dada à matematização na Lingüística no texto da Proposta também pode ser percebida no fato de linguagem de que sua autoria é atribuída não apenas ao filósofo Fausto Castilho, mas também ao matemático Rubens Murillo Marques, coordenador do Instituto de Matemática.

A possibilidade de a Lingüística estar situada nesse lugar de destaque no texto da Proposta não se dá simplesmente pelas relações estabelecidas entre Lingüística e Matemática na história das idéias, mas antes pelo modo como estas relações são significadas discursivamente nessa história. Ou seja, esse lugar se constrói e se torna possível pelas discursividades construídas em torno dessa relação. A Lingüística, na Proposta, pode significar como 'padrão de referência obrigatório' porque há, na história dos sentidos de Lingüística, um enunciado que a designa como ciência-piloto das ciências humanas, mesmo que esse enunciado não tenha sido formulado enquanto tal na Proposta.

Lembrando que, naquele momento, a questão da matematização também estava fortemente relacionada à demanda pela informatização dos arquivos, pelas tecnologias da comunicação, pela relação da língua com a informática. A Universidade de Besançon era um desses espaços institucionais onde essas questões eram trabalhadas. Em relação a isto, vale mencionar também a obra "Análise Automática do Discurso", de Michel Pêcheux (1969), publicada naquele período. No Brasil, havia uma proliferação de estudos na área da Comunicação que dialogavam com as tecnologias e diferentes mídias, como na USP.

É deste lugar da cientificidade sustentada pela matematização que a Lingüística tem um papel central na 'colaboração interdisciplinar', como pode ser observado no desdobramento do item "Lingüística e Colaboração Interdisciplinar" da Proposta:

"Não sendo uma disciplina isolada, ela [a lingüística] tornou-se um dos lugares de eleição para o trabalho pluridisciplinar. (...) Sua introdução no esquema integrado da Unicamp facilitará o trabalho interdisciplinar numa série de pontos-de-intersecção:
Instituto Central de Matemática: lógica, teoria dos conjuntos, teoria

da informação, estatística, computação;
Instituto Central de Biologia: código genético;
Instituto Central de Ciências Humanas: antropologia, psicologia, sociologia, economia, filosofia;
Instituto Central de Letras: fonemática, monemática, sintaxe, semântica lexicologia, Linguística Geral, estilística, dialetologia, plurilinguismo, filologia (métodos quantitativos de história de textos, pesquisas de datação, pesquisas de atribuição de autoria), procedimentos de tradução, métodos de crítica literária, teoria da literatura;
Instituto Central de Artes: processos de comunicação social, musicologia, estética;
Faculdade de Medicina: diagnóstico e tratamento da afasia.
Etc" (*ibidem*, folhas 3-4).

Um aspecto bastante interessante que podemos notar nesta parte da Proposta, mas que também funciona em todas as suas outras partes, é que não há uma formulação que diga diretamente o que é Lingüística, qual é o seu objeto e como este objeto é concebido. A Lingüística não é definida positivamente em si mesma, mas nessa relação de colaboração com outros Institutos e outros saberes científicos ou não-científicos, enquanto cursos e disciplinas. Ela se define através de uma enumeração dos *Institutos* que contêm os *cursos* com os quais ela se relaciona, ao lado de uma enumeração das *disciplinas* destes *cursos*.

Esse recorte da Proposta nos mostra que os sentidos de Lingüística vão sendo definidos pela articulação com 'colaboração interdisciplinar', 'trabalho pluridisciplinar' e 'trabalho interdisciplinar', como foi assinalado anteriormente. A eleição da Lingüística nesse lugar de trabalho e colaboração interdisciplinar permite que ela se relacione com outras *disciplinas*, de outros *cursos*, de outras *faculdades* e de outros *institutos*, além daquele em que ela está situada. A eleição da Lingüística nesse lugar de colaboração é legitimada pelo modo como ela significa no interior do Instituto de Ciências Humanas, como uma ciência humana/exata, por sua metodologia matemática. Nesse espaço de colaboração interdisciplinar que inclui a Lingüística no 'Instituto Central de Ciências Humanas', a divisão Instituto Central de Ciências Humanas/Instituto Central de Letras produz uma oposição entre Lingüística e Letras.

Voltando novamente à formulação 'ela tornou-se um dos lugares de eleição para o trabalho pluridisciplinar', cabe notar aqui que tal formulação terá uma paráfrase bastante interessante num ofício, de 25 de julho de 1969, do Conselho Diretor da universidade ao reitor, Zeferino Vaz⁶². Neste ofício, a formulação sobre a Lingüística que encontramos é:

"Pela amplitude de seu objeto, transformou-se, no último decênio, no lugar de eleição para o trabalho interdisciplinar nas Ciências do Homem" (IFCH *Organização*. sublinhado do texto, s/n).

Seu objeto é definido diretamente:

"É a disciplina que estuda o código como tal" (sublinhado do texto, s/n).

Aqui é interessante refletir sobre a natureza deste ofício. Ele consiste numa apreciação, em nome do Conselho Diretor, das emendas feitas pelo Conselho Estadual de Educação ao anteprojeto de Estatutos da Universidade de Campinas⁶³. As emendas do CEE, discutidas pelo Conselho Diretor no Ofício, envolvem a *alteração*, *supressão*, *substituição* e *criação* de cursos do Instituto de Ciências Humanas. Vejamos, resumidamente, estas emendas:

- O nome 'graduação em Planejamento Econômico' e o nome '[graduação] de Administração' são alterados para 'Bacharelado em Economia e Planejamento' e 'Bacharelado em Administração';
- É criado o 'Bacharelado em Filosofia';
- É suprimida a graduação em 'Lingüística', sendo criada, 'no seu lugar', o 'Bacharelado em Antropologia'.

É interessante destacar aqui a criação da Filosofia pelo CEE. A

⁶² Cf. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). *Organização*. 1967-1969-71; 1975, s.d. SG/AH-III cx 5 mç 01. Ofício do Conselho Diretor da Universidade de Campinas ao reitor Zeferino Vaz, de 25 de julho de 1969. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.

⁶³ Os primeiros Estatutos da Universidade Estadual de Campinas foram baixados cinco dias depois, em 30 de julho de 1969, pelo Decreto Estadual 52.255, de 30 de julho de 1969.

emenda do CEE significa uma legitimação da Filosofia na universidade através do próprio Estado, legitimando o nome Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH. Este Ofício do Conselho Diretor que comenta a inclusão da Filosofia pelo CEE é um dos primeiros documentos de arquivo que contém a sigla IFCH⁶⁴.

Das emendas do CEE propostas pelo CEE, a única não acolhida pelo Conselho Diretor foi a que suprimiu a Lingüística. Das onze páginas deste ofício, sete delas são dedicadas a justificar o lugar da Lingüística no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Nestas páginas constam anexos cinco programas de curso para a obtenção do Certificado de Lingüística Geral em Besançon, todos em francês:

- Linguistique Générale (e como subtítulo: Les mathématiques et leurs rapports avec la linguistique);
- Introduction des Cadres Formels dans la Linguistique ;
- Linguistique et Sciences de l’Homme ;
- Linguistique Appliquée ;
- Traitement Automatique des Langues.

Nestas sete páginas de texto, o lugar da matematização na lingüística é reforçado e seu objeto, a língua, é significado como código através de uma definição direta: ‘é a disciplina que estuda o código enquanto tal’, conforme citado anteriormente.

Neste ofício do Conselho Diretor, a Lingüística deixa de ser ‘um dos lugares para o trabalho pluridisciplinar’ para ser ‘o lugar de eleição para o trabalho interdisciplinar nas Ciências do Homem’.

O ‘pluridisciplinar’ da Proposta de Criação do Grupo de Lingüística,

⁶⁴ O texto do Conselho Diretor que acolhe a inclusão da Filosofia é também bastante interessante para refletir sobre o lugar da Lingüística. Neste texto, de um lado, o lugar de eleição para o trabalho interdisciplinar nas Ciências do Homem é a Lingüística. A Lingüística é o presente e é ela que vai fornecer o método para as Ciências Humanas. De outro lado, há uma projeção da Filosofia como o lugar de intersecção que institui o debate multidisciplinar entre as Unidades de Ensino e Pesquisa. A Filosofia é o futuro e é ela que pode *instituir* o debate multidisciplinar (e dirigi-lo, estando fora dele).

de 1968, engloba uma pluralidade de disciplinas de diversos Institutos da Universidade, e o 'interdisciplinar' do Ofício do Conselho Diretor, de 1969, se restringe às Ciências Humanas. Na Proposta, a Lingüística é 'um dos lugares de eleição' em relação às disciplinas da universidade. No Ofício, a Lingüística é 'o lugar de eleição' em relação às Ciências Humanas.

É interessante o fato da supressão da Lingüística e da criação da Antropologia 'no seu lugar' pelo CEE. Parece haver aí diferentes movimentos de sentidos que se construíram e se entrecruzaram em torno da Lingüística na História das Idéias Lingüísticas no Brasil. Ao lado do sentido da "falta" da Antropologia nas Ciências Humanas, uma possibilidade de vincular a Lingüística à Antropologia, como já havia sido feito no Rio de Janeiro, no Museu Nacional. Ao mesmo tempo, há, aí, o sentido da Lingüística já estabilizado fortemente como *disciplina* das Letras no discurso da legislação do Estado (do Currículo Mínimo), produzindo uma impossibilidade de vincular a Lingüística junto às Ciências Humanas.

A introdução da Lingüística no Instituto Central de Ciências Humanas produziu uma ruptura em relação aos sentidos mais ou menos estabilizados da estrutura FFCL e significou, para o domínio dos estudos da linguagem, a abertura para novos espaços de significação e o fechamento de outros, como se verá nos capítulos seguintes.

5.2 Cientificidade, pluridisciplinaridade e interdisciplinaridade: projeções na institucionalização da Unicamp e da Lingüística na Unicamp

Naquele início da 'ciência pioneira' no IFCH da Unicamp, a palavra 'matemática' também estava presente na Proposta como parte do nome de duas disciplinas: Matemática Aplicada à Lingüística e Lingüística Matemática (esta última é relacionada no texto ao Instituto Tecnológico de Massachusetts – MIT). O nome Lingüística Matemática foi o utilizado pelo reitor Zeferino Vaz

na reunião do Conselho Diretor que aprovou a Proposta, segundo a Ata da Reunião⁶⁵:

“Terminada a leitura da proposta de criação do **Grupo de Linguística**, disse o Reitor que desejava traduzir o seu pensamento sobre a sua profunda significação quer no contexto da evolução da Universidade de Campinas quanto no da história e do progresso das ciências, por significar **a introdução do número, ou seja, da matematização das ciências humanas**”.

“**A Linguística Matemática**, cuja evolução se fez sobretudo nestes últimos quinze anos, abriu horizontes e perspectivas extraordinárias para a matematização das chamadas ciências humanas. A Universidade de Campinas se quiser realmente desenvolver-se em termos modernos e utilizando imediatamente as consequências dos conhecimentos já estabelecidos **da Linguística Matemática** e ainda se quiser impor-se no panorama cultural brasileiro com características de originalidade deve, ao ver do Reitor, dar apoio à criação imediata do Grupo de Linguística”.

É interessante observar que esse modo de circulação da Linguística enquanto *ciência* não se restringia ao Instituto Central de Ciências Humanas, mas se estendia à Universidade de Campinas através do trabalho pluridisciplinar/interdisciplinar, através da introdução da palavra *interdisciplinaridade* nos textos da Instituição.

E foi com este nome, Linguística Matemática, que os sentidos de Linguística na Unicamp circularam inicialmente no espaço da divulgação científica. Isto se deu através de um jornal campineiro que transcreveu a Ata da reunião do Conselho Diretor no corpo da reportagem e que teve como manchete o seguinte título: “Grupo de linguística na UC para maior projeção **das ciências**” (CORREIO POPULAR, 10 de outubro de 1968).

O preconstruído da cientificidade da linguística está presente na formulação que a define como a *ciência da linguagem*. Este preconstruído é sustentado pela *matematização* e conjugado com a demanda do Estado pela integração. É significado pela interdisciplinaridade na formulação *ciência-piloto das ciências humanas*. Tudo isso faz com que a Linguística signifique neste

⁶⁵ Em outra Ata, a de 1969, que discutia justamente a supressão da Linguística pelo CEE, encontra-se transcrita a “opinião” do professor Fausto Castilho como contrária à do reitor Zeferino Vaz, de nomear a Linguística como Linguística Matemática.

lugar de destaque da ciência e ganhe tal projeção para toda a universidade. E faz com que estes sentidos de Lingüística circulem não apenas no espaço universitário, mas também no terreno da mídia.

Essa Lingüística, significada fortemente pela matemática e em relação ao Instituto Central de Ciências Humanas nestes primeiros projetos, foi adquirindo outros contornos, mas esteve sempre caracterizada pela cientificidade e pela interdisciplinaridade/pluridisciplinaridade. Buscarei mostrar, nos capítulos seguintes, como o apoio institucional que sustentou a introdução da Lingüística enquanto *um dos lugares de eleição para o trabalho pluridisciplinar na Unicamp* e enquanto *o lugar de eleição para o trabalho interdisciplinar no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas* foi decisivo para esta continuidade de sentidos. Decisivo, também, para a própria criação do Instituto de Estudos da Linguagem – IEL.

CAPÍTULO III

LINGÜÍSTICA: DIVISÕES, TENSÕES E CONTRADIÇÕES

Introdução

A organização político-administrativa de uma universidade produz efeitos sobre o modo como os domínios de saber que ela reúne são significados. No espaço institucional da Unicamp, a introdução de diversas disciplinas no curso de Lingüística dividiu e significou algumas disciplinas como sendo *disciplinas da Lingüística* e outras como sendo disciplinas *relacionadas à Lingüística*.

Neste capítulo, pretendo mostrar como isso se configura em razão da demanda pela interdisciplinaridade estar sempre em jogo, misturada à pluridisciplinaridade. E como a interdisciplinaridade e a pluridisciplinaridade se movimentam com a introdução de novas disciplinas no processo de constituição da Lingüística no IFCH. Ao lado disso, pretendo mostrar como a cientificidade tem um papel decisivo neste jogo entre nomes de disciplinas, produzindo divisões, tensões e contradições no interior da Lingüística.

1. A Lingüística no Plano Preliminar do IFCH

Como observei no capítulo precedente, em 1969 o nome Instituto de Ciências Humanas é alterado para Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH através de uma emenda do CEE ao anteprojeto dos Estatutos da Universidade Estadual de Campinas. Também destaquei que um dos primeiros documentos de arquivo que contém a sigla IFCH é o Ofício do Conselho Diretor que justifica o lugar da Lingüística neste Instituto. Esta sigla também está presente em um projeto elaborado no mesmo ano, intitulado Plano Preliminar do IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas⁶⁶.

Neste plano, o IFCH segue a divisão dos cursos de graduação

⁶⁶ Cf. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). *Organização*. “Plano Preliminar do IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas”. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, SGI/AH-III cx 5, mc 01. 1967-69, 1971, 1975, s/d.

constituída para a universidade, que continha um ciclo básico e um ciclo profissional, ambos com dois anos. O ciclo básico, nomeado *Studium Generale* na Proposta de Criação do Grupo de Linguística, é definido no plano do IFCH como “ciclo bienal de cursos comuns para todos os candidatos ao Instituto Central de Ciências Humanas”⁶⁷.

Neste Plano do IFCH, as disciplinas do *Studium Generale* são divididas em três grupos, abreviados pelas siglas MEL, LV e CH. O grupo MEL corresponde às iniciais dos nomes de três *disciplinas*: Matemática Moderna, Estatística, Lógica Matemática. O grupo LV corresponde às Línguas Vivas. As línguas previstas inicialmente eram: Inglês, Francês, Russo, Alemão e Japonês. E o grupo CH corresponde às Ciências Humanas e reúne as *disciplinas* dos cursos de Planejamento Econômico, Ciências Sociais, Administração, e Linguística. As *disciplinas* mencionadas são: Antropologia Cultural, Economia, Epistemologia das Ciências Humanas, História Moderna e Contemporânea, Linguística, Política e Sociologia.

Os cursos de Ciências Humanas reunidos no *Studium Generale* são divididos, no ciclo profissional, em: Planejamento Econômico, Ciências Sociais, Administração, e Linguística. Posteriormente, os cursos que se efetivaram neste início do IFCH foram Ciências Sociais, Economia e Linguística.

A interdisciplinaridade do *Studium Generale* do IFCH significa as relações das disciplinas de CH entre si e entre as disciplinas do grupo MEL (que fornecem a metodologia às CH) e as do grupo LV. A Linguística, incluída entre as CH, é significada no espaço científico e seu objeto, a língua, tomado como objeto de ciência, é significado enquanto *língua a saber sobre*. As LV são algo à parte, significadas no espaço não científico, enquanto *línguas a saber*.

A *disciplina* de nome Linguística foi ministrada nos cursos do ciclo básico de Linguística, Ciências Sociais e Economia em 1970. Cabe observar que o mais antigo material referente aos nomes das disciplinas ministradas no

⁶⁷ Cf. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). *Organização*. “Proposta de Criação do Grupo de Linguística, no Instituto de Ciências Humanas”, de outubro de 1968. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. 1967-1969-71; 1975, s.d. SG/AH-III cx 5 mc 01.

curso de Graduação em Lingüística conservado entre os documentos de arquivo do Arquivo Central sobre o IFCH consiste em boletins de nota e freqüência. O primeiro boletim do curso de Lingüística que se encontra junto a estes documentos é o da disciplina nomeada de Lingüística, referente ao segundo semestre de 1970. Ela foi ministrada pelo professor Luiz Orlandi⁶⁸, que fez parte do primeiro Grupo de Lingüística enviado à Universidade de Besançon. Também foram ministradas em 1971 as disciplinas nomeadas como Lingüística I e Lingüística II, novamente pelo professor Luiz Orlandi e pelos membros de um novo Grupo de Lingüística, que também esteve em Besançon para obter um Certificado de Lingüística Geral. Vemos aí que o nome Lingüística do boletim produz um efeito de coincidência entre o nome do *curso* e o nome da *disciplina* do *curso*. E isto tem a ver com o fato de que a *disciplina* Lingüística não era apenas para o *curso* de Lingüística, mas também para os demais cursos do *Studium Generale*.

Neste primeiro ano de funcionamento do IFCH, a implantação da Lingüística esteve a cargo do professor Yves Gentilhomme, da Universidade de Besançon, conforme foi mencionado no capítulo anterior. O professor Yves Gentilhomme colaborou como coordenador do primeiro e do segundo Grupos de Lingüística enviados à França, bem como para a instalação do Centro de Lingüística Aplicada – CLA, seguindo os moldes da estrutura da Universidade de Besançon, que tinha um CLA anexo à sua Faculdade de Letras e Ciências Humanas⁶⁹.

⁶⁸ Luiz Benedicto Lacerda Orlandi graduou-se em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (1961-1964). Em 1968, iniciou seu mestrado em Lingüística Geral na Universidade de Besançon, defendendo sua dissertação em 1970. Iniciou, em 1972, seu doutoramento em Filosofia, na Unicamp. Defendeu sua tese em 1974. Em 1978, fez pós-doutorado na Universidade Studi di Roma Tor Vergata (USRV) na Itália. É professor do IFCH da Unicamp desde 1968.

⁶⁹ Posteriormente, o CLA desmembrou-se entre o Centro de Estudos de Línguas – CEL e o Departamento de Lingüística Aplicada – DLA, ficando o primeiro direcionado ao ensino das línguas estrangeiras e o segundo a pesquisas sobre línguas estrangeiras e língua materna. O Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp conserva uma grande quantidade de materiais relativos à institucionalização dos estudos de línguas do Centro de Lingüística Aplicada e do Departamento de Lingüística Aplicada na Unicamp. A análise destes materiais requereria um tempo maior de pesquisa, o que não pôde ser feito para esta Tese. Limitei-me, portanto, a estudar o processo de institucionalização da Lingüística sem me aprofundar

Seguindo os pressupostos da interdisciplinaridade entre Lingüística, Matemática e Ciências Humanas da Proposta de Criação do Grupo de Lingüística de 1968, foram contratados pela Unicamp e partiram para a França com bolsa da Fapesp o sociólogo André Maria Pompeo Villalobos⁷⁰, o filósofo Luiz Benedito Lacerda Orlandi, o antropólogo Antonio Augusto Arantes⁷¹ e o matemático Ângelo Barone⁷². Eni Orlandi também havia sido convidada para integrar o grupo, como a sua lingüista, mas naquele momento acabou optando pelo cargo de Leitora de Português em Montpellier.

Após a ida deste grupo de universitários a Besançon, um segundo grupo foi enviado. Os integrantes do segundo grupo não eram universitários de áreas das Ciências Humanas e da Matemática, mas das áreas de Letras e de Teoria Literária. O grupo foi composto por alunos da USP, indicados pelo professor Antonio Candido de Mello e Souza: Carlos Franchi⁷³ e Carlos Vogt⁷⁴

nas relações que foram se constituindo entre Lingüística e Lingüística Aplicada durante este processo.

⁷⁰ André Maria Pompeo Villalobos formou-se em Ciências Sociais pela USP em 1966. Obteve o título de Mestre em Sociologia pela Universidade de Paris VII, em 1970. Doutorou-se em Ciências Humanas pela Unicamp em 1976. É professor do IFCH da Unicamp desde 1968.

⁷¹ Antonio Augusto Arantes graduou-se em Ciências Sociais na USP em 1969. Doutorou-se em Filosofia pela Universidade de Cambridge, em 1977, com a tese *Sociological Aspects of Folhetos Literature in Northeast Brazil*, sob orientação de Jack Goody. É professor do IFCH da Unicamp desde 1968.

⁷² Ângelo Barone Netto graduou-se em Engenharia Mecânica e Elétrica pela Universidade de São Paulo em 1959. Em 1968 iniciou seu mestrado Lingüística Geral na Universidade de Besançon e o terminou em 1970. Em 1971 iniciou seu doutoramento em Matemática na Universidade de São Paulo, defendendo a tese, *Um teorema de instabilidade segundo Liapounov para o equilíbrio de sistemas sujeitos a vínculos não-holônomos*, em 1972. Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo.

⁷³ Carlos Franchi graduou-se na PUC-Campinas e licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Em 1971, defendeu sua dissertação *Hypothèses pour une Recherche en Syntaxe*, na Universidade de Aix-en-Provence-Marseille, sob orientação de Claire Blanche-Benveniste. Em 1976, defendeu sua tese de Doutorado, *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*, orientado por Marcelo Dascal. Em 1981, fez pós-doutorado na Universidade da Califórnia. Foi professor da Unicamp a partir de 1970 e passou a lecionar na USP a partir de 1991, onde foi um dos responsáveis pela constituição de um centro de pesquisas sintático-semânticas. Faleceu em 2001.

⁷⁴ Carlos Alberto Vogt é formado em Letras pela USP (1962-1965). Em 1971, obteve o Certificado de Estilística do Francês Literário e defendeu, na França, sua dissertação de Mestrado em Letras Modernas e Lingüística Francesa, *Une Introduction au Problème de la Sémantique dans la Grammaire Générative*, sob orientação de Jean Peytard. Sob orientação do professor Oswald Ducrot, na École Pratique des Hautes Études – Paris, iniciou seu Doutorado de 3º Ciclo. Em 1974, na Unicamp, defendeu sua tese de doutorado em Lingüística, *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Teoria Semântica*

que faziam pós-graduação em Teoria Literária, Rodolfo Ilari⁷⁵ que fazia pós-graduação em Língua e Literatura Italiana e Haquira Osakabe⁷⁶, recém-graduado em Letras Vernáculas.

A constituição do primeiro Grupo de Lingüística se sustentava pela necessidade de que cada membro das diversas áreas das Ciências Humanas obtivesse o 'Certificado de Lingüística Geral', incluindo aí o especialista em Matemática. Após a obtenção deste certificado, cada membro poderia aprofundar seus conhecimentos nas suas respectivas áreas e o matemático teria a opção de se especializar em 'Matemática Aplicada' ou então em 'Lingüística Matemática' no MIT. Nesse sentido, para cada membro deste grupo, a Lingüística é a base. A especialização poderia ser feita nas áreas de formação de cada um.

Já para a constituição do segundo Grupo de Lingüística, se impunha a necessidade de que cada membro da área de Letras e Literatura obtivesse a especialização em Lingüística. A Lingüística também significava como base para os membros deste grupo, mas, ao mesmo tempo, como especialização,

Argumentativa. Carlos Vogt foi diretor de estudos associados da École des Hautes Études en Sciences Sociales em 1981, a convite de Oswald Ducrot. Foi Reitor da Unicamp, Diretor Executivo do Instituto Uniemp em São Paulo e Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp. Atualmente coordena o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo - Labjor e é Secretário do Ensino Superior de São Paulo.

⁷⁵ Rodolfo Ilari graduou-se em Letras Neolatinas (Português e Francês) pela USP em 1967. Em 1968 e 1969, também pela USP, fez especialização em Língua e Literatura Italiana. De 1970 a 1971, fez mestrado em Lingüística pela Universidade de Besançon, onde defendeu a dissertação, *Une Introduction Sémantique à la Théorie du Discours*, orientado por Jean Peytard. Fez doutorado em Lingüística pela Unicamp de 1973 a 1975 e defendeu a tese, *Propriedades de Sentenças e Contextos Discursivos*, sob orientação de Marcelo Dascal. Fez curso de pós-doutorado na Universidade da Califórnia em Berkeley (1981-1983). Ilari é professor da Unicamp desde 1970. Foi professor visitante da Universidade de Bordeaux III em 1986 e 1987; desde 1995, da PUC-MG; e da Universidade Estadual do Sul de Minas (1995-1999).

⁷⁶ Haquira Osakabe graduou-se em Letras pela USP (1966-1969). Iniciou seu mestrado em Besançon sob orientação de Jean Peytard e defendeu a dissertação, *Recherches en Analyse du Discours*, em 1971. Começou seu doutorado pela Unicamp em 1972, defendendo a tese, *O Componente Subjetivo no Discurso Político*, em 1975, também sob orientação de J. Peytard. Sua carreira como professor na Unicamp teve início em 1969, estando vinculado inicialmente ao Departamento de Lingüística e posteriormente ao Departamento de Teoria Literária do IEL da Unicamp. Aposentou-se em 1997, quando passou a professor colaborador na Unicamp. Faleceu em 2008.

pois, neste caso, eles fariam parte do quadro de docentes do Departamento de Lingüística.

Nenhum dos membros que compôs o primeiro e o segundo grupos era especialista em Lingüística, até porque a área da Lingüística estava se constituindo e os lingüistas brasileiros não tinham, necessariamente, naquele momento, formação em Lingüística.

Com o envio do segundo Grupo de Lingüística à França, não estava mais em jogo a necessidade da sustentação do IFCH, mas a sustentação da Lingüística. Vemos aí diferentes necessidades de legitimação institucional dos saberes que produzem efeitos distintos. Produziu-se, com isto, a possibilidade de um deslocamento significativo no modo mesmo de significar a Lingüística. Eram os próprios estudiosos da linguagem, formados em Letras e Literatura, que deveriam, então, dar continuidade à institucionalização da Lingüística na Unicamp.

Vale lembrar aqui o que foi brevemente mencionado ao fim do capítulo anterior sobre o fato de que a Lingüística que havia sido planejada na Proposta, significada fortemente pela matemática, foi tomando outros contornos já no início do processo de sua institucionalização no IFCH. Isto tem a ver com a própria constituição dos quadros docentes do Departamento de Lingüística na Universidade, desde o início do Curso de Graduação de Lingüística.

A este respeito, é importante destacar que o professor responsável pela implantação da Lingüística, Yves Gentilhomme, acabou por não permanecer no Brasil. Para ocupar o lugar deixado por ele, foi convidado o professor Oswald Ducrot, que participou, desde o início, da constituição da Pós-Graduação em Lingüística na Unicamp, iniciada em 1971⁷⁷.

⁷⁷ A vinda de Oswald Ducrot ao Brasil está relacionada com a ida de Carlos Vogt à França. Após cumprir as disciplinas obrigatórias de seu curso de mestrado em Besançon, C. Vogt vai à Paris para poder assistir aos seminários do autor de *Estruturalismo e Lingüística*, que ele conhecera, enquanto leitor, em 1968. O autor desta obra, O. Ducrot, acabou por se tornar orientador de C. Vogt no seu doutoramento.

A vinda do professor Oswald Ducrot e de outros docentes de universidades do Brasil e do exterior para a Unicamp possibilitou que a Lingüística adquirisse contornos diferentes. Para compreender, por exemplo, como se deu o processo de legitimação da Semântica no interior da Lingüística na Unicamp, concomitantemente ao próprio processo de institucionalização da Lingüística nesta universidade neste início da década de 1970, é preciso levar em conta o papel do nome de Oswald Ducrot, bem como do nome de Carlos Vogt e de Rodolfo Ilari, como veremos mais adiante.

Em relação à introdução da Semântica no curso de Lingüística da Unicamp, cabe notar que ela já havia sido mencionada no texto da Proposta de Criação do Grupo de Lingüística. Na Proposta, junto ao argumento da interdisciplinaridade, que significa também como pluridisciplinaridade, funciona a demanda pela completude. Neste espaço de demanda pela completude, produz-se como efeito a necessidade de incluir uma grande diversidade de nomes de disciplina relacionados à Lingüística. Daí a enumeração das mais diversas disciplinas, situadas dentro e fora do âmbito da Lingüística e das Ciências Humanas.

A questão é que as disciplinas relacionáveis à Lingüística são apenas aquelas passíveis dessa relação, historicamente. São apenas aquelas disciplinas que são passíveis de relação a partir de determinadas condições de produção. É interessante observar que, já no texto da Proposta, a Semântica era uma disciplina relacionável com a Lingüística (inter-disciplinaridade), mas não apenas isso, era uma disciplina *da Lingüística* (pluri-disciplinaridade). E isto não apenas recobre, mas, sobretudo, ultrapassa os sentidos de Semântica vinculados à lógica e a matemática do texto da Proposta a partir da relação estabelecida entre a Universidade de Campinas e a Universidade de Besançon. Pois, naquele momento, a lógica e a matemática eram objeto de discussão entre diversos estudiosos da linguagem, dentre eles o próprio autor Oswald Ducrot (1966), que já tinha publicado seu « Logique et Linguistique » no número 2 da revista *Langages* e buscava constituir a sua Semântica Lingüística.

Para compreender um pouco o percurso desses outros contornos da Lingüística na Unicamp, analiso a seguir um documento intitulado de Programas dos cursos de Lingüística e de Lingüística Aplicada (Português, Francês, Inglês)⁷⁸, de 1971. Este Programa é o primeiro documento de arquivo do tipo sobre a Lingüística conservado no Arquivo Central da Unicamp. Ele parece ter servido à elaboração do primeiro Catálogo dos Cursos de Graduação da universidade, de 1971-72, que também é objeto de análise.

2. A Lingüística no Programa de Lingüística de 1971 e no Catálogo dos Cursos de Graduação de 1971-72

Neste Programa de 1971, enviado à Secretaria Geral da Unicamp em dezembro, há uma tabela com os códigos das disciplinas, que são divididas em Ciclo básico e Ciclo Profissional. As disciplinas do Ciclo básico são subdivididas em Tronco comum e Faixa profissionalizante. E as disciplinas do Ciclo Profissional são subdivididas em Obrigatórias, Complementares e Optativas. Neste documento não constam quais são as disciplinas correspondentes aos códigos mencionados. No entanto, tais códigos corresponderão, em grande parte, aos códigos publicados no Catálogo dos Cursos de Graduação de 1971-72.

Vejamos, a título ilustrativo, a tabela tal qual ela é apresentada no texto do Programa, que chamo aqui de Tabela A:

⁷⁸ Cf. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). *Graduação*. "Programas dos cursos de Lingüística e de Lingüística Aplicada (Português, Francês, Inglês)". Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. 1970-72, 1974, 1978. mç 5, cx 05.

Tabela A:

<u>CICLO BÁSICO</u>		<u>CICLO PROFISSIONAL</u>		
Tronco comum * 1A	Faixa Profissionalizant e *1B	Obrigat. * 1C	Complem. *1D	Opt. *1E
		H 521	H 526	H 523
H 121	H 321	H 522	H 518	M 111
H 131	H 323	H 524	H 528	H 212
H 141	H 322	H 525	H 529	H 721
H 151	M 606	H 722	H 527	H 720
H 161		H 725	H 727	H 726
M 106			H 772	H 728
H 112 *2			H 724	H 729
H 113 *2				
H 114 *2				
Optativas:				
H 315 *2				
H 316 *2				
H 317 *2				

(INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp) *Graduação*. 1971-72 folha 23)

Por outro lado, junto a este documento enviado à Secretaria Geral, e sem numeração de folhas, há outras tabelas dos cursos de Lingüística e Lingüística Aplicada que contêm códigos diferentes e que parecem ter sido elaboradas num momento anterior ao da compilação da tabela que contém apenas os códigos. Vejamos a tabela referente ao bacharelado em Lingüística, que chamo de Tabela B:

18. BACHARELADO EM LINGÜÍSTICA

SIGLA	NOME DA DISCIPLINA	CRÉ- DI- TOS	HS. TEO- RIA	HS. ESTU- DO	HS. PRÁ- TICA	HS. ESTU- DO	HS. EXER- CÍCIO	HS. ESTU- DO	TOTAL ESTU- DO	HS. NA UNIV.
EF 101	Educação Física Desportiva	2	-	-	2	-	-	-	-	2
HL 100	Lingüística p/ C. Humanas	6	6	12	-	-	-	-	12	6
HL 112	Inglês I	3	3	6	2	-	-	-	6	5
HS 161	Antropologia I	3	3	6	-	-	-	-	6	3
HS 185	História Econômica, Política e Social (Geral)I	3	3	6	-	-	-	-	6	3
MA 106	Matemática p/ C. Humanas I	3	2	2	3	2	1	2	6	6
PB 101	Est. de Problemas Brasileiros	2	2	2	-	-	-	-	2	2
EF 201	Educação Física Desportiva	2	-	-	2	-	-	-	-	2
HE 231	Introdução à Economia	6								
HL 212	Inglês II	3	3	6	2	-	-	-	6	5
HS 241	Política I	3	3	6	-	-	-	-	6	3
HS 251	Sociologia I	3	3	6	-	-	-	-	6	3
HS 285	História Econômica Política e Social (Geral)II	3	3	6	-	-	-	-	6	3
MA 206	Matemática p/ C. Humanas II	3	2	2	2	1	2	1	4	6
PB 201	Est. de Problemas Brasileiros	2	2	2	-	-	-	-	2	2
EF 301	Educação Física Desportiva	2	-	-	2	-	-	-	-	2
HL 300	Introdução à Lingüística	3	3	6	-	-	-	-	6	3
HL 301	Fonética e Fonologia I	3	3	6	-	-	-	-	6	3
ME 396	Estatística Metodológica	4	2	3	-	-	2	3	6	4
	Língua Estrangeira									
EF 401	Educação Física Desportiva	2	-	-	2	-	-	-	-	2
HL 401	Fonética e Fonologia II	3	3	6	-	-	-	-	6	3
HL 402	Gramática I	3	3	6	-	-	-	-	6	3
HS 471	Epistemologia	4	4	8	-	-	-	-	8	4
MA 416	Matemática para Lingüistas	3	2	4	-	-	1	2	6	2
	Língua Estrangeira			-						
HL 502	Gramática II	3	3	6	-	-	-	-	6	3
HL 520	Estrutura do Português I	3	3	6	-	-	-	-	6	3
	Optativa I									
	Área Menor I									
HL 602	Gramática III	3	3	6	-	-	-	-	6	3
HL 603	Variação Linguística	3	3	6	-	-	-	-	6	3
HL 605	Semântica I	3	3	6	-	-	-	-	6	3
HL 620	Estrutura do Português II	3	3	6	-	-	-	-	6	3
	Área Menor II									
HL 705	Semântica II	3	3	6	-	-	-	-	6	3
PB 701	Est. de Problemas Brasileiros	2	2	2	-	-	-	-	2	2
	Optativa II									
	Complementar I									
	Complementar II									
HL 800	Tópicos de Teoria Linguística	3	3	6	-	-	-	-	6	3
PB 801	Est. de Problemas Brasileiros	2	2	2	-	-	-	-	2	2
	Optativa III									
	Complementar III									

(INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp) *Graduação*. 1971-72)

A apresentação desta tabela permite trazer aqui uma observação interessante a respeito da constituição das siglas dos cursos de Graduação em Ciências Humanas:

- HE – corresponde a Humanas Economia
- HL – corresponde a Humanas Lingüística
- HS – corresponde a Humanas Sociais⁷⁹

Embora hoje a Lingüística não esteja mais vinculada ao IFCH, as siglas das disciplinas do Curso de Graduação em Lingüística continuam com as iniciais HL. Deste modo, manteve-se a marca material de sua filiação de sentidos de uma inscrição inauguradora no IFCH.

Um aspecto a observar sobre a distribuição das disciplinas na tabela é que a *língua* está representada, de um lado, por Inglês I e II e duas vezes por língua estrangeira, sem especificação. Nesse sentido, trata-se de *saber a língua*.

Outro aspecto é que a divisão entre *teoria*, *estudo*, *prática* e *exercício* e *créditos*. 'Prática' recobre Educação Física, Língua (*língua a saber*) e disciplinas da Matemática e da Estatística. 'Exercício' recobre Matemática e Estatística. Todas as disciplinas da Lingüística não são práticas e nem requerem tempo de 'exercício', mas requerem tempo de 'estudo'. São significadas, pelo critério do tempo, como disciplinas, enquanto 'estudo'. O tempo do 'estudo' é dividido em 'créditos' e em 'teoria'. O tempo de 'estudo' é o resultado da soma dos 'créditos' e da 'teoria'. Nesse sentido, 'créditos' parece significar o *ensino*. Deste modo, embora possamos dizer que há uma distinção entre o *saber a língua* e o *saber sobre a língua* (na divisão entre disciplinas de Lingüística e disciplinas de Línguas) também podemos dizer que o lugar da teoria (nas disciplinas de Lingüística) fica subsumido pelo lugar do ensino. O *saber sobre a língua*, nesse espaço do ensino, é *saber a teoria sobre a língua*. É o saber transmitido que deve ser recebido. Não parece haver, em princípio, a possibilidade de *produzir saber sobre a teoria sobre a língua*. Dessa maneira, embora o lugar do ensino sustente a construção de um arquivo, de uma memória institucional de uma tradição gramatical-lingüística, a falta do

⁷⁹ É interessante notar também que os cursos que ainda não tinham sido criados, como a Antropologia, a História e a Filosofia, foram também inseridos na sigla HS.

exercício e da prática coloca a lingüística num espaço “ideal”, como se a teoria prescindisse da prática. Não há espaço de significação da teoria como prática teórica. Não haver espaço dedicado ao exercício e à prática desfaz o próprio lugar inaugural da lingüística que é o de descrição.

Nesta tabela B, comparecem algumas disciplinas com nomes e outras sem nome, mas apresentadas/representadas pelas divisões Optativa I a III, Área menor I e II e Complementar I a III. Esse modo de apresentação das disciplinas nos faz interpretar que as demais disciplinas descritas através de seus nomes são as Obrigatórias. As *disciplinas* obrigatórias do *curso* de Lingüística seriam, desse modo, as seguintes:

Lingüística para Ciências Humanas Introdução à Lingüística Fonética e Fonologia I e II Gramática I a III Estrutura do Português I e II Variação Lingüística Semântica I e II Tópicos de Teoria Lingüística

Vale notar que já há aí um leque expressivo de disciplinas significadas como disciplinas *da Lingüística*. Considerando que os estudos lingüísticos que começavam a ser institucionalizados no Brasil nas universidades ainda não incluíam a Semântica, vale chamar a atenção para o fato de que a disciplina Semântica já é incluída como disciplina obrigatória da Lingüística logo de início. A questão do sentido comparece, assim, nos primeiros anos da Lingüística na Unicamp como uma questão a ser tratada pela Lingüística numa disciplina específica. E isso num Curso de Graduação e não apenas na Pós-Graduação.

A divisão entre disciplinas obrigatórias, complementares e optativas produz, sobre o escopo das *disciplinas* obrigatórias do *curso* de Lingüística, um efeito de pertencimento à Lingüística. Ao longo do processo de introdução de novas *disciplinas* no *curso* de Lingüística, de Graduação e de Pós-Graduação, o funcionamento deste efeito de pertencimento vai re-significando novas

disciplinas como *disciplinas da Lingüística*. No entanto, como veremos adiante, este efeito de pertencimento não vai apagar determinadas divisões dos estudos da linguagem institucionalizados enquanto *disciplinas* do *curso* de Lingüística, mas vai produzir contradições interessantes sobre estas divisões, desestabilizando os sentidos do que é significado enquanto lingüística. Esse efeito de pertencimento tem seu funcionamento ligado à organização Institucional, podendo funcionar em diversos espaços simbólicos, como já foi observado anteriormente. Em relação a isto, vale lembrar as reflexões realizadas no capítulo anterior sobre o papel da instituição universitária na produção do efeito de pertencimento, que organiza as relações entre nomes como *disciplina* \in *curso* \in *departamento* \in *setor* \in *Faculdade* \in *Universidade*.

O modo como este efeito de pertencimento de disciplinas *do curso* de Lingüística como disciplinas *da Lingüística* vai sendo produzido no processo de institucionalização da Lingüística na Unicamp está relacionado aos nomes de disciplinas e de autores.

Em relação a isto, é importante notar que, ainda neste ano de 1971, os integrantes do segundo Grupo de Lingüística obtiveram seus mestrados em pesquisas sobre a Gramática, a Semântica e a Análise do Discurso.

Em 1971, o corpo docente do Departamento de Lingüística do IFCH estava composto pelos seguintes professores e seus domínios específicos de interesse, que se institucionalizaram *no interior deste domínio científico da Lingüística* como *disciplinas do curso de Lingüística* (naquele momento):

Da França	
Oswald Ducrot	Semântica
Brigitte de Guillebon ⁸⁰	Introd. aos Modelos Formais
Do Brasil	
Carlos Franchi	Sintaxe
Carlos Vogt	Semântica
Haquira Osakabe	Análise do Discurso
Rodolfo Ilari ⁸¹	Semântica, Análise do Discurso e História da Lingüística

Outro aspecto que vale notar é que algumas disciplinas obrigatórias previstas na Tabela B não foram ministradas logo neste primeiro ano da Graduação em Lingüística na Unicamp. E a razão explicativa disto é que o corpo docente do Departamento estava em constituição. A disciplina Variação Lingüística, por exemplo, que já está na Tabela B, não comparece no currículo do curso de Graduação em Lingüística do Catálogo de 1971-72⁸².

Este catálogo compunha-se das seguintes disciplinas de Lingüística, divididas entre Obrigatórias, Complementares e Optativas:

Obrigatórias	Complementares	Optativas
<ul style="list-style-type: none"> · Lingüística Geral I, VI · Gramática I, VI · Fonética e Fonologia I, II · Semântica I, II · Lingüística do Português I, IV 	<ul style="list-style-type: none"> · Semântica III, IV · Análise do Discurso I, II · Lexicologia I, II · Semiologia I, II · Introdução aos Modelos Formais I, II · História da Lingüística I, II · Filosofia da Linguagem I, II 	<ul style="list-style-type: none"> · Fonética Experimental I, II · Lingüística e Teoria Literária I, II · Lingüís. Aplic. ao Ens. de Línguas I, II · Lingüís. da Primeira Língua Estrangeira I, II · Modelos Formais em Lingüística I, II · Análise do Discurso III, IV

Diferentemente da Tabela B, de 1971, no Catálogo dos Cursos de Graduação de 1971-72, a *disciplina* do *curso* de Lingüística era nomeada como

⁸⁰ O nome da Professora Brigitte de Guillebon consta apenas em referência à disciplina Introdução aos Modelos Formais dos boletins de 1971; depois disto não consta mais. Seu nome também consta no conjunto de documentos enviados ao CEE em 1972, para reconhecimento do curso de Bacharelado em Lingüística.

⁸¹ Aqui estou considerando tanto os seus estudos de mestrado e doutorado, que discutiam a Semântica e a Análise do Discurso, quanto as disciplinas por ele ministradas, de Análise do Discurso e de História da Lingüística.

⁸² Cf. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Catálogo dos Cursos de Graduação da Unicamp*. Campinas: Unicamp. 1971-2008.

Lingüística Geral e não como Lingüística. Lingüística Geral (I a IV) era uma das disciplinas obrigatórias da Lingüística para todos os alunos do *Studium Generale*, ao lado de Gramática (I e II) e Fonética e Fonologia (I e II). A introdução destas disciplinas como obrigatórias para os outros cursos de Ciências Humanas já significa uma divisão interessante sobre o que é mais legitimado como disciplina *da Lingüística*. A Semântica, embora seja disciplina obrigatória para o Curso de Lingüística, não o é para os outros cursos de Ciências Humanas.

Ao lado disso, apesar de a Lingüística ter desde o início começado a traçar outros rumos, mais amplos do que aqueles que foram previstos em torno da matematização, a matematização continuou sendo importante. Diversas disciplinas da Matemática que não constam deste quadro (limitado apenas às disciplinas oferecidas pelo Curso de Lingüística) continuaram sendo obrigatórias. Aqui é interessante chamar a atenção para as disciplinas Introdução aos Modelos Formais e Modelos Formais em Lingüística, que fazem parte do conjunto de disciplinas da Lingüística e não da Matemática. A matematização continuou e continua com uma presença significativa e importante no curso de lingüística da Unicamp.

Outro aspecto a observar é que, embora a disciplina Variação Lingüística não tivesse sido ministrada naquele início da Graduação em Lingüística, ela já estava prevista na Tabela B. Isso mostra como a instituição estava aberta para a pluralização (pluridisciplinaridade) do trabalho com os estudos sobre a linguagem, mesmo que seu quadro de docentes ainda não contasse com especialistas destas disciplinas.

É interessante observar que já nos boletins de nota e frequência de 1973 consta o nome da disciplina Sociolingüística, ministrada pelo professor Carlos Franchi. Isto certamente está relacionado ao fato de que no ano de 1973 o corpo docente do Departamento de Lingüística ampliou-se consideravelmente. Neste ano foram contratados diversos professores do Setor de Lingüística do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que estava sendo transferido para a Faculdade de Letras da UFRJ. Vieram para a Unicamp os

professores Aryon Rodrigues, Brian Head, Antônio Carlos Quícoli e seus alunos de Pós-Graduação. No ano seguinte, em 1974, houve várias mudanças na estrutura curricular do Curso de Graduação em Lingüística.

A respeito disto, vale relembrar aqui o estudo de Guimarães (2004a) sobre o processo de constituição dos estudos da linguagem na USP, UFRJ e Unicamp, que comentei no Capítulo I. O autor mostra como a Lingüística na UFRJ é marcada, predominantemente, pela filiação à Gramática Gerativa de um lado e à Sociolingüística quantitativa de outro.

Dizer que a Unicamp estava aberta para receber diversas linhas da Lingüística e diversas linhas relacionadas a ela não significa dizer quaisquer linhas. Mesmo que neste espaço universitário funcione fortemente uma demanda pela completude, ela é regulada por condições históricas específicas. Num momento em que a Lingüística se encontra fortemente legitimada pelo estruturalismo europeu e pelo gerativismo americano e se define por formulações como *a ciência da linguagem* e *a ciência-piloto das ciências humanas*, algumas disciplinas como a Filologia e a Gramática (normativa) não tiveram espaço de sustentação.

Nos materiais de arquivo sobre a Lingüística na Unicamp, esta divisão entre as disciplinas *da Lingüística* (efeito de pertencimento, lugar da pluridisciplinaridade) e as disciplinas *relacionadas à Lingüística* (lugar da interdisciplinaridade) é, na verdade, móvel. Ao lado disso, algumas delas são significadas como *domínios de saber científicos* e outras como *domínios de saber não-científicos*. E ainda, entre as disciplinas significadas como domínios de saber científicos, algumas são mais científicas que outras.

Para olhar mais de perto para estas relações no espaço institucional do Departamento de Lingüística na Unicamp, parece interessante estudar os Catálogos de seu Curso de Pós-Graduação que organizam o curso de Lingüística a partir de diversas divisões, dentre as quais as divisões entre áreas disciplinares e interdisciplinares.

3. A Lingüística nos Catálogos de Pós-Graduação

O primeiro Catálogo de Pós-Graduação em Lingüística foi publicado em 1974⁸³. A organização do curso apresenta diversas divisões que envolvem termos como *área de concentração maior*, *área de domínio conexo*, *componente comum*, *componente específico*, *áreas disciplinares* e *áreas interdisciplinares*, do seguinte modo:

Área de concentração maior
 Componente comum
 Componente específico
 Áreas disciplinares
 Áreas interdisciplinares
Área de domínio conexo

A área de concentração maior se divide em componente comum e componente específico, sendo que este último se divide em áreas disciplinares e áreas interdisciplinares.

A área de concentração maior não tem uma definição direta; ela se define do seguinte modo: “compreende dois componentes, o comum e o específico” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Catálogo dos Cursos de Pós-Graduação da Unicamp* 1974, p. 299).

A área de domínio conexo é definida como “uma ou outra área da Lingüística, diversa do componente específico de sua área de concentração, ou qualquer área do saber fora da competência do Departamento de Lingüística” (*ibidem*, p. 301).

O componente comum da área de concentração maior “constitui-se de disciplinas tomadas a **áreas fundamentais da lingüística**, cujo conhecimento deve constituir denominador comum na formação de qualquer lingüista” (*ibidem*, p. 299).

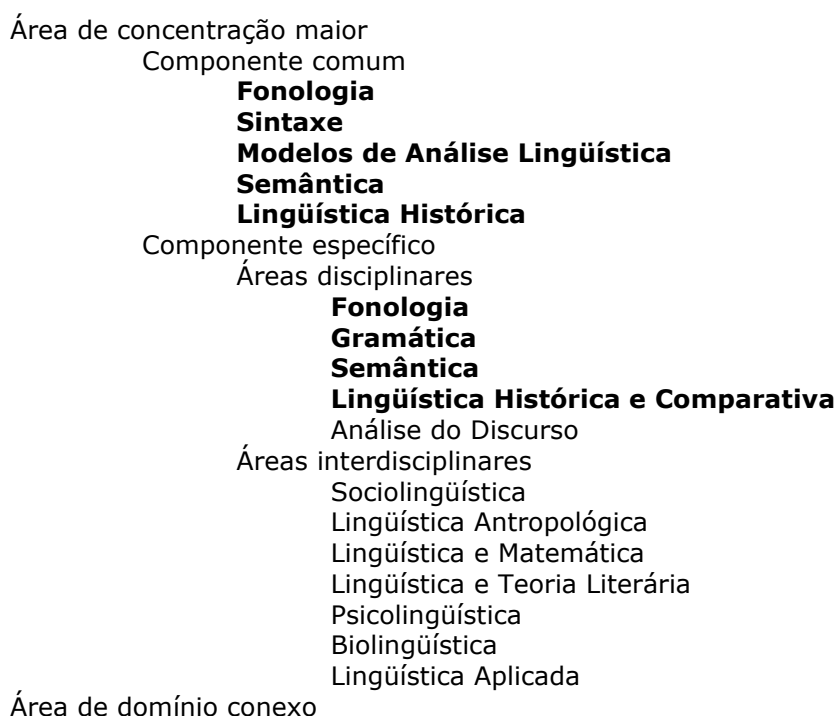
As áreas que abrangem o componente comum são: Fonologia, Sintaxe, Modelos de Análise Lingüística, Semântica, e Lingüística Histórica.

O componente específico da área de concentração maior se divide

⁸³ Cf. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Catálogo dos Cursos de Pós-Graduação da Unicamp*. Campinas: Unicamp. 1974, 1976-78, 1990.

em áreas disciplinares e áreas interdisciplinares. As áreas disciplinares são: Fonologia, Gramática, Semântica, Lingüística Histórica e Comparativa e Análise do Discurso. As áreas interdisciplinares são: Sociolingüística, Lingüística Antropológica, Lingüística e Matemática, Lingüística e Teoria Literária, Psicolingüística, Biolingüística e Lingüística Aplicada.

Tem-se, então, o seguinte quadro:



Em uma pesquisa em Catálogos de Pós-Graduação publicados até 1990, foi possível observar que estas divisões de áreas disciplinares e interdisciplinares permanecem praticamente as mesmas nos anos seguintes⁸⁴. No catálogo de 1980 há o acréscimo da Fonética na área disciplinar e a alteração de Biolingüística para Lingüística e Biologia na área interdisciplinar.

Um aspecto interessante é que a inclusão da Análise do Discurso junto às áreas disciplinares faz com que ela signifique como disciplina *da Lingüística*, pelo efeito de pertencimento. O fato desse domínio de saber ter sido institucionalizado enquanto *disciplina* do *Curso* de Lingüística na Unicamp

⁸⁴ Não foi possível encontrar os catálogos dos anos de 1975 e 1979.

é um acontecimento significativo na legitimação de um dizer que situa o analista de discurso enquanto lingüista no espaço científico brasileiro.

Outro aspecto a observar sobre as áreas disciplinares é que, com exceção da Fonologia, as demais correspondem aos domínios do saber com os quais os membros do segundo Grupo de Lingüística trabalharam naquele momento de constituição da Lingüística no IFCH. A divisão entre áreas disciplinares e áreas interdisciplinares não se constitui, desta maneira, pela divisão entre *domínios do saber científicos* e *domínios do saber não-científicos*, por exemplo; ela está relacionada a este processo histórico-institucional entre nomes de disciplinas e nomes de autores.

Mas isso não significa que a demanda pela cientificidade na Lingüística não tenha produzido efeitos sobre a divisão entre as áreas disciplinares. Em relação a isto, as diversas propostas de Programas de Graduação elaboradas para o curso de Lingüística são um material interessante para se observar a tensão de sentidos entre as disciplinas que são recorrentemente apresentadas como disciplinas básicas do campo da Lingüística: Fonologia, Gramática e Semântica.

Ao mesmo tempo, se comparamos a divisão estabelecida nas áreas disciplinares e áreas interdisciplinares entre os Catálogos de Pós-Graduação e as diversas propostas de Programas de Graduação em Lingüística, é possível notar que os limites do disciplinar e do interdisciplinar não permanecem estanques.

Para observar como se constituem essas tensões entre as disciplinas da Lingüística e, também, entre os limites do disciplinar e do interdisciplinar, trago para a análise do item seguinte alguns recortes de um conjunto de textos sobre os cursos do IFCH, designados como Processo 2961, encaminhados ao CEE em 1972 para reconhecimento dos Cursos de Ciências Sociais, Economia, e Lingüística⁸⁵.

⁸⁵ Cf. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). *Reconhecimento dos cursos de bacharelado de Ciências Sociais, de Economia e de Lingüística, ministrados por este Instituto*. Processo 2961. vol I. Campinas, Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. 1972-75.

4. A Lingüística nos textos do Processo de reconhecimento de Cursos do IFCH

Na parte deste Processo intitulada Cursos, há uma apresentação do *Studium Generale* e de seus objetivos, sendo, dentre eles o de:

[1] "Propiciar aos alunos **uma formação interdisciplinar** na área das Ciências Humanas, atendendo **às conexões, cada vez mais evidentes**, entre os problemas dos diversos setores dessa área" (IFCH, 1972-75, vol. I, folha 115).

Vemos, nesta exposição de objetivos do *Studium Generale*, a mesma configuração que pôde ser analisada anteriormente a partir do Plano inicial do IFCH. Dentre estas conexões 'cada vez mais evidentes', várias são apresentadas na descrição do curso de Lingüística. Destaco aqui algumas delas:

[2] "A lingüística vem propondo-se como **campo fecundo de pesquisas interdisciplinares** (psicologia, antropologia, neurofisiologia, e mesmo lógica formal e matemática) (...) O currículo foi assim montado para assegurar aos alunos tal formação **nas disciplinas que a lingüística tem particularmente desenvolvido** (Fonologia-Fonética – Gramática-Sintaxe e Morfologia – Semântica) (...) **Ao mesmo tempo aponta-se para direções onde a aplicação das noções e métodos lingüísticos tem sido mais fecunda** (Análise do Discurso, Lingüística e Teoria Literária)" (INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp) *Reconhecimento* (...) Processo 2961. vol I. 1972-75. folhas 119-121).

Neste recorte, também podemos observar que a questão do sentido tem um lugar relevante em meio aos estudos *da Lingüística e em relação à Lingüística* no espaço universitário da Unicamp. A questão do sentido encontra um lugar privilegiado de discussão em duas disciplinas: a Semântica e a Análise do Discurso.

A respeito da Análise do Discurso, vale notar que ela não está configurada nem em relação às 'pesquisas interdisciplinares' e nem em relação às 'pesquisas que a lingüística tem particularmente desenvolvido', mas num espaço que não é definido, a partir do qual as 'noções e métodos lingüísticos'

são aplicáveis de maneira 'mais fecunda'. A Análise do Discurso 'aplica' as noções e métodos do domínio do saber científico da Lingüística e é situada neste espaço de aplicação, ao lado da Lingüística e da Teoria Literária. Isto faz com que ela seja definida negativamente: como não sendo nem Lingüística (*domínio do saber científico*) e nem Teoria Literária (*domínio do saber não-científico*). Vemos aqui uma configuração distinta daquela que vai aparecer no Catálogo de Pós-Graduação alguns anos depois, em que a Análise do Discurso se situa no interior das áreas disciplinares da Lingüística, como vimos há pouco.

A respeito da Semântica, ela é localizada como disciplina *da Lingüística*, enquanto disciplina que a lingüística tem particularmente desenvolvido'. Aqui é interessante lembrar que, naquele momento, a lógica formal e a matemática eram temas de interesse e debate nas pesquisas semânticas de dois membros do segundo Grupo de Lingüística: Carlos Vogt e Rodolfo Ilari. Vale ainda mencionar que os estudos semânticos desenvolvidos por Oswald Ducrot naquele momento trabalhavam na relação entre Lingüística, Lógica e Matemática. Neste mesmo documento enviado ao CEE, há um currículo do professor O. Ducrot que descreve suas atividades no Departamento de Lingüística: "Responsável pela Unidade - Lógica e Linguagem: lugar da Semântica na Gramática: os Fenômenos de Pressuposição na Gramática e no Léxico; Pesquisa e Elaboração de Tese do Programa de Mestrado em Lingüística" (*ibidem*, folha 510). Nesse sentido, é possível dizer que as 'pesquisas interdisciplinares' entre a Lingüística, a lógica formal e a matemática significam a Semântica também no campo dessas pesquisas e não apenas no campo das 'pesquisas que a lingüística tem particularmente desenvolvido'.

No espaço científico da Unicamp, não era impossível que o escopo do interdisciplinar em relação à Lingüística trouxesse como 'conexão evidente' não apenas a lógica formal e a matemática, mas a estatística, por exemplo. É significativo que a lógica formal e a matemática sejam apresentadas como as 'conexões mais evidentes', sem mencionar a estatística. Isto está relacionado

ao fato de que a Semântica foi introduzida no curso de Lingüística da Unicamp logo de início e que a Sociolingüística quantitativa foi introduzida um pouco depois.

Como vimos, a semântica é, desde o início, disciplina dos cursos de graduação e de pós-graduação. Sua disciplinarização no curso de lingüística se dá num momento em que ela começa a ser discutida com maior abrangência no interior da lingüística em diversas instituições universitárias do Brasil e do exterior.

Sem ser exaustiva, penso ser importante apontar alguns acontecimentos concernentes à introdução da semântica relativamente à lingüística no espaço universitário brasileiro deste início da década de 1970.

Vale lembrar, primeiramente, que as dissertações de mestrado de C. Vogt e R. Ilari, defendidas na França, discutem a semântica. Nesse momento, a semântica é tema de discussão na gramática gerativa chomskyana, o que leva à proposição de novas abordagens teóricas, através das quais são criados nomes como semântica gerativa, vinculado ao nome do autor G. Lakoff⁸⁶, e semântica interpretativa, vinculado aos nomes dos autores J. J. Katz, J. A. Fodor e P. M. Postal⁸⁷. A dissertação de C. Vogt tem como objeto de estudo o debate entre essas duas semânticas e a de R. Ilari discute a semântica em relação à teoria do discurso.

Já em 1972, na PUC de São Paulo, Mary Kato defende sua tese de doutorado sobre a semântica gerativa e o artigo definido⁸⁸. Quando a autora passa a fazer parte do corpo docente da Unicamp, sua inscrição nos estudos lingüísticos se configura pela sintaxe.

Ao lado disso, já em 1969, é criado um grupo de pesquisas semio-

⁸⁶ Cf. LAKOFF, George. "On generative semantics". In D. D. STEINBERG & L. A. JAKOBOVITS (Eds.), *Semantics: An interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

⁸⁷ Cf. KATZ, Jerrold & FODOR, Jerry A. "The structure of a semantic theory". In *Language*, n. 39. Linguistic Society of America, 1963; e KATZ, Jerrold & Postal, Paul M. *An integrated theory of linguistic descriptions*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1964.

⁸⁸ Cf.: KATO, M. *A Representação Semântica do Artigo Definido*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP, 1972. Mais tarde, a tese da autora foi editada como livro. Cf.: KATO, M. *A Semântica Gerativa e o Artigo Definido*. São Paulo: Ática, 1974.

lingüísticas em Ribeirão Preto, o qual se estruturou, posteriormente, no Centro de Estudos Semióticos A. J. Greimas. Este centro, organizado por E. Lopes e P. Cañizal, foi incorporado à UNESP em 1978 e teve como membros Diana Luz Pessoa de Barros, Ignácio Assis Silva, José Luiz Fiorin, que deram continuidade às pesquisas semióticas na USP⁸⁹.

Além do papel que teve o CESAJG para a formação de professores que passaram a lecionar na USP, a ida de Izidoro Blikstein e Cidmar Teodoro Pais para estudar na França também os relacionou com a semiótica.

Esta breve ilustração de diferentes linhas teóricas semânticas em centros e universidades paulistas já mostra como as próprias instituições recortam o que é o domínio de saber a partir de condições históricas que favoreceram tal relação entre a linha teórica e a instituição.

No espaço universitário da Unicamp, o recorte dos estudos semânticos se fez sob uma filiação aos estudos de O. Ducrot. A demanda pela cientificidade na semântica nesse espaço institucional vem da discussão da teoria ducrotiana.

No entanto, não se pode deixar de considerar essa discussão em relação à teoria chomskyana. Isso porque o espaço de reflexão sobre o componente semântico na teoria chomskyana fortaleceu, num determinado momento, a proposição da semântica como científica, contribuindo para legitimar as discussões que se faziam em outras linhas teóricas sobre a cientificidade da semântica. Ao mesmo tempo, a contestação dessa cientificidade no interior da teoria chomskyana, que levou à eleição da sintaxe como o lugar privilegiado da teoria, não foi sem conseqüências nas reflexões que propunham a semântica como científica em outras linhas teóricas. É importante acrescentar que é significativo o fato de os estudos de semântica gerativa e de semântica interpretativa não terem chegado a se institucionalizarem enquanto disciplinas da lingüística na Unicamp. Associado a isso, a institucionalização da sintaxe pelo nome gramática contribuiu para

⁸⁹ Cf. ASSIS DA SILVA, I. & LOPES, E. (1984) "O Centro de Estudos Semióticos 'Algirdas Julien Greimas': 1973-1983". *Significação 4. Revista Brasileira de Semiótica*. Araraquara.

desestabilizar o processo de legitimação da semântica na lingüística, nesse espaço institucional. A Semântica é significada no espaço do científico, como uma disciplina que a lingüística 'tem particularmente desenvolvido', porém é menos científica do que a Fonologia e a Gramática.

Resumidamente, a Lingüística é legitimada enquanto um lugar científico no interior das ciências humanas. Ela é significada 'em relação às disciplinas que tem particularmente desenvolvido' (o que recobre as disciplinas *da Lingüística*), como campo fecundo de pesquisas interdisciplinares (o que recobre as disciplinas *relacionadas à Lingüística*) no interior do IFCH, podendo 'aplicar' seus métodos em outras 'direções'.

Esses modos de significação da lingüística na Unicamp são diferentes do seu modo de significação no espaço das instituições legisladoras do Estado. Neste espaço, os sentidos de lingüística estão fortemente marcados por sua introdução enquanto *disciplina obrigatória do curso de Letras*.

Entre os textos da Unicamp e os textos destas outras instituições do Estado produz-se, inevitavelmente, uma tensão de sentidos sobre o lugar institucional da Lingüística. Essa tensão de sentidos pode ser visualizada em diversos textos advindos de Conselho Estadual de Educação – CEE e Conselho Federal de Educação – CFE, além de outras instituições legisladoras (textos como: pareceres contrários ao programa de Lingüística por motivos diversificados; uma declaração de voto registrando que o lugar da lingüística é no interior de um curso de Letras; e um projeto de um Instituto de Letras seguindo os moldes tradicionais, por exemplo).

O conjunto dos documentos enviados ao CEE para reconhecimento dos cursos de Ciências Sociais, Economia e Lingüística, que compõem o primeiro volume do Processo 2961, com seiscentas páginas, ganhou outro volume de quatrocentas páginas de ofícios e diversas outras propostas de programas de curso de Lingüística⁹⁰. Isso pelo fato de o curso de Lingüística

⁹⁰ Cf. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). *Reconhecimento dos cursos de bacharelado de Ciências Sociais, de Economia e de Lingüística, ministrados por este Instituto*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Processo 2965, vol II, 1972-75.

aprovado pelo CEE em outubro de 1972 ter tido sua aprovação contestada ao chegar à Câmara de Ensino Superior – CESU. Segundo análise da CESU, o Parecer do CEE dá lugar a duas interpretações sobre o Curso de Lingüística.

A análise da CESU destaca que o Parecer da CEE declara textualmente que o curso de Lingüística não habilita a profissão regulada por lei e não tem currículo mínimo baixado pelo CFE, mas que se enquadra na categoria prevista pelo artigo 18 da Lei nº. 5.540. Este artigo diz que “as universidades e os estabelecimentos isolados poderão organizar outros [cursos] para atender às exigências de sua programação específica e fazer face às peculiaridades do mercado de trabalho regional.”⁹¹. A partir daí, a análise da CESU retoma outra parte do Parecer do CEE na qual é observado que os cursos desta categoria devem submeter o plano do curso ao CFE antes de solicitar o reconhecimento. No entanto, a análise da CESU aponta outra parte do Parecer na qual se diz que “o reconhecimento pressupõe que o curso esteja funcionando pelo menos durante dois anos, autorizado pela própria Universidade ou pelo Conselho Estadual de Educação” (INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp) *Reconhecimento* (...) Processo 2965, vol II., 1972-75, folha 616). A conclusão da análise da CESU apresentou quatro sugestões: a devolução do processo ao Gabinete Ministerial para “entrar em entendimentos para a correção das medidas” (*ibidem*, 617); ou o entendimento direto entre a Unicamp e o CFE; ou o entendimento com o próprio CEE; ou a distribuição do processo a outro relator. Por fim, o processo foi devolvido à Unicamp e lhe foi solicitado o envio dos planos de curso ao CFE.

Em razão disto, nos anos subseqüentes foram elaboradas novas versões de propostas de Programas de Curso de Lingüística, inclusive de Licenciatura em Lingüística (esta última acabou por não ser aprovada pelo CEE).

⁹¹ Cf. BRASIL (1968) Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=102363>. Acesso: 5 jan 2009.

Ao lado disso, houve diversas alterações curriculares e novas disciplinas foram sendo introduzidas como disciplinas *da Lingüística* e como disciplinas *relacionadas à Lingüística* enquanto outras foram excluídas. No item a seguir, a análise se direciona para estes Programas, tendo em conta outros materiais relacionados.

5. A Lingüística em Programas de Curso de 1974 a 1975

Nestes diversos programas de curso de Lingüística que foram sendo elaborados durante a década de 1970, a Semântica comparece sempre como disciplina básica da Lingüística.

No Projeto do curso de Bacharelado em Lingüística do Processo enviado ao CEE em 1972 para reconhecimento dos Cursos do IFCH, a semântica está entre as 'disciplinas que a lingüística tem particularmente desenvolvido', como analisamos há pouco. As disciplinas, como vimos, são Fonologia-Fonética – Gramática–Sintaxe e Morfologia – Semântica.

Já no Programa do Curso de Bacharelado em Lingüística, elaborado em Julho/agosto de 1974, a Semântica está entre as 'áreas fundamentais' da Lingüística e tem 'lugar central no Programa'. As áreas são: Fonologia, Gramática e Semântica.

No Programa de Bacharelado em Lingüística de julho de 1975, a Semântica é uma 'das áreas centrais da Lingüística' e também uma de suas 'áreas fundamentais'. As áreas também são Fonologia, Gramática e Semântica.

Notemos, de início, que apenas no Projeto de 1972 a Fonética é citada como área fundamental, mas associada à Fonologia através do hífen. Nos outros projetos o nome citado é Fonologia. É interessante notar que o nome da disciplina do Curso de Graduação em Lingüística é Fonética e Fonologia. A Fonética é significada como indissociável da Fonologia.

A Fonologia, a Gramática e a Semântica são, deste modo, as disciplinas que a Lingüística tem particularmente desenvolvido, as áreas fundamentais e centrais da Lingüística.

No entanto, nestes mesmos Programas, a Semântica nem sempre é

incluída quando se descreve/define o que é Lingüística. Através deste efeito de pertencimento, produzido institucionalmente, da Semântica como disciplina da Lingüística, a Semântica é significada como *domínio do saber científico*, mas é menos científica do que a Fonologia e a Gramática. A pluridisciplinaridade das disciplinas significadas como pertencentes às disciplinas da Lingüística é dividida pela cientificidade em “níveis” de legitimidade diferentes. Enquanto a Fonologia e a Gramática já encontram espaço de legitimidade enquanto *domínios do saber científicos* na história dos estudos da linguagem no Brasil, a Semântica estava construindo este espaço.

Este lugar da Semântica pode ser vislumbrado, por exemplo, no Prefácio escrito por Oswald Ducrot (1977) para o livro de Carlos Vogt (1977), *O Intervalo Semântico – Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa*, que é a sua tese, defendida em 1974 na Unicamp. Ao final deste Prefácio, o último parágrafo inicia-se do seguinte modo:

“Que o projeto de uma semântica científica seja sem esperança, uma confiança – disto estou intimamente convencido. Mas toda coisa sensata que se pode dizer sobre a significação lingüística é dita, sem dúvida, somente dentro e pela constituição desta inverossímil semântica científica” (DUCROT, 1977, p. 19).

A introdução da Semântica como área fundamental e central da Lingüística é um lugar interessante para se pensar as divisões, tensões e contradições entre estas disciplinas *da Lingüística* produzidas sob a demanda pela cientificidade. A introdução da Semântica traz para o jogo das discussões a questão do sentido e, desse modo, de como incluir *na língua* aquilo que o corte saussuriano excluiu dela. O estatuto de cientificidade da Semântica depende da filiação à teoria saussuriana. A possibilidade histórica do questionamento do corte saussuriano e a necessidade também histórica de filiação à Saussure produzem uma tensão entre o que é *o próprio da língua* e o que *não é*. Nessa tensão, o que *não é* passa a ser o que *não seria*, mas que é *também*, que *deveria ser*, que *falta*, que *estaria presente em outras disciplinas*.

Estas questões foram largamente debatidas naquele momento nos trabalhos de O. Ducrot e C. Vogt. De um lado, as pesquisas de O. Ducrot, inscritas sob uma filiação saussuriana e benvenistiana, produziram um deslocamento significativo no domínio da Lingüística. No artigo "As Escalas Argumentativas" (DUCROT, 1973), o autor escreve:

"Desde que foram publicados os artigos de Benveniste sobre a subjetividade na linguagem, toda uma tendência se desenvolveu no interior da semântica lingüística, visando **a introduzir na própria língua um determinado número de fenômenos ligados à enunciação, que anteriormente eram relegados à fala. As teses aqui apresentadas se inscrevem nessa linha**" (DUCROT, 1973, p. 225)⁹².

Nessa linha, o autor estabelece um diálogo teórico com os trabalhos de Austin e Searle, buscando integrar diversos aspectos pragmáticos no interior de sua teoria lingüística.

De outro lado, a tese de C. Vogt (1974) busca situar a Semântica num espaço distinto do que foi proposto por Oswald Ducrot. Em sua tese, intitulada *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa*, já vemos funcionar na expressão 'uma teoria semântica argumentativa' a projeção de uma nova teoria, caracterizada de 'semântica argumentativa', que, no ano seguinte à defesa de sua tese, passou a nome de disciplina do curso de Pós-Graduação em Lingüística: Semântica Argumentativa. Ao lado desta expressão, que resultou em um nome de disciplina, outros nomes foram projetados na tese do autor: 'uma pragmática integrada' e 'uma lingüística do texto'⁹³. A teoria semântica argumentativa do autor se projetava neste espaço de uma pragmática integrada, de uma lingüística do texto.

⁹² Em francês : « Depuis qu'ont paru les articles de Benveniste sur la subjectivité dans le langage, toute une tendance s'est développée, à l'intérieur de la sémantique linguistique, qui vise à introduire dans la langue elle-même un certain nombre de phénomènes liés à l'énonciation, et relégués auparavant dans la parole. Les thèses présentées ici s'inscrivent dans cette ligne ».

⁹³ Retomo estas análises a partir das pesquisas que desenvolvi em minha Dissertação de Mestrado sobre a história da Semântica Argumentativa no Brasil (FERREIRA, 2005).

Esta necessidade de tratar de outros aspectos da linguagem para além dos que foram estabelecidos no corte saussuriano pode ser vislumbrada no recorte a seguir da tese do autor, sobre o intervalo semântico:

“Mas onde os termos não são fixos, lá onde a qualidade é um conceito fluído e as alternativas se multiplicam, onde a dimensão, a medida do outro é também a dimensão do eu, lá, entre a ortodoxia da verdade e da falsidade, entre a distância do objeto e a fixidez do sujeito, entre os atos disciplinados da ciência ou da religião, entre todas as dicotomias, está a linguagem do **homem** e a sua **história**” (VOGT 1974, p. 202).

Na tese de C. Vogt, vemos serem projetadas diversas possibilidades de estudos com a linguagem, a partir das quais algumas palavras e expressões formuladas naquele momento se tornarão nomes de disciplina, como, por exemplo, *semântica argumentativa*. E, a partir das quais, palavras como ‘homem’ e ‘história’ terão desdobramentos em seus trabalhos posteriores na década de 1980.

Aqui gostaria de destacar as palavras ‘homem’ e ‘história’. Sua presença no texto de Vogt está relacionada à vinculação do Departamento de Lingüística ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Estas palavras comparecem em diversas outras partes da tese do autor e de modo recorrente em sua obra. Vale mencionar, por exemplo, as pesquisas que Vogt desenvolveu em conjunto com o antropólogo Peter Fry, que integrava o corpo docente do IFCH desde 1971.

E. Guimarães (2004a), que analisou várias das questões que trago aqui, observa como o autor C. Vogt, com seus trabalhos produzidos na década de 1980, “preenche a “história do homem” com um estudo antropológico, tal como aparece em *Cafundó. A África no Brasil* (VOGT & FRY, 1996) em que apresenta o seu trabalho sobre as línguas africanas no Brasil, notadamente sobre a língua do Cafundó” (p. 120).

Com estas análises relativas à consideração da Semântica como área fundamental da Lingüística, é possível observar como a institucionalização do saber vai produzindo seus efeitos sobre a configuração epistemológica da

Lingüística e produzindo, com isso, divisões, tensões e contradições. A introdução da Semântica como área da Lingüística no espaço universitário brasileiro faz com que os sentidos de Lingüística se ampliem e, ao mesmo tempo, produz uma contradição e uma divisão no domínio da Lingüística por trazer a questão do sentido. O campo da Lingüística se divide, justamente porque a questão do sentido não encontra a mesma legitimidade histórica do que a do som e a da estrutura sintática: a Semântica é menos científica, fundamental e central do que a Fonologia e a Gramática.

Em relação a isto, é interessante trazer aqui outros lugares em que a Lingüística é definida em alguns destes projetos que tomam a Fonologia, a Gramática e a Semântica como áreas fundamentais e centrais. No Projeto do Curso de Bacharelado em Lingüística de julho/agosto de 1974 temos:

"A criação e instalação de programas de graduação em lingüística decorre, antes de mais nada, do impulso que os estudos **sobre a ciência da linguagem** experimentaram nas últimas duas décadas, **inicialmente no ambiente do estruturalismo, e, a seguir, sob o impacto da evolução científica gerativo-transformacional. Não é preciso lembrar que** no ambiente do estruturalismo europeu a lingüística se constituiu, por vários anos, num **modelo metodológico para as ciências humanas em geral**, estimulando a renovação de **ciências próximas**, como a antropologia, a sociologia e a poética; por outro lado, nas abordagens gerativo-transformacionais, a lingüística **mantém um papel piloto**, na medida em que realiza – pela primeira vez de maneira conseqüente o projeto **de descrever e explicar** um comportamento humano por meio de métodos hipotético-dedutivos" (INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp) *Reconhecimento (...)* Processo 2965, vol II, 1972-75, folha 6).

Nesta narrativa sobre 'a ciência da linguagem', o estruturalismo europeu é o 'inicialmente' que se sustenta pelo 'modelo metodológico'. Este modelo metodológico se projeta 'para as ciências humanas em geral' (interdisciplinaridade). A lingüística é a ciência da linguagem e é a ciência-piloto das ciências humanas porque conta com este modelo metodológico do estruturalismo europeu.

Tal 'papel piloto' se 'mantém' com a 'evolução científica' do gerativismo. Com esta evolução, a descrição não é mais suficiente; é

necessária a explicação.

Vemos que embora a Semântica seja uma 'área fundamental' da Lingüística ao lado da Fonologia e da Gramática, tendo, ao lado delas, lugar central no programa, nesta narrativa que define o que é Lingüística, a área em destaque é a Gramática Gerativa de Chomsky.

Aqui é interessante lembrar que no ano anterior, 1973, o Departamento de Lingüística ampliou seu corpo docente com diversos lingüistas gerativistas vindos do Rio de Janeiro.

É interessante que no Projeto de Bacharelado em Lingüística de 1975, a Lingüística é definida de outro modo, sem este enfoque em uma área específica, a da Gramática Gerativa. Vejamos:

"A Lingüística é uma ciência que se desenvolveu consideravelmente neste século, tendo proporcionado um grande acúmulo de conhecimento sobre a enorme **multiplicidade** de línguas existentes no mundo e sobre a variedade de usos que dessas línguas faz cada comunidade humana, e tendo levado ao desenvolvimento de teorias sempre mais aperfeiçoadas sobre a natureza da linguagem e suas relações com os processos de desenvolvimento biológico, psíquico, social e cultural do ser humano e da humanidade. Hoje em dia **o conhecimento científico da linguagem** revela-se de importância para a compreensão e o tratamento adequado de problemas tanto de ordem teórica – quanto de natureza prática nos mais variados âmbitos do conhecimento e da experiência humana (...)" (*ibidem*, folha 341).

"Lingüística é uma ciência cujo conhecimento é adquirido e aplicado **não só de forma autônoma, mas também em cooperação** com a antropologia, a sociologia, a neurofisiologia, a física acústica, a matemática, a lógica, a cibernética, a história, assim como a pedagogia, a medicina, o serviço social, etc. Em consequência **distinguem-se dentro do âmbito geral da Lingüística diversas áreas de especialização**, as quais todas se fundam sobre um conhecimento comum da natureza da linguagem e dos procedimentos metodológicos adequados ao estudo dos fenômenos lingüísticos, mas se diferenciam pelo tratamento detalhado de diferentes aspectos da linguagem humana: fonologia, sintaxe, semântica, lexicologia, lingüística histórica, lingüística antropológica, sociolingüística, psicolingüística, neurolingüística, lingüística computacional, lingüística aplicada ao ensino de línguas, etc". (*ibidem*, folhas 341-342).

Como foi observado anteriormente, neste Programa de 1975, a Lingüística também toma como áreas centrais e fundamentais a Fonologia, a Gramática e a Semântica, mas vemos, através destes dois recortes que apresentam uma definição para a Lingüística, que o foco está na *linguagem*. É interessante que esse deslocamento do modo pelo qual a Lingüística é definida é produzido num momento em que estavam sendo elaborados projetos para a criação de um novo Instituto que fugisse aos moldes de um Instituto de Letras.

Nas narrativas dos dois Programas, o de 1974 e o de 1975, a Lingüística já era ciência antes, mas em algum momento de sua história ela ganhou 'impulso', ou 'se desenvolveu consideravelmente'. A cientificidade é uma evidência que parece não precisar ser justificada. A Lingüística é, assim, cada vez mais científica. O interessante é que o recorte do tempo nas narrativas do Programa de 1974 e do Programa de 1975 é diferente.

No Programa de 1974, o tempo do 'impulso' dos 'estudos sobre a ciência da linguagem' recobre 'as últimas duas décadas', tendo como marco inicial o estruturalismo europeu e 'a seguir', 'o impacto da evolução gerativo-transformacional'. O maior grau de cientificidade da Lingüística no Programa de 1974 está representado pelo gerativismo.

Já no Programa de 1975, o tempo em que 'a ciência' Lingüística 'se desenvolveu consideravelmente' recobre 'neste século' e não há, neste texto, a indicação de um domínio específico que tenha produzido este desenvolvimento. A cientificidade da Lingüística é significada pelo próprio recorte do tempo, que remete ao fim do século XIX. O foco não está na última teoria que 'mantém' o seu 'papel piloto', mas na primeira, que possibilitou o seu 'desenvolvimento'.

Neste Programa de 1975, a Lingüística também é definida através da enumeração de nomes de disciplinas. Aqui é interessante observar que são citadas várias disciplinas que ainda não faziam parte do conjunto de disciplinas ministradas na Graduação e na Pós-Graduação.

Segundo os boletins de nota e frequência de Graduação e de Pós-Graduação em Lingüística, a disciplina Psicolingüística é ministrada pela

primeira vez em 1977 na Graduação e em 1978 na Pós-Graduação⁹⁴. A disciplina Neurolingüística é ministrada pela primeira vez em 1983 na Graduação e em 1987 na Pós-Graduação. No entanto, é interessante notar também que em 1975, o mesmo ano da elaboração desta Proposta, é contratada a professora Claudia Lemos, que ficou responsável pela área de Psicolingüística e de Aquisição da Linguagem. Ao lado disso, a professora Maria Irma Hadler Coudry, que foi aluna da primeira turma de Ciências Humanas e de Lingüística da Unicamp, já era professora de Francês do CLA desde 1972, tendo iniciado seu mestrado em 1974 com um estudo sobre a linguagem e os sistemas neurais.

Esta enumeração de nomes de disciplinas que as localiza 'no âmbito geral da Lingüística' abrange, deste modo, tanto os nomes já disciplinarizados quanto aqueles em vias de se disciplinarizar, que estão relacionados a nomes de autores vinculados à universidade.

Este 'âmbito geral da Lingüística' recobre, então, 'diversas áreas de especialização'. Nesse sentido, está em jogo o efeito de pertencimento destas disciplinas enquanto disciplinas *da Lingüística*. Aqui o espaço é o da pluridisciplinaridade *na Lingüística*.

Ao mesmo tempo, o conhecimento da Lingüística é 'adquirido e aplicado não só de forma autônoma, mas também em cooperação'. A cooperação entre a Lingüística e a Sociologia abre a possibilidade de existência de uma disciplina nomeada de Sociolingüística, do mesmo modo que a cooperação entre a Lingüística e a Neurofisiologia abre essa possibilidade para

⁹⁴ Cf. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). *Boletins de Notas e Freqüências*. Campinas: 1971-80. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, IFCH/Grad. 1971. cx. 01 mç. 02.

Cf. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). *Boletins de Notas e Freqüências*. 1971. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, DAC III – PG, cx 19, mç 07; cx 20, mç 01.

Cf. INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM (Unicamp). *Boletins de Notas e Freqüências*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, DAC III IEL/Grad. 1977 e 1978. cx 1.

Cf. INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM (Unicamp). *Boletins de Notas e Freqüências*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. DAC III – PG. IEL. 1977-1978. cx 16, mç 8.

a Neurolingüística. Tanto a Sociolingüística quanto a Neurolingüística são significadas como disciplinas *da Lingüística*. Aqui é o espaço da interdisciplinaridade *em relação à* Lingüística e, ao mesmo tempo, *na Lingüística*. A interdisciplinaridade, que relaciona a Lingüística com outras disciplinas, funciona também no âmbito da própria Lingüística, no interior da pluridisciplinaridade que ela constitui, ao enumerar diversos nomes de disciplinas que se inscrevem no seu 'âmbito geral'.

Há, então, uma mistura entre o *inter* e o *pluri* sem a possibilidade de que eles se constituam separadamente. A caracterização da Lingüística enquanto uma ciência que não é autônoma significa a sociolingüística no *pluri* (no âmbito geral da Lingüística) e no *inter*, na cooperação com a sociologia.

As enumerações das disciplinas de cooperação e das disciplinas do âmbito da Lingüística recobrem um largo campo de domínios do saber, que fica em aberto pelo 'etc': sempre é possível incluir mais alguma disciplina.

É este Programa de Bacharelado de 1975, que fez parte do Plano de Curso de Lingüística enviado ao CEE, que obteve (e manteve) o reconhecimento por esta instituição do Estado. Em 12 de fevereiro de 1976, o Decreto nº. 77.145 concede o reconhecimento do Curso de Lingüística. Tal Decreto foi ratificado pela Portaria do MEC nº. 001790, de 22 de dezembro de 1993. A menção a estes Decretos consta nos diplomas dos alunos graduados em Lingüística na Unicamp.

6. Novos Contornos e Desdobramentos

Entre a década de 1970 e 1980, o domínio dos estudos da significação se amplia com a contratação de novos docentes: Marcelo Dascal em 1974⁹⁵, Sírio Possenti⁹⁶ em 1979, João Wanderley Geraldi⁹⁷ em 1980, Eduardo Guimarães⁹⁸ em 1981 e Kanavillil Rajagopalan⁹⁹ em 1984. Ao mesmo

⁹⁵ Marcelo Dascal licenciou-se pela USP em Filosofia (de 1960 a 1963) e em Engenharia Elétrica (de 1960 a 1964). Em 1964, iniciou seus estudos superiores em Lingüística e Epistemologia em Aix-en-Provence, obtendo, em 1965, o Certificat d'Etudes Supérieures em Linguistique Générale. Obteve seu Ph.D pela Universidade Hebraica de Jerusalém, onde defendeu a tese, *Aspects de la Sémiologie de Leibniz*, sob a orientação de Yehoshua Bar-Hillel. Foi professor do Departamento de Filosofia da USP em 1964 e em 1976. Dascal é professor da Tel Aviv University desde 1967. Foi professor da Unicamp de 1974 a 1985, professor visitante nos anos de 1987, 1989-90 e 1991 e membro do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência – CLE da UNICAMP. Foi professor visitante da PUC-SP (em 1991 e 1992). Também trabalhou como pesquisador e professor em diversas universidades na Europa e na América.

⁹⁶ Sírio Possenti formou-se em filosofia pela PUC-PR (de 1966 a 1969) e fez mestrado e doutorado em Lingüística pela Unicamp. Iniciou seu mestrado em 1975, defendendo a dissertação, *Algumas Observações sobre a Abstração das Representações Fonológicas*, sob orientação de Maria Bernadete Marques Abaurre em 1977. Iniciou seu doutoramento em 1980 e defendeu a tese, *Discurso, Estilo e Subjetividade*, sob orientação de Carlos Franchi em 1986. Em 1994 defendeu sua tese de livre-docência, *Os Humores da Língua*, na área da *Análise do Discurso*. É professor da Unicamp desde 1979.

⁹⁷ João Wanderley Geraldi graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul (1965 a 1970). Em 1975-76, fez um curso de especialização em Ciências e Letras na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Fez mestrado e doutorado na Unicamp, defendendo, em 1978, a dissertação *Se a Semântica Fosse Também Pragmática... Ou para uma Análise Semântica dos Enunciados Condicionais*, orientado por Carlos Vogt, e, em 1990, a tese *Linguagem, Interação e Ensino*, tendo como orientador Carlos Franchi e co-orientador Haquira Osakabe. Em 1995, defendeu sua tese de livre-docência na área de *Análise do Discurso*, intitulada *Exercícios de Militância e Divulgação*. Iniciou sua carreira docente na Unicamp em 1980 onde é atualmente Professor Colaborador Voluntário.

⁹⁸ Eduardo Roberto Junqueira Guimarães graduou-se em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (de 1966 a 1969). Fez mestrado e doutorado pela USP, orientado por Cidmar Teodoro Pais. Defendeu a dissertação, *Da Modalidade e Auxiliarização Verbal em Língua Portuguesa*, em 1976, e a tese, *Modalidade e Argumentação Lingüística: Análise de Enunciados no Passado em Língua Portuguesa*, em 1979. Lecionou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (de 1970 a 1972); na PUC de Campinas (de 1979 a 1983); e iniciou sua carreira docente na Unicamp em 1981, onde é professor titular. Foi presidente do GEL (1981 a 1983), da ANPOLL (1988 a 1996), Diretor Executivo da Editora da Unicamp (1987 a 1998) e Diretor do IEL (1987 a 1991). Atualmente é assessor especial do Reitor da Unicamp.

⁹⁹ Kanavillil Rajagopalan formou-se em Literatura Inglesa pela University of Kerala (de 1962 a 1966). Em 1974 e 1975 fez especialização em Diploma em Lingüística Aplicada pela University of Edinburgh. Fez um mestrado em Literatura Inglesa pela Delhi University no período de 1968 a 1970, e no ano seguinte defendeu a dissertação, *John Keats and Harbanshrai Bachchan*, sob orientação de R. S. Sud. De 1971 a 1973 fez mestrado em

tempo, ao lado dos nomes Semântica e Análise do Discurso, são incluídos, nos Programas de pós-graduação, nomes como Semântica e Pragmática, e Pragmática.

Em dez anos de funcionamento da Lingüística na Unicamp, já havia um número muito expressivo de áreas de estudo e disciplinas oferecidas no IEL ao lado destas áreas dos estudos da significação. A grade curricular dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Lingüística, especificamente, já continha diversas disciplinas tradicionalmente reconhecidas enquanto disciplinas *da Lingüística*. E continha, ainda, outras disciplinas que não se caracterizavam como domínios próprios da Lingüística, mas que, por serem incluídas neste espaço institucional do Departamento de Lingüística, passaram a significar necessariamente *em relação à* Lingüística.

Nos anos subseqüentes, esta demanda pela pluri/interdisciplinaridade permitiu que diversas disciplinas fossem incluídas nos programas de Lingüística, tanto na graduação como na pós-graduação.

É assim que, hoje, o Departamento de Lingüística do IEL da Unicamp contempla as seguintes disciplinas (obrigatórias) na grade curricular de seu Curso de Lingüística¹⁰⁰:

Lingüística na Delhi University em Delhi-Varsity, defendendo a dissertação na área de Fonologia, *Abstractness Controversy: Evidence From Malayalam*, sob orientação de R. N. Srivastav. Em 1979, inicia seu doutoramento em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas na PUC-SP e defende a tese, *Negation and Denial: A Study in the Theory of Speech Acts*, sob orientação de Leila Bárbara, em 1982. Faz Pós-doutorado na University of Califórnia em Berkeley (de 1993 e 1994). Trabalhou como professor na PUC-SP de 1977 até 1984, quando passa a lecionar na Unicamp.

¹⁰⁰ Cf. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Instituto de Estudos da Linguagem. Graduação. *Bacharelado em Lingüística. Grade Curricular*. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/graduacao/linguisticad2005.php> . Acesso: 10 jan 2009.

Introdução aos Estudos da Linguagem I
 Linguagem e Investigação em Ciências Humanas
 História das Idéias Lingüísticas
 Latim I
 Introdução à Formalização para Análise
 Lingüística
 Fonética e Fonologia
 Sociolingüística
 Gramática I
 Teoria Gramatical I e II
 Fonética Experimental
 Semântica Formal
 Modelos Análise Fonológica
 Lingüística Românica
 Línguas Indígenas I
 Semântica e Pragmática
 Linguagem e Processos Cognitivos
 Análise do Discurso
 Psicolingüística
 Neurolingüística
 Semântica da Enunciação
 Lingüística Textual
 Lingüística Histórica I e II
 Aquisição da Linguagem
 Lexicologia e Lexicografia

E é assim que o Catálogo de Pós-Graduação em Lingüística contempla, hoje, as seguintes áreas¹⁰¹:

Fonética/Fonologia
 Gramática
 Semântica/Pragmática
 Análise do Discurso
 Sociolingüística
 Línguas Indígenas
 Psicolingüística
 Neurolingüística
 Lingüística Textual
 Letras Clássicas
 Aquisição da Linguagem
 Lingüística Histórica
 História das Idéias Lingüísticas

¹⁰¹ Como esta reflexão não pretende ser muito aprofundada sobre as diferentes áreas, mas apenas mostrar os efeitos da demanda pela pluri/interdisciplinaridade, optei por não relacionar aqui a extensa lista de disciplinas oferecidas pelo curso de pós-graduação em Lingüística, detendo-me apenas nas áreas.

Cf. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Instituto de Estudos da Linguagem. Departamento de Lingüística. Pós-Graduação. *Catálogo – 2009. Ementas das Disciplinas*. Disponível em: http://www.iel.unicamp.br/pos/catalogoLL2009_ementas.php. Acesso: 10 jan 2009.

É assim, também, que a palavra interdisciplinaridade continua presente nos textos da Instituição, como se pode observar no atual Regimento Interno do IEL, que tem como um de seus objetivos “promover a integração temática e interdisciplinar” na “constituição de projetos de pesquisa coletivos”. E que proclama: “Será garantida, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, a formação interdisciplinar dos alunos”¹⁰².

Vemos, deste modo, que os textos da Instituição continuam a legitimar a interdisciplinaridade. E, ao mesmo tempo, a interdisciplinaridade continua a legitimar a Lingüística neste novo espaço institucional na Unicamp, o dos estudos da linguagem. No capítulo seguinte buscarei refletir sobre os novos (e antigos) contornos e desdobramentos que a relação entre cientificidade e pluri/interdisciplinaridade vai adquirir sobre os sentidos de *lingüística* no IEL.

¹⁰² Texto final aprovado na 40ª Reunião Extraordinária da Congregação do IEL, em 23/09/2004, homologado pela 90ª Sessão Ordinária do CONSU, com vigência a partir de 10/12/2004, data de publicação da Deliberação CONSU-A-27/2004. Cf. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Instituto de Estudos da Linguagem. *Regimento Vigente*. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/institucional/regimento.php>. Acesso: 15 jan 2009.

CAPÍTULO IV

LINGÜÍSTICA E TEORIA LITERÁRIA: CONSTITUIÇÃO DE UM INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Introdução

Como vimos no Capítulo anterior, dentre as disciplinas incluídas como disciplinas *da Lingüística*, há espaço tanto para a Semântica como para a Análise do Discurso. Estas disciplinas situam-se, deste modo, no espaço pluridisciplinar dos *domínios de saber científicos* mesmo que este espaço da cientificidade produza divisões, tensões e contradições no campo da *ciência da linguagem*, significando a Semântica e a Análise do Discurso como domínios menos científicos que os da Fonologia e da Gramática.

Por outro lado, na história dos estudos da linguagem na Unicamp há uma disciplina relacionada à Lingüística apenas no espaço da interdisciplinaridade, como domínio de saber não-científico: a Teoria Literária. Enquanto a Semântica e a Análise do Discurso podem significar dentro do domínio da Lingüística (não sem divisões, tensões e contradições), a Teoria Literária significa o fora da Lingüística. Nesta divisão dos estudos da linguagem, a cientificidade é um dos fatores decisivos na organização da interdisciplinaridade daquilo que seria o fora da lingüística.

Apesar disto, a história da Lingüística na Unicamp levou à possibilidade de inclusão deste fora da Lingüística no interior dos estudos da linguagem e em relação a eles, num Instituto que se constituiu diferentemente dos moldes das Faculdades de Letras de então. Um Instituto que produziu deslocamentos significativos no modo de organização dos estudos da linguagem. E, ao mesmo tempo, que se constituiu no interior desta história de divisões já existentes entre *domínios de saber científicos e não-científicos*.

Neste Capítulo busco compreender alguns aspectos destes deslocamentos sobre os estudos da linguagem ao lado das divisões que se mantiveram entre Lingüística e Teoria Literária enquanto domínios do científico e do não-científico no IEL.

Este percurso analítico encontrou, no texto “Ler o Arquivo Hoje”, de Michel Pêcheux (1982a), discutido no capítulo I, um produtivo espaço de reflexões. As análises que apresento aqui tiveram por base diversas reflexões trazidas pelo autor sobre as culturas científica e literária, o trabalho de descrição e interpretação, dentre outros aspectos. Com base na leitura da referida obra, a reflexão deste capítulo busca focalizar os efeitos de cientificidade sobre as relações estabelecidas entre Lingüística e Teoria Literária no processo de constituição da Lingüística na Unicamp.

Nos diversos textos de arquivo tomados como material de análise, há uma heterogeneidade de nomes que designam os domínios de saber recobertos pela Lingüística e pela Teoria Literária. Alguns dos nomes encontrados são os seguintes: Lingüística, Estudos Lingüísticos, Literatura, Teoria da Literatura, Teoria Literária e Estudos Literários. Nos textos analisados, a distinção entre Lingüística e Teoria Literária não significa da mesma maneira que a distinção entre Estudos Lingüísticos e Estudos Literários. E as relações Lingüística/Estudos Lingüísticos e Literatura/Estudos Literários/Teoria da Literatura/Teoria Literária podem ou não significar a partir de um efeito de sobreposição¹⁰³.

As reflexões aqui realizadas não se detêm em uma análise aprofundada sobre os efeitos de sentido destas nomeações específicas. Tais nomeações são analisadas apenas a partir das distinções, produzidas nos textos entre, de um lado, Lingüística e Estudos Lingüísticos e, de outro, Literatura, Estudos Literários, Teoria da Literatura e Teoria Literária. O foco das análises privilegiará os efeitos de sentidos produzidos em relação à Lingüística e à Teoria Literária.

No decorrer deste capítulo, os nomes Lingüística e Teoria Literária são tomados como *paradigmas* em relação aos outros, mas isso não se deve a

¹⁰³ Vale lembrar aqui de outras relações de nomes que, dependendo das condições em que são formulados, podem se recobrir ou se distinguir, como Gramática, Filologia, Lingüística, por exemplo. Um texto bastante interessante que analisa a relação contraditória entre estes domínios do saber é “Gramática, Filologia e Lingüística” (Orlandi, 2002b), já citado no capítulo II.

uma “constatação empírica” de que tais nomes sejam efetivamente paradigmas dos demais. O critério utilizado na definição de dois desses nomes como paradigmas é sua institucionalização, na Unicamp, enquanto nomes de Departamento do atual Instituto de Estudos da Linguagem, além de nomes de curso de Graduação, de Pós-Graduação e de disciplina destes cursos.

É importante ressaltar algumas distinções entre as análises de M. Pêcheux sobre as culturas “científica” e “literária” e as minhas análises sobre os domínios de saber da Lingüística e da Teoria Literária.

No texto de Pêcheux, as culturas “científica” e “literária” designam domínios amplos de práticas de conhecimento que não se resumem em disciplinas como a Estatística, a Literatura ou a Teoria da Literatura, por exemplo.

Em minhas análises, Lingüística e Teoria Literária designam, sobretudo, domínios de saber disciplinarizados, mas também nomes de Departamentos, de cursos, de programas de disciplina, etc. E, também, nome de uma ciência, no caso da Lingüística. A Lingüística e a Teoria Literária, enquanto domínios de saber disciplinarizados, também se inscrevem, de certo modo, no interior das culturas “científica” e “literária”.

As análises que apresento neste capítulo pretendem contribuir para uma reflexão sobre os efeitos de cientificidade (ao lado dos efeitos de pluri/interdisciplinaridade) sobre a Lingüística e a Teoria Literária nos textos de arquivo sobre os estudos da linguagem na Unicamp. Ao mesmo tempo, estas análises permitirão compreender como os *estudos da linguagem* são aí significados, no interior deste novo instituto nomeado de Instituto de Estudos da Linguagem – IEL. A leitura do texto de M. Pêcheux e as análises realizadas permitiram distinguir maneiras diferentes de compreender o espaço de um domínio de saber:

- no entremeio, no qual se aceita teoricamente suas contradições,
- e nos espaços unos construídos institucionalmente, nos quais a reorganização dos saberes funciona sempre pela necessidade de “resolver” as contradições produzidas pelas divisões entre os saberes, mas que não é nunca “resolvida”.

1. Projeção de um Instituto de Letras na Unicamp

Como foi observado no Capítulo II, a legitimidade da Universidade de Campinas – UC dependia de seu enquadramento na LDB de 1961, segundo a qual uma universidade deveria ser constituída pela reunião de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior. Deste modo, em 30 de janeiro de 1967, a Lei nº. 9.715 – que alterou a Lei nº. 7.655 de criação da universidade de 1962 e previu a criação do Conselho Diretor da Unicamp – incorporou à universidade a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. No entanto, esta Faculdade foi desincorporada pelo governador Abreu Sodré em 1968.

Ao lado disto, os primeiros Estatutos baixados na Unicamp, em 1969, previam a criação de um instituto intitulado Instituto de Letras, além de um Instituto de Ciências Humanas e de outros institutos¹⁰⁴.

Antes de traçar outros rumos, os estudos de Teoria Literária e de Lingüística na Unicamp poderiam ter se mantido num caminho já existente no interior de uma FFCL, através de um Curso de Letras que tinha a Lingüística como disciplina obrigatória de seu Currículo Mínimo.

No entanto, a criação deste Instituto de Letras não teve andamento nestes primeiros anos da universidade. É importante destacar que nesse período o nome pretendido pelo reitor Zeferino Vaz para implantar o Instituto de Letras era o do professor Antonio Candido, que acabou por recusar, naqueles primeiros anos, as propostas que lhe foram ofertadas. Não obstante, o nome de Antonio Candido teve um papel de assaz importância na história

¹⁰⁴ Cf. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (1969) *Estatutos da Universidade Estadual de Campinas*. Campinas: Editora Universidade de Campinas.

dos estudos da linguagem na Unicamp desde o início da constituição do Curso de Lingüística na universidade. Como notei no capítulo III, Antonio Candido foi responsável pela indicação de nomes para a sustentação e ampliação dos quadros docentes enviados à França para constituir o Departamento de Lingüística no Instituto de Ciências Humanas e colaborou para a obtenção de financiamento junto à Fapesp a fim de concretizar os primeiros projetos para a Lingüística neste espaço institucional.

O fato de a criação do Instituto de Letras não ter ocorrido, aliado ao fato de que a proposta de um grupo de Lingüística no Instituto de Ciências Humanas implicava automaticamente o estabelecimento de um Departamento de Lingüística no Instituto, possibilitaram que a Lingüística, desde o princípio de sua institucionalização na Unicamp, significasse fortemente no espaço das Ciências Humanas e fora das conformações estabelecidas no interior da Instituição Letras. Isso permitiu que os estudos de Lingüística que se fizeram neste espaço institucional pudessem ser realizados de maneira mais ampla, o que de fato ocorreu, abrindo espaço para se pensar a linguagem ao lado da língua.

Para compreender o percurso destes estudos da língua e da linguagem, começo as análises a partir da Proposta de Criação do Grupo de Lingüística, no Instituto de Ciências Humanas.

2. Lingüística e Teoria Literária na Proposta de Criação do Grupo de Lingüística, no Instituto de Ciências Humanas

O primeiro material de arquivo sobre a constituição da Lingüística na Unicamp, a Proposta de Criação do Grupo de Lingüística, no Instituto de Ciências Humanas, de 1968, traz também aspectos bastante interessantes sobre a relação entre a lingüística e a teoria literária. Para observar como esta relação se estabelece, tomemos novamente aqui o recorte do item da Proposta nomeado Lingüística e Colaboração Interdisciplinar:

“Não sendo uma disciplina isolada, ela [a lingüística] tornou-se um dos lugares de eleição para o trabalho pluridisciplinar. (...) Sua introdução no esquema integrado da Unicamp facilitará o trabalho interdisciplinar numa série de pontos-de-intersecção:

Instituto Central de Matemática: lógica, teoria dos conjuntos, teoria da informação, estatística, computação;

Instituto central de Biologia: código genético;

Instituto Central de Ciências Humanas: antropologia, psicologia, sociologia, economia, filosofia;

Instituto Central de Letras: fonemática, monemática, sintaxe, semântica lexicologia, Linguística Geral, estilística, dialetologia, plurilinguismo, filologia (métodos quantitativos de história de textos, pesquisas de datação, pesquisas de atribuição de autoria), procedimentos de tradução, métodos de crítica literária, teoria da literatura;

Instituto Central de Artes: processos de comunicação social, musicologia, estética;

Faculdade de Medicina: diagnóstico e tratamento da afasia.

Etc” (INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp) *Organização*. “Proposta de Criação do Grupo de Lingüística, no Instituto de Ciências Humanas” 1968, folhas 3-4).

Enquanto *curso* vinculado ao Instituto de Ciências Humanas, a Lingüística se distingue da *disciplina* nomeada Lingüística Geral do Instituto Central de Letras. A atuação da Lingüística enquanto *disciplina* Lingüística Geral no Instituto Central de Letras não deixa de significá-la como uma *matéria* obrigatória do Currículo Mínimo do Curso de Letras.

Ao mesmo tempo, em diversos momentos do texto da Proposta, o nome Lingüística vai sendo significado também pelas reescrituras produzidas sobre ele. Lingüística se reescreve como *curso*, *ciência*, *disciplina*, *matéria*, entre outros nomes.

Vejamos algumas dessas reescrituras:

a linguística esta disciplina ciência em permanente transformação curso de pós-graduação de linguística, destinado a preparar professores na matéria
--

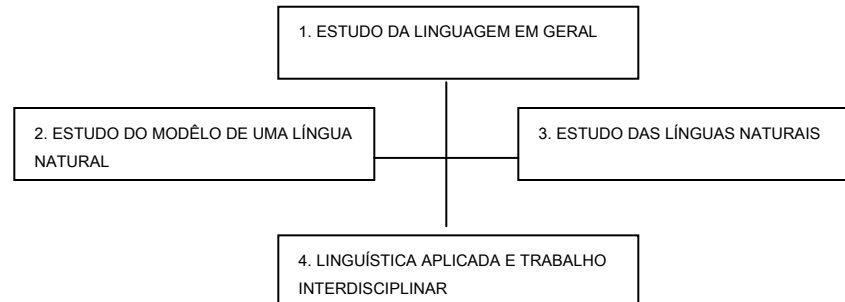
Nesses processos de reescrituração, *disciplina*, *matéria* e *ciência* funcionam sobrepostos e sob um efeito de sinonímia, como se significassem a mesma coisa. É interessante que o efeito de sobreposição entre os nomes *ciência* e *disciplina* é bastante produtivo em textos científicos. Há uma evidência incontornável, construída historicamente, que produz esse efeito de sobreposição. A este respeito, é interessante lembrar, como foi observado no Capítulo I, que as disciplinas nem sempre podem significar enquanto ciências, mas as ciências (em seus sentidos marcados pelo positivismo do século XIX) “sempre” podem significar enquanto disciplinas.

Este efeito de sobreposição entre ciência e disciplina funciona apenas para os *domínios de saber especializados que são científicos*, sendo que a Lingüística significa neste lugar de evidência, ao passo que, para um número significativo de *domínios de saber especializados*, o efeito de sobreposição jamais recobre a palavra *ciência*: são os *domínios de saber especializados não-científicos*.

Nestas relações de constituição e divisão política dos sentidos é interessante observar que quase todos os nomes citados como *disciplinas* do Instituto Central de Letras comparecem, de diversos modos, num outro item da Proposta, nomeado ‘Campos-de-estudo da Lingüística’. Quase todos os nomes. Há, porém, três exceções: Filologia, Métodos de Crítica Literária e Teoria da Literatura. Vejamos então:

"Campos-de-estudo da linguística

Embora se trate de ciência em permanente transformação, a linguística abrange, grosso modo – e salvo omissões, - os seguintes campos-de-estudo:



1. Estudo da linguagem geral: linguagem e processo informativo; linguagem artificial e natural; fisiologia e língua natural; psicologia e língua natural; aprendizado das línguas naturais; afasia; sincronia e diacronia; problemas da teoria duma língua natural: forma e conteúdo, sintagma e paradigma, matematização (estruturação lógica, estatística, séries finitas e infinitas, abertas e fechadas), binarismo, assimetria, marcas, distribuição, combinatória, transformação, geração, formalização; o signo na língua natural.

2. Estudo do modelo de uma língua natural: fonema, monema, sintaxe, semântica, processo onomasiológico e semasiológico; lexicologia; estilística.

3. Estudo das línguas naturais: língua geral e diatologia; plurilinguismo; estudo comparado de línguas: relações genéticas e tipológicas.

4. Linguística aplicada e trabalho interdisciplinar: tradução mecânica (modelo de máquinas de traduzir), tradução humana; terapêutica da afasia; pesquisa de métodos para o aprendizado de idiomas estrangeiros; ensino de idiomas estrangeiros, etc". (*ibidem*, folhas 4-5)

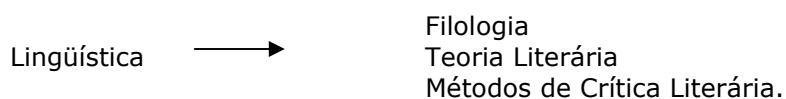
Aqui vemos que a definição da Lingüística se faz pelo procedimento de enumeração (como também em outras partes da Proposta). São enumerados aí os *Campos-de-estudo* e os *estudos* da lingüística.

Dentre os inúmeros aspectos passíveis de análise neste recorte, é interessante notar que o primeiro *campo de estudo*, nomeado 'Estudo da **linguagem** geral', significa a lingüística pela formulação que a designa como a *ciência da **linguagem***, mesmo que essa formulação não tenha sido enunciada no texto.

Outro aspecto sobre o qual gostaria de chamar a atenção é que através da formulação 'colaboração interdisciplinar' no texto da Proposta, abre-se a possibilidade de considerar uma relação bi-direcional entre *Lingüística* e seus *Campos-de-Estudo* na intersecção com o *Instituto Central de Letras* e suas *disciplinas*. No entanto, a Lingüística definida enquanto *ciência* por sua metodologia matemática, conforme foi analisado no Capítulo II, tem a língua significada como código. O trabalho interdisciplinar é da Lingüística para a Filologia, para decodificar os textos, e da Lingüística para a Teoria da Literatura, para fornecer métodos científicos de análise matemática para esta teoria.

As disciplinas que se inscrevem no Instituto Central de Ciências Humanas, no interior dos campos de estudo da Lingüística, significada enquanto *ciência*, significam enquanto ciência também, como um efeito de pertencimento. E isso exclui a Filologia, os Métodos de Crítica Literária e a Teoria da Literatura. Esses três últimos, não sendo considerados como campos de estudo da Lingüística, não têm assegurado o estatuto de ciência.

No espaço da cientificidade, a colaboração interdisciplinar entre Lingüística, Filologia e Teoria Literária segue uma direção:



Disto não decorre, necessariamente, que o espaço para o outro lado não esteja aberto pela possibilidade da interdisciplinaridade. Nem que ele não tenha funcionado. E, também não se pode dizer que as demais Ciências Humanas, a Filologia e a Teoria da Literatura não tenham produzido efeitos sobre a Lingüística. Mas no texto da Proposta isso não significa.

Na relação interdisciplinar entre a Lingüística e o Instituto Central de Letras, há mais aspectos interessantes para refletir. A Lingüística é dividida em quatro campos de estudo, os quais incluem *disciplinas*, *conceitos*, *temas* e *tópicos*. Para cada disciplina presente no Instituto Central de Letras (exceto as

três mencionadas acima), há uma disciplina, ou conceito, ou tema, ou tópico correspondente em um dos campos de estudo da Lingüística.

No quadro a seguir isso pode ser mais facilmente visualizado:

Disciplinas do Instituto Central de Letras	Disciplinas/Conceitos/Tópicos/Temas dos Campos-de-Estudo da Lingüística
Fonemática Monemática Sintaxe Semântica	Fonema Monema Sintaxe Semântica
Lexicologia	Processo onomasiológico e semasiológico Lexicologia
Lingüística Geral	
Estilística Dialetoлогия Plurilingüismo	Estilística Dialetoлогия Plurilingüismo
Filologia (métodos quantitativos de história de textos, pesquisas de datação, pesquisas de atribuição de autoria)	
Procedimentos de Tradução	Tradução mecânica (modelo de máquinas de traduzir) Tradução humana
Métodos de Crítica Literária Teoria da Literatura	

Essa correspondência entre as disciplinas do Instituto Central de Letras e as disciplinas, conceitos, tópicos e temas dos campos de estudo da Lingüística mostra um efeito da Lingüística, enquanto domínio vinculado ao Instituto de Ciências Humanas, sobre o Instituto Central de Letras. É como se o Instituto Central de Letras fosse um Instituto de Lingüística, com a diferença que inclui algumas disciplinas literárias.

Ao lado disso, embora a atuação da Lingüística enquanto *disciplina* Lingüística Geral no Instituto Central de Letras não deixe de significá-la como uma *matéria* obrigatória do Currículo Mínimo do Curso de Letras, como foi observado anteriormente, é interessante notar que quase não há

correspondência entre as *disciplinas* do Instituto Central de Letras e as *matérias* do Currículo Mínimo.

Parece curioso que o Instituto Central de Letras se apresente fora da estrutura do Currículo Mínimo, já que esse currículo era obrigatório. Sobre esse aspecto, é importante ressaltar que não era obrigatório que os nomes das matérias do currículo fossem exatamente os mesmos; era permitida a utilização de outros nomes que “se encaixassem” nas matérias distribuídas em obrigatórias e eletivas.

Entre o Currículo Mínimo e o Instituto Central de Letras, os nomes que mais se aproximam são:

Currículo Mínimo	Instituto Central de Letras
Lingüística Teoria da Literatura	Lingüística Geral Teoria da Literatura Métodos de Crítica Literária (?)
Filologia	Filologia Românica

Os nomes mais próximos do Currículo Mínimo que comparecem no Instituto Central de Letras são nomes de domínios de saber que não buscam *fazer saber* (ensinar) uma língua e uma literatura, mas *produzir saber* (pesquisa) *sobre* a língua e sobre a Literatura. Não há, no Instituto Central de Letras, disciplinas com o nome de Língua (Língua Portuguesa, Língua Latina, etc.) e nem de Literatura (Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, etc.). Nesse sentido, a descrição do Instituto Central de Letras não se produz a partir da relação Língua e Literatura da língua estabelecida no Currículo Mínimo; tal relação não significa no Instituto Central de Letras.

No entanto, as demandas do Estado fazem com que a Lingüística Geral precise integrar as Línguas, assim como fazem com que a Teoria da Literatura precise integrar as Literaturas; no entanto, esses domínios, estando no interior do Instituto Central de Letras e fora do Instituto Central de Ciências Humanas, não significam no espaço científico. Além disso, é necessário que a Lingüística, mais do que a Teoria Literária ou a Filologia, esteja presente no

Instituto Central de Letras, já que ela é disciplina obrigatória do Currículo Mínimo. Se é possível construir um Instituto Central de Letras com disciplinas tão diferentes do Currículo Mínimo, não é possível deixar de incluir a Lingüística, mesmo que ela fique *fora do lugar* num texto que a propõe no interior de um Instituto Central de Ciências Humanas.

Nesse sentido, as *disciplinas* e *conceitos* do Instituto Central de Letras precisam *fazer saber* (ensinar) uma língua e uma Literatura, mais do que *produzir saber sobre* a língua e sobre a literatura. Há uma dissociação entre as disciplinas do Instituto Central de Letras, que significam fora do domínio da cientificidade, e as disciplinas, conceitos, temas e tópicos dos campos de estudo da Lingüística no Instituto Central de Ciências Humanas, que significam no domínio da cientificidade.

Aqui é fundamental lembrar que a Instituição Letras é bem anterior ao estabelecimento do Currículo Mínimo. Sua história é mais antiga e passa pela institucionalização das FFCL, onde as Letras já não eram significadas como ciência.

Vemos então que o nome Instituto Central de Letras adquire, no texto da Proposta, outros sentidos que parecem não caber mais no próprio nome. As Letras das FFCL, de modo geral, não são as mesmas Letras deste Instituto Central de Letras.

Nessa divisão institucional que separa Lingüística de Letras, irrompe um lugar de contradição interessante. Pois, apesar de grande parte das disciplinas do Instituto Central de Letras também poder significar, de algum modo, numa relação com *o que é científico*, esse sentido também se confunde com *o que não é científico*. As disciplinas relacionadas no Instituto Central de Letras, enquanto vinculadas à Instituição Letras, estão na Gramática (normativa/tradicional) e significam como objetos a conhecer. E enquanto campos de estudo da Lingüística, estão na Lingüística e significam como domínios de produção de conhecimento.

Esse lugar de contradição mostra como o discurso sobre a Lingüística no Instituto Central de Letras é absorvido, inevitavelmente, pelo discurso da

Instituição Letras. Os sentidos de 'Lingüística Geral' se de-significam no momento em que são vinculados aos sentidos das Letras.

Mas sabemos que apagamentos não são nunca completos. Sempre há espaços por onde os sentidos apagados podem continuar a significar (ORLANDI, 2002d).

Aqui é interessante lembrar que 'Lingüística Geral' reescreve uma parte do título do *Cours* de Saussure – porque há uma incontornável história de sentidos que produz essa relação, mesmo que o *Cours* ou o nome de seu autor não sejam lembrados no Texto da Proposta. Vale lembrar que a própria *obra científica* intitulada *Cours de Linguistique Générale* é um *curso* que foi ministrado em uma instituição universitária (a necessidade de trazer isso como algo a ser lembrado mostra, talvez, que essa “evidência” não seja mais historicamente evidente).

Nesse espaço entre aquilo que é lembrado e aquilo que é esquecido, a história de sentidos que envolve o *Cours* na *disciplina* 'Lingüística Geral' do Instituto Central de Letras constitui, ao mesmo tempo:

- na impossibilidade de os sentidos de 'Lingüística Geral' se manterem fora do Instituto Central de Letras, a possibilidade de se manterem neste espaço como lugar da transmissão, do ensino de uma *disciplina* dedicada ao estudo de *uma obra científica* que é um *curso*, de saber a língua e não necessariamente saber sobre a língua, em correspondência com o Currículo Mínimo. Aqui, o efeito de sobreposição é da disciplina (de curso) sobre a ciência: disciplina/ciência.
- na possibilidade de significação do *Cours* no Instituto Central de Letras, a impossibilidade de que apenas seus sentidos enquanto *curso* se mantenham estabilizados em torno dos sentidos deste Instituto, já que ele é, também, *obra de ciência*, significando no lugar da invenção. Aqui o efeito de sobreposição é da ciência para a disciplina (de curso): ciência/disciplina.

Nessa tensão de sentidos, *disciplina* não significa do mesmo modo para os domínios de saber no Instituto Central de Letras e no Instituto Central de Ciências Humanas. No Instituto Central de Letras, disciplina significa mais como *matéria* e o foco está na transmissão, no *ensino*. E no Instituto Central de Ciências Humanas, *disciplina* é também *ciência* e o foco está na invenção, na *pesquisa*¹⁰⁵.

E *ciência* também não significa do mesmo modo. A ciência também está presente no Instituto Central de Letras, mas funciona de modo distinto do Instituto Central de Ciências Humanas. A ciência entra em disciplinas que não são científicas (na Proposta, a Filologia, os Métodos de Crítica Literária e a Teoria da Literatura são significadas como *domínios de saber não-científicos*). No entanto, isso não as torna ciências, porque há uma parcela dessas disciplinas que não deixa de significar no espaço da interpretação – retomando, aqui, as reflexões feitas no Capítulo I sobre os cientistas e os literatos, sobre a descrição e a interpretação. E a Lingüística Geral, que significa no espaço da descrição, não deixa de significar pela cientificidade, mas é uma cientificidade que fica subordinada ao espaço não-científico do Instituto Central de Letras.

A divisão *domínio de saber científico/domínio de saber não-científico* não é nova na história do conhecimento. Nas Humanidades da Unicamp, ela se estabeleceu a partir da divisão Instituto Central de Ciências Humanas/Instituto Central de Letras/Instituto Central de Artes. Esta divisão continuou presente em diversos planos de reorganização dos estudos da linguagem na Unicamp. E continuou produzindo efeitos sobre o deslocamento de determinadas divisões dos domínios de saber vinculados à Lingüística, quando esta passou a integrar o Instituto de Estudos da Linguagem.

¹⁰⁵ A tensão entre *transmissão* e *invenção* enquanto *ensino* e *pesquisa* também funciona de modo bastante produtivo na divisão entre Graduação e Pós-Graduação. Em relação a isso, é fundamental considerar o papel da criação dos cursos de Pós-Graduação em Lingüística no Brasil a partir da década de 1960, lembrando também da definição das universidades enquanto instituições de ensino e pesquisa, presente na lei nº. 5540 da Reforma Universitária de 1969.

3. Lingüística e Teoria Literária em um Ofício do Conselho Diretor da Unicamp

Outro texto que tomo novamente para a análise é o Ofício do Conselho Diretor da Universidade de Campinas ao reitor Zeferino Vaz, de 25 de julho de 1969¹⁰⁶. Como observei no Capítulo II, este ofício solicita ao reitor que diligencie junto ao CEE para que seja retirada a emenda que havia suprimido a Lingüística. Neste ofício, a Lingüística é designada como 'Lingüística Contemporânea', 'ciência recente, recentíssima mesmo', 'a nova ciência', dentre outras características que podem ser observadas numa narrativa sobre sua constituição enquanto ciência. Vejamos um recorte desta narrativa:

"A princípio não foi sem muito custo que ela [a Lingüística] pôde demarcar seu objeto. Parecia disputar a disciplinas literárias tradicionais a mesma porção do real. Pouco a pouco, entretanto, foi alargando sua faixa de interesse. Descobriu-o por fim não propriamente no uso literário, um dos muitos usos possíveis que se pode fazer de um idioma, mas no fenômeno mais amplo da comunicação, sob tôdas as suas formas. Incorporou depois os fenômenos de comunicação entre os animais, que passou a tratar como análogos à comunicação inter-humana e, hoje, se volta cada vez mais para os fatos de comunicação existentes entre os artefatos da indústria humana. É a disciplina que estuda o código como tal. Esse rodeio possibilitou o seu êxito rápido no caminho para constituir-se como Ciência Humana. Pela amplitude de seu objeto, transformou-se, no último decênio, no lugar de eleição para o trabalho interdisciplinar nas Ciências do Homem. Exerce esse papel por uma série de razões. Em primeiro lugar, ela se antecipou às outras Ciências Humanas no emprêgo sistemático da matematização e dos modelos formais. Valendo-se de técnicas elaboradas pela lógica, pela Estatística, pela Teoria dos Conjuntos, pela Teoria da Informação, soube construir modelos que são facilmente transferíveis à Antropologia, à Sociologia, à Economia, à Política. Por outro lado, a pesquisa linguística, pela própria natureza do seu objeto, depende da colaboração das demais disciplinas humanas". (INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp) *Organização*. "Ofício do Conselho Diretor da Unicamp ao Reitor Zeferino Vaz", julho de 1969).

¹⁰⁶ Cf. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). *Organização*. "Ofício do Conselho Diretor da Unicamp ao Reitor Zeferino Vaz", julho de 1969. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. 1967-1969-71; 1975, s.d. SG/AH-III cx 5 mg 01.

É interessante destacar que em nenhuma parte deste ofício é enunciado o termo *língua*. A língua é significada enquanto *idioma*, *código* e instrumento de comunicação. O 'fenômeno' da comunicação inclui, de certo modo, também o uso literário do idioma. Concebido enquanto parte do fenômeno da comunicação, o uso literário do idioma fica subjugado à Lingüística, podendo ser analisado através das técnicas e métodos da Lingüística (que são técnicas da lógica, da estatística, da teoria dos conjuntos e da teoria da informação).

Nessa narrativa, a Lingüística precisa se distinguir da Literatura para se constituir enquanto ciência. O que legitima o estatuto da Lingüística enquanto ciência é esse distanciamento da Literatura, a matematização e a dependência 'da colaboração das demais disciplinas humanas' (a interdisciplinaridade).

Mas aqui caberia uma pergunta: A designação de 'disciplinas humanas' recobre 'disciplinas literárias'? Pois se recobre, a necessidade de distinguir Lingüística e Literatura não implicaria uma independência da Lingüística em relação à Literatura: a Literatura também teria algo com que colaborar com a Lingüística.

A possibilidade de elaborar uma pergunta como esta se deve a uma relação de intertextualidade na formulação 'disciplinas humanas' e, por exemplo, a designação de 'Humanidades'. Na Unicamp, como vimos no Capítulo II, este nome designa o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, o Instituto de Letras e o Instituto de Artes do Plano Diretor elaborado pelo arquiteto João Carlos Bross (1970) e é, conforme descreve o arquiteto, um dos 'três grandes setores' das 'Áreas de conhecimento', que circundam o Ciclo Básico, ao lado de 'Ciências Exatas' e de 'Biológicas'. Nesta divisão das áreas de conhecimento do Plano Diretor da Unicamp, os sentidos de 'Instituto de Letras' não correspondem necessariamente aos do 'Instituto Central de Letras' da Proposta de Criação do Grupo de Lingüística.

No Ofício do Conselho Diretor, as 'Ciências do Homem' são *reescritas* como 'Ciências Humanas' e 'disciplinas humanas'. A Lingüística é uma 'Ciência

Humana', assim como a Antropologia, Sociologia, Economia e a Política. Nesta sobreposição ciência/disciplina, as ciências significam enquanto disciplinas, mas as disciplinas, não necessariamente podem significar enquanto ciências. E não há, no texto, uma reescritura para 'disciplinas literárias' como, por exemplo, "ciências literárias". Estas pertenceriam, talvez, ao Instituto de Letras já previsto pelos Estatutos da Universidade.

Nesse sentido, a cientificidade, além de continuar sendo um fator fundamental da distinção entre Lingüística e Literatura, também está relacionada à distinção entre IFCH e IL – presente na divisão entre os Institutos da Unicamp nos Estatutos, bem como no Plano Diretor desta universidade.

4. Lingüística e Teoria Literária no Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras

Nos primeiros anos de funcionamento da Lingüística, com seu Departamento vinculado ao IFCH da Unicamp, seu corpo docente trabalhava para obter o reconhecimento do Curso de Graduação em Lingüística no CEE. Neste período inicial, em 1974, a Unicamp recebeu de um membro do CEE uma proposta de criação de um Instituto de Letras que seguia os moldes tradicionais das FFCL. Esta proposta ia em direção contrária aos projetos de um novo Instituto pretendidos pelos próprios lingüistas do IFCH. Vale notar aqui que os membros do segundo grupo de lingüística eram formados em Letras e três deles tinham iniciado seus estudos de pós-graduação em Teoria Literária na USP.

Para realizar o projeto deste novo Instituto e contrapô-lo ao projeto de um Instituto de Letras tradicional, foi elaborado o Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras. Este Anteprojeto, cuja autoria é remetida

ao professor Antonio Candido de Mello e Souza, foi apresentado ao reitor Zeferino Vaz em 1975¹⁰⁷.

Neste Anteprojeto, podemos notar que a relação entre Lingüística e Teoria Literária sofre alguns deslocamentos. Vejamos:

“Por um lado, o desenvolvimento da Lingüística, que conseguiu constituir-se como **ciência descritiva e explicativa da linguagem**. Por outro lado, a teoria da literatura que está em acelerado desenvolvimento, dispondo já de um instrumental razoavelmente preciso de análise.

Assim, a Lingüística e a Teoria da Literatura devem constituir o núcleo estrutural do novo Instituto de Letras, marcando sua contraposição com os Institutos de Letras tradicionais que resultaram de uma perspectiva histórico-comparatista” (INSTITUTO DE LETRAS. *Projeto de Estruturação*. “Ante-Projeto (...). 1975-76. folha 44).

A legitimidade da Lingüística enquanto ciência, neste texto, é construída de modo diferente daquela dos textos analisados anteriormente. Ela se dá através de uma oposição direta com a perspectiva histórico-comparatista e através da referência ao método descritivo e explicativo, que remete à teoria gerativa de Noam Chomsky. Para esta teoria, é necessário que a Lingüística, para se constituir enquanto ciência, não seja apenas descritiva (condição colocada pelo corte saussuriano), mas seja também explicativa.

A lingüística é apresentada como a ciência que descreve e explica a linguagem¹⁰⁸, sendo que essa descrição e explicação são compreendidas enquanto descrição e explicação de fatos já existentes *a priori* e não como possibilidades de interpretação, na história.

Este modo como a Lingüística é definida não afeta a relação *Lingüística → Teoria Literária*, pautada pela cientificidade. No entanto, neste anteprojeto, há algumas características diferentes na relação. Elas podem ser

¹⁰⁷ Cf. INSTITUTO DE LETRAS (Unicamp). *Projeto de Estruturação*. “Ante-Projeto para a implantação do Instituto de Letras”. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Processo 2448. 1975-76. Reg. 5895/75.

¹⁰⁸ É interessante que no Capítulo anterior, na Proposta de Bacharelado em Lingüística de 1974, o objeto de descrição e interpretação não era a linguagem, mas ‘um comportamento humano’ (o comportamento lingüístico?).

observadas no recorte a seguir, que traz uma narrativa sobre os percursos da Teoria Literária:

“Mais recentemente, pensou-se a possibilidade de transformação das especulações sobre o objeto literário em ciência. Essa última tendência relativizou de certa forma a importância da crítica, na medida em que se propôs como atividade basicamente descritiva, tentando fundar-se em critérios e instrumentos sob certo ponto de vista objetivos e não valorativos. No entanto, o estágio atual desse domínio não autoriza estritamente a configuração da Teoria Literária como ciência, não se tendo, além disso encontrado um sucedâneo eficaz à percepção individual do texto literário, que sempre fundou a atividade crítica. Com isso não se pretende negar o mérito das pesquisas empreendidas nesse sentido, mas salientar que até o presente, elas contribuíram para uma maior objetivização da crítica e não para sua anulação. Uma teoria literária capaz de se servir dos procedimentos modernos de delimitação de unidades e seu relacionamento no interior do próprio texto, ao mesmo tempo estimulando a avaliação estética e aberta à evolução do pensamento nas demais ciências humanas, constituiria o suporte indispensável à renovação dos estudos nas diferentes literaturas” (*ibidem*, folha 45).

A Teoria Literária mantém aberto um espaço para uma contribuição científica da Lingüística sem deixar de lado seu espaço próprio. Além disso, ela não comparece relacionada apenas à Lingüística, mas também às ‘demais ciências humanas’. Estas últimas também podem contribuir com a renovação de seus estudos. Essa configuração é prevista para o curso de Pós-Graduação em Teoria Literária, que

“contaria com os recursos humanos desse grupo [de Teoria Literária], com a dedicação parcial do Departamento de Lingüística e com a participação complementar dos pesquisadores do IFCH, sobretudo no que se refere aos cursos de Filosofia, Antropologia, Sociologia, Política e História” (*ibidem*, folha 46).

Dentro desta configuração, uma das responsabilidades propostas para o grupo de Teoria Literária é:

“a) elaborar um projeto detalhado de pós-graduação em Teoria Literária correspondendo com os princípios gerais enunciados na justificativa acima, garantindo nessa elaboração o equilíbrio desejado entre uma postura interpretativa e uma descritiva;” (*ibidem*, folha 47).

Mesmo através dessa relação com as Ciências Humanas, é interessante notar que é a partir da Lingüística que a cientificidade vai significando.

De um lado, a interpretação e os critérios valorativos que remetem à Teoria Literária. De outro, a descrição, a explicação, os critérios objetivos, os procedimentos modernos de delimitação de unidades, que são disponibilizados para a Teoria Literária pela Lingüística.

Desse modo, parece se construir, no Anteprojeto, um espaço para uma “disciplina “de entremeio”, incapaz de se dispor incondicionalmente, nem do lado dos “literatos” nem do lado dos “cientistas”” (PÊCHEUX 1982a). Mas este espaço não é o da Lingüística, e sim o da Teoria Literária que, embora sustentada por uma concepção de completude, reconhece a importância da descrição, sem deixar de lado a interpretação. Para a Lingüística, o espaço da interpretação não é reconhecido: este é um dos efeitos da cientificidade sobre ela.

Um aspecto interessante a ser notado é que, apesar de a Teoria Literária não significar nesses textos no espaço do científico tal como a lingüística, seu nome carrega sentidos vinculados à demanda pela cientificidade. Teoria Literária é *teoria*, o que a distingue de Literatura. Teoria Literária funciona no espaço de *saber sobre a* Literatura e não no espaço de *saber a* Literatura. É importante lembrar que este nome, Teoria da Literatura, tornou-se nome de disciplina na USP a partir da criação de um curso de Teoria Geral da Literatura, em 1959, pelo professor Antonio Candido. O curso foi instalado no ano seguinte e, posteriormente, levou à criação de uma disciplina autônoma, nomeada Teoria Literária e Literatura Comparada. A constituição do Departamento de Teoria Literária do IEL – que se dá pela formação do grupo de literatos da USP, alunos de Antonio Candido – mantém essa relação de sentidos com o nome Teoria Literária da disciplina desta universidade¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Cf. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dtlc/departamento.htm>. Acesso: 8 jan 2009.

5. Lingüística e Teoria Literária em Jornais Campineiros

O lugar de ciência conferido à Lingüística teve um papel importante no destaque que ela recebeu nas manchetes de jornais da cidade de Campinas quando do anúncio da criação de um novo Instituto.

No Diário do Povo, de 26 de agosto de 1976, a manchete é a seguinte:

“Unicamp vai implantar o Instituto de Lingüística” (p. 10)

No Correio Popular, de 29 de agosto de 1976, a manchete é:

“Instituto de Lingüística na Unicamp” (p. 12)

No corpo da reportagem de ambos os jornais, ‘Instituto de Lingüística’ é reescrito como ‘Instituto de Lingüística e Estudos Literários’. Este último nome já estava presente em alguns textos elaborados para a criação do IL, após o texto do Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras. Mas o nome ‘Instituto de Lingüística’ não estava presente em nenhum destes textos.

O artigo definido ‘o’ em ‘o Instituto de Lingüística’ da manchete do Diário do Povo produz um efeito de preconstituído de que este Instituto já existia, já era previsto.

Em relação a isso, é interessante lembrar que a Lingüística já tinha sido notícia quando da criação do Grupo de Lingüística no Instituto de Ciências Humanas. ‘Grupo de linguística na UC para maior projeção das ciências’ era a manchete do jornal Correio Popular, de 10 de outubro de 1968.

A Lingüística já tinha uma memória construída em torno da cientificidade. A nomeação ‘Instituto de Lingüística’ nos dois jornais da cidade é um acontecimento discursivo produzido pelos efeitos do científico sobre a relação entre Lingüística e Estudos Literários. No nome ‘Instituto de Lingüística

Cf. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. Histórico. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dtlc/historico.htm>. Acesso: 8 jan 2009.

e Estudos Literários', presente nos jornais, o conectivo 'e' não estabelece uma relação de igualdade entre os objetos por ele relacionados.

Mas o nome Instituto de Lingüística e Estudos Literários significa mais do que isso nos projetos de um novo Instituto. Ele se constrói a partir de uma demanda de sentidos que *não ganhava corpo* no nome Instituto de Letras. Pois o nome Instituto de Letras, embora passasse a designar novas propostas sobre os estudos da linguagem, conflitava com outros sentidos que já existiam para ele.

O nome Instituto de Lingüística e Estudos Literários faz parte do processo de construção da nomeação Instituto de Estudos da Linguagem, no qual está em jogo o processo de reorganização das relações entre Lingüística e Teoria Literária. Estes nomes não se enquadram na divisão ciência/não-ciência que as 'Humanidades' do Plano Diretor da Unicamp e os Estatutos da Unicamp produziam. A divisão ciência/não-ciência deixa de ser entre Institutos (IFCH/IL) para ser departamental (Departamento de Lingüística/Departamento de Teoria Literária).

A história de constituição do IEL está ligada a uma demanda que vem da própria universidade, que previa a criação de um Instituto de Letras e, ao lado disso, às novas propostas apresentadas pelos professores do Departamento de Lingüística, onde havia também um grupo importante de Teoria Literária. Ao mesmo tempo, o fato de que esses professores se encontravam em um Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e não em uma Faculdade de Letras não foi sem conseqüências para a criação do IEL.

6. Lingüística e Teoria Literária na Proposta do Instituto de Estudos da Linguagem – IEL

Em 30 de novembro de 1976, é encaminhada ao reitor Zeferino Vaz a Proposta Instituto de Estudos da Linguagem – IEL¹¹⁰. Esta Proposta foi

¹¹⁰ Cf. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). *Constituição do Instituto de Estudos da Linguagem*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Processo 7968/76. 1976-77. Reg. 18315/76.

elaborada por uma comissão de docentes de Lingüística e Teoria Literária sob a coordenação de Antonio Candido de Mello e Souza: Aryon Dall'Igna Rodrigues, Ataliba Teixeira de Castilho, Carlos Alberto Vogt, Haquira Osakabe, Maria Lucia Dal Farra, Vera Maria Chalmers, Yara Frateschi Vieira.

A proposta do IEL foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Diretor da Unicamp em 14 de dezembro de 1976, o que levou a algumas alterações nos Estatutos e Regimento Geral da Unicamp, que substituiu o nome Instituto de Letras por Instituto de Estudos da Linguagem¹¹¹. Em 1977, o IEL estrutura-se em dois departamentos: o Departamento de Lingüística e o Departamento de Teoria Literária.

A Proposta IEL é dividida em três partes: Definição do IEL, Finalidades do IEL, e Justificativa. A primeira parte se apresenta da seguinte maneira:

“01. Definição do IEL:

Unidade de ensino e pesquisa, nos níveis de graduação e pós-graduação, destinada a formar docentes e pesquisadores no domínio dos estudos **sobre a linguagem** em suas diversas manifestações” (INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp) *Constituição do Instituto de Estudos da Linguagem*. 1976-77. folha 6).

O ‘domínio dos estudos sobre a linguagem’ recobre sentidos diferentes dos sentidos recobertos pelo domínio das Letras. Os estudos da linguagem reúnem no seu interior o estudo da língua, objeto da Lingüística, e o estudo da Literatura, objeto da Teoria Literária, marcando uma diferença com a organização *língua X e Literatura de língua X* do Currículo Mínimo. Isso porque o domínio dos estudos sobre a linguagem delinea o modo como a linguagem deve ser estudada. Não é *a linguagem*, é *sobre a linguagem*. Não é

¹¹¹ A proposta destas alterações foi aprovada pelo CEE em 21 de março de 1977 através do decreto nº. 9.597, pelo governador Paulo Egydio Martins, o qual foi publicado no diário oficial em 22 de março de 1977.

Cf. SÃO PAULO (Estado) Decreto nº. 9.597, de 21 de março de 1977. *Dá nova redação a dispositivos dos Estatutos e Regimento Geral da Universidade Estadual de Campinas e dá providências correlatas*. Disponível em : <http://perfil.sp.gov.br/site/legislacaoi.asp?atoid=20713> Acesso : 9. jan 2009.

conhecer a língua e a Literatura, mas produzir conhecimento sobre a língua e sobre a Literatura.

'A linguagem em suas diversas manifestações' é o objeto de estudo da Lingüística e da Teoria Literária, que são definidas como 'duas disciplinas gerais' e 'núcleo do novo Instituto'.

Organizado pela Lingüística e pela Teoria Literária, o IEL não é nem um Instituto de Letras onde a ciência não estaria bem encaixada e nem um Instituto de Lingüística onde só haveria espaço para a ciência. É as duas coisas e a possibilidade de trabalho no entremeio. E, ao mesmo tempo, é uma soma que divide.

Nesta Proposta, a Lingüística é significada enquanto ciência, do mesmo modo que no Anteprojeto, embora isso seja colocado de modo menos direto. A Teoria Literária também é significada do mesmo modo que no Anteprojeto, em relação à Lingüística (delimitando os limites de atuação desta) e às Ciências Humanas, em que ambas são para ela uma contribuição.

No item Justificativa da Proposta IEL, temos:

"A proposta de criação, na UNICAMP, de um Instituto de Estudos da Linguagem tem como objetivo fundamental: assegurar as condições para o desenvolvimento da pesquisa e do ensino, nas áreas do conhecimento que tenham por **denominador comum o fenômeno da linguagem humana, nos múltiplos aspectos da sua natureza complexa (físicos, biológicos, psíquicos, sociais, estéticos)** e nos usos culturais que dela fazem as diversas comunidades (INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). *Constituição do Instituto de Estudos da Linguagem*. 1976-77. folha 7).

É interessante notar que a formulação 'fenômeno da linguagem humana' desta parte da Proposta, ao lado da formulação do recorte anterior 'a linguagem em suas diversas manifestações', bem como formulações de outras partes, são uma re-formulação, uma paráfrase de outras formulações presentes em diversos textos de arquivo sobre a constituição da Lingüística na Unicamp. Tão mais interessante é notar que a formulação desta definição do

IEL e de sua justificativa retomam parafrasticamente uma formulação elaborada no *Cours* de Saussure sobre a matéria da Lingüística:

“A matéria da Lingüística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana” (SAUSSURE 1916, p. 13).

É interessante notar que a demanda pela cientificidade no *Cours* de Saussure levou a vários cortes no âmbito de ‘todas’ estas ‘manifestações da linguagem humana’. Ao mesmo tempo, como vimos no Capítulo I, a necessidade de delimitar o objeto da Lingüística, significada enquanto *a ciência da língua*, levou à formulação de nomes de diversas outras Lingüísticas, de uma pluralidade delas (pluridisciplinaridade), que se relacionavam (interdisciplinaridade) de modo opositivo e constitutivo.

No processo de institucionalização da Lingüística na Unicamp, a demanda pela pluri/interdisciplinaridade se faz necessária para legitimar a Lingüística enquanto *a ciência da linguagem*.

Ao lado disto, é interessante lembrar que no *Cours* a linguagem é tomada como *estudo* e não como *ciência*, que é o domínio da Semiologia. O recorte da linguagem enquanto estudo tem espaço de legitimação institucional no IEL.

A institucionalização dos estudos da linguagem na Unicamp tornou-se possível em razão da legitimidade da palavra *linguagem* na definição da Lingüística sustentada institucionalmente no espaço da ciência e da pluri/interdisciplinaridade.

A história da Lingüística na Unicamp possibilita (se) constituir, deste modo, (n)uma configuração institucional nova para os estudos da linguagem, a partir desta necessidade de incluir *na língua* aspectos que estavam vinculados à *linguagem*. Alguns aspectos, não todos, apenas aqueles passíveis de se cientificizarem. Os estudos de literatura, que ficavam sempre do lado de fora, encontram no espaço da linguagem um ‘denominador comum’. A linguagem é apresentada/representada na Proposta IEL como ‘denominador comum’ destas ‘duas disciplinas gerais’:

“(...) tanto a Lingüística quanto a Teoria Literária têm por **denominador comum** a linguagem, ponto de partida do conhecimento propriamente humano, condição do desenvolvimento cultural. Tomada como terreno básico, **a linguagem permite a troca de experiências, a fecundação recíproca e a definição de tarefas comuns sem prejuízo das tarefas específicas de cada uma delas**. Um Instituto universitário, voltado ao estudo da linguagem humana compreendida **em toda a sua plenitude**, se caracterizará, pois, pela unidade fundamental do seu objeto, assim como pelos **contatos** que, a partir do mesmo, se estabelecerão **com os demais setores universitários**” (INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). *Constituição do Instituto de Estudos da Linguagem*. 1976-77. folha 9).

O lugar da cientificidade, que, no IFCH, determinava uma direção para a relação entre Lingüística e Teoria Literária, é amenizado pela consideração da linguagem como ‘denominador comum, ‘terreno básico’ que ‘permite a troca de experiências, a fecundação recíproca e a definição de tarefas comuns sem prejuízo das tarefas específicas de cada uma delas’.

O IFCH é o espaço institucional que realiza e reafirma o discurso fundador da lingüística como *a ciência-piloto das ciências humanas*, produzindo um efeito de coincidência entre as divisões dos saberes e as divisões das instituições que os abrigam. Nesse espaço institucional, sob esse efeito de coincidência, ela é significada no lugar da cientificidade, pelo método.

No IEL produz-se um descentramento do lugar da cientificidade através da eleição da linguagem como denominador comum, fazendo com que a lingüística deixe de ser significada pelo método e passe a significar pelo objeto. Ou seja, na passagem de um espaço institucional para outro, há também a passagem do método para o objeto. No IEL, o efeito de coincidência entre o discurso fundador da lingüística como a ciência-piloto das ciências humanas se desfaz – o que não significa que esse discurso fundador deixe de funcionar. A legitimidade da lingüística, significada por seu objeto, permite que ela possa ser significada por métodos diferentes.

Dessa maneira, no IEL, a relação *Lingüística* \leftrightarrow *Teoria Literária* ganha um espaço de legitimidade e de possibilidades significativo na história dos estudos da linguagem.

É interessante notar que a expressão 'denominador comum' funciona, para além da metáfora matemática, no sentido de denominação. A linguagem denomina a Lingüística e a Teoria Literária.

A linguagem, como denominador comum, não apaga os diferentes objetos e objetivos próprios da Lingüística e da Teoria Literária; ela convive nestes dois espaços, sendo recortada e dividida por eles. De um lado, o espaço da Teoria Literária, demarcado no entremeio entre descrição e interpretação. De outro lado, o espaço da Lingüística que, limitada pelo lugar do científico, se mantém no espaço da descrição e da explicação.

Isso não significa, é claro, que estes domínios de saber tenham sido praticados na Unicamp segundo esta organização. Nem que não houvesse espaços de contradição nestes projetos, onde os sentidos podem sempre ser outros.

Embora a Lingüística já estivesse significada em relação à linguagem pela definição de *ciência da linguagem* e sua institucionalização no IFCH faça parte das condições de possibilidade de criação do IEL, também é importante relembrar que vários lingüistas do Departamento de Lingüística eram, antes, literatos. Neste sentido, a introdução da linguagem como denominador comum do novo instituto é, também, sem dúvida nenhuma, efeito da presença de literatos. A linguagem desloca o lugar da lingüística do espaço da *ciência* para o espaço do *estudo* em função desta relação com a Teoria Literária, em que está em jogo o *científico* e o *não-científico*. Nesse deslocamento de sentidos, a lingüística também passa a ser significada como *estudo* da linguagem.

Mais do que isso, a importância de se notar que os membros do segundo grupo de Lingüística eram literatos e que a Teoria Literária também produziu seus efeitos sobre a Lingüística através do denominador comum da linguagem pode ser medida na tese de Lingüística do literato-linguista-poeta Carlos Vogt (1974):

“Enfim, sugestões, possibilidades. Aventura de um sentimento diante e dentro da **linguagem**. De cuja estória eu sou também personagem” (p. 283).

Vale lembrar aqui as palavras de J-C. Milner em *O amor da Língua* (1978) retomadas por M. Pêcheux (1983a):

“___ nada de poesia é estranho à língua
___ nenhuma língua pode ser pensada completamente se aí não se integra a possibilidade de sua poesia” (PÊCHEUX 1983a, p. 51)

No espaço de constituição do IEL da Unicamp, nada da poesia esteve estranho à **linguagem**.

À Guisa de Conclusão

Nas condições de produção da institucionalização dos estudos da linguagem na Unicamp não há, em nenhum dos projetos, uma explicitação direta e detalhada das perspectivas teóricas a partir das quais os domínios da Lingüística e da Teoria Literária são descritos. E nas descrições, os domínios não são definidos como *X, em oposição a uma teoria Y*. (quando há uma oposição, há, geralmente, *uma* teoria que é a atual e *outra(s)* teoria(s) que comparece(m) como sendo de um passado). Um momento bastante significativo em que há essa oposição é quando a Lingüística se contrapõe à perspectiva comparatista, como no caso do Ante-Projeto para a Implantação do Instituto de Letras.

Nos projetos, de modo geral, vemos que essas políticas administrativas institucionais sobre os sentidos desses domínios de saber produziram uma Lingüística e uma Teoria Literária consensuais. Produz-se, deste modo, um efeito de unidade sobre o escopo de cada uma destas disciplinas. Como se não houvesse tensões, divisões e contradições entre os domínios de saber que elas abrigam. No entanto, como busquei observar no Capítulo anterior, estas tensões, divisões e contradições fazem parte do processo de disciplinarização de saber. Há sempre relações força, há sempre

uma perspectiva dominante no consenso. Ao lado disso, em todos os projetos, a Lingüística é ciência e a Teoria Literária não é.

Mas, para além das tensões, divisões e contradições opacas desses textos, há outras, bastante transparentes/visíveis, que comparecem de outras maneiras nesses projetos. Como nos lugares institucionais em que a Lingüística foi introduzida na Unicamp (inicialmente, no interior do IFCH, posteriormente, no interior do IEL), que se afastavam da estrutura estabelecida pelo currículo mínimo. O processo de constituição da Lingüística nesses lugares institucionais gerou inúmeros conflitos entre a Unicamp e os CEE e CFE.

Sobre isso, vale salientar que mesmo no curso de Letras, que seguia a estrutura estabelecida pelo Currículo Mínimo, havia uma diferença significativa em relação a esse currículo. Pois, como se viu no Capítulo II, na relação *língua portuguesa* e *Literatura da língua portuguesa*, o objetivo não era *saber a língua e a Literatura*, mas *produzir saber sobre a língua e, notadamente, produzir saber sobre a Literatura*.

Mas as tensões, divisões e contradições podem emergir, a partir desses projetos, em outros lugares. Como, por exemplo, pela contradição produzida no efeito de pertencimento de determinados domínios de saber ao domínio da Lingüística (dois domínios bastante ilustrativos são a Análise do Discurso e a Pragmática) que discutimos no capítulo anterior.

Essa tensão entre as políticas administrativas institucionais e a configuração epistemológica de um saber é bem-sucedida nas intermináveis discussões sobre o estatuto da Lingüística enquanto ciência¹¹². Sobre esse ponto, é importante lembrar que uma pergunta como *A Lingüística é ciência?* faz todo sentido nos dias de hoje. Ela está presente, por exemplo, numa obra recente, *Conversa com Lingüistas. Virtudes e Controvérsias da Lingüística* (CORTEZ & XAVIER orgs., 2003), que reúne entrevistas com diversos

¹¹² Isso leva a pensar como *uma questão epistemológica* não pode ser *uma questão puramente epistemológica*, justamente porque não é possível desvencilhar o ideológico e o político do epistemológico.

lingüistas, muitos deles da Unicamp¹¹³. Essa pergunta teve respostas bastante variadas. Trago, aqui, o início de cada uma delas:

"Você pode até, em alguns casos, identificar no trabalho da lingüística aquilo que nos habituamos a considerar um trabalho de cientista."

"Acho que sim. Quer dizer, tenho um recorte dela que se enquadra perfeitamente aí."

"Essa questão envolve dois problemas e duas questões normativas também."

"Agora você me fez lembrar aqueles manuais de filosofia que a gente usava no segundo grau, no meu tempo, em que toda discussão começava sempre assim: tal coisa é uma ciência ou é uma arte?"

"Nós que nos denominamos lingüistas acreditamos que efetivamente fazemos ciência."

"Bom, depende do conceito que a gente tem de ciência."

"Bom, depende do conceito que tivermos de ciência."

"Sim! Não há dúvida."

"Olha, temos que começar perguntando assim: aquilo que as pessoas dizem que é ciência é ciência?"

"Depende da definição de ciência."

"Com certeza."

"Eu acho que a lingüística é uma ciência se eu tomo a lingüística como uma investigação controlada que tem resultados, alguns deles reproduzíveis, outros não, por suas condições de produção."

"Esta talvez seja a pergunta mais difícil de responder, porque a tradição dos estudos lingüísticos é uma tradição que vem desde a Antiguidade e fala-se, marca-se que historicamente, a partir do século XX, essa tradição começa a ter e a ser candidata a um estatuto científico."

"Pois é, foi a isso que eu respondi. Ela tem, a meu ver, pelo menos um caráter científico, ao pretender descrever e explicar os fatos lingüísticos."

"Eu acho que há aspectos, pedaços da lingüística que são científicos, são ciência."

"Puxa vida! Eu, em curso introdutório, nem toco mais nessa questão!"

"Depende de como você entende o que seja ciência."

"Ah, totalmente."

¹¹³ Os professores entrevistados são os seguintes, seguindo a ordem do livro: Maria Bernadete Marques Abaurre, Eleonora Cavalcanti Albano, José Borges Neto, Ataliba de Castilho, Carlos Alberto Faraco, José Luiz Fiorin, João Wanderley Geraldi, Francisco C. Gomes de Mattos, Rodolfo Ilari, Ingedore Grunfeld Villaça Koch, Luiz Antonio Marcuschi, Maria Cecília Mollica, Diana Luz Pessoa de Barros, Sírio Possenti, Kanavillil Rajagopalan, Maria Martins Margarida Salomão, e Carlos Vogt.

Nessas respostas, pode-se observar que o estatuto da Lingüística enquanto ciência não é consensual. É significativo, no entanto, o fato de não haver nenhuma resposta totalmente negativa, índice da importância em se pensar sobre essas tensões e contradições, opacas e transparentes, que atravessam as divisões produzidas sobre os diversos nomes que designam os estudos da linguagem (atualmente, no espaço científico brasileiro, são bastante freqüentes nomes como: Lingüística, Teoria Literária, Ciências da Linguagem, Estudos da Linguagem, etc.) e os efeitos da cientificidade sobre eles.

CAPÍTULO V

LINGÜÍSTICA, CIÊNCIA(S) DA LINGUAGEM, ESTUDOS DA LINGUAGEM...

Introdução

No processo de institucionalização da Lingüística na Unicamp, a transferência do Departamento de Lingüística do IFCH para o IEL não foi sem conseqüências para o próprio movimento de sentidos de *lingüística* em relação à cientificidade e à pluri/interdisciplinaridade. Ao mesmo tempo, a Lingüística deixa de ser o lugar a partir do qual se legitima um instituto. No IFCH, a cientificidade da Lingüística a situava num lugar central. No IEL, o lugar de legitimação do Instituto é a linguagem.

Uma conseqüência importante produzida por estes movimentos político-institucionais é a passagem da expressão estudos da linguagem a um nome de Instituto que, por sua vez, passou a nome de disciplina dos cursos de Letras e de Lingüística do Instituto.

É interessante que, enquanto a Lingüística esteve vinculada ao IFCH, foi necessário, através da demanda pela interdisciplinaridade, criar uma disciplina nomeada como Lingüística para Ciências Humanas. Esta disciplina foi prevista já em 1970-71.

No Capítulo III apresentei uma tabela, a Tabela B, que continha os nomes das disciplinas previstas para o IFCH. 'Lingüística' não entrou logo de início na grade curricular dos Cursos de Graduação.

A partir de um exame em boletins de nota e freqüência do IFCH e do IEL de 1970 a 1990 e em Catálogos de Graduação de 1971-72 até 1974, foi possível analisar o movimento de constituição e desaparecimento de disciplinas.

Como foi observado no Capítulo III, as primeiras disciplinas do Departamento de Lingüística foram nomeadas de Lingüística, Lingüística I e Lingüística II e ministradas em 1970 e em 1971.

Em 1972, criou-se a disciplina de nome Lingüística Geral, que foi ministrada apenas até o ano seguinte, 1973.

Em 1973, foi criada a disciplina Lingüística para Ciências Humanas, que foi ministrada até 1978, ou seja, até um pouco após a Criação do IEL.

Em 1974, a disciplina Lingüística Geral foi substituída por duas outras: por Lingüística para Ciências Humanas (criada no ano anterior), direcionada para o ciclo básico em Ciências Humanas, ao lado de Introdução à Lingüística, voltada aos alunos do curso de Lingüística. A disciplina Introdução à Lingüística foi ministrada até 1984.

Nos boletins de 1978, no lugar de Lingüística para Ciências Humanas é criada a disciplina de nome Iniciação aos Estudos da Linguagem, que foi ministrada até 1984.

Neste ano de 1984, quando a disciplina Introdução à Lingüística é ministrada pela última vez, o nome Iniciação aos Estudos da Linguagem foi alterado para Introdução aos Estudos da Linguagem.

O quadro a seguir resume estas alterações de nomes de disciplinas:

Datas	Nomes de disciplinas					
1970	Lingüística					
1971	Lingüística I, II					
1972		Lingüística Geral I a VI				
1973			Lingüística para Ciências Humanas			
1974				Introdução à Lingüística		
1978					Iniciação aos Estudos da Linguagem	
1984						Introdução aos Estudos da Linguagem
2009						

Vemos, desta maneira, as disciplinas Lingüística para Ciências Humanas e Introdução à Lingüística serem absorvidas por Iniciação aos Estudos da Linguagem e Introdução aos Estudos da Linguagem.

Deixou de fazer sentido manter uma disciplina nomeada de Lingüística para Ciências Humanas no IEL. A Lingüística deixa de ser uma disciplina necessária para as Ciências Humanas. Produziu-se, com isso, um apagamento dessa relação interdisciplinar entre a Lingüística e as Ciências Humanas nos currículos.

No IEL, as relações interdisciplinares entre Lingüística e Ciências Humanas acabam por ficar mais fortemente subjugadas a uma interdisciplinaridade preexistente, através de nomes de disciplinas já estabilizados como Sociolingüística, por exemplo. Ou então, às relações estabelecidas no período em que o Departamento de Lingüística estava vinculado ao IFCH, como Lingüística e Antropologia, por exemplo, através dos trabalhos conjuntos de Carlos Vogt (Lingüística) e Peter Fry (Antropologia).

Isto não significa, evidentemente, a impossibilidade de criação de novas disciplinas que levem em conta as relações entre a Lingüística e as Ciências Humanas. Aqui é interessante lembrar a criação da disciplina Linguagem e investigação em Ciências Humanas em 1999, na qual esta relação se mantém, não mais pautada pelo nome Lingüística, mas pelo nome *Linguagem*.

A partir das análises sobre estes materiais de arquivo, é possível observar como o desmembramento político-administrativo-institucional do Departamento de Lingüística do IFCH para o IEL teve conseqüências significativas: a possibilidade de criação de disciplinas não é indiferente às condições institucionais onde os saberes se inscrevem e aos nomes que são institucionalizados como nomes de saber, no caso, de saber sobre a linguagem.

Outro ponto importante a destacar sobre a designação dos nomes de linguagem na Unicamp é que durante os trabalhos para a criação de um novo Instituto de Letras, distinto das Faculdades de Letras tradicionalmente

institucionalizadas no Brasil, outro nome foi cogitado como opção a Instituto de Letras na Unicamp: Instituto de Ciências da Linguagem.

A proposta desse nome não aparece em documentos de arquivo da Unicamp, mas é bem conhecida pela comunidade de professores do IEL. Essa proposta é comentada na obra *Conversas com Lingüistas. Virtudes e Controvérsias da Lingüística* (CORTEZ & XAVIER orgs., 2003).

Conforme mencionado no capítulo anterior, este livro reúne um conjunto de entrevistas realizadas com diversos professores de diferentes universidades brasileiras.

Todas as entrevistas realizadas seguiram um roteiro fixo de dez questões, idênticas para todos os entrevistados, dentre as quais a questão fatídica: *A lingüística é ciência?*

Buscando responder precisamente a esta questão, a professora M. Bernadete Abaurre, que participou do projeto de constituição do IEL¹¹⁴, diz:

¹¹⁴ Ao lado do relato de M. Bernadete Abaurre, há vários outros que contam a história do IEL. É importante destacar aqui o discurso proferido por Antonio Candido em Assembléia Universitária, por ocasião do recebimento do título de Doutor Honoris Causa, em 1987 (SCHWARZ org., 1989). Neste discurso, Antonio Candido faz uma bela reflexão sobre o empenho conjunto de diversos professores de lingüística e teoria literária na criação de um instituto diferente de um Instituto de Letras tradicional. Vale destacar também o relato de Claudia Lemos, "Saber a língua e o saber da língua" (LEMOS 1991), apresentado numa aula inaugural do instituto em 1991, que, assim como Abaurre, também comenta sobre o nome Instituto de Ciências da Linguagem. Destaco, ainda, os relatos de Carlos Franchi, Rodolfo Ilari, Haquira Osakabe e Carlos Vogt, que se encontram reunidos na obra *Saudades da Língua* (ALBANO e outros, orgs. 2002). Ao lado desses relatos, lembro do prefácio de O. Ducrot na tese de C. Vogt (VOGT 1977) e o discurso de C. Vogt proferido no IEL, em 1996, por ocasião de um seminário realizado em homenagem à O. Ducrot (VOGT 1998). Além disso, durante minha pesquisa de doutorado, pude realizar entrevistas com Eduardo Guimarães e Eni Orlandi da Unicamp, bem como com Oswald Ducrot e Sophie Fisher da EHESS. Não é possível trazer, para esse trabalho, uma reflexão sobre esses e outros belíssimos relatos. Isso renderia outra tese.

“O próprio nome do meu instituto na Unicamp, o IEL, poderia ter sido **Instituto de Ciências da Linguagem**, mas optou-se, ao fim de muita discussão, por Instituto de Estudos da Linguagem. E o fato de termos também um departamento de teoria literária no IEL, fez com que a questão, no momento da constituição do instituto, surgisse muito forte. Por isso somos hoje o Instituto de Estudos da Linguagem. No âmbito do próprio departamento de lingüística, algumas pessoas não se sentem muito confortáveis com esse enquadramento enquanto cientistas. Por esse motivo, é preferível pensar na lingüística como uma disciplina que define um campo de investigação sobre a linguagem.” (CORTEZ & XAVIER orgs., 2003: 17/18).

A cientificidade é justamente a questão que impedia a opção Instituto de Ciências da Linguagem, não apenas porque havia um Departamento de Teoria Literária, mas porque o próprio Departamento de Lingüística abrigava domínios de saber que não eram considerados tão científicos assim: como, por exemplo, a Semântica e a Análise do Discurso.

Nesse contexto, a partir do efeito de pertencimento de determinados domínios de saber à Lingüística, pelo fato de tais domínios terem se institucionalizado como *disciplinas* do *curso* de Lingüística, os próprios sentidos de *lingüística* também se estenderam. Ao lado disso, a expressão *estudos da linguagem* também é bastante freqüente.

Além disso, é interessante notar que a própria confecção da obra já mostra a força do nome *lingüística* significando produtivamente: ‘Conversas com Lingüistas’ e não com *cientistas da linguagem* e nem com *estudiosos da linguagem*.

No caminho para compreender o modo como os sentidos construídos em torno do nome *lingüística* ao lado de *ciências da linguagem*, *estudos da linguagem*, etc. na Unicamp e no espaço universitário brasileiro de modo geral, é fundamental a consideração das políticas institucionais do Estado, das instituições universitárias.

Nos itens a seguir, examino um conjunto de nomes que designam os estudos sobre a linguagem no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, tomando como ponto de partida uma reflexão sobre alguns aspectos da

institucionalização da Lingüística no espaço universitário brasileiro em que a Lingüística é significanda como *a ciência da linguagem*.

1. A Institucionalização da Lingüística no espaço universitário brasileiro: *a ciência da linguagem*

Conforme observei no Capítulo II, o processo de institucionalização da Lingüística no Brasil teve início no final do século XIX, com a produção de gramáticas. Com a criação das primeiras universidades no Brasil no século XX, a Lingüística começa, também, a entrar no espaço universitário brasileiro.

A partir do século XIX, o nome *lingüística* começa a ser introduzido em gramáticas e em outras produções no Brasil. Com a criação das faculdades de letras, no início da década de 1930, o nome *lingüística* começa a aparecer enquanto designação de *matéria* do curso de Filologia, depois como nome de *disciplina* e nome de *curso*. A partir de 1950, *lingüística* tornou-se nome de *setor*, de *cadeira*, de *departamento* e nome de programas de Pós-Graduação.

Apresento, a seguir, uma tabela – não exaustiva – que retoma alguns acontecimentos importantes relativos ao processo de institucionalização da lingüística em faculdades e universidades brasileiras até meados da década de 1980 do século XX:

Datas	Acontecimentos
1935...	O nome <i>lingüística</i> começa a aparecer como matéria de disciplinas de cursos de Letras
1938-1939	Curso de Lingüística ministrado por Mattoso Câmara na Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro
1950	Curso de Lingüística ministrado por Mattoso Câmara na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro
1958	Criação do Setor de Lingüística no Departamento de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, organizado por Mattoso Câmara
1962	Estabelecimento do Currículo Mínimo para os cursos de Letras, por resolução do Conselho Federal de Educação, nos quais a Lingüística se torna disciplina obrigatória
1962	Criação de um Departamento de Lingüística no Instituto Central de Letras da Universidade de Brasília
1963	Criação de um Programa de Pós-Graduação em Lingüística no Instituto de Letras da Universidade de Brasília
1965	Início da Pós-Graduação em Lingüística na Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo – USP
1968	Criação da Pós-Graduação em Lingüística no Museu Nacional do Rio De Janeiro
1970	Criação do Departamento e do Curso de Graduação em Lingüística no Instituto de Ciências Humanas da Unicamp
1971	Início da Pós-Graduação em Lingüística no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp
1971	Transferência da Pós-Graduação em Lingüística do Museu Nacional para a Faculdade de Letras da Universidade do Rio de Janeiro
1971	Início da Pós-Graduação em Lingüística na Universidade Federal de Santa Catarina
1976	Criação do Instituto de Estudos da Linguagem na Unicamp, formado pelo Departamento de Lingüística e pelo recém-criado Departamento de Teoria Literária
[1984 ?]	Inclusão da Lingüística na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq
1986	Criação do Departamento de Lingüística na Faculdade de Letras da USP

Como também já foi observado no Capítulo II, estes acontecimentos, relativos à institucionalização da lingüística enquanto o nome “escolhido” para designar uma parte dos estudos da linguagem no espaço universitário brasileiro, são possibilitados por essa discursividade da lingüística significada enquanto *a ciência da linguagem*, que é materializada eficazmente através do discurso fundador *a lingüística é a ciência da linguagem*.

2. Lingüística, Ciência da Língua, Ciência(s) da Linguagem, Estudos da Linguagem...

O fato de a Lingüística ter significado como *a ciência da linguagem* e não como *a ciência da língua* na história dos estudos sobre a linguagem, de modo geral, é bastante interessante. Ela significa, inevitavelmente, um deslocamento em relação à teoria saussuriana. Conforme observamos no Capítulo I não encontramos, no *Cours* de Saussure, uma formulação do tipo *a lingüística é a ciência da linguagem*. Ao invés disso, encontramos a designação de *ciência da língua* sendo formulada para definir a Lingüística.

De fato, a designação de *ciência da linguagem* está presente na obra do autor, mas ela comparece, na verdade, apenas como citação das conferências de Max Müller, *Leçons sur la Science du Langage* (1861).

Quanto à designação de *ciências da linguagem*, ela produz outro tipo de deslocamento em relação a esses diversos nomes dos domínios de saber, que analisarei mais adiante.

Esta designação pode ser encontrada numa obra de referência bastante conhecida, publicada em 1972, que é o *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage* de Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov. Este dicionário teve sua edição brasileira publicada ainda na década de 1970, pela Editora Perspectiva¹¹⁵. É bastante interessante que no início da introdução deste dicionário, há um comentário dos autores sobre esta designação.

Vejamos:

¹¹⁵ Em diversas edições deste Dicionário que pude pesquisar não havia menção à data da primeira edição publicada no Brasil.

“O título desta obra comporta duas particularidades, que respondem a duas opções fundamentais e que precisamos explicar aqui: o plural *ciências* e o singular *linguagem*” (DUCROT & TODOROV, 1972b, p.9)¹¹⁶.

Vemos que, naquele momento, era preciso explicar as ‘opções fundamentais’ do ‘plural *ciências*’ e do ‘singular *linguagem*’. Apenas isto já mostra que esta formulação *ciências da linguagem* ainda não tinha sido naturalizada, ainda não funcionava no plano das evidências; era preciso explicá-la, justificá-la.

Ao mesmo tempo, a necessidade de colocar *ciência* no plural está relacionada ao fato de que o Dicionário abrigava um grande número de domínios de saber científicos que não se deixavam significar pela expressão *ciência da linguagem*, que funcionava fortemente (e ainda funciona) como sinônimo de Lingüística.

A necessidade de se colocar a expressão *ciência da linguagem* no plural é comentada por S. Auroux (1992), para quem a Lingüística é uma forma de saber ‘eminentemente transitória’. Vejamos:

“É preciso, em particular, se render à evidência: a *lingüística*, que tira seu nome de um neologismo alemão (1777) reutilizado por J-S. Vater em 1808 e adaptado em francês em 1812 (cf. Auroux, 1987a), é uma forma de saber e de prática teórica nascida no século XIX (o parentesco genético das línguas, a explicação histórica, as línguas nelas e por elas mesmas). Trata-se pois de uma forma de estruturação do saber eminentemente transitória, que está provavelmente em vias de desaparecer sob nossos olhos (é por isso que recorreremos cada vez mais à expressão plural “**ciências da linguagem**”) (p. 12)”.

Essa questão também é observada por J-L. Chiss e C. Puech (1999), que dizem:

¹¹⁶ Em francês : « Le titre de cet ouvrage comporte deux particularités, qui répondent à deux options fondamentales et que nous nous devons d’expliquer ici : le pluriel de *sciences*, le singulier de *langage* » (DUCROT & TODOROV, 1972a, p. 7).

“Definir a identidade de uma disciplina, também num momento em que a locução “**ciências da linguagem**” tende a substituir o termo “lingüística”, é se situar entre memória e porvir, entre extensões e limites” (p. 9)¹¹⁷

A meu ver, a formulação *ciências da linguagem* possibilitou a realização de outros recortes entre os domínios de saber, produzindo efeitos interessantes sobre a, até então, relação inequívoca de sinonímia entre *lingüística* e *ciência da linguagem*. Ou seja, nesses deslocamentos teórico-epistemológicos – que tocam, sempre, de uma forma ou de outra, na tensão entre a lingüística, ‘seu domínio próprio’ (J-C. Milner) e aquilo que foi dela excluído por Saussure, mas que retorna sob diversas formas na disputa por um espaço no domínio do científico – entra em jogo o processo de questionamento da evidência da lingüística como **a** ciência da linguagem: ela passa a ser considerada como **uma** ciência da linguagem, ao lado de outras.

A meu ver, a possibilidade histórica da passagem da expressão *ciência da linguagem*, no singular, para *ciências da linguagem*, no plural, significa um acontecimento discursivo sem dúvida decisivo para o conjunto dos estudos sobre a linguagem de modo geral.

Isso pode, a princípio, parecer ser uma questão que envolve tão-somente o domínio teórico-epistemológico. No entanto, o que tenho buscado mostrar é que a instauração desta nova configuração dos estudos da linguagem não se constitui fora das condições histórico-políticas que envolvem o Estado e as instituições. Talvez um passo na compreensão da formulação deste plural seja pensar, por exemplo, que a necessidade de colocar *ciência* no plural em um dicionário especializado se produz através da necessidade de trabalho com uma distribuição de saberes já existente – ou seja, saberes já institucionalizados, já recortados no interior de Universidades, Faculdades, Departamentos, cursos, disciplinas, etc. E também, através de publicações de autores legitimados por sua relação com outros autores e com alguma

¹¹⁷ No livro, em francês : « Définir l’identité d’une discipline, à un moment aussi où la locution « sciences du langage » tend à se substituer au terme « linguistique » c’est se situer entre mémoire et avenir, entre extensions et limites ».

instituição. E ainda e, sobretudo, pelas demandas do Estado sobre a legitimação dos saberes.

Atualmente, no espaço científico brasileiro, o nome Ciências da Linguagem comparece como nome de programas de Pós-Graduação. Em termos quantitativos, se compararmos a grande quantidade existente de programas de Pós-Graduação em Letras e em Lingüística, com os programas nomeados de Ciências da Linguagem, o nome Ciências da Linguagem, bem como outros nomes de linguagem, não têm uma presença tão expressiva, mas é uma presença que não deixa de ser significativa.

Entre os programas de Pós-Graduação reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES¹¹⁸, a palavra *lingüística* aparece em dezessete deles¹¹⁹. E há também três programas que contêm a expressão *estudos lingüísticos* em seu nome:

Palavras/expressões	Ocorrência	Nome do Programa de Pós-Graduação
<u>lingüística</u>	17	11 Lingüística 1 Letras: Lingüística e Teoria Literária 3 Letras e Lingüística 1 Lingüística e Letras 1 Lingüística e Língua Portuguesa
<u>estudos lingüísticos</u>	3	2 Estudos Lingüísticos 1 Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês

(COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR 2008)

¹¹⁸ Cf. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (2008) *Planilhas Coloridas*. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/coloridas/41_Letras_Ling.xls. Acesso: 3 nov 2008.

¹¹⁹ Sem contar os seis programas que têm em seu nome a expressão *lingüística aplicada*.

Entre esses vinte Programas de Pós-Graduação, dezessete são ligados às Letras (como *Instituto, Faculdade, Departamento* ou *Centro*).

Os três outros programas que não estão vinculados às Letras são o da Unicamp, de 1971, da Universidade Federal de Santa Catarina, também de 1971 e o da Universidade Federal de Uberlândia, de 1994.

Na Unicamp, como já mostrei aqui, o Programa de Pós-Graduação em Lingüística teve início no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas em 1971 e, em 1976, foi transferido para o Instituto de Estudos da Linguagem – IEL. O IEL foi a primeira instituição universitária do Brasil que teve a palavra *linguagem* em seu nome, e com o nome *estudos da linguagem*.

Além desses programas de lingüística, há ainda dois com a expressão *ciências da linguagem*, três com a expressão *estudos da linguagem*, um com a expressão *estudos da linguagem*, três com a palavra *linguagem* e dois com a expressão *estudo de linguagens*:

Palavras/expressões	Ocorrência	Nome do Programa de Pós-Graduação
<u>linguagem</u>	9	2 Ciências da Linguagem 2 Estudos da Linguagem 1 Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem 1 Estudos de Linguagem 1 Letras – Linguagem e Identidade 1 Letras – Linguagem e Sociedade 1 Linguagem e Ensino
<u>linguagens</u>	2	2 Estudo de Linguagens

(COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR 2008)

A circulação desses outros nomes ao lado de *lingüística* no espaço científico brasileiro produziu seus efeitos sobre a versão preliminar de uma nova tabela do conhecimento proposta pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq em 2005. Essa versão preliminar propôs substituir *Lingüística, Letras e Artes* por *Linguagens e Artes*:

**Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq
- as grandes áreas -**

**Tabela utilizada, provavelmente,
a partir de 1984¹²⁰**

1. Ciências Exatas e da Terra
2. Ciências Biológicas
3. Engenharias
4. Ciências da Saúde
5. Ciências Agrárias
6. Ciências Sociais Aplicadas
7. Ciências Humanas
8. **Linguística, Letras e Artes**
9. Outros

Tabela proposta em 2005¹²¹

1. Ciências Matemáticas e Naturais
 2. Engenharias e Computação
 3. Ciências Biológicas
 4. Ciências Médicas e da Saúde
 5. Ciências Agrônômicas e Veterinárias
 6. Ciências Humanas
 7. Ciências Socialmente Aplicáveis
 8. **Linguagens e Artes**
-

No entanto, o parecer das associações científicas representativas da área de Linguística e Letras foi de manter a designação antiga.

É interessante notar que a ordem dos nomes nesta tabela de áreas do CNPq que se manteve coloca Linguística antes de Letras e Letras antes de Artes. Embora a Linguística não esteja situada entre as Ciências Humanas como uma Ciência Humana nesta tabela, na relação Linguística, Letras e Artes funciona uma hierarquia – através da própria história de sentidos que foi se constituindo sobre os nomes destes domínios. Nesta hierarquia, que se pauta pela relação Ciências, Letras e Artes, a Linguística é a Ciência.

Já na relação estabelecida no nome de uma das associações que optou por manter a designação antiga, estabelece-se outra relação. Na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, a relação parece se constituir através de uma legitimação que remete a uma cronologia, a uma tradição: as Letras já são uma tradição, uma instituição. A Linguística vem depois.

¹²⁰ Cf. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO [198?] *Áreas do Conhecimento*. Disponível em: <http://www.cnpq.br/areasconhecimento/index.htm>. Acesso: 3 nov 2008.

¹²¹ Cf. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (2005) *Nova Tabela de Áreas do Conhecimento*. Disponível em: <http://www.memoria.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm>. Acesso: 3 nov 2008.

Entre os diversos nomes de linguagem dos programas de pós-graduação, também há relações interessantes a observar que podem ser bastante diversificadas. No programa de pós-graduação nomeado Letras: Lingüística e Teoria Literária, por exemplo, Letras é hiperônimo de Lingüística e Teoria Literária. O conectivo 'e', que separa os dois nomes inscritos no interior das Letras é divisão/oposição, sendo adição apenas em relação a Letras.

Além dessas relações, há várias outras. Gostaria de destacar aqui, de maneira geral, as relações entre Lingüística, Estudos Lingüísticos, Ciências da Linguagem, Estudos da Linguagem, Estudos de Linguagem e Linguagens. Diria que esses nomes concorrem com lingüística. Mas é interessante notar que esta relação de concorrência não é apenas entre *lingüística* e todos estes outros nomes. Elas são também entre:

Ciências da Linguagem	x	Estudos da Linguagem
Estudos da Linguagem	x	Estudos de Linguagem
Ciências da Linguagem	x	Estudo de Linguagens Linguagens
Estudos da Linguagem		
Estudos de Linguagem		

Buscando elaborar uma reflexão inicial sobre a introdução destes nomes junto ao nome lingüística no espaço universitário brasileiro, penso que é importante observar que a necessidade de renomear "o campo" se impõe porque o que está em questão é a falta. A questão a saber, portanto, é: o que falta? A falta não é exatamente a mesma entre esses diferentes nomes.

Ao mesmo tempo, não se trata, evidentemente, de uma simples substituição de nomes, mas de uma reconfiguração do domínio de saber. Esse processo de re-nomeação e de re-configuração do domínio, movido pela falta, produz necessariamente outras faltas, assim como outros apagamentos e

esquecimentos. As faltas, os apagamentos e os esquecimentos são constitutivos da produção dos saberes; no entanto, não é qualquer coisa que pode faltar, não é qualquer coisa que se pode apagar, não é qualquer coisa que se pode esquecer.

No caso de *linguagens*, a adição do 's' é, talvez, efeito do questionamento da ruptura saussuriana. Esse questionamento desemboca, às vezes, em uma formulação equivocada da falta: *não é somente a língua, é a linguagem. mas não é somente uma língua e uma linguagem, são diversas línguas e linguagens*. Nesse sentido, produz-se uma multiplicação de tipologias, o esquecimento do objeto e, por conseqüência, o apagamento da teoria. Mas os saberes não são multiplicação, eles não se abstêm de um objeto e de uma teoria a seu respeito. Ao contrário, eles são sempre divididos, politicamente divididos.

No espaço do nome *linguagens*, a cientificidade parece não funcionar. Já o espaço da significação da interdisciplinaridade em *linguagens* fica aberto, sob as mais diferentes possibilidades de configuração. A demanda da completude não cessa, ela migra de lugar.

No caso de *ciências da linguagem*, *estudos da linguagem* e *estudos de linguagem*, não é preciso que se diga *há diversas linguagens* porque isso pode ser evidente: a linguagem não é sinônimo de *uma* linguagem. Em outras palavras, a linguagem é um objeto teórico e, ao menos a princípio, ele não se confunde com as linguagens efetivamente existentes. A falta aqui é de outra ordem. Em *ciências da linguagem* é: *não há somente uma ciência da linguagem, a lingüística, há outras*. Em *estudos da linguagem* é: *não há somente os estudos da linguagem que são científicos, há também aqueles que não o são*.

A política lingüística das associações científicas representativas do domínio dos estudos sobre a linguagem, ao escolher manter o nome da área do conhecimento da tabela do CNPq como 'Lingüística e Letras', mostra sua recusa em abrir mão de seu objeto. Ao mesmo tempo, no contexto de identificação científico-nacional, representado tanto pelos nomes de Programas

de Pós-Graduação, quanto pela localização do domínio Lingüística e Letras fora do campo das Ciências Humanas, a cientificidade continua a ser uma questão.

À Guisa de Conclusão?

Para não finalizar estas reflexões, penso que caberia perguntar sobre a cientificidade e a interdisciplinaridade relativamente aos estudos da linguagem no espaço universitário brasileiro.

Por um lado, nomes como *estudo de linguagens* e *linguagens* podem produzir uma dissociação entre cientificidade e interdisciplinaridade.

Isto pode ser observado, por exemplo, no texto dos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (2000)¹²², no que toca à parte intitulada Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Neste texto, encontramos várias definições para *linguagem*. Vejamos a primeira definição:

“A linguagem tem sido objeto de estudo da Filosofia, Psicologia, Sociologia, Epistemologia, História, Semiótica, Lingüística, Antropologia etc. A Linguagem, pela sua natureza, é transdisciplinar, não menos quando é enfocada como objeto de estudo, e exige dos professores essa perspectiva em situação didática” (p. 5)

A *natural* transdisciplinaridade da linguagem é uma exigência cobrada dos professores ‘em situação didática’. Em situação didática, o texto agrupa várias definições de linguagem, todas com *linguagem* no singular, vindas de perspectivas teóricas as mais diversas. Algumas destas perspectivas podem ser recuperáveis pelas referências bibliográficas, que reúnem textos de Lingüística, Filosofia da Linguagem, Semiótica, Literatura, Comunicação, entre outros. E também pelos nomes dos autores nas referências, que incluem autores estrangeiros e autores vinculados a universidades brasileiras, como a Unicamp, a USP, a PUC de São Paulo e outras instituições. Todas estas áreas

¹²² Cf. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (2000) *Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso: 10 jan 2009.

são somadas no texto. *Linguagens* é o resultado da soma do conjunto das definições de *linguagem* formuladas no texto.

A soma de tantas perspectivas sobre a linguagem em um mesmo texto, sem que haja qualquer discussão teórica consistente, é possível porque o foco não está mais na teoria – porque ela já foi apagada – mas na situação didática, ou seja, na aplicabilidade, na prática. Como se a teoria fosse inatingível para os professores/alunos do Ensino Médio. *Linguagens*, neste texto, é um nome que desautoriza o lugar da teoria no Ensino Médio. Fica só aquilo que seria didatizável, utilizável, praticável.

Mas, como as análises anteriores mostraram, este lugar de desautorização da teoria não se restringe ao Ensino Médio. Aqui vale retomar a tabela do CNPq proposta em 2005, que propunha o nome *Linguagens*. Também vale lembrar da proposta do nome *Ciências Socialmente Aplicáveis*.

O que parece estar funcionando é uma demanda do Estado e da sociedade¹²³ que produz efeitos sobre as instituições universitárias. A demanda pela prática que apaga o lugar da teoria, da ciência. A ciência deve ser prática para servir à sociedade.

Essa dissociação, por outro lado, não ocorre quando a demanda pela interdisciplinaridade sobre a cientificidade encontra outros espaços de significação em nomes como *estudos da linguagem*. Nestes nomes, mais do que a cientificidade, a interdisciplinaridade passa a significar como o argumento principal de sustentação dos estudos sobre a linguagem aí concernidos. No processo designativo que mantém a palavra *estudos* ao criar um novo nome de disciplina, ainda há lugar para a prática científica.

Tendo em vista que a re-configuração dos saberes através do processo de criação de novos nomes não deixa nunca de produzir novas divisões, tensões, contradições, falhas e esquecimentos, caberia perguntar: Que novas divisões sobre os saberes estes nomes que concorrem com *lingüística* vêm produzindo? Que filiações teóricas eles apagam? Que outras

¹²³ Lembro aqui M. Pêcheux (1982b) sobre a eficácia concreta de abstrações como “o povo”, “as massas”, “o proletariado”, “a luta de classes”.

filiações eles estabelecem? Como estas novas divisões funcionam (n)este domínio de saber nomeado, no Brasil, como *estudos da linguagem*? E quais seriam as especificidades do nome *ciências da linguagem* no Brasil, tendo em conta a relação de oposição estabelecida com *estudos da linguagem*?

Não é possível apresentar aqui reflexões que possam, de alguma maneira, responder a todas estas questões. O que pretendo, apenas de maneira indicativa para um desdobramento de reflexões futuras, é apresentar algumas análises sobre os nomes *lingüística* e *ciências da linguagem* em obras produzidas em diferentes espaços científicos. Essas análises poderão, posteriormente, contribuir para a uma reflexão mais aprofundada sobre estas questões.

Quanto ao nome *lingüística*, penso que é interessante trazer para a análise duas coleções introdutórias. Uma delas é a coleção organizada por F. Mussalin e A. C. Bentes, *Introdução à Lingüística Domínios e Fronteiras* (MUSSALIN & BENTES, 2001). A outra é uma coleção organizada por J. L. Fiorin, *Introdução à Lingüística I. Objetos teóricos* (FIORN, 2003a) e *Introdução à Lingüística II. Princípios de Análise* (FIORIN, 2003b).

A obra organizada por Mussalin e Bentes contém uma Apresentação do professor Sírio Possenti e uma Introdução elaborada pelas próprias organizadoras. Tanto a Apresentação como a Introdução são as mesmas para os dois volumes.

No texto da Introdução, a lingüística é definida como 'a ciência da linguagem'. Ao expor os objetivos dos capítulos, as organizadoras começam pela Lingüística Histórica, que é o capítulo 1. Em seguida, tratam dos objetivos de quatro capítulos de uma vez: Fonética, Fonologia, Morfologia e Sintaxe. Por fim, apresentam os objetivos da Lingüística Textual, que é o último capítulo do primeiro volume. Passando para o volume 2, a primeira área a ser apresentada é a Semântica. Em seguida, são apresentados, de uma vez, os capítulos Pragmática, Análise da Conversação e Análise do Discurso. As últimas áreas a serem apresentadas são Neurolingüística, Psicolingüística, Aquisição da Linguagem, e a questão da língua e do ensino.

No final da introdução, as organizadoras da obra escrevem:

“Esperamos que este livro possibilite ao leitor vislumbrar **a ciência da linguagem**. Evidentemente, não tivemos a pretensão de esgotar as discussões que são feitas atualmente nas diferentes áreas apresentadas. Ao contrário, Introdução à Lingüística; domínios e fronteiras propõe-se a ser uma porta de entrada para o campo da Lingüística, um campo vasto, heterogêneo, **multidisciplinar**, que consolida seus domínios e constrói seus objetos de estudo a partir de **influências intradisciplinares** e de uma complexa, mas muito produtiva, rede de relações com outros lugares de construção do conhecimento” (p. 19).

Nessa obra é possível observar que as áreas são apresentadas seguindo uma ordem e nomes “tradicionais”. Nessa ordem de apresentação das áreas, funcionam relações tensas e contraditórias que dividem os ‘domínios e fronteiras’ da lingüística de uma maneira muito semelhante àquelas presentes nos textos de arquivo institucional da Unicamp: há disciplinas *da* lingüística e disciplinas *em relação à* lingüística. Os sentidos de lingüística enquanto ‘a ciência da linguagem’, funcionam junto aos sentidos de ‘multidisciplinar’ e ‘influências intradisciplinares’.

No volume I da obra organizada por J. L. Fiorin, sobre os objetos teóricos (FIORIN, 2003a), os nomes dos capítulos quase que não correspondem aos nomes de disciplinas. Este volume designa, como objetos, a linguagem, a língua, a lingüística, a teoria dos signos, a competência, a variação lingüística, o texto, a aquisição da linguagem. Ou seja, os objetos podem ser o objeto da disciplina lingüística, a própria disciplina, a teoria e conceitos.

No volume II, sobre os princípios de análise (FIORIN, 2003b), os capítulos são distribuídos em nomes de disciplina, seguindo, também, a ordem “tradicional”: Fonética, Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica Lexical, Semântica Formal, Pragmática, Estudos do discurso.

Embora vários dos nomes de disciplina apresentados na coleção de Fiorin também estejam presentes na coleção organizada por F. Mussalin e A. C. Bentes, isso não os torna necessariamente os mesmos domínios; o que se produz é um efeito de unidade do nome da disciplina sobre o domínio teórico

que ela abrange. Sob esse efeito de unidade, os domínios são significados como os mesmos. Um aspecto interessante é que para alguns domínios é preciso acrescentar uma especificação no nome. Há Semântica *Lexical* e Semântica *Formal*. Quanto aos domínios da Fonética, Fonologia, Morfologia e Sintaxe, não é necessário.

Outro aspecto interessante é o domínio designado como Estudos do Discurso. No prefácio de J. L. Fiorin para a coleção, vemos, por exemplo, que os 'Estudos do discurso' não abrangem 'a Análise do Discurso de linha francesa ou a Análise Crítica do Discurso'. 'Estudos do discurso', no prefácio de J. L. Fiorin, abrange a 'Semiótica francesa', o que nos mostra a consistência histórica da constituição dos estudos da significação no espaço institucional da USP.

Quanto ao nome *ciências da linguagem*, é interessante notar, de início, que na obra francesa *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage* de T. Todorov e O. Ducrot (1972a), ele recobre nomes como Geolingüística, Sociolingüística, Psicolingüística, Retórica e Estilística, Poética, Semiótica e Filosofia da Linguagem, para ficar apenas nos nomes indicados no sumário.

No espaço científico brasileiro, vale destacar que, em 1973, foi realizada no Rio de Janeiro uma reunião chamada de I Reunião de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Esta reunião fez parte das atividades da XXV Reunião anual da SBPC e teve como coordenadores Eduardo Portella e Monica Paula Rector. Na reunião houve um Simpósio chamado de "Interrelacionamento das Ciências da Linguagem". O simpósio contou com a participação de pesquisadores de áreas diversas: Affonso Romano de Sant'Anna (Literatura Brasileira - PUC-Rio de Janeiro) Eduardo Portella (Teoria da Literatura - UFRJ), Roberto da Matta (Antropologia - Museu Nacional), Cidmar Teodoro Pais (Lingüística - USP), Heinrich Bunse (Filologia Românica e Lingüística - UFGRS), e Monica Rector (Língua Portuguesa - PUC-Rio de Janeiro). Os trabalhos apresentados foram reunidos e publicados no ano seguinte no livro *Interrelacionamento das Ciências da Linguagem* (PORTELLA & RECTOR orgs., 1974). Vemos aí que a configuração de sentidos para *ciências*

da linguagem se dá em relação aos autores que apresentaram seus trabalhos, que não eram apenas lingüistas.

O nome *ciências da linguagem* também pode ser observado no interior de obras de lingüistas. Aqui vale citar um recorte de um texto apresentado no verso da capa do livro *Bakhtin: Conceitos-chave*, organizado por B. Brait (2005). Ao final desse texto, que faz uma breve apresentação da obra, lemos:

“Para estudantes iniciantes das **ciências da linguagem**, a obra é indicada ainda para estimular o diálogo com conhecedores, como professores e pesquisadores de **letras e lingüística**”.

Nesse recorte, podemos compreender que ‘ciências da linguagem’ abrange ‘letras e lingüística’. Produz-se aí um efeito de pertencimento que faz com que as letras e todas as disciplinas a ela vinculadas – como os estudos literários, por exemplo – também signifiquem no espaço das ‘ciências’.

Já na coleção nomeada *Introdução às Ciências da linguagem* (GUIMARÃES & ZOPPI-FONTANA 2006; PFEIFFER & NUNES 2006; ORLANDI & LAGAZZI 2006), a configuração dos sentidos de *ciências da linguagem* é diferente. Encontramos, em cada um dos três volumes, palavras, conjuntos de palavras e nomes que remetem a diversas disciplinas. Cada volume inicia com uma Apresentação, elaborada por E. Orlandi e E. Guimarães, que traz o seguinte comentário:

“Com o advento da lingüística no século XIX e com o Curso de lingüística geral de Saussure, no início do século XX, **os estudos sobre a linguagem**, que em verdade se fazem desde a Antiguidade, se desenvolveram de maneira mais específica e em diversas direções. Disto resultou todo um conjunto de disciplinas que compõem este domínio que podemos chamar **As Ciências da Linguagem**.

A presente Coleção, *Introdução às Ciências da Linguagem*, procura colocar ao alcance do público interessado (tanto das disciplinas lingüísticas quanto de outros domínios que mantêm relações com **os estudos da linguagem** – nas ciências humanas, nas ciências da vida e nas ciências exatas, assim como nas tecnologias modernas), textos introdutórios nos mais variados domínios **das ciências da linguagem**, a partir de um ponto de vista bastante atual, de que estas disciplinas não devem, de um lado, tratar de

seus objetos específicos, mas devem também se desenvolver na perspectiva de que estas disciplinas, cada vez mais, se fazem levando em conta que as divisões entre os diversos domínios nunca é estanque” (GUIMARÃES & ZOPPI-FONTANA 2006, p. 7)

No volume *A Palavra e a Frase* (GUIMARÃES & ZOPPI-FONTANA orgs., 2006), os domínios são Gramática e Dicionário, Fonologia e Fonética, Morfologia e Sintaxe, Semântica e Pragmática, Lexicologia e Lexicografia.

No volume *Linguagem, História e Conhecimento* (PFEIFFER & NUNES orgs., 2006), os domínios são Lingüística Histórica, Sociolingüística, Aquisição de Linguagem, Língua e Cognição, e Conhecimento sobre a Linguagem.

No volume *Discurso e Textualidade* (ORLANDI & LAGAZZI orgs., 2006), os domínios são Análise de Discurso, O Texto nos Estudos da Linguagem, Texto e Autoria, Semiótica e Semiologia, Filologia, Retórica e Argumentação.

Nesta coleção, o domínio das ciências da linguagem não se restringe apenas à lingüística, mas abrange vários domínios. Mas é interessante que, diferentemente das obras anteriormente analisadas, nesta, não estão contemplados os domínios que poderiam configurar-se no espaço do *não-científico*, do modo como o espaço científico do IEL configurou, entre lingüística e teoria literária. Embora o texto afirme que ‘as divisões entre os diversos domínios nunca é estanque’, a palavra *ciências* mantém o recorte que se construiu na divisão entre Lingüística e Teoria Literária na história da lingüística no IFCH e no IEL da Unicamp. Ou seja, a forma material de ciências da linguagem, tal como ela é apresentada nesta coleção, é conseqüente com a história dos estudos da linguagem nesse espaço universitário.

Também é interessante observar que *interdisciplinaridade* ou *pluridisciplinaridade* não são palavras do texto que apresenta a Coleção Ciências da Linguagem. Independente disto, a pluri/interdisciplinaridade produz aí seus efeitos. Ela significa, mas não no sentido saussuriano de *oposição*, através da projeção de outras lingüísticas para poder delimitar o domínio da *ciência da língua*. E não no sentido “ideal” de completude. Os nomes *lingüística*, *ciências da linguagem* e *estudos da linguagem* têm uma

história construída pelos caminhos da cientificidade e da pluri/interdisciplinaridade, no interior dos quais a demanda pela completude esteve (e continua) presente. No entanto, estes caminhos, esta história também permitiram que a pluri/interdisciplinaridade significasse como *relação* (Fonologia e Fonética, Morfologia e Sintaxe, Semântica e Pragmática, por exemplo) e, ao mesmo tempo, como *divisão*, no sentido político em que as 'divisões entre os domínios' é constitutiva.

Com estas análises procurei mostrar como os saberes se constroem em nomes que se recortam e produzem recortes determinados (não qualquer um). E como isso funciona no interior de condições de produção gerais da constituição dos saberes e de condições específicas, sempre na relação tensa e contraditória entre o Estado, as Instituições e os saberes. É preciso acrescentar que os espaços institucionais não são fechados neles mesmos e que não há uma univocidade de sentidos sobre os saberes que neles se inscrevem, embora essa univocidade funcione produtivamente no espaço consensual dos textos de arquivo, como vimos nos capítulos anteriores. Não há apenas um recorte sobre os nomes de linguagem: *lingüística, ciências da linguagem, estudos da linguagem*, etc., há vários. Há recortes distintos, histórias de sentidos em comum e histórias de sentido específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, tudo começou com a palavra *lingüística*.

A formulação inicial do objetivo de minha pesquisa, a de estudar os sentidos de *lingüística* no processo de institucionalização da Lingüística na Unicamp, permitiu que eu percorresse caminhos teórico-analíticos que, acredito, possam contribuir produtivamente para as pesquisas em História das Idéias Lingüísticas no Brasil.

Esta formulação, fundamentada a partir de minha inscrição nessa área de pesquisa, exigiu uma reflexão sobre as condições de produção destes sentidos de *lingüística*, levando em conta o papel das políticas de Estado, das instituições universitárias e dos saberes.

Ao lado disto, a formulação ‘sentidos de *lingüística*’ procurou contornar um possível questionamento sobre a questão da *palavra*. Sempre é possível contornar uma contradição para ter a ilusão de que ela não existe.

No decorrer de meu trabalho, preferi manter a palavra *nome*, pois ela tinha estatuto mais confiável.

Mas o nome *palavra* retornava às vezes.

Após várias tentativas vãs acabei por desistir de silenciá-la. A palavra é incontornável.

A questão era: se a unidade de trabalho¹²⁴ privilegiada em minhas análises é justamente a palavra, como não falar dela, como não trabalhar com ela?

Busquei atravessar esse efeito de unidade em que a palavra se constitui – ela só assim o faz porque ela é discurso – em meio a relações intertextuais e interdiscursivas.

Este trabalho com a palavra ao lado do nome possibilitou que eu contemplasse a construção de expressões, de definições e formulações.

¹²⁴ Lembrando aqui que a minha unidade de análise é o texto, mas minha ancoragem analítica se deu no efeito de unidade da palavra. Não esquecendo sempre, como afirma Orlandi (1999a), que palavra fala com palavra.

Minhas análises sobre os sentidos da palavra *lingüística* no processo de institucionalização da disciplina lingüística no Brasil se depararam com o preconstruído da cientificidade funcionando de maneira eficaz. O discurso fundador *A lingüística é a ciência da linguagem* é a forma material deste efeito de evidência da ciência na história do nome lingüística.

As análises sobre os sentidos desta palavra no espaço universitário da Unicamp se depararam com uma demanda do Estado pela integração, transfigurada para o espaço dos saberes com uma demanda pela pluri/interdisciplinaridade, intrinsecamente associada ao preconstruído da cientificidade. O discurso fundador *A lingüística é a ciência-piloto das ciências humanas* é a forma material em que a lingüística, significada pelo método, é conjugada à cientificidade e à interdisciplinaridade nesse espaço institucional.

No decorrer das análises, pude observar o funcionamento deste discurso fundador em diferentes dimensões do simbólico, misturadamente. Sua materialidade se estende para o espaço das instituições que abrigam os saberes. No espaço dos saberes, a lingüística não é situada nas letras, mas nas ciências humanas, legitimando-se junto a elas. E, nesse espaço, as ciências humanas se legitimam junto às outras ciências. O recorte dos saberes desse discurso fundador, que situa a lingüística no interior das ciências humanas, significa também as divisões entre instituto e departamento da universidade. A lingüística não está situada institucionalmente no lugar tradicional de uma faculdade de letras. No espaço das instituições, ela é legitimada junto ao IFCH e o legitima face aos outros institutos da universidade. Ao mesmo tempo, o espaço das instituições teve um papel decisivo na sustentação do nome *lingüística* no IFCH e do nome *IFCH* na Unicamp.

E é a partir desse discurso fundador sobre a lingüística, que é possível a transfiguração dos sentidos de *integração* para *interdisciplinaridade* na Proposta de Criação do Grupo de Lingüística no Instituto de Ciências Humanas. É a partir dos seus efeitos de sentido que a palavra *interdisciplinaridade* é formulada nos textos da Unicamp. Ao lado disso, a designação de lingüística enquanto interdisciplinar e enquanto lingüística

matemática (científica) naquele momento inicial de sua constituição na universidade (que também estava sendo criada) também teve uma contribuição na sustentação, divulgação e circulação do nome *Unicamp* no espaço científico brasileiro, junto à mídia.

E, ainda, esse modo de inscrição da lingüística na Unicamp teve um papel fundamental na historicização do nome *estudos da linguagem* e na própria criação do IEL.

Do espaço das ciências humanas ao espaço dos estudos da linguagem, do IFCH ao IEL, os sentidos de *lingüística* foram adquirindo novos contornos, permeados por tensões e contradições que envolvem funcionamentos como:

- divisões, com suas gradações, entre o científico e o não-científico sobre os saberes e sobre as divisões institucionais, notadamente em relação às ciências/disciplinas *da* lingüística e as ciências e disciplinas *relacionadas* à lingüística;
- um movimento de inclusão de nomes de autores na constituição do quadro de docentes de lingüística e de teoria literária;
- uma necessidade construída no espaço institucional do IFCH de manter o nome *lingüística* fora do nome *letras*, possibilitando constituir para ele um outro lugar, com outro nome, ao lado de outros nomes de linguagem.

Nos diversos funcionamentos das divisões entre o científico e o não-científico relativamente à lingüística, a Fonologia, a Gramática e Semântica são incluídas entre as áreas centrais, fundamentais, mas as duas primeiras são significadas como mais científicas do que a última. Quanto à análise do discurso, ela pode se inscrever como área disciplinar *da* lingüística, mas esse estatuto de *domínio de saber científico* não é assegurado quando é definida como disciplina *relacionada* à lingüística enquanto disciplina complementar ou em um espaço de aplicação. E a teoria literária, mesmo sendo uma significada

em *relação à* lingüística, não é configurada no espaço do *domínio de saber científico*.

O funcionamento dessa divisão entre lingüística (*domínio de saber científico*) e a teoria literária (*domínio de saber não-científico*), no momento em que a demanda para a implantação do Instituto de Letras, previsto nos estatutos da universidade, era incontornável, foi determinante para a proposta de um 'denominador comum', a linguagem, que denominasse estes dois domínios do novo instituto. A partir da divisão entre o *científico* e o *não-científico* significada sobre nomes *lingüística* e *teoria literária*, e da necessidade de aliar ambos os nomes num mesmo instituto, de outro lugar, fora do espaço das letras, produz-se um novo recorte no domínio de saberes sobre a linguagem e, ao mesmo tempo, um novo nome para o domínio: *estudos da linguagem*.

A palavra *linguagem* esteve por muito tempo na condição de determinante na designação de *lingüística*. A lingüística, em sua história, construiu um lugar de definição produtivo através desta palavra no discurso fundador a *lingüística é a ciência da linguagem*. Neste sentido, pode-se dizer que a lingüística incluiu a linguagem e isto levou a uma expansão nos sentidos de *lingüística*. Com a constituição do IEL, a linguagem passa a incluir a lingüística através do espaço que a lingüística construiu para ela nesta história. No IEL, este lugar da linguagem, construído pela lingüística, adquiriu autonomia própria para incluir aquilo que a Lingüística nunca pôde incluir: a teoria literária.

Desse modo, a palavra *linguagem* como denominador comum não dilui a divisão *científico/não-científico*, com suas nuances, uma vez que a presença do *não-científico* sobre a teoria literária e mesmo sobre algumas disciplinas da lingüística e *em relação a* ela neste novo instituto impediram que ele fosse nomeado de Instituto de Ciências da Linguagem. Mas essa divisão deixa de ser central para o novo domínio dos *estudos da linguagem*. Esse é um dos efeitos da disciplinarização da teoria literária e de outros nomes de linguagem no Departamento de lingüística, significados como disciplinas

relacionadas à lingüística, como domínios de saber não-científicos ou mais ou menos científicos.

Ao mesmo tempo, nas relações tensas e contraditórias entre o Estado, as instituições e os saberes, os institutos já constituídos passam a ser o lugar de legitimação dos saberes: a institucionalização dos saberes é a *condição* da legitimação dos mesmos.

Os espaços institucionais que abrigam os saberes podem ter um papel importante na própria manutenção de determinadas disciplinas, como vimos no último capítulo, quando as disciplinas Lingüística Geral e Lingüística para Ciências Humanas vão perdendo relevância no processo de constituição do IEL. Nesse momento, é criada a disciplina Introdução à Lingüística. Quando o Departamento de Lingüística deixa o IFCH e passa para o IEL, outras necessidades são construídas e outras disciplinas são criadas: Iniciação aos Estudos da Linguagem, Introdução aos Estudos da Linguagem.

A lingüística, que teve um papel decisivo na constituição do IFCH, também estava, de certa forma, significada pelo IFCH, ou seja, ficou significada em relação às ciências humanas através de seu método. No processo de criação do IEL, a cientificidade deixa de ser determinante, fazendo com que a legitimidade da lingüística não se dê apenas pelo método, mas por seu objeto. Esse deslocamento do método para o objeto permite que os estudos da linguagem possam ser significados através de métodos diferentes.

Nesse novo espaço institucional, os discursos fundadores *a lingüística é a ciência da linguagem* e *a lingüística é a ciência-piloto das ciências humanas* não são apagados, mas são afetados por uma nova espacialização do dizer configurada pela expressão *estudos da linguagem*, que, ao designar o novo instituto, Instituto de Estudos da Linguagem, transforma-se em nome¹²⁵.

¹²⁵ Estas compreensões discursivas me levaram a considerar, como hipótese, que a circulação do nome *estudos da linguagem* no espaço universitário brasileiro está intrinsecamente relacionada à sua institucionalização no IEL. Acredito que os desdobramentos de minhas investigações sobre processo de constituição deste nome no IEL, ainda no início da segunda metade de década de 1970, e em outros espaços

O espaço institucional inclui domínios científicos, não-científicos e mais ou menos científicos através de uma formulação disciplinar, acolhendo os saberes em outros planos simbólicos. Sempre numa relação indissociável de tensão e contradição com o Estado e com os saberes, as divisões produzidas pelas instituições também não são estanques. Os saberes não se fazem apenas no espaço fechado de uma instituição. Eles significam em relação a outros espaços institucionais, e não apenas de uma maneira.

Nesse sentido, mesmo que o nome *ciências da linguagem* não tenha se institucionalizado como nome do novo instituto, a sua proposição é relevante na história dos saberes sobre a linguagem no Brasil. A disciplinarização de um nome de saber na instituição não é imperativa para que esse nome produza seus efeitos sobre ela e sobre os saberes que ela transformou em disciplina. O nome *ciências da linguagem* tem um papel decisivo no questionamento do efeito de unidade da lingüística enquanto *ciência da linguagem* e faz parte das condições de produção da formulação do nome *estudos da linguagem* e do próprio IEL.

No espaço universitário brasileiro, *lingüística*, *ciências da linguagem*, *estudos da linguagem*, *linguagens* são nomes em funcionamento, ao lado de *letras*, *lingüística* e de outros nomes de linguagem que não focalizei em minhas análises. No espaço universitário brasileiro, os nomes *letras* e *lingüística* têm uma presença bastante expressiva. Quanto aos nomes *ciências da linguagem*, *estudos da linguagem* e *linguagens*, por exemplo, embora não tão tenham uma presença tão expressiva em comparação a *letras* e *lingüística*, essa presença é significativa.

O acréscimo de um 's', no caso da passagem da expressão *ciência da linguagem* a *ciências da linguagem*, desfaz o efeito de unidade de uma ciência.

universitários, poderão confirmar ou redimensionar esta hipótese. A elaboração desta hipótese se deu a partir de outra, que também apresento aqui como um início de reflexão: trata-se da consideração do nome *estudos da linguagem* como um discurso fundador para esse novo recorte dos saberes que legitima o espaço institucional do IEL e que é por ele legitimado. Um discurso fundador que não apaga os outros discursos fundadores sobre a lingüística, mas os redimensiona. No caso, não se trata de um enunciado ou uma asserção, mas de um nome que designa um domínio de saber novo e que, neste movimento designativo, o funda.

Já no caso da palavra *linguagens*, na passagem do nome *linguagem* a *linguagens*, este 's' pode desautorizar o lugar do objeto e da teoria sobre ele. A necessidade desse plural envolve toda uma história de demandas do Estado e da sociedade sobre a produção de saberes, sobre a divisão entre teoria e prática, sobre a legitimidade e a utilidade da ciência.

Vemos, então, que os sentidos desses diferentes nomes de linguagem não são sempre os mesmos, pois os recortes que eles produzem se fazem de maneiras diferentes, através de demandas de sentido diferentes.

De um lado, o efeito de unidade e univocidade sobre o nome o significa como mesmo. De outro, o nome não significa jamais em si mesmo e sim em uma intrincada rede de filiações de sentido que envolve demandas específicas das políticas do Estado, indissociáveis das demandas construídas pelas instituições e pelos saberes. O nome significa na história que foi sendo construída para ele nos diversos espaços institucionais em que se inscreve, nas relações que ele constrói com outros espaços institucionais, outros saberes, outros autores, outras palavras e nomes.

No percurso das reflexões e análises empreendidas nesta tese, em diversos momentos surgiu a dúvida: esta palavra aqui é palavra ou é nome também? Quando esta palavra passa a nome? Quando este nome é só palavra?

Quanto ao 'quando', logo me dei conta de que ele não é localizável empiricamente, não é datável, mas construído discursivamente através de possibilidades de significação de determinadas palavras como nomes e de nomes como palavras, na história.

Concluí, através disto, que *palavra* e *nome* são constitutivamente misturáveis e me pareceu impossível tentar compreender o funcionamento desta mistura.

Trabalhar com o nome *palavra* ao lado da palavra *nome* é aceitar o jogo de suas contradições, abrindo a possibilidade de retornar a elas analiticamente em trabalhos posteriores. Não para resolvê-las, mas para buscar compreendê-las.

Neste espaço das reflexões em História das Idéias Lingüísticas, é possível pensar que na base destas contradições terminológicas está a contradição da palavra enquanto unidade de sentido construída historicamente em determinadas línguas, como é o caso da língua de meu trabalho. O recorte significativo *palavra* faz sentido em português. Lançar mão deste nome enquanto um recorte significativo sobre a língua é considerar que o político está inscrito na língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBANO, Eleonora e outros (orgs.) (2002) *Saudades da Língua. A Lingüística e os 25 anos do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp*. Campinas: Mercado de Letras.
- ALVES, Marcio Moreira (1968) *Beabá dos MEC-USAID*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa.
- ASSIS DA SILVA, I. & LOPES, E. (1984) "O Centro de Estudos Semióticos 'Algirdas Julien Greimas': 1973-1983". *Significação 4. Revista Brasileira de Semiótica*. Araraquara.
- _____. (1992) *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, reimpressão.
- _____. (1994) *La révolution technologique de la grammatization. Introduction à l'Histoire des Sciences du Langage*. Liège : Editions Pierre Madarga.
- BALDINI, Lauro (1999) *A NGB: Explicada, Comentada, Exemplificada*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp.
- BENVENISTE, Émile (1966) *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- BESCHERELLE, M. Et al. *Grammaire Nationale*. Paris : Garnier Frères, 6 ed. 1854. Disponível em:
<http://books.google.fr/books?id=l8YGAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=grammaire+nationale>. Acesso: 16 jan 2009.
- BRAIT, Beth (org.) (2005) *Bakhtin: Conceitos-chave*. São Paulo: Contexto.
- BRASIL (1961) Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em:
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>. Acesso: 8 jan 2009.

- _____. (1968) Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=102363>. Acesso: 5 jan 2009.
- BROSS, João Carlos. (1970) "Considerações sobre o Plano Diretor da Universidade Estadual de Campinas". In: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Órgão Informativo do Diretório Acadêmico Adolfo Lutz. *Revista nº 0. Universidade Estadual de Campinas*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.
- CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. (1976) "A Lingüística Brasileira". In: NARO, Anthony Julius (org.) *Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.
- CANGUILHEM, Georges. *Conhecimento da Vida* (1965) Vrin, 1965, 2 ed. *Apud* D. Lecourt (1972) *Para uma Crítica da Epistemologia*. Lisboa: Assírio e Alvin, 1980 2 ed.
- CASTILHO, F. (2008) *O Conceito de Universidade no Projeto da Unicamp*. Entrevista, apresentação e organização: Alexandre Guimarães Tadeu de Soares. Campinas: Editora da Unicamp.
- CHISS, Jean-Louis et PUECH, Christian. (1999) *Le langage et ses disciplines*. Paris, Bruxelles : Duculot.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (1962) *Currículos Mínimos dos Cursos de Graduação*. Brasília, 1981, 4 ed.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO [198?] *Áreas do Conhecimento*. Disponível em: <http://www.cnpq.br/areasconhecimento/index.htm>
Acesso: 3 nov 2008.
- _____. (2005) *Nova Tabela de Áreas do Conhecimento*. Disponível em: <http://www.memoria.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm>
Acesso: 3 nov 2008.

- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.
(2008) *Planilhas Coloridas*. Disponível em:
http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/coloridas/41_Letras_Ling.xls. Acesso: 3 nov 2008.
- CORREIO POPULAR. "Grupo de linguística na UC para maior projeção das ciências". Campinas: 10 de outubro de 1968, p. 9.
- _____. "Instituto de Lingüística na Unicamp". Campinas: 29 de agosto de 1976, p. 12.
- CORTEZ, Suzana & XAVIER, Antonio Carlos (orgs.) (2003) *Conversas com Lingüistas. Virtudes e Controvérsias da Lingüística*. São Paulo: Parábola.
- DIÁRIO DO POVO. "Unicamp vai implantar o Instituto de Lingüística". Campinas: 26 de agosto de 1976.
- DIAS, Luis Francisco. (2007) "Gramática e Política de Língua: Institucionalização do Lingüístico e Constituição de Evidências Lingüísticas". In: ORLANDI, Eni (org.) *Política Lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes.
- DOSSE, François. (1993) *História do Estruturalismo I. O Campo do Signo, 1945/1966*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (1994) *História do Estruturalismo II. O Canto do Cisne, 1967 a nossos dias*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp.
- DUCROT, Oswald (1966) « Logique et Linguistique ». *Langages*, n. 2.
- _____. (1973) « Les Échelles Argumentatives ». *La Preuve et le Dire*. Paris: Mame.
- _____. (1977) "Prefácio". In: VOGT, Carlos. *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Semântica Argumentativa*. São Paulo: Ática, 1977.
- DUCROT, Oswald & TODOROV, Tzvetan. (1972a) *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris : Seuil.
- _____. (1972b) *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2001, 3 ed, 2 reimpressão.

- ELIA, Silvio (1976) "Lingüística ou Filologia Românica?" In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro, 1976.
- FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes (2002) *História dos Estudos sobre a Enunciação no Brasil*. Pesquisa de Iniciação Científica (proc. Fapesp 01/02641-6). Campinas: IEL/Unicamp.
- _____. (2005) *Um nome de teoria estabilizado, sentidos em movimento: a semântica argumentativa na história*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL/Unicamp.
- _____. (2006a) "O Conceito de Interdiscurso na Semântica da Enunciação. In: *II Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead/simposios.html>. Acesso: 16 jan 2009.
- FIORIN, José Luiz (org.) (2003a). *Introdução à Lingüística. I. Objetos teóricos*. São Paulo: Editora Contexto.
- _____. (2003b) *Introdução à Lingüística. II. Princípios de Análise*. São Paulo: Editora Contexto.
- FOUCAULT, Michel. (1971) *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1998, 4ed.
- FRANCHI, Carlos. (1971) *Hypothèses pour une Recherche en Syntaxe*. Dissertação de Mestrado. Aix-en-Provence-Marseille.
- GOMES, Eustáquio (2006) *O Mandarin. História da Infância da Unicamp*. Campinas: Editora da Unicamp.
- GUIMARÃES, Eduardo. (1995) *Os Limites do Sentido. Um Estudo Histórico e Enunciativo da Linguagem*. Campinas: Pontes.
- _____. (1999) "Textualidade e Enunciação" *Escritos*, n. 2. Campinas: Labeurb/Unicamp.
- _____. (2001) "O Sujeito e os Estudos da Significação na Década de 70 no Brasil". *Estudos Enunciativos no Brasil. Histórias e Perspectivas*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp, 2001.

- _____. (2002) *Semântica do Acontecimento. Um Estudo Enunciativo da Designação*. Campinas: Pontes.
- _____. (2004a) *História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*. Campinas: Pontes.
- _____. (orgs.) (1996) *Língua e Cidadania. O Português no Brasil*. Campinas: Pontes.
- _____. (orgs.) (1998) *Langages. L'hyperlangue brésilienne*. n. 130. Paris.
- _____. (orgs.) (2002) *Institucionalização dos Estudos da Linguagem. A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas*. Campinas: Pontes.
- GUIMARÃES, Eduardo & ZOPPI-FONTANA, Mônica (orgs.) (2006). *Introdução às Ciências da Linguagem. A Palavra e a Frase*. Campinas: Pontes.
- HAROCHE, Claudine ; HENRY, Paul ; PÊCHEUX, Michel (1971) « La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours ». *Langages*, 24. Disponível em : http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1971_num_6_24_2608. Acesso: 16 jan 2009.
- HENRY, Paul (1977) *A Ferramenta Imperfeita. Língua, Sujeito e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. (1984) "A História não Existe?". In: ORLANDI, Eni (org.) *Gestos de Leitura. Da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- ILARI, Rodolfo (1971) *Une Introduction Sémantique à la Théorie du Discours*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Besançon.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM (Unicamp) *Boletins de Notas e Freqüências*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, DAC III IEL/Grad. 1977 e 1978. cx 1.
- _____. *Boletins de Notas e Freqüências*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. DAC III – PG. IEL. 1977-1978. cx 16, mç 8.

- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). "Proposta Preliminar do DEPES", de 25 de agosto de 1967. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. REI/APP/0562/67.
- _____. *Organização*. "Proposta de Criação do Grupo de Lingüística, no Instituto de Ciências Humanas". Outubro de 1968. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. 1967-1969-71; 1975, s.d. SG/AH-III cx 5 mç 01.
- _____. *Organização*. "Ofício do Conselho Diretor da Unicamp ao Reitor Zeferino Vaz", julho de 1969. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. 1967-1969-71; 1975, s.d. SG/AH-III cx 5 mç 01.
- _____. *Organização*. "Plano Preliminar do IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas". Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, SGI/AH-III cx 5, mç 01. 1967-69, 1971, 1975, s/d.
- _____. *Graduação*. "Programas dos cursos de Lingüística e de Lingüística Aplicada (Português, Francês, Inglês)". Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. 1970-72, 1974, 1978. mç 5, cx 05.
- _____. *Boletins de Notas e Frequências*. Campinas: 1971-80. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, IFCH/Grad. 1971. cx. 01 mç. 02.
- _____. *Boletins de Notas e Frequências*. 1971. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, DAC III – PG, cx 19, mç 07; cx 20, mç 01.
- _____. *Reconhecimento dos cursos de bacharelado de Ciências Sociais, de Economia e de Lingüística, ministrados por este Instituto*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Processo 2965, vol I, 1972-74. Reg. 8541/72.

- _____. *Reconhecimento dos cursos de bacharelado de Ciências Sociais, de Economia e de Lingüística, ministrados por este Instituto*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Processo 2965, vol II, 1972-75.
- _____. *Constituição do Instituto de Estudos da Linguagem*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Processo 7968/76. 1976-77. Reg. 18315/76.
- INSTITUTO DE LETRAS (Unicamp). *Projeto de Estruturação*. "Ante-Projeto para a implantação do INSTITUTO DE LETRAS". Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Processo 2448. 1975-76. Reg. 5895/75.
- KATO, M. (1972) *A Representação Semântica do Artigo Definido*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP, 1972.
- _____. (1974) *A Semântica Gerativa e o Artigo Definido*. São Paulo: Ática.
- KATZ, Jerrold & FODOR, Jerry A (1963) "The structure of a semantic theory". In *Language*, n. 39. Linguistic Society of America.
- KATZ, Jerrold & POSTAL, Paul M. (1964) *An integrated theory of linguistic descriptions*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- LAGAZZI, Suzy (2002) "A Língua Portuguesa no Processo de Institucionalização da Lingüística". In: Guimarães, E. & Orlandi, E. (orgs.) (2002) *Institucionalização dos Estudos da Linguagem. A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas*. Campinas: Pontes.
- _____. (2007) "O Político na Lingüística: Processos de Representação, Legitimação e Institucionalização". In: ORLANDI, Eni (Org.) *Política Lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes.
- LAKOFF, George (1971) "On generative semantics". In D. D. STEINBERG & L. A. JAKOBOVITS (Eds.), *Semantics: An interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LECOURT, Dominique (1972). *Para uma Crítica da Epistemologia*. Lisboa: Assírio e Alvin, 1980, 2 ed.

- LEMOS, Claudia (1991) "Saber a Língua e o Saber da Língua". Aula Inaugural. Campinas: IEL – Unicamp.
- MACHADO, Aires da Mata (1976) "Como se Reflectem na Universidade Brasileira as Atuais Tendências da Filologia Românica" In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro, 1976.
- MAXIMINO Maciel. Maciel, Maximino (1894) *Grammatica Descriptiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 7ª. ed., 1918.
- MILNER, Jean-Claude (1978) *O Amor da Língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (1976) *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro.
- _____. (2000) *Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso: 10 jan 2009.
- MÜLLER, Max (1861) *Leçons sur la Science du Langage*. Paris : Durand et Pedone Lauriel, 1867.
- MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.) *Introdução à Lingüística. Domínios e Fronteiras*. v. 1. São Paulo: Cortez Editora, 2001a, 2ed.
- _____. *Introdução à Lingüística 2. Domínios e Fronteiras*. v. 2. São Paulo: Cortez Editora, 2001b, 2ed.
- NARO, Anthony Julius (1976) "Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil". In: NARO, A. J. (org.) *Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S. A.
- NUNES, José Horta & PETTER, Margarida. (orgs.) (2002) *História do Saber Lexical e Constituição de um Léxico Brasileiro*. Campinas: Pontes; São Paulo: Humanitas.
- ORLANDI, Eni (1978) "Protagonistas do/no Discurso". *Série Estudos. Foco e Pressuposição*. n. 4. Uberaba: FISTA.

- _____. (1984) "Segmentar ou Recortar". Série Estudos. Lingüística: Questões e Controvérsias, n 10. Uberaba: Fiube.
- _____. (org.) (1988a) *Política Lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes.
- _____. (1988b) *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, 4 ed.
- _____. (1988c) "O Inteligível, o Interpretável e o Compreensível". *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, 4 ed.
- _____. (1990) *Terra à Vista! Discurso do Confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez.
- _____. (org.) (1993a) *Discurso Fundador. A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas: Pontes, 2ed., 2001.
- _____. (1993b) "Vão Surgindo Sentidos". In: ORLANDI, Eni (org.) *Discurso Fundador. A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas: Pontes, 2001d. 2ed.
- _____. (1996) *Interpretação. Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. (1999a) *Análise de Discurso. Princípios & Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000, 2 ed.
- _____. (1999b) "Do Sujeito na História e no Simbólico". *Escritos. Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso*, n. 4. Campinas: Labeurb/Nudecri/Unicamp.
- _____. (org.) (2001a) *História das Idéias Lingüísticas. Construção do Saber Metalingüística e Constituição da Língua Nacional*. Campinas: Pontes; Cárceres: Unemat Editora.
- _____. (2001b) *Discurso e Texto. Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas: Pontes.
- _____. (2002a) "A Análise de Discurso e seus Entremeios: Notas a sua História no Brasil". *Cadernos de Estudos Lingüísticos. História das Idéias Lingüísticas*, n. 42. Campinas: IEL/Unicamp.

- _____. (2002b) "Gramática, Filologia e Lingüística". *Língua e Conhecimento Lingüístico. Para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2002d) *As Formas do Silêncio. No Movimento dos Sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (2003) "Ler a Cidade: o arquivo e a memória". In: ORLANDI, Eni. (org.) *Para uma Enciclopédia da Cidade*. Campinas: Pontes; Labeurb.
- _____. (org.) (2007) *Política Lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes.
- ORLANDI, Eni & LAGAZZI, Suzy. (orgs.) (2006) *Introdução às Ciências da Linguagem. Discurso de Textualidade*. Campinas: Pontes.
- OSAKABE, Haquira (1971) *Recherches en Analyse du Discours*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Besançon.
- PÊCHEUX, Michel. (1975) *Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 3 ed.
- _____. (1982a) "Ler o Arquivo Hoje" In: ORLANDI, Eni (org.) *Gesto de Leitura. Da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 2 ed.
- _____. (1982b) "Delimitações, Inversões, Deslocamentos" *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 19. Campinas: IEL – Unicamp, 1990.
- _____. (1983a) *O Discurso. Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002, 3ed.
- _____. (1984b) "Papel da Memória". *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- PFEIFFER, Cláudia & NUNES, José Horta. (orgs.) (2006) *Introdução às Ciências da Linguagem. Linguagem, História e Conhecimento*. Campinas: Pontes.
- PORTELLA, Eduardo & RECTOR, Mônica (orgs.) (1974) *Interrelacionamento das Ciências da Linguagem*. XXV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1973. Rio de Janeiro: Edições Gernasa.

- SÃO PAULO (Estado) Decreto nº. 6283 de 25 de janeiro de 1934. *Crea a Universidade de São Paulo e dá providências*. Disponível em: <http://perfil.sp.gov.br/site/default.asp?link=legislacao.asp> Acesso: 8 jan 2009
- _____. Lei nº. 7.655, de 28 de dezembro de 1962. *Dispõe sobre a criação da Universidade de Campinas como entidade autárquica e dá outras providências*. Disponível em: <http://perfil.sp.gov.br/site/legislacaoi.asp?atoid=20707> Acesso: 9 jan 2009.
- _____. Lei nº. 9.715, de 30 de janeiro de 1967. *Altera a redação da Lei n. 7.655, de 28 de dezembro de 1962, e dá outras providências*. Disponível em: <http://perfil.sp.gov.br/site/legislacaoi.asp?atoid=20708> Acesso: 9 jan 2009.
- _____. Decreto nº. 9.597, de 21 de março de 1977. *Dá nova redação a dispositivos dos Estatutos e Regimento Geral da Universidade Estadual de Campinas e dá providências correlatas*. Disponível em: <http://perfil.sp.gov.br/site/legislacaoi.asp?atoid=20713> Acesso: 9 jan 2009.
- SAUSSURE, Ferdinand de. (1916) *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2000, 24 ed.
- SCHWARZ, Roberto (org.) (1989) *Antonio Candido & Roberto Schwarz. A Homenagem na Unicamp*. Campinas: Editora da Unicamp.
- SILVEIRA, Souza da. (1941) "Prefácio do Dr. Souza da Silveira à Primeira Edição". In: CAMARA JR, JOAQUIM MATTOSO. *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1970, 4 ed.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *História da Universidade de Brasília*. Disponível em: <http://www.unb.br/unb/historia/resumo.php>. Acesso: 5 jan 2009.
- _____. Laboratório de Línguas Indígenas. Disponível em: <http://www.unb.br/il/labind/historico.htm>. Acesso: 5 jan 2009.

- _____. Instituto de Letras. Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas. Programa de Pós-Graduação em Lingüística. *Histórico*. Disponível em: http://www.unb.br/il/liv/pos/pos_historico.htm. Acesso: 5 jan 2009.
- _____. Centro de documentação. 1964: *O Sonho Interrompido*. Disponível em: http://www.unb.br/cedoc/pq_sonho.htm. Acesso: 5 jan 2009.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. (1966) Relatório da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas. 19 de dezembro de 1966. Disponível em: www.unicamp.br/siarg/pesquisa/comissao_organizadora.pdf. Acesso: 14 jan 2009.
- _____. (1969) *Estatutos da Universidade Estadual de Campinas*. Campinas: Editora Universidade de Campinas.
- _____. (1970) Órgão Informativo do Diretório Acadêmico Adolfo Lutz. *Revista nº 0. Universidade Estadual de Campinas*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.
- _____. *Catálogo dos Cursos de Graduação da Unicamp*. Campinas: Unicamp. 1971-2008.
- _____. *Catálogo dos Cursos de Pós-Graduação da Unicamp*. Campinas: Unicamp. 1974, 1976-78, 1990.
- _____. Instituto de Estudos da Linguagem. Graduação. *Bacharelado em Lingüística. Grade Curricular*. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/graduacao/linguisticad2005.php>. Acesso: 10 jan 2009.
- _____. Instituto de Estudos da Linguagem. Departamento de Lingüística. Pós-Graduação. *Catálogo - 2009. Ementas das Disciplinas*. Disponível em: http://www.iel.unicamp.br/pos/catalogoLL2009_ementas.php. Acesso: 10 jan 2009.

_____. Instituto de Estudos da Linguagem. *Regimento Vigente*. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/institucional/regimento.php>. Acesso: 15 jan 2009.

_____. Programa História das Idéias Lingüísticas. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/> Acesso: 10 out. 2008.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Guia Letras. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1966.

_____. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamentos. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/estrutura/departamentos/index.html>. Acesso: 5 jan 2009.

_____. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dtlc/departamento.htm>. Acesso: 8 jan 2009

_____. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. *Histórico*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dtlc/historico.htm>. Acesso em: 8 jan 2009.

_____. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/Index.html>. Acesso: 5 jan 2009.

_____. Instituto de Biociências. Criação da Universidade de São Paulo (1934). Disponível em: <http://www.ib.usp.br/ibhistoria/50anos/1934.htm>. Acesso: 5 jan 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Faculdade de Ciências e Letras. *Apresentação*. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/instituicao/index.php>. Acesso: 10 out 2008.

- VICENZI, Lectícia Josephina Braga de. "A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil". In: *Fórum Educacional*. Rio de Janeiro, v.10, n.3, jul./set. 1986. Disponível em: <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/fran/artigos/federal.html>
Acesso em: 10 out. 2008.
- VOGT, Carlos (1971) *Une Introduction du Probleme de la Semantique dans le Grammaire Générative*. Dissertação de Mestrado. Besançon.
- _____. (1974) *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Semântica Argumentativa*. Tese de Doutorado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp.
- _____. (1977) *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Semântica Argumentativa*. São Paulo: Ática.
- VOGT, Carlos & FRY, Peter (1996) *Cafundó. A África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (1998) "Oswald Ducrot e a UNICAMP: Uma Visão Pessoal". *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 35. Campinas, IEL – UNICAMP.

BIBLIOGRAFIA

- ALBANO, Eleonora e outros (orgs.) (2002) *Saudades da Língua. A Lingüística e os 25 anos do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp*. Campinas: Mercado de Letras.
- ALVES, Marcio Moreira (1968) *Beabá dos MEC-USAID*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa.
- ASSIS DA SILVA, I. & LOPES, E. (1984) "O Centro de Estudos Semióticos 'Algirdas Julien Greimas': 1973-1983". *Significação* 4. *Revista Brasileira de Semiótica*. Araraquara.
- AUROUX, Sylvain (1980) « L'histoire de la linguistique française ». *Langue Française*, nº 48. Paris : Larousse.
- _____. (1987) "The first uses of the french word 'linguistique' (1812-1880)". *Papers in the history of linguistics. Proceedings of the third international conference on the history of the language sciences (ICHoLS III). Princeton, 19-23 august 1984*. eds. H.Aarsleff, L.G. Kelly, e H.-J. Niederehe. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- _____. (1988) « La notion de linguistique générale ». *Histoire-Épistémologie-Langage*, tome 10, fasc. II. Saint-Denis : PUV.
- _____. (1992) *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, reimpressão.
- _____. (1994) *La révolution technologique de la grammatization. Introduction à l'Histoire des Sciences du Langage*. Liège : Editions Pierre Madarga.
- _____. (1998) *A Filosofia da Linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (2006) *A Origem das Línguas e a Historicidade das Ciências*. Campinas: Editora RG, 2008.
- AUROUX, Sylvain e outros (1985) (orgs.) *La Linguistique Fantastique*. Paris: Clims; Denoël.

- BALDINI, Lauro (1999) *A NGB: Explicada, Comentada, Exemplificada*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp.
- _____. (2005) *Um lingüista na terra da Gramática*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp.
- BALIBAR, Étienne. & Pêcheux, Michel. (1969) "Definições". In: Fichant, Michel & Pêcheux, Michel. *Sobre a História das Ciências*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- BENVENISTE, Émile (1966) *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. (1974a) *Problèmes de linguistique générale II*. Paris : Gallimard.
- _____. (1974b) *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1995.
- BESCHERELLE, M. Et al. *Grammaire Nationale*. Paris : Garnier Frères, 6 ed. 1854. Disponível em:
<http://books.google.fr/books?id=l8YGAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=grammaire+nationale>. Acesso: 16 jan 2009.
- BRAIT, Beth (org.) (2005) *Bakhtin: Conceitos-chave*. São Paulo: Contexto.
- BRASIL (1961) Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em:
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>. Acesso: 8 jan 2009.
- _____. (1968) Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências*. Disponível em:
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=102363>. Acesso: 5 jan 2009.
- BROSS, João Carlos. (1970) "Considerações sôbre o Plano Diretor da Universidade Estadual de Campinas". In: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Órgão Informativo do Diretório Acadêmico Adolfo Lutz. *Revista nº 0. Universidade Estadual de Campinas*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.

- CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. (1976) "A Lingüística Brasileira". In: NARO, Anthony Julius (org.) *Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.
- CANGUILHEM, Georges. *Conhecimento da Vida* (1965) Vrin, 1965, 2 ed. *Apud* D. Lecourt (1972) *Para uma Crítica da Epistemologia*. Lisboa: Assírio e Alvin, 1980 2 ed.
- CASTILHO, F. (2008) *O Conceito de Universidade no Projeto da Unicamp*. Entrevista, apresentação e organização: Alexandre Guimarães Tadeu de Soares. Campinas: Editora da Unicamp.
- CHEVALIER, Jean-Claude (1992) « Philoloques et linguistes dans leurs institutions ». *Communications*, nº 54
- CHEVALIER, Jean-Claude & DELESALLE, Simone (1986) « Méthode et Épistémologie en Histoire de la Linguistique », *La Linguistique, la Grammaire et l'École 1750-1914*. Paris: Armand Colin.
- CHISS, Jean-Louis et PUECH, Christian (1987) *Fondations de la linguistique. Études d'histoire et d'épistémologie*. Bruxelles : De Boeck-Wesmael/Duculot, 1997.
- _____. (1988) « De l'émergence disciplinaire à la didactisation des savoirs linguistiques : le tournant des années 60 et ses suites ». *Langue Française*, nº. 117. Paris.
- _____. (1999) *Le langage et ses disciplines*. Paris, Bruxelles : Duculot.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (1962) *Currículos Mínimos dos Cursos de Graduação*. Brasília, 1981, 4 ed.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO [198?] *Áreas do Conhecimento*. Disponível em: <http://www.cnpq.br/areasconhecimento/index.htm>
Acesso: 3 nov 2008.
- _____. (2005) *Nova Tabela de Áreas do Conhecimento*. Disponível em: <http://www.memoria.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm>
Acesso: 3 nov 2008.

- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.
(2008) *Planilhas Coloridas*. Disponível em:
http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/coloridas/41_Letras_Ling.xls. Acesso: 3 nov 2008.
- CORREIO POPULAR. "Grupo de linguística na UC para maior projeção das ciências". Campinas: 10 de outubro de 1968, p. 9.
- _____. "Instituto de Lingüística na Unicamp". Campinas: 29 de agosto de 1976, p. 12.
- CORTEZ, Suzana & XAVIER, Antonio Carlos (orgs.) (2003) *Conversas com Lingüistas. Virtudes e Controvérsias da Lingüística*. São Paulo: Parábola.
- DIÁRIO DO POVO. "Unicamp vai implantar o Instituto de Lingüística". Campinas: 26 de agosto de 1976.
- DIAS, Luis Francisco (1996) *Os Sentidos do Idioma Nacional*. Campinas: Pontes.
- _____. (2007) "Gramática e Política de Língua: Institucionalização do Lingüístico e Constituição de Evidências Lingüísticas". In: ORLANDI, Eni (org.) *Política Lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes.
- DOSSE, François. (1993) *História do Estruturalismo I. O Campo do Signo, 1945/1966*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (1994) *História do Estruturalismo II. O Canto do Cisne, 1967 a nossos dias*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp.
- DUCROT, Oswald (1966) « Logique et Linguistique ». *Langages*, n. 2.
- _____. (1968) « Le Structuralisme en Linguistique ». *Qu' est-ce que le Structuralisme?*. Paris : Éditions du Seuil.
- _____. (1972) *Dire et ne pas Dire. Principes de Semantique Linguistique*. Paris: Hermann.
- _____. (1973) « Les Échelles Argumentatives ». *La Preuve et le Dire*. Paris: Mame.

- _____. (1977) "Prefácio". In: VOGT, Carlos. *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Semântica Argumentativa*. São Paulo: Ática, 1977.
- _____. (1984) *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit.
- DUCROT, Oswald & TODOROV, Tzvetan. (1972a) *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris : Seuil.
- _____. (1972b) *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2001, 3 ed, 2 reimpressão.
- ELIA, Silvio (1976) "Lingüística ou Filologia Românica?". *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.
- FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes (2002) *História dos Estudos sobre a Enunciação no Brasil*. Pesquisa de Iniciação Científica (proc. Fapesp 01/02641-6). Campinas: IEL/Unicamp.
- _____. (2003) "Semântica Argumentativa: A Questão da Autoria para uma Designação Brasileira" *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, n. 11. Campinas: Pontes.
- _____. (2005) *Um nome de teoria estabilizado, sentidos em movimento: a semântica argumentativa na história*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL/Unicamp.
- _____. (2006a) "O Conceito de Interdiscurso na Semântica da Enunciação. In: *II Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead/simposios.html>. Acesso: 16 jan 2009.
- _____. (2008) Resenha do livro "*History of Linguistics 2002. Selected Papers from the Ninth International Conference on the History of the Language Sciences*". *Língua e Instrumentos Lingüísticos*, v. 21, p. 103-114.
- FIORIN, José Luiz (org.) (2003a). *Introdução à Lingüística. I. Objetos teóricos*. São Paulo: Editora Contexto.

- _____. (2003b) *Introdução à Lingüística. II. Princípios de Análise*. São Paulo: Editora Contexto.
- FOUCAULT, Michel. (1971) *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1998, 4ed.
- FRANCHI, Carlos. (1971) *Hypothèses pour une Recherche en Syntaxe*. Dissertação de Mestrado. Aix-en-Provence-Marseille.
- GOMES, Eustáquio (2006) *O Mandarin. História da Infância da Unicamp*. Campinas: Editora da Unicamp.
- GUILLAUMOU, Jacques & MALDIDIER, Denise "Efeitos do Arquivo. A Análise do Discurso no Lado da História". In: ORLANDI, Eni (org.) *Gestos de Leitura. Da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. 2 ed.
- GUIMARÃES, Eduardo. (1987) *Texto e Argumentação. Um Estudo das Conjunções do Português*. Campinas: Pontes, 2001, 2 ed.
- _____. (1989) (org.) *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes.
- _____. (1995) *Os Limites do Sentido. Um Estudo Histórico e Enunciativo da Linguagem*. Campinas: Pontes.
- _____. (1999) "Textualidade e Enunciação" *Escritos*, n. 2. Campinas: Labeurb/Unicamp.
- _____. (2001) "O Sujeito e os Estudos da Significação na Década de 70 no Brasil". *Estudos Enunciativos no Brasil. Histórias e Perspectivas*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp, 2001.
- _____. (2001) (org.) *Produção e Circulação de Conhecimento*. Vol I. Estado, Mídia, Sociedade. Campinas: Pontes.
- _____. (2002) *Semântica do Acontecimento. Um Estudo Enunciativo da Designação*. Campinas: Pontes.
- _____. (2003) (org.) *Produção e Circulação de Conhecimento*. Vol I. Estado, Política, Ciência, Divulgação: Pontes.
- _____. (2004a) *História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*. Campinas: Pontes.

- GUIMARÃES, Eduardo & BRUM DE PAULA, Mirian (2005) (orgs.) *Sentido e Memória*. Campinas: Pontes.
- GUIMARÃES, Eduardo & BARROS, Diana Luz Pessoa de (2007) (eds.) *Selected papers from the ninth International Conference in the History of Language Sciences*, 27-30 August 2002, São Paulo, Campinas. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007
- GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni (orgs.) (1996) *Língua e Cidadania. O Português no Brasil*. Campinas: Pontes.
- _____. (orgs.) (1998) *Langages. L'hyperlangue brésilienne*. n. 130. Paris.
- _____. (orgs.) (2002) *Institucionalização dos Estudos da Linguagem. A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas*. Campinas: Pontes.
- GUIMARÃES, Eduardo & ZOPPI-FONTANA, Mônica (orgs.) (2006). *Introdução às Ciências da Linguagem. A Palavra e a Frase*. Campinas: Pontes.
- HAROCHE, Claudine (1984) *Fazer Dizer, Querer Dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- HAROCHE, Claudine ; HENRY, Paul ; PÊCHEUX, Michel (1971) « La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours ». *Langages*, 24. Disponível em : http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1971_num_6_24_2608. Acesso: 16 jan 2009.
- HENRY, Paul (1977) *A Ferramenta Imperfeita. Língua, Sujeito e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. (1984) "A História não Existe?". *Gestos de Leitura. Da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- ILARI, Rodolfo (1971) *Une Introduction Sémantique à la Théorie du Discours*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Besançon.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM (Unicamp). *Graduação. Reconhecimento de Curso*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. SG/AH-X. cx 05, mç 03. 1975-81.
- _____. *Notas sobre a Unicamp e o IEL*. 1975-1982. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. cx 2, mç 1,2.

- _____. *Recortes de Jornal. Diário Oficial*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. SG/AH-III. mç 04, cx 04, 1975-1988.
- _____. *Boletins de Notas e Freqüências*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, DAC III IEL/Grad. 1977 e 1978. cx 1.
- _____. *Boletins de Notas e Freqüências*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. DAC III – PG. IEL. 1977-1978. cx 16, mç 8
- _____. *Ensino e Pesquisa. Pós-Graduação*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. SG/AH-III. cx 08, mç 10. 1978 a 1986.
- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (Unicamp). "Proposta Preliminar do DEPES", de 25 de agosto de 1967. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. REI/APP/0562/67.
- _____. *Organização*. "Proposta de Criação do Grupo de Lingüística, no Instituto de Ciências Humanas". Outubro de 1968. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. 1967-1969-71; 1975, s.d. SG/AH-III cx 5 mç 01.
- _____. *Organização*. "Ofício do Conselho Diretor da Unicamp ao Reitor Zeferino Vaz", julho de 1969. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. 1967-1969-71; 1975, s.d. SG/AH-III cx 5 mç 01.
- _____. *Organização*. "Plano Preliminar do IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas". Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, SGI/AH-III cx 5, mç 01. 1967-69, 1971, 1975, s/d.
- _____. *Graduação*. "Programas dos cursos de Lingüística e de Lingüística Aplicada (Português, Francês, Inglês)". Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. 1970-72, 1974, 1978. mç 5, cx 05.

- _____. *Boletins de Notas e Freqüências*. Campinas: 1971-80. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, IFCH/Grad. 1971. cx. 01 mç. 02.
- _____. *Boletins de Notas e Freqüências*. 1971. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, DAC III – PG, cx 19, mç 07; cx 20, mç 01.
- _____. *Reconhecimento dos cursos de bacharelado de Ciências Sociais, de Economia e de Lingüística, ministrados por este Instituto*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Processo 2965, vol I, 1972-74. Reg. 8541/72.
- _____. *Reconhecimento dos cursos de bacharelado de Ciências Sociais, de Economia e de Lingüística, ministrados por este Instituto*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Processo 2965, vol II, 1972-75.
- _____. *Constituição do Instituto de Estudos da Linguagem*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Processo 7968/76. 1976-77. Reg. 18315/76.
- INSTITUTO DE LETRAS (Unicamp). *Projeto de Estruturação*. "Ante-Projeto para a implantação do INSTITUTO DE LETRAS". Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Processo 2448. 1975-76. Reg. 5895/75.
- JAKOBSON, Roman (1969) *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix/Edusp. *Apud* FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Lingüística. I. Objetos teóricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2003a.
- KATO, M. (1972) *A Representação Semântica do Artigo Definido*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP, 1972.
- _____. (1974) *A Semântica Gerativa e o Artigo Definido*. São Paulo: Ática.
- KATZ, Jerrold & FODOR, Jerry A (1963) "The structure of a semantic theory". In *Langage*, n. 39. Linguistic Society of America.
- KATZ, Jerrold & POSTAL, Paul M. (1964) *An integrated theory of linguistic descriptions*. Cambridge, Massachussets: MIT Press.

- LAGAZZI, Suzy. (2002) "A Língua Portuguesa no Processo de Institucionalização da Lingüística". In: Guimarães, E. & Orlandi, E. (orgs.) (2002) *Institucionalização dos Estudos da Linguagem. A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas*. Campinas: Pontes.
- _____. (2007) "O Político na Lingüística: Processos de Representação, Legitimação e Institucionalização". In: ORLANDI, Eni (Org.) *Política Lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes.
- LAKOFF, George (1971) "On generative semantics". In D. D. STEINBERG & L. A. JAKOBOVITS (Eds.), *Semantics: An interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LECOURT, Dominique (1972). *Para uma Crítica da Epistemologia*. Lisboa: Assírio e Alvin, 1980, 2 ed.
- LE MOS, Claudia (1991) "Saber a Língua e o Saber da Língua". Aula Inaugural. Campinas: IEL – Unicamp.
- MACHADO, Aires da Mata (1976) "Como se Reflectem na Universidade Brasileira as Atuais Tendências da Filologia Românica" *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.
- MALDIDIER, Denise (1990) *A Inquietação do Discurso. (Re)Ler Michel Pêcheux Hoje*. Campinas: Pontes, 2003.
- MARIANI, Bethânia (2004) *Colonização Lingüística*. Campinas: Pontes.
- MAXIMINO Maciel. Maciel, Maximino (1894) *Grammatica Descriptiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 7ª. ed., 1918.
- MILNER, Jean-Claude (1978) *O Amor da Língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (1976) *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro.
- _____. (2000) *Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso: 10 jan 2009.

- MÜLLER, Max (1861) *Leçons sur la Science du Langage*. Paris : Durand et Pedone Lauriel, 1867.
- MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.) *Introdução à Lingüística. Domínios e Fronteiras*. v. 1. São Paulo: Cortez Editora, 2001a, 2ed.
- _____. *Introdução à Lingüística 2. Domínios e Fronteiras*. v. 2. São Paulo: Cortez Editora, 2001b, 2ed.
- NARO, Anthony Julius (1976) "Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil". In: NARO, A. J. (org.) *Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S. A.
- NUNES, José Horta (2006) *Dicionários no Brasil. Análise e História do Século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp.
- NUNES, José Horta & PETTER, Margarida. (orgs.) (2002) *História do Saber Lexical e Constituição de um Léxico Brasileiro*. Campinas: Pontes; São Paulo: Humanitas.
- ORLANDI, Eni (1978) "Protagonistas do/no Discurso". *Série Estudos. Foco e Pressuposição*. n. 4. Uberaba: FISTA.
- _____. (1983) *A Linguagem e Seu Funcionamento. As Formas do Discurso*. Campinas: Pontes, 2001. 4 ed, 2 reimpressão.
- _____. (1984) "Segmentar ou Recortar". *Série Estudos. Lingüística: Questões e Controvérsias*, n 10. Uberaba: Fiube.
- _____. (1986) *O Que é Lingüística?* São Paulo: Brasiliense, 1999.
- _____. (org.) (1988a) *Política Lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes.
- _____. (1988b) *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, 4 ed.
- _____. (1988c) "O Inteligível, o Interpretável e o Compreensível". *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, 4 ed.

- _____. (1990) *Terra à Vista! Discurso do Confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez.
- _____. (org.) (1993a) *Discurso Fundador. A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas: Pontes, 2ed., 2001.
- _____. (1993b) "Vão Surgindo Sentidos". In: ORLANDI, Eni (org.) *Discurso Fundador. A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas: Pontes, 2001d. 2ed.
- _____. (1994) (org.) *Gestos de Leitura. Da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. 2 ed.
- _____. (1996) *Interpretação. Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. (1997) *As Formas do Silêncio. No Movimento dos Sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (1999a) *Análise de Discurso. Princípios & Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000, 2 ed.
- _____. (1999b) "Do Sujeito na História e no Simbólico". *Escritos. Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso*, n. 4. Campinas: Labeurb/Nudecri/Unicamp.
- _____. (2000b) "O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento lingüístico". *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas: Pontes, n. 4/5.
- _____. (org.) (2001a) *História das Idéias Lingüísticas. Construção do Saber Metalingüística e Constituição da Língua Nacional*. Campinas: Pontes; Cárceres: Unemat Editora.
- _____. (2001b) *Discurso e Texto. Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas: Pontes.
- _____. (2002a) "A Análise de Discurso e seus Entremeios: Notas a sua História no Brasil". *Cadernos de Estudos Lingüísticos. História das Idéias Lingüísticas*, n. 42. Campinas: IEL/Unicamp.

- _____. (2002b) "Gramática, Filologia e Lingüística". *Língua e Conhecimento Lingüístico. Para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2002c) "Ir ao Congresso: fazer a história das idéias lingüísticas?". In: ORLANDI, Eni (org.) *Institucionalização dos Estudos da Linguagem. A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas*. Campinas: Pontes.
- _____. (2002d) *As Formas do Silêncio. No Movimento dos Sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (2003) "Ler a Cidade: o arquivo e a memória". In: ORLANDI, Eni. (org.) *Para uma Enciclopédia da Cidade*. Campinas: Pontes; Labeurb.
- _____. (org.) (2007) *Política Lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes.
- ORLANDI, Eni & LAGAZZI, Suzy. (orgs.) (2006) *Introdução às Ciências da Linguagem. Discurso de Textualidade*. Campinas: Pontes.
- OSAKABE, Haquira (1971) *Recherches em Analyse du Discours*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Besançon.
- PÊCHEUX, Michel. (1969) "Análise Automática do Discurso". *Por uma Análise Automática do Discurso. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 3 ed., 1997c.
- _____. (1975) *Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 3 ed.
- _____. (1982a) "Ler o Arquivo Hoje" In: ORLANDI, Eni (org.) *Gestos de Leitura. Da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 2 ed.
- _____. (1982b) "Delimitações, Inversões, Deslocamentos" *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 19. Campinas: IEL – Unicamp, 1990.
- _____. (1982c) "Sobre a (Des-)Construção das Teorias Lingüísticas". *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas: Pontes, n.2, 1998.
- _____. (1983a) *O Discurso. Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002, 3ed.

- _____. (1984b) "Papel da Memória". *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel & GADET, Françoise (1981) *A Língua Inatingível. O Discurso na História da Lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.
- PFEIFFER, Cláudia & NUNES, José Horta. (orgs.) (2006) *Introdução às Ciências da Linguagem. Linguagem, História e Conhecimento*. Campinas: Pontes.
- PORTELLA, Eduardo & RECTOR, Mônica (orgs.) (1974) *Interrelacionamento das Ciências da Linguagem*. XXV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1973. Rio de Janeiro: Edições Gernasa.
- SÃO PAULO (Estado) Decreto nº. 6283 de 25 de janeiro de 1934. *Crea a Universidade de São Paulo e dá providências*. Disponível em: <http://perfil.sp.gov.br/site/default.asp?link=legislacao.asp>
Acesso: 8 jan 2009
- _____. Lei nº. 7.655, de 28 de dezembro de 1962. *Dispõe sobre a criação da Universidade de Campinas como entidade autárquica e dá outras providências*. Disponível em: <http://perfil.sp.gov.br/site/legislacaoi.asp?atoid=20707> Acesso: 9 jan 2009.
- _____. Lei nº. 9.715, de 30 de janeiro de 1967. *Altera a redação da Lei n. 7.655, de 28 de dezembro de 1962, e dá outras providências*. Disponível em: <http://perfil.sp.gov.br/site/legislacaoi.asp?atoid=20708>
Acesso: 9 jan 2009.
- _____. Decreto nº. 9.597, de 21 de março de 1977. *Dá nova redação a dispositivos dos Estatutos e Regimento Geral da Universidade Estadual de Campinas e dá providências correlatas*. Disponível em: <http://perfil.sp.gov.br/site/legislacaoi.asp?atoid=20713>
Acesso : 9 jan 2009.
- SAUSSURE, Ferdinand de. (1916) *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2000, 24 ed.

- SCHWARZ, Roberto (org.) (1989) *Antonio Candido & Roberto Schwarz. A Homenagem na Unicamp*. Campinas: Editora da Unicamp.
- SILVEIRA, Souza da. (1941) "Prefácio do Dr. Souza da Silveira à Primeira Edição". In: CAMARA JR, JOAQUIM MATTOSO. *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1970, 4 ed.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *História da Universidade de Brasília*. Disponível em: <http://www.unb.br/unb/historia/resumo.php>. Acesso: 5 jan 2009.
- _____. Laboratório de Línguas Indígenas. Disponível em: <http://www.unb.br/il/labind/historico.htm>. Acesso: 5 jan 2009.
- _____. Instituto de Letras. Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas. Programa de Pós-Graduação em Lingüística. *Histórico*. Disponível em: http://www.unb.br/il/liv/pos/pos_historico.htm. Acesso: 5 jan 2009.
- _____. Centro de documentação. 1964: *O Sonho Interrompido*. Disponível em: http://www.unb.br/cedoc/pq_sonho.htm. Acesso: 5 jan 2009.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. (1966) Relatório da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas. 19 de dezembro de 1966. Disponível em: www.unicamp.br/siarg/pesquisa/comissao_organizadora.pdf Acesso: 14 jan 2009.
- _____. *Anexos*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. Reitoria/APP, 111/67, cx 15. Ano: 1967. 562/67.
- _____. (1969) *Estatutos da Universidade Estadual de Campinas*. Campinas: Editora Universidade de Campinas.
- _____. (1970) Órgão Informativo do Diretório Acadêmico Adolfo Lutz. *Revista nº 0. Universidade Estadual de Campinas*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp.
- _____. *Catálogo dos Cursos de Graduação da Unicamp*. Campinas: Unicamp. 1971-2008.

- _____. *Catálogo dos Cursos de Pós-Graduação da Unicamp*. Campinas: Unicamp. 1974, 1976-78, 1990.
- _____. Instituto de Estudos da Linguagem. Graduação. *Bacharelado em Lingüística. Grade Curricular*. Disponível em:
<http://www.iel.unicamp.br/graduacao/linguisticad2005.php>
Acesso: 10 jan 2009.
- _____. Instituto de Estudos da Linguagem. Departamento de Lingüística. Pop-Graduação. *Catálogo - 2009. Ementas das Disciplinas*. Disponível em:
http://www.iel.unicamp.br/pos/catalogoLL2009_ementas.php
Acesso: 10 jan 2009.
- _____. Instituto de Estudos da Linguagem. *Regimento Vigente*. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/institucional/regimento.php>
Acesso: 15 jan 2009.
- _____. Programa História das Idéias Lingüísticas. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil>. Acesso: 10 out. 2008.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Guia Letras. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1966.
- _____. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamentos. Disponível em:
<http://www.fflch.usp.br/estrutura/departamentos/index.html>
Acesso: 5 jan 2009.
- _____. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. Disponível em:
<http://www.fflch.usp.br/dtlc/departamento.htm>. Acesso: 8 jan 2009
- _____. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. *Histórico*. Disponível em:
<http://www.fflch.usp.br/dtlc/historico.htm>. Acesso em: 8 jan 2009.
- _____. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Disponível em:
<http://www.fflch.usp.br/dlcv/Index.html>. Acesso: 5 jan 2009.

- _____. Instituto de Biociências. Criação da Universidade de São Paulo (1934). Disponível em:
<http://www.ib.usp.br/ibhistoria/50anos/1934.htm>.
Acesso: 5 jan 2009.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Faculdade de Ciências e Letras. *Apresentação*. Disponível em:
<http://www.fclar.unesp.br/instituicao/index.php>.
Acesso: 10 out 2008.
- VICENZI, Leticia Josephina Braga de. "A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil". In: *Fórum Educacional*. Rio de Janeiro, v.10, n.3, jul./set. 1986. Disponível em:
<http://www.prossiga.br/anisioteixeira/fran/artigos/federal.html>.
Acesso em: 10 out. 2008.
- VOGT, Carlos (1971) *Une Introduction du Probleme de la Semantique dans le Grammaire Générative*. Dissertação de Mestrado. Besançon.
- _____. (1974) *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Semântica Argumentativa*. Tese de Doutorado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp.
- _____. (1977) *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Semântica Argumentativa*. São Paulo: Ática.
- _____. (1980) *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. Campinas: Funcamp; São Paulo: Hucitec.
- VOGT, Carlos & FRY, Peter (1996) *Cafundó. A África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (1998) "Oswald Ducrot e a UNICAMP: Uma Visão Pessoal". *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 35. Campinas, IEL – UNICAMP.